Francisca Diana Ferreira Viana

ATIVIDADE TURÍSTICA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA REGIÃO NORDESTE DO BRASIL

Belo Horizonte, MG
UFMG/Cedeplar
2010

Francisca Diana Ferreira Viana

ATIVIDADE TURÍSTICA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA REGIÃO NORDESTE DO BRASIL

Tese apresentada ao curso de Pós-graduação em Economia do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do Título de Doutor(a) em Economia.

Orientador: Prof. Dr. Clélio Campolina Diniz
Co-orientador: Prof. Dr. Edson Paulo Domingues

Belo Horizonte, MG
Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional
Faculdade de Ciências Econômicas - UFMG
2010

Folha de Aprovação

Aos meus pais, Maria José Ferreira Viana e Alcides de Assis Viana

“Seu doutô os nordestino têm muita gratidão
Pelo auxílio dos sulista nessa seca do sertão
Mas doutô uma esmola a um homem qui é são
Ou lhe mata de vergonha ou vicia o cidadão
É por isso que pidimo proteção a vosmicê
Home pur nóis escuído para as rédias do pudê
Pois doutô dos vinte estado temos oito sem chovê
Veja bem, quase a metade do Brasil tá sem cumê
Dê serviço a nosso povo, encha os rio de barrage
Dê cumida a preço bom, não esqueça a açudage
Livre assim nóis da ismola, que no fim dessa estiage
Lhe pagamo inté os juru sem gastar nossa corage
Se o doutô fizer assim salva o povo do sertão
Quando um dia a chuva vim, que riqueza pra nação!
Nunca mais nóis pensa em seca, vai dá tudo nesse chão
Como vê nosso distino mercê tem nas vossa mãos”
VOZES DA SECA (Luiz Gonzaga e Zé Dantas)

AGRADECIMENTOS

Chegar ao final de um doutoramento é muito mais que uma tarefa acadêmica, é constatar que o longo caminho percorrido serviu, de um lado, para nos mostrar o tamanho da nossa ignorância diante da imensidão de conhecimento que ainda precisa ser assimilado. Mas, por outro lado, é esse mesmo caminho que nos possibilita a inestimável experiência de conhecer e conviver com pessoas que se tornam referências em nossas vidas.

Eu poderia estar sendo injusta se citasse nomes, pois meus agradecimentos ultrapassam os limites do meio acadêmico e da Universidade que me possibilitou essa conquista. No Estado das Minas Gerais, obtive muito mais que meus títulos de mestre e doutora; conquistei algo que vai além de qualquer titulação: grandes e eternas amizades. O que me resta, portanto, é agradecer a Deus, não apenas pela conquista, mas por ter colocado em meu caminho pessoas que, com palavras ou ações, ajudaram-me a chegar ao fim dessa jornada.

Tenho consciência de que todos os professores que passaram pela minha vida influenciaram minhas escolhas, mas não posso deixar de citar os nomes daqueles que diretamente contribuíram para que esse momento ocorresse. As professoras Ana Maria Fontenele e Maria Cristina Pereira de Melo, que foram, para mim, mais que orientadoras acadêmicas, foram educadoras no sentido mais amplo do termo.

Os professores Edson Paulo Domingues, Clélio Campolina Diniz e Ana Flávia Machado. Com os três, tive a oportunidade de aprender que o complexo e apaixonante mundo da ciência econômica nos proporciona desafios que somente a paciência, a dedicação, a humildade e o profissionalismo são capazes de transpor.

Minhas conquistas sempre foram sustentadas por quatro grandes pilares: a família, os amigos, os profissionais que me servem de exemplo e a fé. E destes quatro pilares, a minha família é, sem dúvida, a base mais forte de sustentação. Foi seguindo as orientações de duas pessoas que nunca tiveram a oportunidade de sentarem-se em um banco escolar que aprendi o que considero ser a minha maior lição de vida: as pessoas tornam-se sábias não apenas por terem o

privilégio de abrirem um livro e conseguirem entender o que está escrito nele, mas, por abrirem um livro e, mesmo não conseguindo lê-lo, enxergarem a importância de algo que sempre esteve tão distante das suas realidades. E é por isso que, se mil vezes eu nascesse, mil vezes eu queria ser filha de Maria José Ferreira Viana e Alcides de Assis Viana. Aos dois, meu eterno e emocionado muito obrigada.

Agradeço, também, a um grande apoiador das minhas decisões, incentivador dos meus planos e colaborador nas minhas conquistas – Josué Taveira – um amigo incondicional.

Por fim, agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por ter me possibilitado ser uma estudante profissional.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACT – Atividade Característica do Turismo

BDA – Banco de Desenvolvimento da Ásia

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BNB – Banco do Nordeste do Brasil

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CIUAT – Classificação Uniforme das Atividades Turísticas

CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas

CPC – Classificação Internacional de Produtos

CREA – Centro de Análise Econômica Regional

CST – Conta Satélite do Turismo

DAC – Departamento de Aviação Civil

EGC – Equilíbrio Geral Computável

EMBRATUR – Empresa Brasileira de Turismo

EUROSTAT – Gabinete de Estatísticas da União Europeia

FEADER – Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural

FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

FINAM – Fundo de Investimento da Amazônia

FINOR – Fundo de Investimento do Nordeste

FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas

FISET – Fundo de Investimento Setorial

FMI – Fundo Monetário Internacional

FOB – Free on Board

FSE – Fundo Social Europeu

FUNGETUR – Fundo Geral do Turismo

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IMAGEM-B – Integrated Multi-Regional Applied General Equilibrium Model for Brazil

IPC – Índice de Preço ao Consumidor

IPCA – Índice de Preço ao Consumidor Amplo

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

ISIC – International Standard Industrial Classification

OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OMT – Organização Mundial do Turismo

ONU – Organização das Nações Unidas

PAS – Pesquisa Anual de Serviços

PLANTUR – Plano Nacional do Turismo

PME – Pequenas e Médias Empresas

PNMT – Programa Nacional de Municipalização do Turismo

PNT – Política Nacional de Turismo

PRODETUR/NE – Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste

RAIS – Relação Anual de Informações Sociais

SALP – Structural Adjustment Lending Programmer

SAP – Structural Adjustment Policies

SCN – Sistema de Contas Nacionais

SICTA – Classificação Internacional Padrão das Atividades do Turismo

SUDENE – Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste

TERM – The Enormous Regional Model

TIC – Tecnologia da Informação e da Comunicação

TSA: RMF – Tourism Satellite Account: Recommended Methodological Framework

UNWTO – World Tourism Organization

WTTC – World Travel & Tourism Council

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 22

ENSAIO 1. TURISMO: EVOLUÇÃO E IMPORTÂNCIA ECONÔMICA 27

1 Introdução 29

2 Evolução e Distribuição Regional do Turismo 31

3 Importância Econômica do Turismo 35

3.1 Nova Metodologia de Cálculo Econômico do Turismo: A Conta Satélite do Turismo (CST) 35

3.2 Produto Interno Bruto (PIB) e Emprego da Indústria Direta de Viagens e Turismo no Mundo, Regiões e Países Selecionados 38

4 As Contas do Turismo no Brasil 45

5 Considerações Finais 55

Referências 57

ENSAIO 2. TURISMO COMO UMA PROPOSTA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO 62

1 Introdução 64

2 Fatores Explicativos da Expansão do Turismo 65

3 Interpretações Teóricas sobre Turismo e Desenvolvimento Econômico 70

4 Perspectivas e Restrições do Turismo ao Desenvolvimento Econômico 74

5 Panorama do Desenvolvimento Recente do Turismo no Brasil 78

6 Considerações Finais 85

Referências 86

ANEXO I: ENSAIO II 90

ENSAIO 3 APLICAÇÃO DA CONSTRUÇÃO TEÓRICA DO *COST DISEASE* À ATIVIDADE DE ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO: REGIÃO NORDESTE E BRASIL 91

1 Introdução 93

2 – O Construto Teórico do *Cost Disease* como uma explicação ao comportamento das atividades características do turismo. 95

3 Descrição das Fontes de Dados e Variáveis de Análise: Problema de Mensuração e Compatibilização 102

4 A Atividade de *Alojamento e Alimentação* e os Grandes Setores de Atividade Econômica: A Região Nordeste no Contexto Brasileiro 105

4.1 Produtividade e Rendimentos: uma comparação entre os grandes setores de atividade econômica e a atividade de *Alojamento e Alimentação* 113

4 Considerações Finais 124

Referências 125

ANEXO: ENSAIO 3 127

ENSAIO 4. PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO NORDESTE – PRODETUR/NE 131

1 Introdução 132

2 Equilíbrio Geral Computável (EGC) como uma metodologia para análise de projeção dos impactos do Prodetur/NE II 133

2.1 Descrição do Modelo de Equilíbrio Geral Utilizado 134

2.2 Simulação do Prodetur/Ne II com o Modelo IMAGEM-B 144

2.2.1 Análise dos Resultados das Simulações da Fase de Construção 149

2.2.2 Análise dos Resultados das Simulações da Fase de Operação 155

3 Considerações Finais 167

Referências 169

ANEXOS: ENSAIO 4 172

Anexo 1 – Tabelas 172

Anexo 2 - Equações comportamentais do IMAGEM-B 178

5 CONCLUSÃO 193

REFERÊNCIAS 199

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

ENSAIO 1

TABELA 1 – RELAÇÃO ENTRE A POPULAÇÃO E O NÚMERO DE VISITANTES *OVERNIGHT* DO MUNDO E PAÍSES SELECIONADOS – 2007 (EM MILHÕES) 31

GRÁFICO 1 - ÍNDICE DE VARIAÇÃO ANUAL DO NÚMERO DE VISITANTES *OVERNIGHT* PARA O MUNDO E REGIÕES SELECIONADAS (1988-2007) – (ANO-BASE 1988) 33

GRÁFICO 2 - ÍNDICE DE VARIAÇÃO ANUAL DO NÚMERO DE VISITANTES *OVERNIGHT* PARA OS PAÍSES SELECIONADOS (1988-2007) – (ANO-BASE 1988) 34

TABELA 2 - PARTICIPAÇÃO DO NÚMERO DE VISITANTES *OVERNIGHT* DAS REGIÕES SELECIONADAS NO MUNDO E DOS PAÍSES NAS REGIÕES SELECIONADAS 35

(1988 E 2007)..... 35

TABELA 3 – PARTICIPAÇÃO (%) DO PIB DA INDÚSTRIA DIRETA DE VIAGENS E TURISMO (IDVT) REGIONAL NO PIB DA INDÚSTRIA DE VIAGENS E TURISMO DO MUNDO E DOS PAÍSES SELECIONADOS NAS REGIÕES 40

(PIB EM BILHÕES DE US$ DE 2000) 40

TABELA 4 – PARTICIPAÇÃO (%) DO EMPREGO DA INDÚSTRIA DIRETA DE VIAGENS E TURISMO REGIONAL NO EMPREGO DA INDÚSTRIA DE VIAGENS E TURISMO DO MUNDO E DOS PAÍSES SELECIONADOS NAS REGIÕES (EMPREGO EM MIL) 42

GRÁFICO 3 – ÍNDICE DE VARIAÇÃO DO PIB DA INDÚSTRIA DIRETA DE VIAGENS E TURISMO DO MUNDO E REGIÕES SELECIONADAS NO PERÍODO DE 1988 A 2007 (ANO-BASE 1988) 43

GRÁFICO 4 - ÍNDICE DE VARIAÇÃO DO PIB DA INDÚSTRIA DIRETA DE VIAGENS E TURISMO DOS PAÍSES SELECIONADAS NO PERÍODO DE 1988 A 2007 (ANO-BASE 1988) 43

GRÁFICO 5 – ÍNDICE DE VARIAÇÃO DO EMPREGO DA INDÚSTRIA DIRETA DE VIAGENS E TURISMO DO MUNDO E REGIÕES SELECIONADAS NO PERÍODO DE 1988 A 2007 44

(ANO-BASE 1988) 44

GRÁFICO 6 – ÍNDICE DE VARIAÇÃO DO EMPREGO DA INDÚSTRIA DIRETA DE VIAGENS E TURISMO DO MUNDO E REGIÕES SELECIONADAS NO PERÍODO DE 1988 A 2007 45

(ANO-BASE 1988) 45

TABELA 5 – CORRESPONDÊNCIA ENTRE AS ATIVIDADES DO SISTEMA DE CONTAS NACIONAIS E OS CÓDIGOS DA CLASSIFICAÇÃO NACIONAL DE ATIVIDADES ECONÔMICAS (CNAE 1.0) DAS ATIVIDADES CARACTERÍSTICAS DO TURISMO* 47

TABELA 6 – COMPOSIÇÃO (%) DO VALOR DA PRODUÇÃO (VP) DAS ATIVIDADES CARACTERÍSTICAS DO TURISMO (ACTS) 49

(VP EM MILHÕES DE R$ – PREÇOS CONSTANTES DO ANO ANTERIOR) 49

TABELA 7 – COMPOSIÇÃO (%) DO VALOR ADICIONADO (VA) DAS ATIVIDADES CARACTERÍSTICAS DO TURISMO 2004-2006 50

(EM MILHÕES DE R$ A PREÇOS CONSTANTES DO ANO ANTERIOR)..... 50

TABELA 8 – COMPOSIÇÃO (%) DAS OCUPAÇÕES NAS ATIVIDADES CARACTERÍSTICAS DO TURISMO (EM MIL PESSOAS OCUPADAS)..... 51

TABELA 9 – COMPOSIÇÃO (%) DOS RENDIMENTOS DO PESSOAL OCUPADO (RPO) NAS ATIVIDADES CARACTERÍSTICAS DO TURISMO 52

(VALOR DOS RENDIMENTOS EM MILHÕES DE R$)..... 52

TABELA I – CONTRIBUIÇÃO DO PIB (EM US$ BI DE 2000) E EMPREGO (EM 1000) DA INDÚSTRIA DIRETA DE VIAGENS E TURISMO PARA O PIB E EMPREGO DO MUNDO E REGIÕES SELECIONADAS (1988 A 2007)..... 59

TABELA I – CONTRIBUIÇÃO DO PIB (EM US$ BI DE 2000) E EMPREGO (EM 1000) DA INDÚSTRIA DIRETA DE VIAGENS E TURISMO PARA O

PIB E EMPREGO DO MUNDO E REGIÕES SELECIONADAS (1988 A 2007) – CONTINUAÇÃO 60

TABELA II – CONTRIBUIÇÃO DO PIB (EM US$ BI DE 2000) E EMPREGO (EM 1000) DA INDÚSTRIA DIRETA DE VIAGENS E TURISMO PARA O PIB E EMPREGO DOS PAÍSES SELECIONADOS (1988 A 2007) 61

TABELA 1 – DESEMBARQUES INTERNACIONAIS E NACIONAIS (EM MILHÕES DE PESSOAS)..... 80

TABELA 2 – RECEITA CAMBIAL TURÍSTICA (EM BILHÕES DE US$) 82

TABELA 3 – INVESTIMENTOS EM MEIOS DE HOSPEDAGEM POR REGIÃO – INÍCIO DA OPERAÇÃO 2007 A 2009..... 83

TABELA 4 – MOVIMENTAÇÃO INTERNACIONAL DE PASSAGEIROS EM 83

AEROPORTOS DO BRASIL (EM NÚMERO DE PASSAGEIROS)..... 83

TABELA I – RANKING DOS DEZ PRINCIPAIS EMISSORES DE TURISTAS INTERNACIONAIS NO ANO DE 2005..... 90

TABELA 1 – NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS NAS ATIVIDADES CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS DO TURISMO NO NORDESTE 96

TABELA 2 – EMPREGO NAS PRINCIPAIS ATIVIDADES CARACTERÍSTICAS DO TURISMO..... 96

TABELA 3 – REPRESENTATIVIDADE DA ATIVIDADE DE *ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO* NO PIB DOS ESTADOS DO NORDESTE (%)..... 97

TABELA 4 – COMPOSIÇÃO SETORIAL DO PIB DA REGIÃO NORDESTE (1994 A 2007) 98

TABELA 5 – PARTICIPAÇÃO DA ATIVIDADE DE ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO NO SETOR DE SERVIÇOS DA REGIÃO NORDESTE..... 98

(1994 A 2007)..... 98

GRÁFICO 1 – ÍNDICE DE VARIAÇÃO DO EMPREGO PARA OS GRANDES SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA E PARA A ATIVIDADE DE *ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO* PARA A REGIÃO NORDESTE (ANO-BASE 1994) 106

GRÁFICO 2 - ÍNDICE DE VARIAÇÃO DO EMPREGO PARA OS GRANDES SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA E PARA A ATIVIDADE DE *ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO* PARA O BRASIL (ANO-BASE 1994)..... 106

GRÁFICO 3 - ÍNDICE DE VARIAÇÃO DA MASSA SALARIAL PARA OS GRANDES SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA E PARA A ATIVIDADE DE *ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO* PARA A REGIÃO NORDESTE (ANO-BASE 1994) 109

GRÁFICO 4 – ÍNDICE DE VARIAÇÃO DA MASSA SALARIAL PARA OS GRANDES SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA E PARA A ATIVIDADE DE *ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO* PARA A REGIÃO O BRASIL (ANO-BASE 1994) 109

GRÁFICO 5 – ÍNDICE DE VARIAÇÃO DO PIB PARA OS GRANDES SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA E PARA A ATIVIDADE DE *ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO* PARA A REGIÃO NORDESTE (ANO-BASE 1994) 112

GRÁFICO 6 – ÍNDICE DE VARIAÇÃO DO PIB PARA OS GRANDES SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA E PARA A ATIVIDADE DE *ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO* PARA O BRASIL (ANO-BASE 1994)..... 112

GRÁFICO 7 – ÍNDICE DE VARIAÇÃO DA PRODUTIVIDADE DOS GRANDES SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA E DA ATIVIDADE DE ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO NO PERÍODO DE 1994 A 2007 – REGIÃO NORDESTE 114

GRÁFICO 8 – ÍNDICE DE VARIAÇÃO DA PRODUTIVIDADE DOS GRANDES SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA E DA ATIVIDADE DE *ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO* NO PERÍODO DE 1994 A 2007 – BRASIL 115

TABELA 4 - PROPORÇÃO DA PRODUTIVIDADE DOS GRANDES SETORES E 116

DA ATIVIDADE DE ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO NORDESTE 116

TABELA 5 - PROPORÇÃO DA PRODUTIVIDADE DOS GRANDES SETORES E 116

DA ATIVIDADE DE *ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO* PARA O BRASIL 116

GRÁFICO 9 - ÍNDICE DA RENDA MÉDIA POR TRABALHADOR (EM SALÁRIOS-MÍNIMOS) DOS GRANDES SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA E DA ATIVIDADE DE *ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO* DO NORDESTE NO PERÍODO DE 1994 A 2007 119

GRÁFICO 10 - ÍNDICE DA RENDA MÉDIA POR TRABALHADOR (EM SALÁRIOS-MÍNIMOS) DOS GRANDES SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA E DA ATIVIDADE DE *ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO* DO BRASIL NO PERÍODO DE 1994 A 2007 120

GRÁFICO 11 – ÍNDICE DE VARIAÇÃO DO SALÁRIO REAL POR TRABALHADOR DOS GRANDES SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA E DA ATIVIDADE DE *ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO* DO BRASIL NO PERÍODO DE 1999 A 2007 121

GRÁFICO 12 - ÍNDICE DE VARIAÇÃO DO SALÁRIO REAL POR TRABALHADOR DOS GRANDES SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA E DA ATIVIDADE DE *ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO* DO NORDESTE NO PERÍODO DE 1999 A 2007 121

TABELA 6 - PROPORÇÃO DO SALÁRIO-MÍNIMO DOS GRANDES SETORES E DA ATIVIDADE DE *ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO* REGIÃO NORDESTE (1994 A 2007) 123

TABELA 7 - PROPORÇÃO DO SALÁRIO-MÍNIMO DOS GRANDES SETORES E DA ATIVIDADE DE *ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO* DO BRASIL (1994 A 2007) 123

TABELA I – ÍNDICE DE VARIAÇÃO (EM %) DO FLUXO TURÍSTICO NO NORDESTE (EM MIL PESSOAS) 127

TABELA II – FLUXO TURÍSTICO NO NORDESTE (EM MIL PESSOAS) 128

TABELA III – AEROPORTOS DAS CAPITAIS DO NORDESTE BENEFICIADOS PELO PRODETUR I CAPACIDADE (MILHÕES PAX/ANO) 129

TABELA IV – EVOLUÇÃO DOS DESEMBARQUES DE PASSAGEIROS (1996-2004) 129

TABELA V – EVOLUÇÃO DAS TAXAS DE OCUPAÇÕES NA HOTELARIA DAS CAPITAIS DO NORDESTE (%) 1996-2004 129

TABELA VI – EVOLUÇÃO DA OFERTA HOTELEIRA NAS CAPITAIS DO NORDESTE: 1996-2004 130

TABELA VII – FLUXO GLOBAL E RECEITA GERADA PELO TURISMO NO NORDESTE 2004 130

FIGURA 1 – MECANISMO DE DECOMPOSIÇÃO DA DEMANDA NO MODELO IMAGEM-B 138

TABELA 1 - CARTEIRA DE INVESTIMENTOS DO PRODETUR/NE II 145

(EM BILHÕES DE R$ DE 2003) 145

TABELA 2 - IMPACTO TOTAL DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS PARA O NORDESTE E BRASIL NA FASE DE CONSTRUÇÃO (VARIAÇÃO % ANUAL) 150

TABELA 3 - IMPACTO DA CARTEIRA SOBRE O PIB ESTADUAL NA FASE DE CONSTRUÇÃO (VARIAÇÃO % ANUAL) 151

TABELA 4 – PIB ESTADUAL DA REGIÃO NORDESTE E PARTICIPAÇÃO DO PIB ESTADUAL NO PIB REGIONAL (2003) 152

TABELA 5 - PROPORÇÃO (%) DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS SOBRE O PIB ESTADUAL (EM MILHÕES DE R$) 153

GRÁFICO 1 – RELAÇÃO ENTRE O IMPACTO TOTAL DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS E A PARTICIPAÇÃO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS NO PIB ESTADUAL (%) 153

TABELA 6 – VALORES MONETÁRIOS DO IMPACTO ANUAL SOBRE O PIB ESTADUAL 154

TABELA 7 – IMPACTOS SETORIAIS DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS POR ESTADO (%) 155

TABELA 8 – RETORNO MONETÁRIO DOS INVESTIMENTOS DO PRODETUR/NE II NA CATEGORIA RODOVIAS 157

TABELA 9 - CHOQUE (EM %) NO ESTOQUE DE CAPITAL NA CATEGORIA RODOVIAS 158

TABELA 10 – RECEITA TURÍSTICA PARA OS ESTADOS DO NORDESTE (ANO-BASE 2003) 159

TABELA 11 – CONSTRUÇÃO DO CHOQUE 2A 161

TABELA 12 – CONSTRUÇÃO DO CHOQUE 2B 162

TABELA 13 – IMPACTOS DOS CHOQUES NO ESTOQUE DE CAPITAL E EXPORTAÇÕES NACIONAIS SOBRE O PIB E O EMPREGO 165

DA REGIÃO NORDESTE (%) 165

TABELA 14 – IMPACTOS DOS CHOQUES SOBRE O 166

PIB POR ESTADO (%) 166

TABELA 15 – TAXA MÉDIA DE CRESCIMENTO ANUAL DO PIB ESTADUAL (1998/2007) E IMPACTO TOTAL DO PRODETUR/NE II 166

TABELA I – CARTEIRA DE INVESTIMENTOS DO PRODETUR/NE II E PIB MICRORREGIONAL – 2003 (EM MILHÕES DE R$), COMPOSIÇÃO MICRORREGIONAL 172

DA CARTEIRA E RELAÇÃO CARTEIRA/PIB 172

TABELA II – MUNICÍPIOS ABRANGIDOS PELO PRODETUR/NE II POR ESTADO 173

TABELA III – MUNICÍPIOS ABRANGIDOS PELO PRODETUR/NE II POR ESTADO 174

TABELA IV - COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS DO PRODETUR/NE II POR CATEGORIA DE INVESTIMENTO (EM %) 175

TABELA V – PARTICIPAÇÃO ESTADUAL NA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS DO PRODETUR/NE II 175

TABELA VI – SETORES DO MODELO IMAGEM-B 176

TABELA VII -– CLASSIFICAÇÃO DO BANCO DO NORDESTE DO BRASIL E RECLASSIFCAÇÃO PARA O IMAGEM-B 177

FIGURA I – CONSTRUÇÃO DA BASE DE DADOS DO MODELO IMAGEM-B 178

TABELA I - VARIÁVEIS DO MODELO IMAGEM-B 180

RESUMO

A partir dos anos de 1990, intensificou-se, na região Nordeste do Brasil, o volume de investimentos destinados à alavancagem da atividade turística, principalmente com a criação do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR/NE). O resultado desses investimentos foi uma substancial melhora nos indicadores que caracterizam a atividade turística na região. No entanto, a despeito dessa melhora, a contribuição da principal atividade que caracteriza o turismo – *Alojamento e Alimentação* – ao PIB regional, tem apresentado uma queda. Nesse contexto, o objetivo deste estudo foi responder ao seguinte questionamento: o turismo consegue atender, de fato, às expectativas que lhes vêm sendo atribuídas? Ou seja, ser um instrumento de desenvolvimento para a região Nordeste do Brasil? Para responder a essa pergunta aplicou-se a construção teórica do *Cost Disease* e constatou-se que a atividade de *Alojamento e Alimentação*, utilizada como *proxy* para o turismo, possui um *gap* de produtividade em relação aos demais setores da atividade econômica. Esse *gap* estaria associado à baixa capacidade que esta atividade possui em absorver melhoras tecnológicas. Tal constatação torna clara, portanto, a limitação que o turismo possui em ser um instrumento de desenvolvimento para a região Nordeste. Esta tese se compõe de quatro ensaios: o primeiro, utilizando dados do *World Travel & Tourism Council* (WTTC) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), faz uma apresentação sobre a evolução e as contas do turismo no mundo, regiões e países selecionados. O segundo ensaio versa sobre as abordagens teóricas que explicam o turismo como um instrumento de desenvolvimento econômico e faz, também, uma explanação do panorama recente do turismo brasileiro. No terceiro ensaio, tomando-se como referência a região Nordeste em contraposição ao Brasil, aplicou-se a construção teórica do *Cost Disease* para a atividade de *Alojamento e Alimentação*, assim como para os cinco grandes setores de atividade econômica classificados pelo IBGE. Por fim, no quarto ensaio, fazendo uso de uma metodologia de Equilíbrio Geral Computável (EGC), foram simulados os impactos econômicos que o PRODETUR/NE II traria para a Região.

Palavras-chave: Turismo; Região Nordeste; *Cost Disease*; PRODETUR/NE.

ABSTRACT

From 1990, intensified in the Northeast region of Brazil, the volume of investments designed to leverage the tourism industry with the creation of the Tourism Development in the Northeast (NE PRODETUR). The result of these investments has been a substantial improvement in the indicators characterizing the tourism activity. However, despite this improvement, the main contribution of tourism of tourism activity that characterizes – Lodging and Food – regional GDP, has shown a decrease. In this context, the objective of this thesis was to answer this question we applied the theoretical construction of the Cost Disease and found that the activity room and board, used as a proxy for tourism, has a productivity gap towards to other sectors of economic activity. This gap should be associated with low activity has this ability to absorb technological improvements. This finding becomes therefore clear limitation that tourism has to be an instrument of development for the Northeast region. This thesis consists of four tests: the first using data from the World Travel & Tourism Council (WTTC) and the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) makes a presentation on the evolution and the accounts of tourism in the world, regions and countries selected. The second essay focuses on theoretical approaches that explain tourism as an instrument of economic development and is also an explanation of the recent overview of the Brazilian tourism. In the third trial, taking as reference the Northeast region in contrast to Brazil, we applied the theoretical construction of the Cost Disease activity classified by IBGE. Finally, the fourth trial, using a methodology Computable Equilibrium (CGE), was simulated economic impact that PRODETUR II would bring to Northeast Region.

Keywords: Tourism; Northeast Region; Cost Disease; PRODETUR/NE .

INTRODUÇÃO

Fazer do turismo uma ferramenta para a redução dos desníveis de crescimento econômico regionais vem sendo uma constante. Países ricos e pobres estão apostando nessa atividade como uma forma de trazer crescimento para as suas regiões menos desenvolvidas.

Nesse contexto, o Nordeste brasileiro (que se classifica como uma das regiões mais pobres do Brasil) tem recebido um considerável volume de investimentos destinados a alavancar o turismo na região. E embora os incentivos iniciais a essa atividade remontem aos anos 1970, com a criação do Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR) e do Fundo de Investimento Setorial (FISET), somente nos anos 1990 tornou-se evidente a proposta do turismo como um instrumento de desenvolvimento.

Ainda naquela década, entrou em execução o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR/NE), que se destinava a criar uma infraestrutura que consolidasse o turismo na Região. Este programa foi resultado da parceria dos governos estaduais e federal com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Relatórios do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) apontaram que a implantação do PRODETUR/NE causou uma expressiva melhora nos indicadores que se relacionam à atividade turística, e isto deu substância à continuidade do programa, que entrou em sua segunda fase nos anos 2000.

Contudo, embora os investimentos do PRODETUR/NE tenham possibilitado o bom desempenho que a atividade vem apresentando, a contribuição do PIB da atividade de *Alojamento e Alimentação* (principal atividade que caracteriza o turismo) ao PIB da região Nordeste tem caído ao longo do tempo.

A partir dessa constatação, o presente trabalho fez o seguinte questionamento: a atividade turística consegue atender, de fato, às expectativas que lhes vêm sendo atribuídas? Ou seja, ser um instrumento de desenvolvimento para a região Nordeste do Brasil?

A resposta a essa pergunta necessita de uma abordagem que leva em conta o escopo da teoria econômica. Todavia, embora a aposta na atividade turística, como um instrumento de desenvolvimento econômico, seja crescente, ainda são esparsas as teorias que dão um enfoque econômico ao tema. Ademais, são recentes as tentativas de contabilizar a contribuição do turismo para as economias nacionais e regionais, sendo dos anos 2000 a primeira publicação sobre as contas do turismo, denominada *Tourism Satellite Account: Recommended Methodological Framework 2000* (TSA: RMF 2000).

Em termos teóricos, três abordagens podem ser tomadas como referências: os paradigmas do desenvolvimento, como proposto em Pearce (1989), a teoria do ciclo de vida do produto (Krippendorf, 1999) e a teoria da base de consumo[1] (Markusen, 2007), que se contrapõe à teoria da base de exportação. No entanto, nenhuma das três abordagens, acima citadas, fornece uma explicação ao questionamento proposto.

Dentro desse contexto, e fazendo uso de uma construção teórica denominada *Cost Disease*, proposta por Baulmol e Bowen (1968), que foi aplicada originalmente às artes performáticas (o teatro, a dança e a música), buscou-se testar a hipótese de que a atividade de *Alojamento e Alimentação*, usada como *proxy* para a atividade turística, apresentou uma queda na contribuição ao PIB da região Nordeste porque existe nessa atividade uma limitada capacidade de ganho de produtividade. O uso dessa construção teórica se justificou pelo fato de que a atividade turística, assim como as atividades performáticas, possui características que a tornam singulares.

Tais singularidades estão associadas, principalmente, à heterogeneidade dos segmentos que compõem a atividade turística. Como será exposto no primeiro ensaio desta tese, o IBGE classifica dez segmentos como Atividades que Caracterizam o Turismo no Brasil (ACTs), a saber: *Serviços de Alojamento*; *Serviços de Alimentação*; *Transporte Rodoviário*; *Transporte Ferroviário*; *Transporte Aquaviário*; *Transporte Aéreo*; *Serviços Auxiliares de Transportes*;

[1] Trata o setor *Serviços* de uma forma geral, e não o turismo especificamente.

A*tividades de Agências e Organização de Viagens; Aluguel de Bens Móveis; Atividades Recreativas, Culturais e Desportivas*. Percebe-se, portanto, que dentro da atividade turística coexistem segmentos tradicionais, que apresentam um menor conteúdo tecnológico (por exemplo, os *Serviços de Alimentação*)[2], e segmentos com maior conteúdo tecnológico (por exemplo, o segmento de *Transporte Aéreo*). E são exatamente os segmentos tradicionais que têm uma maior participação nas ACTs. Por sua vez, estes segmentos caracterizam-se pelo uso intensivo de mão de obra barata e pouco qualificada.

Melo et. al. (1997), tratando do setor de serviços de um modo geral, destacam que há décadas este setor absorve expressivos contingentes de mão de obra. Como o processo das industrializações tardias desenvolveu-se com a utilização de tecnologias poupadoras de mão de obra, a sustentação do crescimento no longo prazo foi feita com o aumento da participação dos serviços na ocupação, gerando postos de trabalho de baixa qualificação e salários aviltantes.

Os autores ressaltam que a hipótese do *Cost Disease* seria uma forma de explicar a elevada participação dos serviços na ocupação em nível mundial[3]. Tal hipótese está associada ao crescimento diferenciado da produtividade entre os diversos setores econômicos. Neste caso, o baixo crescimento da produtividade dos serviços e a uniformidade dos salários da economia fariam com que os salários dos serviços acompanhassem o crescimento dos salários dos demais setores (Melo et. al., 1997).

Dada, então, a heterogeneidade da atividade turística e a significativa importância que o segmento de *Alojamento e Alimentação* possui nas ACTs (sendo caracterizado como um segmento que absorve um elevado número de trabalhadores com baixo nível de qualificação e salários), acredita-se que a

---

[2] Para melhor compreensão da classificação do setor de *Serviços* em modernos e tradicionais, ver ANDRADE, M. V. O Setor de Serviços no Brasil: A dualidade revisitada (1981/1990). (Dissertação de Mestrado). Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais, 1994.

[3] A outra forma de explicar a elevada participação dos serviços na ocupação em nível mundial se baseia na suposição de que a elasticidade-renda da demanda de serviços seria superior a 1 e que um aumento da renda per capita levaria a um crescimento da demanda por serviços (Lei de Engel).

hipótese do *Cost Disease* é uma construção teórica viável para explicar a queda de participação do PIB deste segmento no PIB da região Nordeste, pois tal queda estaria associada à baixa capacidade que o segmento de *Alojamento e Alimentação* teria em absorver melhorias tecnológicas. E isto se refletiria em uma baixa produtividade.

Mesmo com uma restrita base de dados, a aplicação do construto teórico do *Cost Disease* revelou que existe um *gap* de produtividade e renda na atividade de *Alojamento e Alimentação* em comparação aos demais setores da economia, fato resultante da sua pouca capacidade em absorver melhoras tecnológicas. Dessa forma, torna evidente a limitação que esse tipo de atividade possui em contribuir de forma continuada com o desenvolvimento econômico de um país ou região, sem que haja uma constante participação de entidades públicas e privadas na elaboração e execução de políticas direcionadas essencialmente à sua alavancagem.

Sob essa perspectiva, o expressivo crescimento que a atividade apresentou nos últimos anos no Nordeste é resultado, em grande parte, da implantação do PRODETUR/NE que, embora se apresente como um Programa voltado à atividade turística, foi, na verdade, um programa de infraestrutura que dinamizou a economia nordestina.

O presente trabalho é composto por quatro ensaios. O primeiro fez uma explanação sobre a evolução e importância econômica do turismo no mundo, regiões e países selecionados, usando como referência a base de dados estimada pela *World Travel & Tourism Council* (WTTC). Para o Brasil, além desta referência, utilizaram-se as contas do turismo elaboradas pelo IBGE.

O segundo ensaio expôs os fatores responsáveis pela expansão do turismo no mundo, assim como as abordagens teóricas que explicam o setor como um instrumento de desenvolvimento econômico. A evolução recente do turismo brasileiro é, também, apresentada neste ensaio.

No terceiro ensaio, fez-se a aplicação da construção teórica do *Cost Disease* à atividade de *Alojamento e Alimentação* para a região Nordeste e o Brasil, podendo assim confrontar os resultados para a região considerada e o País. O

último ensaio fez uma simulação sobre os impactos do PRODETUR/NE II para a economia da região Nordeste, utilizando um modelo metodológico de Equilíbrio Geral Computável (EGC). Por último, foram feitas algumas considerações finais.

ENSAIO 1. TURISMO: EVOLUÇÃO E IMPORTÂNCIA ECONÔMICA

Resumo

Os objetivos do presente ensaio são: apresentar a evolução e distribuição do turismo no mundo, regiões e países selecionados; fazer uma explanação sobre a importância econômica da Indústria Direta de Viagens e Turismo, no que se refere à sua contribuição ao Produto Interno Bruto (PIB) e ao Emprego do mundo, regiões e países selecionados e mostrar as contas do turismo no Brasil. Para isso, utilizou-se uma base de dados estimada pelo *World Travel & Tourism Council* (WTTC) para o período de 1989 a 2007, que tem como referência a *Tourism Satellite Account: Recommended Methodological Framework* 2008. E, no caso do Brasil, utilizaram-se os estudos publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os dados do WTTC mostraram que houve uma perda de participação das principais regiões de destino turístico do mundo (Europa dos 15 e América do Norte) tanto no que se refere ao PIB e emprego quanto ao número de visitantes. Por outro lado, a Ásia ganhou destacada importância nas referidas variáveis. Em relação ao Brasil, as estimativas do WTTC mostraram que, embora o número de turistas tenha crescido, a participação do País no PIB e emprego da Indústria Direta de Viagens e Turismo da América Latina caiu, principalmente no que diz respeito ao emprego. E os dados do IBGE mostraram que as contribuições das Atividades Características do Turismo (ACT) ao Valor da Produção (VP) e ao Valor Adicionado (VA) da economia brasileira ficaram em torno de 3,50%. No que se refere ao valor dos rendimentos do pessoal ocupado, as ACT participaram com cerca de 3,00%.

Palavras-Chave: Indústria Direta de Viagens e Turismo; Contas do Turismo; Atividades Características do Turismo.

Abstract

The aim of this paper is to present the evolution and distribution of tourism in the world, regions and selected countries, to make an explanation of the economic importance of Direct Industry Travel and Tourism, as regards its contribution to Gross Domestic Product (GDP) and the Employment of the world and selected countries and regions, showing the accounts of tourism in Brazil. For this we used a data base estimated by the World Travel & Tourism In Brazil (WTTC). For the period 1989 to 2007 that has reference to the Tourism Satellite Account: Recommended Methodological Framework 2008. Brazil, for instance used the studies published by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE). The WTTC's data showed a loss of participation of the main tourism destination regions in the world (Europe – 15 and North American) both for GDP and employment as the several visitors. On the other hand, Asia has gained outstanding importance in the GDP and employment of Direct Industry Travel and Tourism in Latin America fell, especially concerning to employment. And the Value of Production (VP) and Value Added (VA) of the Brazilian economy was around 3.50%. And the value of the income of employment persons, the ACT participated with about 3.00%.

Keywords: Direct Industry Travel and Tourism; Account of Tourism; Tourism Activities features.

1 Introdução

São crescentes os esforços de governos, instituições multinacionais, setores público e privado na busca pela mensuração da importância econômica da atividade turística em décadas recentes. Avulta-se o número de visitantes internacionais pelo mundo, principalmente em regiões e países que não tinham uma expressiva representatividade como destino turístico, em comparação, por exemplo, à Europa.

Contudo, a despeito do número de visitantes que uma determinada região atrai, são os prováveis aumentos no nível de emprego e renda que a atividade turística pode gerar para esse destino o que mais interessa. E para que não apenas essas, mas outras variáveis macroeconômicas relacionadas ao turismo sejam contabilizadas, a Organização Mundial do Turismo (OMT) criou as Contas Satélites do Turismo (CST).

Méis (2006) descreve a CST como um instrumento estatístico – uma conta que sumariza as medidas de todas as transações entre visitantes e ofertantes de serviços e produtos relacionados com a atividade turística. Ela extrai todas as atividades econômicas relacionadas com o turismo, que estão incluídas nas contas nacionais, mas não são explicitamente identificadas como turismo.

Embora esta proposta da OMT remonte à década de 1980, ela somente se concretizou no ano 2000, com a publicação da obra *Tourism Satellite Account: Recommended Methodological Framework* 2000 (TSA: RMF 2000). Desde então, tem havido um significativo empenho da OMT, OCDE e outras instituições e/ou organizações para adequar as contas do turismo aos padrões internacionais de classificação de produtos e atividades econômicas. Este empenho resultou na atualização da TSA: MRF 2000 para a TSA: MRF 2008.

Contudo, ainda que venha crescendo o número de países que adotam a sua CST para mensurar a importância econômica do turismo, de um modo geral, ainda são esparsas as publicações que tratam do assunto, principalmente em países em que essa atividade ganhou relevância recentemente.

Nesse contexto, o trabalho do *World Travel & Tourism Council* (WTTC) tem sido referenciado, pois tomando como base a TSA: MRF 2008, o WTTC aplicou modelagem econométrica e técnicas de simulação para estimar uma base de dados sobre variáveis especificamente ligadas à atividade turística para o mundo e uma série de regiões e países (incluindo o Brasil), que abrange um período que vai de 1988 a 2020.

No Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em parceria com o Ministério do Turismo, tem desenvolvido a mensuração de algumas variáveis macroeconômicas para as Atividades Características do Turismo (ACTs). Porém, embora seja uma aproximação das CST, as publicações do IBGE cobrem um período de tempo bastante curto e recente, restringindo a possibilidade de uma análise mais fundamentada da atividade no País.

O objetivo desse ensaio é, tendo como referência as estimativas do WTTC, descrever a evolução do turismo no mundo, regiões e países selecionados tanto no que se refere ao número de turistas quanto ao Produto Interno Bruto (PIB) e emprego gerado pela atividade turística. Ademais, será feita uma descrição da importância econômica do turismo no Brasil utilizando como base as publicações do IBGE.

Para o Brasil, em especial, as estimativas do WTTC apontaram que o País é o que tem a maior participação tanto no emprego quanto no PIB da Indústria Direta de Viagens e Turismo da América Latina (em 2007, essa contribuição ficou em 42,50% para o PIB – ver Tabela 3 – e 43,90% do emprego – ver Tabela 4). Por sua vez, as publicações do IBGE mostraram que as contribuições das ACT ao Valor da Produção (VP) e ao Valor Adicionado (VA) da economia brasileira ficaram em torno de 3,60% no ano de 2007. No que se refere ao emprego gerado, as ACTs foram responsáveis por 6,20% do total das ocupações, e 3,27% do valor dos rendimentos do pessoal ocupado (ver Tabelas 6, 7, 8 e 9).

Além da introdução, este ensaio apresenta mais quatro seções. A primeira trata da evolução e distribuição do turismo no mundo, regiões selecionadas (Europa dos 15, América do Norte, América Latina e Ásia) e países selecionados (França, Estados Unidos, Brasil, Japão e China); a segunda versa sobre a importância

econômica do turismo para o mundo, regiões e países selecionados; a terceira faz uma exposição sobre as contas do turismo no Brasil e, a última, traz as considerações finais sobre o ensaio.

2 Evolução e Distribuição Regional do Turismo

As estimativas do *World Travel & Tourism Council* (WTTC) mostraram que, entre 1988 e 2007, o número anual de visitantes *overnight*[4] no mundo subiu de 390 para 900 milhões (isso equivale a aproximadamente 1/7 da população mundial, como mostra a Tabela 1). E a previsão é de que tal número atinja 1.340 milhões em 2020.

Em países tradicionalmente turísticos, como a França, um dos principais destinos do mundo, a relação entre o número de visitantes internacionais e a sua população é superior à unidade. Para o Brasil, essa relação ainda é pequena quando comparada aos demais países selecionados, chegando a somente 0,02.

TABELA 1 – Relação entre a População e o Número de Visitantes *Overnight* do Mundo e Países Selecionados – 2007 (em Milhões)

Mundo e Países Selcionados	População (A)	Visitantes *Overnight* (B)	Relação B/A
	Em Milhões de Pessoas	Em Milhões de Pessoas	
Mundo	6.625	897	0,14
França	62	82	1,32
Estados Unidos	302	56	0,19
Japão	128	8	0,07
China	1.318	53	0,04
Brasil	189	5	0,02

Population Reference Bureau, 2010.

[4] De acordo com o WTTC, a categoria de visitante *overnight* inclui somente aquele visitante internacional que passou a última noite em um destino (não inclui visitantes do mesmo dia ou aqueles de cruzeiros).

Contudo, uma melhor visualização da evolução do número de visitantes *overnight* é dada pelo índice de variação anual dessa variável para o mundo, regiões e países selecionados no período de 1988 a 2007. As regiões analisadas foram a América do Norte (Canadá, México e Estados Unidos), a América Latina (Argentina, Belize, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Guiana, Honduras, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela), a Europa dos 15 (Áustria, Bélgica, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Irlanda, Itália, Países Baixos, Portugal, Espanha, Suécia, Reino Unido) e a Ásia (Nordeste da Ásia: China, Hong Kong, Japão, Macau, Mongólia, República da Coreia, Taiwan; Sudeste da Ásia: Brunei, Burma, Camboja, Indonésia, Laos, Malásia, Papua-Nova Guiné, Filipinas, Cingapura, Tailândia, Vietnã; Sul da Ásia: Bangladesh, Índia, Maldivas, Paquistão e Sri Lanka). E os países selecionados foram aqueles que tiveram a maior representatividade em cada uma das regiões no ano de 2007.

No que se refere ao mundo e regiões, o Gráfico 1 mostra que a Ásia foi o grande destaque em termos de evolução do número de visitantes *overnight*, pois a partir de 1994 a Região exibiu uma trajetória de crescimento para essa variável que se afastou, em muito, das demais regiões e do mundo. Contudo, no ano de 2003, de acordo com um estudo sobre estratégias para o turismo de Lao PDR (*Lao PDR tourism strategy 2006-2020*), ocorreu uma drástica redução devido à epidemia de doenças respiratórias.

Em relação aos países selecionados, o Brasil, que participou com 18,70% do número total de turistas *overnight* da América Latina em 1988, embora tenha exibido uma trajetória de queda no início da série, a partir do ano de 1996 inverteu esse quadro, passando a demonstrar um considerável crescimento. Depois, em 2003, esse crescimento apresentou queda novamente, de acordo com relatório de demanda turística da EMBRATUR, em virtude da crise econômica pela qual passou a Argentina, que é o principal emissor de turistas para o Brasil. No ano de 2007, esta participação subiu e alcançou 18,20%.

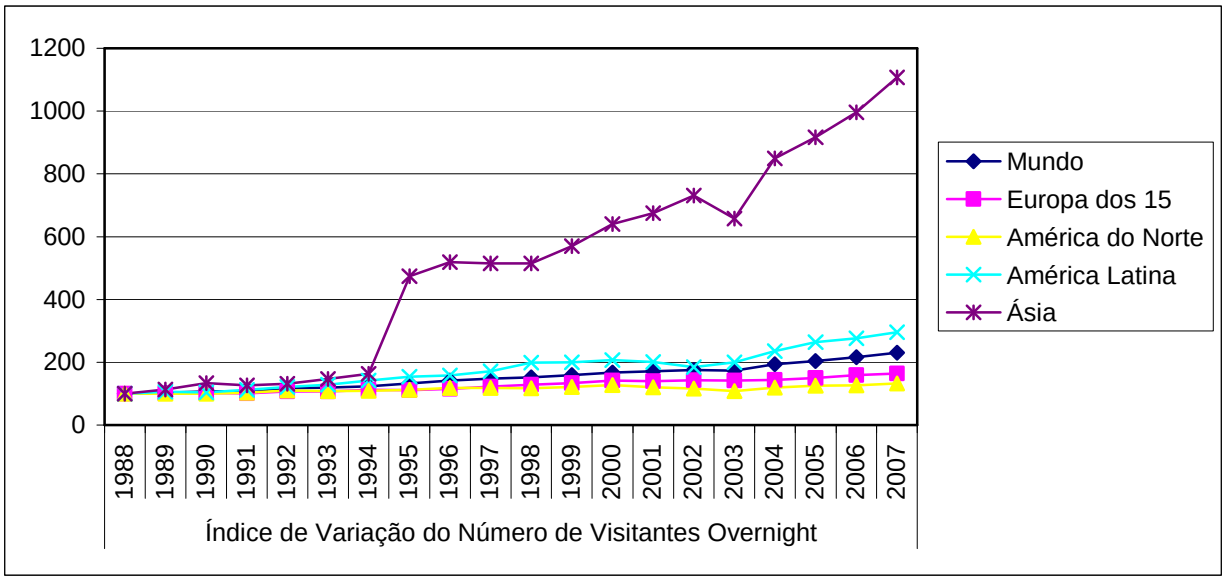
A China, que contribuiu com 32,20% do número total de visitantes *overnight* da Ásia em 2007, também se destacou pelo importante crescimento observado para

esta variável ao longo da série. Vale salientar que os dados do WTTC relativos a China estão disponíveis somente a partir do ano de 1994.

Ressalta-se que, embora o Japão tenha apresentado um índice de variação semelhante ao da China ao longo do período em análise, sua participação no número total de visitantes *overnight* da Ásia caiu, passando de 17,40% em 1988 para 4,90%, em 2007.

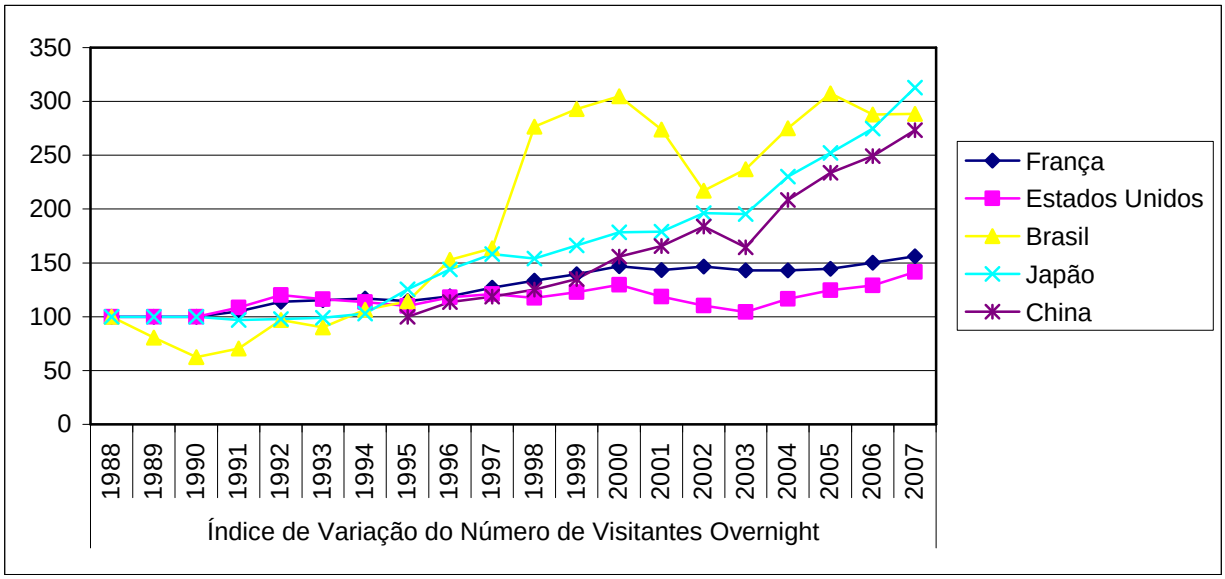
Os Estados Unidos, que possuíam 55,00% do total de visitantes *overnight* da América do Norte em 1988 e 58,80% em 2007, mostraram um comportamento bastante semelhante ao da França, o principal país receptor de visitantes da Europa dos 15 (26,20% no ano de 1988 e 24,90% em 2007). E ainda que estes países tenham mostrado uma variação positiva para o número de visitantes *overnight* durante o período analisado, os números foram modestos se comparados ao Brasil, à China e ao Japão, a partir dos anos 2000 (ver Gráfico 2).

GRÁFICO 1 - Índice de Variação Anual do Número de Visitantes *Overnight* para o Mundo e Regiões Selecionadas (1988-2007) – (Ano-base 1988)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do *World Travel & Tourism Council* (WTTC), 2010.

GRÁFICO 2 - Índice de Variação Anual do Número de Visitantes *Overnight* para os Países Selecionados (1988-2007) – (Ano-base 1988)[5]



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do *World Travel & Tourism Council* (WTTC), 2010.

O significativo crescimento do número de visitantes *overnight* na China e no Japão refletiu a tendência de aumento da participação da Ásia no turismo receptivo mundial e, em contrapartida, a perda de participação da Europa e da América do Norte nesse receptivo.

Tal fato pode ser corroborado quando se observa a participação de cada uma dessas regiões no número total mundial de turistas *overnight* no ano de 1988 e 2007. Pela Tabela 2, observa-se que para a Europa dos 15 e a América do Norte tais participações eram de 51,30% e 18,40%, respectivamente, no ano de 1988, e caíram para 36,60% e 10,60% no ano de 2007. De outra forma, a Ásia, que contribuía com apenas 3,90% do número de visitantes *overnight* do mundo em 1988, aumentou essa contribuição para 18,90% em 2007.

Embora o grande destaque seja a Ásia, a América Latina também apresentou um modesto crescimento em sua participação no número mundial de turistas *overnight*, passando de 2,40%, em 1988, para 3,10%, no ano de 2007.

[5] Existem estimativas disponíveis do número de visitantes *overnight* para a China somente a partir de 1994, logo, o ano-base para o índice de variação desse país foi o de 1994.

TABELA 2 - Participação do Número de Visitantes *Overnight* das Regiões Selecionadas no Mundo e dos Países nas Regiões Selecionadas

(1988 e 2007)

Mundo e Regiões	1988 (em mil)	% Regiões/Mundo	2007 (em mil)	% Regiões/Mundo
Mundo	390.472		899.228	
Europa dos 15	200.122	51,30	329.181	36,60
América do Norte	71.903	18,40	95.280	10,60
América Latina	9.327	2,40	27.557	3,10
Ásia	15.365	3,90	170.167	18,90
Países	1988 (em mil)	%País/Região	2007 (em Mil)	%País/Região
França	52.497	26,20	81.940	24,90
Estados Unidos	39.518	55,00	55.979	58,80
Brasil	1.743	18,70	5.026	18,20
Japão	2.668	17,40	8.347	4,90
China	_		54.720	32,20

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do *World Travel & Tourism Council* (WTTC), 2010.

Ainda que o número de turistas seja uma variável relevante para medir a importância do turismo para uma região ou país, em termos econômicos, é a participação dessa atividade no Produto Interno Bruto (PIB) e no emprego que melhor define o peso que lhe é atribuído como instrumento de desenvolvimento. Sendo assim, tendo como referência a base de dados do *World Travel and Tourism Council*, construída com o uso da metodologia das Contas Satélites do Turismo (CST), analisou-se a evolução e contribuição dessas variáveis para as regiões e países selecionados entre 1988 e 2007.

3 Importância Econômica do Turismo

3.1 Nova Metodologia de Cálculo Econômico do Turismo: A Conta Satélite do Turismo (CST)[6]

Analisar o turismo sob o ponto de vista econômico é uma tarefa recente. Somente no ano 2000, com a criação da *Tourism Satellite Account: Recommended*

[6] Esta subseção se baseia no documento *Tourism Satellite Account: Recommended Methodological Framework 2008 (TSA: RMF 2008)*. ONU; UNWTO; EUROSTAT; OECD. Luxemburgo, Madri, New York, Paris, 2008.

Methodological Framework 2000 (TSA: RMF 2000), foi possível ter uma metodologia para medir os impactos econômicos da atividade comparável à utilizada para medir os agregados macroeconômicos nacionais (Sistema de Contas Nacionais).

Os primeiros esforços para desenvolver tal metodologia ocorreram no início da década de 1980, quando a Organização Mundial do Turismo (OMT), na sua quinta Assembleia Geral, em Nova Deli, apresentou um relatório descrevendo o turismo seguindo as recomendações do Sistema de Contas Nacionais (SCN) elaboradas em 1968.

É importante lembrar ainda que a Conferência Internacional de Ottawa sobre Estatísticas de Viagens e Turismo, promovida pela OMT em 1991, foi resultado dos esforços que vinham sendo feitos pelas Nações Unidas, OMT e OCDE, além de países como a França e o Canadá[7], na década anterior, para a elaboração de uma metodologia de mensuração das contas econômicas do turismo.

Em 1994, as Nações Unidas e a OMT publicaram as Recomendações sobre Estatísticas do Turismo, que compreendiam: (a) as recomendações sobre estatísticas do turismo, propostas pela OMT, como uma continuação da Conferência de Ottawa, e (b) a Classificação Internacional Padrão das Atividades do Turismo (SICTA), uma classificação provisória das atividades produtivas relacionadas ao turismo que poderia guiar os países na compilação das estatísticas do lado da oferta, um aspecto que não tinha sido previamente sistematizado dentro das estatísticas do turismo.

Em junho de 1999, a OMT realizou a *Enzo Paci World Conference* sobre Medida de Impacto Econômico do Turismo, em Nice (França), onde apresentou seu trabalho sobre uma proposta de TSA. Em setembro do mesmo ano, um grupo interinstitucional formado por OMT, OCDE e EUROSTAT foi criado com o objetivo de estabelecer uma estrutura conceitual para o desenvolvimento de um desenho metodológico de TSA, seguindo as resoluções da *Enzo Paci World Conference*, que resultou no TSA: RMF 2000.

---

[7] Esses países foram pioneiros na mensuração dos impactos econômicos do turismo.

Em 2001, 44 países se propuseram a desenvolver a sua TSA e, no ano de 2007, esse número aumentou para mais de 70. No ano de 2008, houve a atualização da TSA: RMF 2000, pois muitas das estatísticas de padrões internacionais, às quais as estatísticas de turismo e a TSA estão intrinsecamente ligadas, foram revisadas, tais como: a Classificação Internacional de Produtos (CPC) e de Atividades (ISIC), o Manual da Posição de Investimento Internacional e Balança de Pagamento, o Sistema de Contas Nacionais etc. Em sua nova versão, a TSA: RMF 2008 pôde ser integrada a estas revisões e, da mesma forma, ter sua própria atualização.

Desde a Conferência de Ottawa, tem havido um maior envolvimento das instituições púbicas e privadas no desenvolvimento e implementação da TSA. Nesse sentido, o trabalho do *World Travel and Tourism Council* (WTTC) se destaca, pois trata-se de um fórum global para Economia e a Indústria Direta de Viagens e Turismo, que tem como membros as 100 maiores companhias de viagens e turismo do mundo.

Utilizando a metodologia proposta na TSA: RMF 2008, o WTTC, em parceria com a *Oxford Economic*, reuniu informações de estatísticas nacionais oficiais, bancos centrais e organizações internacionais, tais como a OCDE, FMI, ONU, OMT sobre, por exemplo, as contas nacionais, o balanço de pagamentos e as variáveis específicas do turismo. O objetivo era estimar e simular, por meio de técnicas de projeção e modelagem econométrica, uma série de dados referentes ao Produto Interno Bruto, emprego, gastos de residentes em bens e serviços voltados às atividades de viagens e turismo, viagens de negócios, gastos do governo, investimento em capital, exportações de visitantes, exportações de não visitantes, demanda turística, chegada de visitantes *overnight* e chegada de visitantes internacionais para o mundo em 181 países de 13 regiões, referentes ao período de 1988 a 2020.

Fazendo uso dos dados do WTTC, para o período de 1988 a 2007, estimados com base na metodologia das Contas Satélites do Turismo, será apresentada a seguir a importância econômica do turismo para o mundo, regiões e países selecionados, no que se refere, especificamente, ao Produto Interno Bruto e ao emprego da Indústria Direta de Viagens e Turismo, sendo esta definida como a

indústria, cujas atividades estão diretamente relacionadas ao turismo, tal como o alojamento. As regiões selecionadas são as mesmas utilizadas na seção anterior, a saber: América do Norte, América Latina, Ásia e Europa dos 15. E os países são os que tiveram maior participação, ao longo do período analisado, para cada variável por região: Brasil, China, Japão, Estados Unidos e França.

3.2 Produto Interno Bruto (PIB) e Emprego da Indústria Direta de Viagens e Turismo no Mundo, Regiões e Países Selecionados

No que se refere ao PIB da Indústria Direta de Viagens e Turismo, as estimativas do WTTC mostraram que sua contribuição ao PIB mundial foi, em média, de 3,70% entre 1988 e 2007. E, para o emprego mundial, a referida indústria contribuiu com uma média de 2,90% (Ver Tabela I, em anexo).

Na Tabela I, é possível observar também que, em termos da participação da referida indústria no PIB regional, para a Europa dos 15 e o Sudeste da Ásia, a média de contribuição foi de 4,00%. Para a América do Norte, tal participação chegou a 4,20%. No Nordeste e Sul da Ásia, essa participação caiu para uma média de 3,00%. Mas é na América Latina que o PIB da Indústria Direta de Viagens e Turismo menos contribuiu com o PIB regional, pois a média ao longo do período foi de 2,20%.

No que diz respeito ao emprego regional, a Indústria Direta de Viagens e Turismo compõe, em média, 4,50% do emprego total da Europa dos 15. Para a América do Norte, esta parcela alcançou 4,40%; para o Sul e Sudeste da Ásia, a contribuição ao volume total de empregos variou entre 3,10% e 3,40%; e para o Nordeste da Ásia e América Latina essa indústria contribuiu com uma média de 2,20% e 2,40%, respectivamente (Ver Tabela I).

Concernente à contribuição da Indústria Direta de Viagens e Turismo aos PIBs e empregos nacionais daqueles países selecionados, a Tabela II (em anexo) mostra que a França é o país para o qual a citada indústria apresentou a maior contribuição para as duas variáveis (uma média de 4,40% para o PIB e 5,00% para o emprego).

Nos Estados Unidos, o PIB e o emprego da Indústria Direta de Viagens e Turismo contribuíram com uma média de 4,20% e 4,40%, respectivamente, do PIB e do emprego nacional. No caso do Japão, a contribuição da referida indústria ao PIB foi de 3,30% e, para o emprego, 3,60%. Na China, essas participações ficaram em 2,60% para o PIB e 2,10% para o emprego. E o Brasil foi o país que exibiu a menor média de participação dessa indústria para o PIB (uma média de 2,30%). No emprego nacional tal participação alcançou um número semelhante (2,40%)[8] (ver Tabela II).

Vale destacar que, embora a Europa dos 15 seja a principal região de destino, como apontaram as estimativas sobre visitantes *overnight*, pode-se observar, pela Tabela 3, que é a América do Norte a região que tem a maior participação no PIB da Indústria Direta de Viagens e Turismo do Mundo, com participação de 34,30% no ano de 2007. A Europa dos 15 e a Ásia ficaram com a segunda maior participação (cerca de 25,10% para a primeira, e 24,80%, para a segunda). E, das regiões selecionadas, a América Latina apresentou a menor participação (3,30%). Entretanto, a despeito da menor participação que a América Latina apresentou em relação as demais regiões, houve um aumento desta participação quando comparamos o ano de 1988 ao ano de 2007 (passou de 2,20%, em 1988, para 3,30%, em 2007).

[8] A série com as estimativas de contribuições da Indústria Direta de Viagens e Turismo para o Mundo, Regiões e Países Selecionados está disponível no anexo deste ensaio.

TABELA 3 – Participação (%) do PIB da Indústria Direta de Viagens e Turismo (IDVT) Regional no PIB da Indústria de Viagens e Turismo do Mundo e dos Países Selecionados nas Regiões

(PIB em Bilhões de US$ de 2000)

Mundo, Regiões e Países Selecionados	PIB da IDVT (1988)	% Regiões/Mundo	PIB da IDVT (2007)	% Regiões/Mundo
Mundo	867		1.326	
Europa dos 15	256	29,50	332	25,10
América do Norte	342	39,40	455	34,30
América Latina	19	2,20	44	3,30
Ásia	164	18,90	329	24,80
Países	PIB da IDVT (1988)	%País/Região	PIB da IDVT (2007)	%País/Região
França	46	17,80	60	18,10
Estados Unidos	302	88,30	401	87,90
Brasil	9	47,30	19	42,50
Japão	123	74,80	176	53,50
China	10	6,00	56	16,90

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do *World Travel & Tourism Council* (WTTC), 2010.

No entanto, quando se trata do emprego gerado pela Indústria Direta de Viagens e Turismo no mundo, a Tabela 4 mostra que foi da Ásia a maior participação no ano de 2007 (cerca de 60,00%). A América do Norte e a Europa dos 15 contribuíram com 9,10% e 9,20% cada uma. Já a América Latina participou com 5,30% desse emprego (participação menor do que a apresentada no ano de 1988, que foi de 5,80%).

Ressalta-se que na América do Norte, os Estados Unidos foram responsáveis por 87,90% do PIB e 68,20% do emprego da Indústria Direta de Viagens e Turismo da região no ano de 2007. Na Europa dos 15, a França teve a maior contribuição (18,10% para o PIB e 15,40% para o emprego). Na Ásia, no que se refere ao PIB, o Japão contribuiu com 53,50%, no entanto, em relação ao emprego, a China se destacou, pois alcançou a marca de 32,90%. Por fim, pela Tabela 4 observa-se que, para o PIB e o emprego da Indústria Direta de Viagens e Turismo da América Latina, o Brasil teve a maior participação para as duas variáveis (42,50% para o PIB, e 43,90%, para o emprego).

É interessante salientar que, embora a contribuição do PIB da Indústria Direta de Viagens e Turismo da China ao PIB regional tenha tido um aumento significativo

(passando de 6,00%, em 1988, para 16,90%, em 2007, como foi mostrado na Tabela 3), o mesmo não ocorreu com o emprego, pois a contribuição do emprego dessa indústria ao emprego regional declinou, passando de 35,10%, em 1988, para 32,90%, em 2007.

A esse respeito, um relatório das Nações Unidas e da *Economic and Social Commission for Asia and the Pacific* intitulado *Study on the Role of Tourism in Socio-economic Development* ressaltou que a trajetória do crescimento do emprego, tanto na indústria do turismo quanto na economia do turismo, de muitos países da Ásia e do Pacifico indicaram significativas flutuações com fortes quedas em anos específicos, sendo a China um exemplo disso. Em muitos casos, ocorreu um forte crescimento do emprego simultaneamente na indústria e na economia do turismo. Contudo, o alto crescimento do emprego em alguns anos é seguido por um menor crescimento ou mesmo por um forte declínio.

O relatório aponta a necessidade de se estudar e analisar mais detalhadamente se este declínio significa que os empregos foram eliminados ou se existe apenas um desemprego temporário seguido por uma reabsorção. E concluiu que um estudo detalhado deveria levar em conta os fatores particulares que afetam países e sub-regiões. Ainda de acordo com o trabalho, os dados parecem sugerir que mesmo com o crescimento da indústria e da economia do turismo, o link entre emprego direto e/ou indireto precisa ser mais claramente estabelecido e esclarecido. As dimensões quantitativas e qualitativas do emprego na indústria e na economia do turismo requerem uma análise mais detalhada.

TABELA 4 – Participação (%) do Emprego da Indústria Direta de Viagens e Turismo Regional no Emprego da Indústria de Viagens e Turismo do Mundo e dos Países Selecionados nas Regiões (Emprego em Mil)

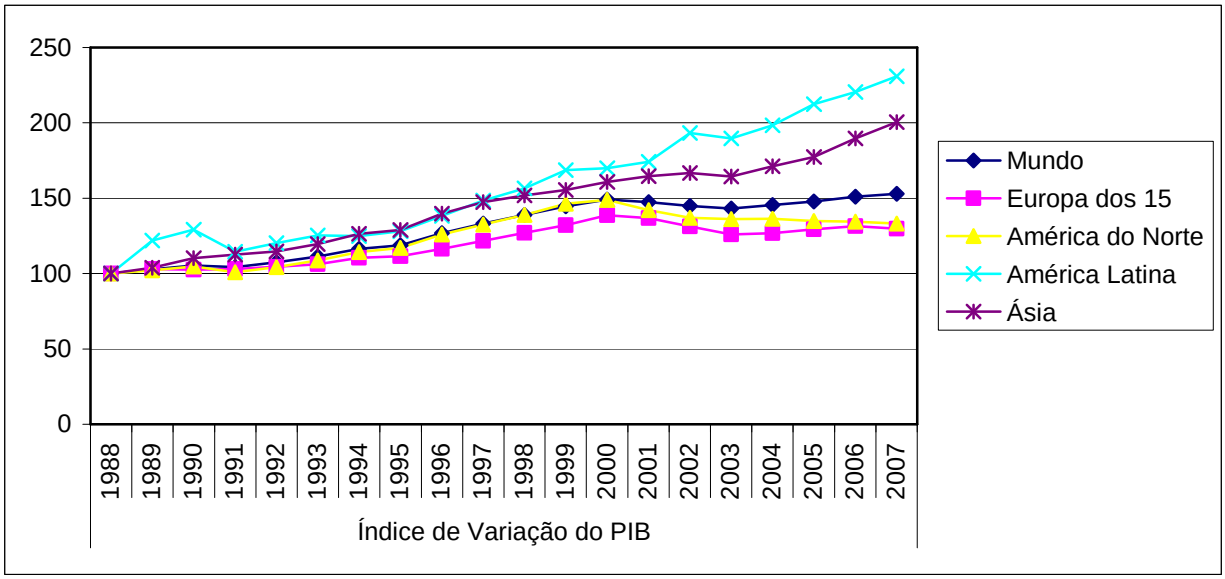
Mundo, Regiões e Países Selecionados	Emprego da IDVT (1988)	Regiões/Mundo (%)	Emprego da IDVT (2007)	Regiões/Mundo (%)
Mundo	53.852		83.270	
Europa dos 15	7.064	13,10	7.673	9,20
América do Norte	7.078	13,10	7.545	9,10
América Latina	3.114	5,80	4.454	5,30
Ásia	29.379	54,60	50.766	61,00
Países	Emprego da IDVT (1988)	País/Região (%)	Emprego da IDVT (2007)	País/Região (%)
França	1.124	15,90	1.183	15,40
Estados Unidos	5.426	76,70	5.145	68,20
Brasil	1.950	62,60	1.957	43,90
Japão	2.097	7,10	2.361	4,70
China	10.316	35,10	16.699	32,90

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do *World Travel & Tourism Council* (WTTC), 2010.

A fim de constatar a evolução do PIB e do emprego da Indústria Direta de Viagens e Turismo para o mundo, as regiões e os países selecionados, calculou-se o índice de variação das referidas variáveis no período de 1988 a 2007. Por meio dos gráficos a seguir, pode-se observar que a Ásia e a América Latina apresentaram um considerável crescimento em relação ao PIB da indústria em questão.

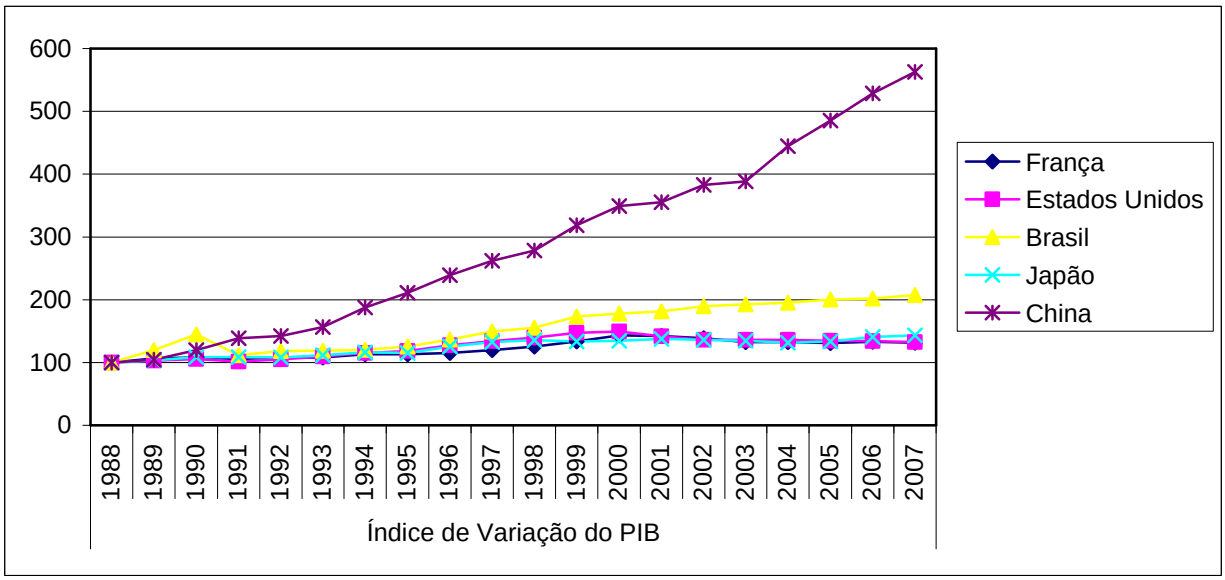
Embora as estimativas tenham mostrado o Japão como responsável, em 2007, por mais de 50,00% do PIB da Indústria Direta de Viagens e Turismo da Ásia, infere-se que o desempenho da China ao longo do período analisado explicaria, em parte, o comportamento apresentado pela região. Da mesma forma, o desempenho apresentado pelo Brasil explicaria, também em parte, a trajetória de crescimento do PIB da Indústria Direta de Viagens e Turismo da América Latina.

GRÁFICO 3 – Índice de Variação do PIB da Indústria Direta de Viagens e Turismo do Mundo e Regiões Selecionadas no Período de 1988 a 2007 (ano-base 1988)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do *World Travel & Tourism Council* (WTTC), 2010.

GRÁFICO 4 - Índice de Variação do PIB da Indústria Direta de Viagens e Turismo dos Países Selecionados no Período de 1988 a 2007 (ano-base 1988)

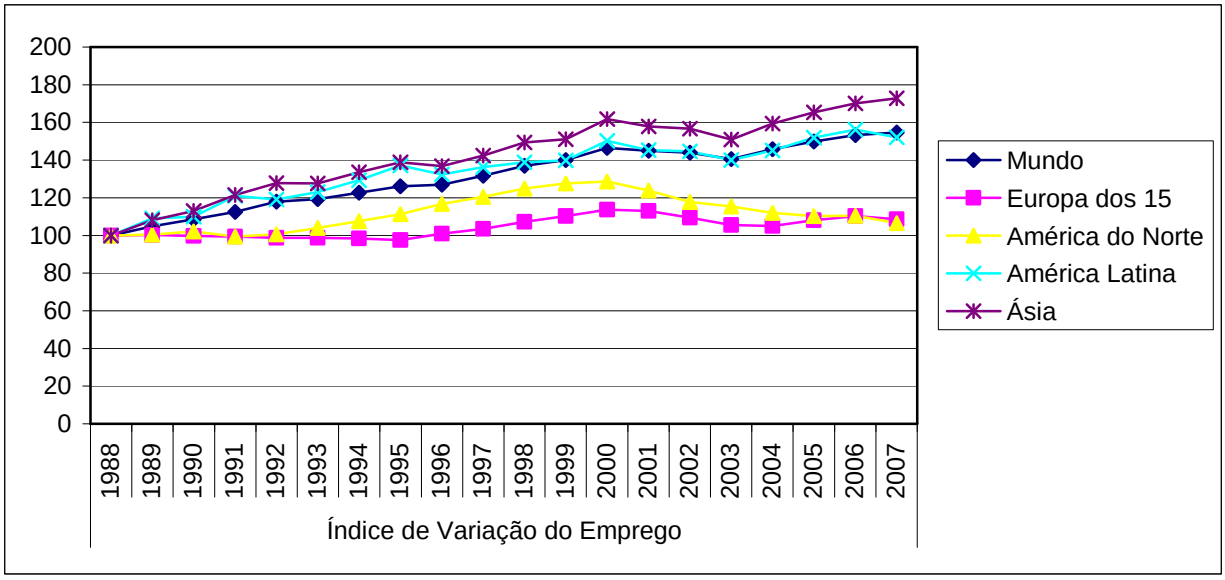


Fonte: Elaboração própria a partir de dados do *World Travel & Tourism Council* (WTTC), 2010.

No que se refere ao emprego, somente a Ásia alcançou um crescimento acima daquele apresentado pelo mundo. E o desempenho da China para essa variável corrobora o comportamento mostrado pela Região. Ainda que, como destacado anteriormente, o número de empregos gerados pela atividade turística tenha apresentado flutuações, a China é o país asiático onde a atividade turística tem

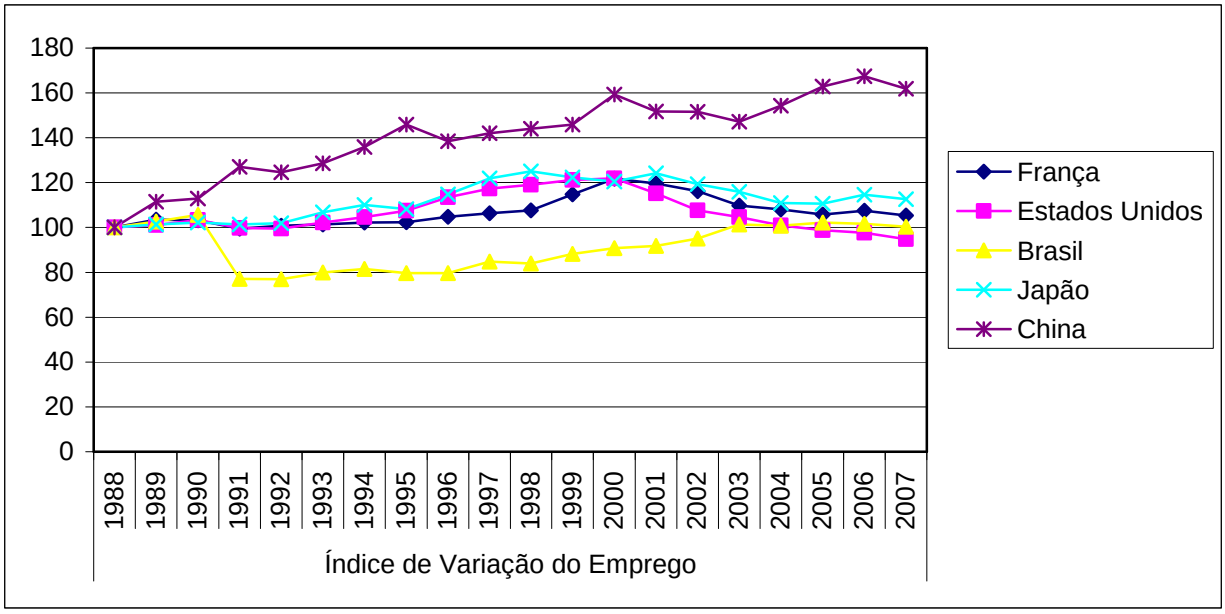
gerado o maior volume de ocupações. Como aponta o relatório das Nações Unidas, uma a cada dez pessoas empregadas na China está na economia do turismo. Por outro lado, o Brasil demonstrou uma trajetória de queda, com índice de variação negativa para o emprego ao longo de quase todo o período (ver Gráficos 5 e 6).

GRÁFICO 5 – Índice de Variação do Emprego da Indústria Direta de Viagens e Turismo do Mundo e Regiões Selecionadas no Período de 1988 a 2007 (ano-base 1988)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do *World Travel & Tourism Council* (WTTC), 2010.

GRÁFICO 6 – Índice de Variação do Emprego da Indústria Direta de Viagens e Turismo dos Países Selecionados no Período de 1988 a 2007 (ano-base 1988)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do *World Travel & Tourism Council* (WTTC), 2010.

As estimativas do WTTC mostraram a importância que a Indústria de Viagens e Turismo do Brasil possui no contexto da América Latina (Tabelas 3 e 4). Entretanto, em termos nacionais, ainda não se tem uma base de dados ampla e detalhada sobre os impactos que a atividade turística traz para a economia brasileira. Contudo, o Ministério do Turismo, em parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), vem, recentemente, buscando mensurar esses impactos. E é fazendo uso das publicações disponibilizadas pelo IBGE que será feita, a seguir, uma descrição das contas do turismo no Brasil.

4 As Contas do Turismo no Brasil

A divulgação de estudos sobre economia do turismo no Brasil é recente, com início em 2007, quando o IBGE, em parceria com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão publicou o trabalho intitulado *Economia do Turismo: análise das atividades características do turismo 2003.*

No ano seguinte, essa mesma instituição divulgou outro trabalho denominado *Economia do Turismo: uma perspectiva macroeconômica 2000-2005*, cujo

objetivo era mensurar os principais agregados macroeconômicos das Atividades Características do Turismo (ACTs), a sua estrutura, assim como os principais indicadores. Mais recentemente, esse estudo foi atualizado e revisado para o período de 2003-2007.

Tais trabalhos, que são uma aproximação das Contas Satélites do Turismo no Brasil, classificaram dez atividades como características do turismo (ver Tabela 5), sendo essa classificação feita de acordo com a correspondência entre o Sistema de Contas Nacionais e a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) que, por sua vez, foi compatibilizada com a *International Standard Classification* (ISIC Rev. 3) e a Classificação Uniforme das Atividades Turísticas (CIUAT), proposta pela OMT.

TABELA 5 – Correspondência entre as Atividades do Sistema de Contas Nacionais e os Códigos da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 1.0) das Atividades Características do Turismo

Código SCN	Atividades Caracteistica do Turismo	Código CNAE 1.0	Atividades Econômicas
66001	*Serviços de Alojamento*	5513	Estabelecimentos Hoteleiros
		5519	Outros tipos de alojamento
66002	*Serviços de Alimentação*	5521	Restaurantes e estabelecimentos de bebidas com serviço completo
		5522	Lanchonetes e similares
		5529	Outros tipos de alimentação
67001	*Transporte Ferroviário e Metroviário*	6029	Transporte regular de bondes, foliculares, teleféricos ou trens próprios para exploração de pontos turísticos.
67002	*Transporte Rodoviário*	6024	Transporte rodoviário de passageiros, regular e não urbano
		6025	Transporte rodoviário de passageiros, não regular
67003	*Transporte Aquaviário*	6111	Transporte aquaviário de cabotagem
		6112	Transporte marítimo de longo curso
		6121	Transporte por navegação interior de passageiros
67004	*Transporte Aéreo*	6210	Transporte aéreo regular
		6220	Transporte aéreo não regular
67006	*Serviços Auxiliares de Transportes*	6321	Atividades auxiliares de transportes terrestres
		6323	Atividades auxiliares de transportes aéreos
67007	*Atividades de Agências e Organizadores de Viagens*	6330	Atividades de agências e organizadores de viagens
72004	*Aluguel de Bens Móveis*	7110	Aluguel de automóveis
74002	*Atividades Recreativas, Culturais e Desportivas*	9213	Projeção de filmes e vídeos
		9231	Atividades de teatro, música e outras atividades artísticas e literárias
		9232	Gestão de salas e espetáculos
		9239	Outras atividades de espetáculos, não especificadas anteriormente
		9251	Atividades de biblioteca e arquivos
		9252	Atividades de museus e conservação
		9253	Atividades de jardins botânicos, zoológicos, parques nacionais e reservas ecológicas
		9261	Atividades desportivas
		9262	Outras atividades relacionadas ao lazer

Fonte: Economia do Turismo: Uma Perspectiva Macroeconômica, 2003-2006, 2010.

Para essas dez atividades foram mensurados os seguintes indicadores macroeconômicos: Valor da Produção (VP), Consumo Intermediário (CI), Valor Adicionado (VA), Total das Ocupações, Rendimento Médio do Pessoal Ocupado, Valor dos Rendimentos do Pessoal Ocupado e Valor dos Salários do Pessoal Ocupado.

Pela Tabela 6, observa-se que as ACTs contribuíram com 3,74% do Valor da Produção (VA) brasileiro em 2004. Nos dois anos seguintes, houve uma queda nessa participação (passou de 3,61%, no ano de 2005, para 3,43%, em 2006), mas, em 2007, notou-se uma leve recuperação, pois essa contribuição chegou

novamente a 3,61%. Já a contribuição do Valor Adicionado das ACTs ao Valor Adicionado da economia brasileira manteve-se praticamente constante (3,60%), ao longo dos quatro anos analisados (ver Tabela 7).

No que se refere às Ocupações, a Tabela 8 mostra que a participação das ACTs nas Ocupações da economia brasileira em 2004 era de 6,07%. Contudo, nos anos de 2005 e 2006 essa participação caiu para 5,78%, mas recuperou o crescimento em 2007 e passou a contribuir com 6,20%.

Em relação aos Rendimentos do Pessoal Ocupado, verificou-se que a contribuição das ACTs ao total dos Rendimentos do Pessoal Ocupado no Brasil ficou em 3,18%, em 2004. Tal contribuição sofreu uma queda em 2005 (ver Tabela 9), mas nos dois anos seguintes apresentou um crescimento (passando de 3,23%, em 2006, para 3,27%, em 2007).

TABELA 6 – Composição (%) do Valor da Produção (VP) das Atividades Características do Turismo (ACTs)
(VP em Milhões de R$ – preços constantes do ano anterior)

Atividades Características do Turismo	VP 2004	% no Total do VP	VP 2005	% no Total do VP	VP 2006	% no Total do VP	VP 2007	% no Total do VP
Serviços de Alojamento	5.854	4,95	7.164	5,62	7.764	5,79	8.841	5,60
Serviços de Alimentação	45.338	38,31	47.837	37,49	54.541	40,64	60.262	38,15
Transporte Ferroviário	39	0,03	30	0,02	40	0,03	57	0,04
Transporte Rodoviário	21.893	18,50	22.135	17,35	24.576	18,31	29.325	18,57
Transporte Aquaviário	400	0,34	510	0,40	550	0,41	596	0,38
Transporte Aéreo	16.434	13,89	17.630	13,82	16.241	12,10	18.731	11,86
Serviços Auxiliares dos Transportes	7.626	6,44	9.365	7,34	10.533	7,85	12.231	7,74
Atividades de Agência e Org. de Viagens	2.500	2,11	2.971	2,33	3.168	2,36	3.305	2,09
Aluguel de Bens Móveis	1.933	1,63	2.252	1,77	2.691	2,01	3.487	2,21
Ativ. Recreativas, Culturais e Desportivas	16.315	13,79	17.692	13,87	19.749	14,72	21.115	13,37
Total das ACT	**118.332**	**100,00**	**127.586**	**100,00**	**134.193**	**100,00**	**157.950**	**100,00**
Total da Economia Brasileira	**3.162.907**	**3,74**	**3.537.551**	**3,61**	**3.915.881**	**3,43**	**4.373.911**	**3,61**

Fonte: Economia do Turismo: Uma Perspectiva Macroeconômica 2003-2007 - IBGE. Elaboração própria, 2010.

TABELA 7 – Composição (%) do Valor Adicionado (VA) das Atividades Características do Turismo 2004-2006 (em Milhões de R$ a preços constantes do ano anterior)

Atividades Características do Turismo	VA 2004	% no Total do VA	VA 2005	% no Total do VA	VA 2006	% no Total do VA	VA 2007	% no Total do VA
Serviços de Alojamento	3.115	5,51	3.920	6,33	4.415	6,40	4.806	6,21
Serviços de Alimentação	18.051	31,93	20.172	32,60	23.086	33,48	26.430	34,15
Transporte Ferroviário	13	0,02	13	0,02	16	0,02	25	0,03
Transporte Rodoviário	12.145	21,48	11.836	19,13	13.301	19,29	15.937	20,59
Transporte Aquaviário	253	0,45	316	0,51	408	0,59	400	0,52
Transporte Aéreo	4.519	7,99	4.981	8,05	4.706	6,83	5.162	6,67
Serviços Auxiliares dos Transportes	4.274	7,56	5.114	8,26	5.931	8,60	6.876	8,88
Atividades de Agência e Org. de Viagens	1.393	2,46	1.566	2,53	1.680	2,44	1.881	2,43
Aluguel de Bens Móveis	1.163	2,06	1.379	2,23	1.673	2,43	2.241	2,90
Atividades Recreativas, Culturais e Desportivas	11.615	20,54	12.583	20,33	13.736	19,92	13.646	17,63
Total das Atividades Características do Turismo	**56.541**	**100,00**	**61.880**	**100,00**	**68.952**	**100,00**	**77.404**	**100,00**
Total da Economia	**1.553.062**	**3,64**	**1.715.619**	**3,61**	**1.910.276**	**3,61**	**2.152.798**	**3,60**

Fonte: Economia do Turismo: Uma Perspectiva Macroeconômica 2003-2007 - IBGE. Elaboração Própria, 2010.

TABELA 8 – Composição (%) das Ocupações nas Atividades Características do Turismo (em Mil Pessoas Ocupadas)

Atividades Características do Turismo	Ocupações 2004	% no Total Ocupações	Ocupações 2005	% no Total Ocupações	Ocupações 2006	% no Total Ocupações	Ocupações 2007	% no Total Ocupações
Serviços de Alojamento	324	6,16	345	6,40	352	6,17	347	5,91
Serviços de Alimentação	2.674	50,81	2.697	50,05	2.858	50,01	2.887	49,16
Transporte Ferroviário	1	0,01	0	0,01	1	0,01	0	0,01
Transporte Rodoviário	1.052	20,00	1.065	19,76	1.079	18,89	1.176	20,03
Transporte Aquaviário	28	0,53	27	0,50	27	0,47	29	0,50
Transporte Aéreo	35	0,67	37	0,69	38	0,66	44	0,76
Serviços Auxiliares dos Transportes	178	3,38	177	3,28	194	3,40	187	3,19
Atividades de Agência e Org. de Viagens	106	2,02	111	2,05	119	2,08	119	2,03
Aluguel de Bens Móveis	35	0,66	36	0,67	33	0,58	42	0,71
Atividades Recreativas, Culturais e Desportivas	829	15,76	894	16,59	1.014	17,74	1.040	17,71
Total	**5.356**	**100,00**	**5.263**	**100,00**	**5.388**	**100,00**	**5.873**	**100,00**
Total da Economia	**88.252**	**6,07**	**90.906**	**5,79**	**93.247**	**5,78**	**94.714**	**6,20**

Fonte:Economia do Turismo: Uma Pespectiva Macroeconômica 2003 - 2007 - IBGE. Elaboração Própria, 2010.

TABELA 9 – Composição (%) dos Rendimentos do Pessoal Ocupado (RPO) nas Atividades Características do Turismo (Valor dos Rendimentos em Milhões de R$)

Atividades Características do Turismo	Rendimento 2004	% no Total Rendimento	Rendimento 2005	% no Total Rendimento	Rendimento 2006	% no Total Rendimento	Rendimento 2007	% no Total Rendimento
Serviços de Alojamento	2.560	10,56	2.892	10,72	3.209	10,24	3.613	10,06
Serviços de Alimentação	6.857	28,28	7.503	27,81	9.026	28,80	10.757	29,94
Transporte Ferroviário	21	0,09	15	0,06	19	0,06	18	0,05
Transporte Rodoviário	4.217	17,39	4.633	17,17	4.974	15,87	5.849	16,28
Transporte Aquaviário	770	3,18	852	3,16	976	3,11	1.169	3,25
Transporte Aéreo	2.192	9,04	2.306	8,55	2.575	8,22	2.765	7,70
Serviços Auxiliares dos Transportes	2.267	9,35	2.541	9,42	3.244	10,35	3.661	10,19
Atividades de Agência e Org. de Viagens	925	3,82	1.138	4,22	1.196	3,82	1.351	3,76
Aluguel de Bens Móveis	399	1,65	421	1,56	574	1,83	681	1,90
Atividades Recreativas, Culturais e Esportivas	4.037	16,65	4.679	17,34	5.548	17,70	6.060	16,87
Total	**24.245**	**100,00**	**26.980**	**100,00**	**31.341**	**100,00**	**35.924**	**100,00**
Total da Economia	**763.237**	**3,18**	**860.886**	**3,13**	**969.391**	**3,23**	**1.099.903**	**3,27**

Fonte: Economia do Turismo: Uma Perspectiva Macroeconômica 2003-2007 - IBGE. Elaboração Própria, 2010.

Calculando-se a composição das ACTs para os indicadores de Valor da Produção, Valor Adicionado, Ocupações e Rendimentos do Pessoal Ocupado, constatou-se que a atividade *Serviços de Alimentação* foi a que teve a maior representatividade nestas contas no período de 2004 a 2007. Pela Tabela 6, nota-se que a participação dessa atividade no Valor da Produção das ACTs variou entre 37,50% e 40,64%. Em seguida, veio o setor de *Transporte Rodoviário*, que contribuiu com valores que variaram entre 17,35% e 18,50%.

No que se refere ao Valor Adicionado (VA), a Tabela 7 mostra que entre 2004 e 2007, os *Serviços de Alimentação* deram uma contribuição que oscilou entre 31,93% e 34,15%, acompanhados por *Transporte Rodoviário* e *Atividades Recreativas, Culturais e Desportivas*, cujas participações variaram entre 17,63% e 21,48%, no período analisado.

Em relação às ocupações (Tabela 8), a atividade *Serviços de Alimentação* mais uma vez se destacou por contribuir com cerca de 50,00% do total das ocupações características do turismo no período de 2004 a 2007. Em seguida, novamente, vieram as atividades de *Transporte Rodoviário* e as *Atividades Recreativas*, *Culturais e Desportivas*. Para a primeira, a participação variou entre 19,76% e 20,03%. Já para a segunda, a participação ficou entre 17,74% e 15,76%.

Quanto ao Valor dos Rendimentos do Pessoal Ocupado (VR), Tabela 9, os *Serviços de Alimentação* deram uma contribuição que variou entre 27,81% e 29,94%. Em seguida, vieram os *Serviços de Transporte Rodoviário* e as *Atividades Recreativas, Culturais e Desportivas*. Para estas duas atividades, as contribuições foram próximas (entre 15,87% e 17,70%), como pode ser visto na Tabela 9.

Constatou-se, portanto, pelos indicadores de composição, expostos nas Tabelas 6, 7, 8 e 9, que a atividade *Serviços de Alimentação* foi a que teve maior contribuição tanto em termos de Valor da Produção quanto no Valor Adicionado, no número de Ocupações e nos Rendimentos do Pessoal Ocupado das dez atividades que caracterizam o turismo no País.

Como salientado anteriormente, as contas do turismo no Brasil ainda são bastante recentes e, embora a atividade venha apresentando destacada importância econômica (principalmente no que se refere à geração de empregos), ainda não se tem um detalhamento das contas do turismo em níveis regionais e estaduais. Ademais, as avaliações que se têm sobre o volume de emprego gerado pelas ACTs tratam, em sua maioria, apenas do emprego formal.

Contudo, como aponta Coelho (2011), em um estudo sobre a ocupação regional e estadual do setor de turismo no Brasil, o volume de emprego informal gerado pela atividade turística é bastante significativo. A autora ressalta que, do total de ocupados na atividade turística em dezembro de 2008, 43,00% tinham empregos formais e 57,00%, empregos informais[9]. Esse total de ocupados representava 2,50% da economia brasileira. Em relação aos empregos formais, a atividade turística representava 2,80% da ocupação da economia como um todo. Quanto aos empregos informais, essa representatividade era de 2,30%.

Em termos regionais, Coelho (2011) destaca que o predomínio da ocupação informal no setor de turismo se deve às regiões Norte e Nordeste, que têm as menores proporções de ocupações formais: 27,00% e 30,00%, respectivamente. Por outro lado, os maiores níveis de formalidade estão com as regiões Sudeste e Sul.

No que se refere à distribuição e à evolução das ocupações entre as regiões, em dezembro de 2008, a região Sudeste respondia por 45,00% das ocupações no setor de turismo, seguida pelo Nordeste, com 27,00%; Sul, com 14,00%; e, no mesmo patamar, as regiões Norte e Centro-Oeste, com 7,00%. Em relação ao volume de ocupações formais e informais, o Sudeste participou com 52,00% dos empregos formais das ACTs, e o Nordeste, com apenas 19,00%. Todavia, 33,00% destas ocupações são informais, o que mostra a relevância das ocupações informais no Nordeste (Coelho, 2011).

---

[9] Os empregos de natureza informal correspondem a pessoas que trabalham na condição de proprietárias, familiares não remunerados, autônomos e aqueles que não têm carteira assinada (Coelho, 2011).

Pelo que foi exposto, percebe-se que a atividade turística vem ganhando significativa relevância para todas as regiões brasileiras, porém, é na região Sudeste que esta atividade é mais dinâmica em termos das ocupações geradas pelo turismo.

É, portanto, ainda grande o desafio para os agentes responsáveis pelo desenvolvimento econômico tornar essa atividade um instrumento capaz de alavancar um desenvolvimento econômico sustentado nas regiões mais pobres, notadamente o Nordeste brasileiro.

Esse desafio está relacionado não apenas ao fato de a região mais rica ser responsável pela maior parte das ocupações geradas pela atividade turística, mas também pelo fato de o principal segmento que compõe esta atividade (*Serviço de Alimentação*) ser caracterizado como um segmento de baixo conteúdo tecnológico.

5 Considerações finais

As estimativas do WTTC apontaram que a Europa dos 15 e a América do Norte (principais regiões de destino do mundo) perderam participação relativa não somente no número de visitante *overnight* que recebem como também nas suas contribuições ao PIB e ao emprego turístico do mundo. Por outro lado, a Ásia ganhou destacada importância na evolução das três variáveis acima citadas. E, embora a América Latina também tenha obtido um ganho de participação tanto no que se refere ao número de visitantes quanto no PIB, tal ganho foi bem menor que o obtido pela Ásia.

No caso da Ásia, o aumento da sua participação na Indústria Direta de Viagens e Turismo está associado às políticas de incentivo a atividade, assim como às alianças de cooperação entre as instituições públicas e privadas nas esferas nacional, internacional, regional e local no sentido de criar ou melhorar a infraestrutura que dá suporte ao desenvolvimento do turismo.

Por outro lado, na América Latina, ainda são recentes as políticas voltadas ao desenvolvimento do turismo. Como será exposto no segundo ensaio, a região

passou por problemas econômicos, sociais e políticos, que se agravaram na segunda metade do século XX e restringiram as tentativas de priorizar o incentivo a atividades específicas como o turismo. Estes são fatores que possivelmente contribuíram para a queda de participação da Região no emprego da Indústria Direta de Viagens e Turismo da região entre 1988 e 2007, embora o número de turistas *overnight* e o PIB tenham crescido, como apontaram as estimativas do WTTC.

Tomando como referência o Brasil, foi somente a partir da segunda metade da década de 1990 que se observou uma maior preocupação em se desenvolver parcerias que resultassem na consolidação da atividade turística. Como exemplo, tem-se o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste – PRODETUR/NE , que será analisado no quarto ensaio desta tese.

O fortalecimento do aparato institucional de apoio ao turismo também é recente no Brasil, visto que o Ministério do Turismo só foi criado em 2003. Recentes, também, são as tentativas de contabilizar o impacto trazido pelas Atividades que Caracterizam o Turismo (ACTs) sobre os agregados macroeconômicos nacionais. O primeiro trabalho neste sentido foi feito pelo IBGE e cobre um curto período (apenas os anos 2000, e não é em sua totalidade). Não há uma desagregação dos indicadores relativos às ACTs em escala regional e estadual, o que dificulta uma análise pormenorizada sobre os impactos econômicos trazidos por estas atividades.

Os dados do IBGE mostraram que, entre 2004 e 2007, a contribuição das Atividades que Caracterizam o Turismo ao Valor da Produção e ao Valor Adicionado da economia brasileira sofreu uma leve queda. De outra forma, a contribuição do número de Ocupações e do Valor dos Rendimentos do Pessoal Ocupado das ACTs para a economia nacional apresentou um pequeno aumento.

Pelas análises apresentadas, pode-se considerar que, embora tenha havido uma desconcentração do turismo da Europa e América do Norte para a Ásia e América Latina, como apontaram as estimativas do WTTC, as políticas especificas para o turismo na América Latina ainda são recentes para fazer com que esta região consiga competir com os principais mercados de turismo do mundo.

Dessa forma, a importância econômica do turismo pode ser analisada sob duas perspectivas. A primeira trata da mensuração dos seus impactos econômicos, que se traduz na construção na Conta Satélite do Turismo (CST), como visto no presente ensaio, e a segunda são as abordagens teóricas que explicam a expansão e o destaque dessa atividade como um possível instrumento de desenvolvimento econômico. E é sobre essa segunda perspectiva que parte do ensaio seguinte versará. Além disso, será feita uma explanação sobre o desenvolvimento recente do turismo no Brasil.

Referências

ANDRADE, M. V. O Setor de Serviços no Brasil: A dualidade revisitada (1981/1990). (Dissertação de Mestrado). Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais, 1994.

BRASIL Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *PIB Municipal*. Disponível em: <http//:www.ibge.gov.br/donwload/estatisticas>. Vários acessos, 2009.

BRASIL Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Economia do Turismo: Análise das Atividades Características do Turismo 2003. *Estudos & Pesquisas, Informação Econômica*, *n. 5*. Rio de Janeiro, 2007.

BRASIL Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Economia do Turismo: Uma Perspectiva Macroeconômica (2003-2007). *Estudos & Pesquisas, Informação Econômica, n. 12.* Rio de Janeiro, 2009.

BRASIL Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Economia do Turismo: Uma Perspectiva Macroeconômica (2000-2005). *Estudos & Pesquisas, Informação Econômica, n. 7.* Rio de Janeiro, 2009.

BRASIL Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). *Contas Nacionais*. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata>. Vários acessos, 2009.

COELHO, M. H. P. Ocupação do Setor de Turismo no Brasil: Análise da Ocupação nas Principais ACTs nos Estados, Regiões e Brasil. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, *Texto para Discussão*, n. 1580, Brasília, fevereiro de 2011.

ECONOMIC AND SOCIAL COMMISSION FOR ASIA AND THE PACIFIC. *Study on the Role of Tourism in Socio-economic Development***.** Nações Unidas, Nova York, 2007.

Lao PDR Tourism Strategy 2006-2020. Tradução não oficial. Disponivel em: <http: //www.tourismlaos.org>.

MÉIS, S. Toward a manual for Tourism Satellite Account: a discussion document. In: 8TH INTERNATIONAL FORUM ON TOURISM STATISTICS: AN INSIGHT INTO TOURISM STATISTICS. Cáceres, Spain, Nov. 2006. *Anais*... 2006. 16p.

MELO, H. P; ROCHA, C. F. L; FERRAZ, G.; SABBATO, A.; DWECK, R. H. É Possível uma Política para o Setor de Serviços? Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, *Texto para Discussão*, n. 457, Rio de Janeiro, 1997.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. *Facts & Figures*. Madri. Disponivel em: <http://www.unwto.org>. Vários acessos, 2009.

POPULATION REFERENCE BUREAU. *World Population Data Sheet.* Washington, USA. Disponível em: < http://www.prb.org/Publications/Datasheets> Acesso em: 5 de julho de 2009.

TOURISM SATELLITE ACCOUNT: RECOMMENDED METHODOLOGICAL FRAMEWORK 2008 *(TSA: RMF 2008)*. ONU; UNWTO; EUROSTAT; OECD. Luxembourg, Madrid, New York, Paris, 2008.

WORLD TRAVEL AND TOURISM COUNCIL (WTTC) *Tourism Impact Data and Forecast Tool*. London. Disponível em:< http://www.wttc.org >. Vários acessos, 2009.

WORLD TRAVEL & TOURISM COUNCIL AND OXFORD ECONOMICS *Methodology for Producing the 2010 WTTC OE TRAVEL & TOURISM Economic Impact Research.* Março, 2010.

ANEXO: ENSAIO 1

TABELA I – Contribuição do PIB (em US$ Bi de 2000) e Emprego (em 1000) da Indústria Direta de Viagens e Turismo para o PIB e Emprego do Mundo e Regiões Selecionadas (1988 a 2007)

Continua

	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	Media
Mundo																					
PIB	867	891	913	904	931	964	1.010	1.029	1.099	1.155	1.205	1.253	1.293	1.277	1.256	1.241	1.261	1.282	1.309	1.326	1.123
% no PIB Total	3,70	3,70	3,70	3,60	3,60	3,70	3,70	3,70	3,80	3,80	3,90	4,00	3,90	3,80	3,70	3,60	3,50	3,40	3,30	3,20	3,70
Emprego	53.852	56.484	58.491	60.559	63.491	64.262	66.099	67.940	68.390	70.897	73.766	75.363	78.917	78.037	77.534	75.709	78.536	80.702	82.511	83.270	70.740
% no Emp Total	2,60	2,70	2,70	2,70	2,80	2,80	2,80	2,90	2,80	2,90	3,00	3,00	3,10	3,00	2,90	2,80	2,90	2,90	2,90	2,90	2,90
Europa dos 15																					
PIB	256	263	263	264	268	272	283	286	298	311	325	338	355	350	336	322	325	331	336	332	306
% no PIB Total	4,00	4,00	3,90	3,90	3,90	4,00	4,00	4,00	4,10	4,20	4,30	4,30	4,30	4,20	4,00	3,80	3,80	3,80	3,70	3,60	4,00
Emprego	7.064	7.078	7.044	7.020	6.978	6.976	6.948	6.890	7.127	7.315	7.569	7.795	8.035	7.977	7.727	7.451	7.421	7.638	7.795	7.673	7.376
% no Emp Total	4,60	4,50	4,40	4,40	4,50	4,50	4,50	4,50	4,60	4,70	4,70	4,80	4,80	4,70	4,50	4,40	4,30	4,40	4,40	4,30	4,50
América do Norte																					
PIB	342	350	358	345	357	372	391	400	431	453	475	500	509	486	469	466	466	461	460	455	427
% no PIB Total	4,40	4,30	4,30	4,20	4,20	4,30	4,30	4,30	4,50	4,50	4,50	4,60	4,50	4,20	4,00	3,90	3,70	3,60	3,50	3,30	4,20
Emprego	7.078	7.105	7.228	7.039	7.123	7.365	7.612	7.878	8.266	8.529	8.837	9.034	9.105	8.773	8.336	8.165	7.927	7.803	7.821	7.545	7.928
% no Emp Total	4,50	4,40	4,40	4,30	4,30	4,40	4,40	4,50	4,70	4,70	4,80	4,80	4,70	4,50	4,30	4,20	4,00	3,90	3,80	3,60	4,40
América Latina																					
PIB	19	23	25	22	23	24	24	25	27	29	30	32	33	33	37	36	38	41	42	44	30
% no PIB Total	2,30	2,20	2,40	2,00	2,00	2,00	2,00	1,90	2,00	2,10	2,20	2,30	2,30	2,30	2,50	2,50	2,40	2,40	2,30	2,30	2,20
Emprego	3.114	3.409	3.416	2.864	2.895	3.030	2.992	2.948	3.045	3.200	3.272	3.515	3.570	3.705	4.094	4.179	4.250	4.406	4.441	4.454	3.540
% no Emp Total	2,60	2,80	2,80	2,20	2,20	2,20	2,20	2,10	2,10	2,20	2,20	2,40	2,30	2,40	2,50	2,50	2,40	2,50	2,40	2,40	2,40

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do *World Travel & Tourism Council* (WTTC), 2010.

TABELA I – Contribuição do PIB (em US$ Bi de 2000) e Emprego (em 1000) da Indústria Direta de Viagens e Turismo para o PIB e Emprego do Mundo e Regiões Selecionadas (1988 a 2007) – Continuação

	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	Media
Nordeste da Ásia																					
PIB	144	148	156	159	159	166	176	178	195	205	210	213	218	224	226	224	229	237	252	263	199
% no PIB Total	3,00	2,90	2,90	2,90	2,80	2,90	3,00	2,90	3,00	3,10	3,20	3,20	3,10	3,10	3,10	2,90	2,90	2,80	2,80	2,70	3,00
Emprego	13.193	14.382	14.511	15.968	15.706	16.235	17.065	18.087	17.462	17.976	18.307	18.446	19.826	19.163	19.075	18.469	19.142	20.036	20.612	20.056	17.686
% no Emp Total	2,10	2,20	2,00	2,10	2,00	2,10	2,20	2,30	2,20	2,20	2,20	2,20	2,40	2,30	2,20	2,20	2,20	2,30	2,30	2,30	2,20
Sudeste da Ásia																					
PIB	13	13	15	16	17	18	19	20	21	22	23	25	26	28	28	26	30	30	32	37	23
% no PIB Total	3,80	3,70	4,00	3,90	4,10	3,90	3,80	3,80	3,60	3,60	4,30	4,40	4,30	4,40	4,30	3,70	4,00	3,70	3,80	4,00	4,00
Emprego	4.708	5.238	5.632	5.509	5.613	5.676	6.058	6.322	6.492	6.667	7.924	7.705	7.961	8.560	8.527	7.351	8.170	7.957	8.418	9.061	6.977
% no Emp Total	2,60	2,80	2,90	2,80	2,80	2,80	2,90	3,00	3,00	3,00	3,60	3,40	3,50	3,60	3,60	3,00	3,30	3,10	3,30	3,40	3,10
Sul da Ásia																					
PIB	8	9	10	11	12	12	13	14	14	15	16	18	19	19	19	20	22	25	27	30	17
% no PIB Total	2,40	2,50	2,70	2,80	3,10	2,90	3,00	3,00	2,90	3,00	3,00	3,00	3,20	3,00	2,90	2,90	2,90	3,00	3,00	3,10	2,90
Emprego	11.478	12.112	13.041	14.193	16.200	15.590	16.140	16.394	16.224	17.203	17.643	18.254	19.746	18.673	18.430	18.526	19.495	20.583	20.966	21.649	17.127
% no Emp Total	2,80	2,90	3,10	3,30	3,70	3,40	3,50	3,50	3,30	3,50	3,50	3,50	3,70	3,40	3,30	3,30	3,40	3,50	3,50	3,50	3,40

Fonte: Elaboração própira a partir de dados do *World Travel & Tourism Council* (WTTC), 2010.

TABELA II – Contribuição do PIB (em US$ Bi de 2000) e Emprego (em 1000) da Indústria Direta de Viagens e Turismo para o PIB e Emprego dos Países Selecionados (1988 a 2007)

	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	Media
França																					
PIB	46	49	49	48	49	49	52	52	53	55	57	61	65	65	63	60	61	60	61	60	56
% no PIB Total	4,40	4,50	4,50	4,30	4,40	4,40	4,50	4,40	4,40	4,50	4,60	4,70	4,80	4,70	4,60	4,30	4,20	4,10	4,10	3,90	4,40
Emprego	1.124	1.164	1.161	1.118	1.132	1.139	1.148	1.150	1.177	1.194	1.209	1.290	1.369	1.345	1.305	1.234	1.214	1.189	1.208	1.183	1.203
% no Emp Total	5,00	5,10	5,00	4,80	4,90	5,00	5,10	5,00	5,10	5,20	5,20	5,40	5,60	5,40	5,20	4,90	4,80	4,70	4,70	4,60	5,00
Estados Unidos																					
PIB	302	311	319	307	318	332	348	357	384	405	421	444	452	428	412	412	411	406	405	401	379
% no PIB Total	4,40	4,40	4,40	4,30	4,30	4,30	4,40	4,40	4,50	4,60	4,60	4,60	4,50	4,20	4,00	3,90	3,70	3,60	3,50	3,40	4,20
Emprego	5.426	5.486	5.605	5.411	5.399	5.546	5.678	5.829	6.154	6.364	6.461	6.579	6.613	6.247	5.838	5.681	5.475	5.359	5.301	5.145	5.780
% no Emp Total	4,70	4,60	4,70	4,50	4,50	4,60	4,60	4,60	4,80	4,90	4,90	4,90	4,80	4,50	4,20	4,10	3,90	3,70	3,60	3,50	4,40
Brasil																					
PIB	9	11	13	10	11	11	11	11	12	14	14	16	16	16	17	18	18	18	18	19	36
% no PIB Total	2,80	2,20	2,80	2,00	2,10	2,00	2,00	1,90	2,00	2,20	2,20	2,50	2,50	2,50	2,50	2,50	2,40	2,40	2,30	2,20	2,30
Emprego	1.950	2.000	2.060	1.503	1.501	1.560	1.591	1.552	1.554	1.655	1.636	1.720	1.772	1.790	1.854	1.978	1.966	1.994	1.981	1.957	1.779
% no Emp Total	3,30	3,30	3,30	2,30	2,30	2,30	2,30	2,20	2,10	2,30	2,20	2,40	2,30	2,30	2,30	2,40	2,30	2,30	2,20	2,10	2,40
Japão																					
PIB	123	127	133	133	133	137	143	142	154	163	166	164	165	169	167	165	162	164	173	176	153
% no PIB Total	3,20	3,20	3,20	3,10	3,00	3,10	3,20	3,10	3,30	3,50	3,60	3,60	3,50	3,60	3,50	3,40	3,30	3,20	3,30	3,30	3,30
Emprego	2.097	2.125	2.142	2.124	2.137	2.238	2.309	2.269	2.406	2.557	2.622	2.565	2.526	2.604	2.503	2.430	2.324	2.321	2.404	2.361	2.353
% no Emp Total	3,40	3,40	3,40	3,30	3,30	3,40	3,50	3,50	3,70	3,90	4,00	3,90	3,90	4,00	3,90	3,80	3,60	3,60	3,70	3,60	3,60
China																					
PIB	10	10	12	14	14	16	19	21	24	26	28	32	35	35	38	38	44	48	52	56	28
% no PIB Total	2,40	2,40	2,60	2,80	2,50	2,40	2,50	2,60	2,70	2,70	2,60	2,80	2,80	2,70	2,60	2,40	2,50	2,50	2,40	2,30	2,60
Emprego	10.316	11.504	11.654	13.109	12.853	13.263	14.022	15.050	14.291	14.651	14.852	15.055	16.428	15.654	15.632	15.179	15.912	16.808	17.279	16.699	14.510
% no Emp Total	1,90	2,00	1,90	2,00	1,90	1,90	2,00	2,20	2,00	2,10	2,10	2,10	2,20	2,10	2,10	2,00	2,10	2,20	2,20	2,10	2,10

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do *World Travel & Tourism Council* (WTTC), 2010.

ENSAIO 2. TURISMO COMO UMA PROPOSTA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Resumo

Este ensaio objetivou apresentar os fatores que explicam a expansão do turismo no mundo; expor as abordagens teóricas que tratam o turismo como um instrumento de desenvolvimento econômico e mostrar o panorama do turismo brasileiro em período recente. A literatura aponta que, entre os fatores que explicam a expansão da demanda turística, o aumento da renda, do tempo disponível e o desenvolvimento tecnológico são os que se destacam. E do lado da oferta, a infraestrutura turística tem crescido, estando este crescimento associado às políticas públicas de incentivo à atividade. No entanto, embora a atividade turística tenha ganhado destaque como um possível instrumento de desenvolvimento econômico, poucas são as abordagens teóricas que tratam o turismo no escopo da teoria econômica. Entre as abordagens existentes, destacaram-se os paradigmas do desenvolvimento, a teoria da base de consumo e a teoria do ciclo de vida do produto. No que se refere ao panorama do turismo no Brasil, os dados apresentados mostraram que entre 1995 e 2006 houve um considerável crescimento do turismo doméstico e internacional e uma significativa ampliação da receita turística. E, quanto à distribuição dos investimentos pretendidos em meios de hospedagem, por região, entre o período de 2007 a 2009, teve-se que a região Nordeste do Brasil ficaria com mais de 50%, o que configuraria a aposta na atividade turística como um instrumento de desenvolvimento para a referida Região.

Palavras-Chave: Turismo e desenvolvimento; Abordagens Teóricas; Turismo no Brasil.

Abstract

This essay aims to present the factors that explain the expansion of tourism in the world, exposing the theoretical approaches that treat tourism as an instrument of economic development, and show the picture of the Brazilian tourism in recent years. The literature suggests that among the factors that explain the expansion of tourism demand, increased income, time available and technological development are the ones that stand out. And on the supply side, the tourism infrastructure has growth being associated with public prominence as a possible tool for economic development, are still few theoretical approaches that deal with tourism within the scope of economic theory. Existing approaches, the highlights are the paradigms of development, the theory of consumer base and the theory of product life cycle. Regarding the outlook for tourism in Brazil, the data presented showed that between 1995 and 2006 existed a considerable growth in the domestic and international tourism and a significant expansion of tourism revenue. What about the distribution of investments in lodging facilities desired by the region between the period 2007 to 2009, was that the Northeast region of Brazil would have more than 50%, that constituted a bet on tourism as a development tool for that region.

Keywords: Tourism and development; Theoretical Approaches; Tourism in Brazil.

1 Introdução

Os dados relativos ao número de visitantes *overnight* apresentados no ensaio anterior são uma *proxy* que revelam o quanto a demanda turística aumentou no mundo, principalmente fora do eixo europeu (região de destino que recebe o maior número de visitantes do mundo). Uma série de fatores explica essa expansão, com destaque para o aumento da renda e do tempo disponível da sociedade e do desenvolvimento tecnológico, que reduziu as distâncias.

Por outro lado, a oferta de infraestrutura turística também tem crescido e, para isso, as políticas de incentivo à atividade desempenham um papel fundamental. Pode-se dizer que a consolidação da Europa como principal região de destino está fortemente atrelada a essas políticas. E o destaque que a Ásia experimentou nos últimos anos está também associado às políticas públicas de incentivo ao turismo.

Embora os esforços para medir os impactos econômicos do turismo tenham aumentado, o seu tratamento dentro da teoria econômica ainda não alcançou proporções significativas. Dentre as abordagens existentes, podem-se citar duas que, de forma especifica, dão um tratamento teórico ao desenvolvimento da atividade turística. A primeira abordagem são os paradigmas do desenvolvimento, e a segunda é a teoria do ciclo de vida do produto. Por fim, tem-se a teoria da base de consumo, que foi utilizada para explicar o comportamento econômico do setor de serviços como um todo, e não especificamente a atividade turística.

No que diz respeito às contribuições que o turismo apresenta para o desenvolvimento econômico, a literatura aponta, entre outros fatores, sua capacidade de geração de divisas e seu efeito multiplicador como elementos que o definem como instrumento de desenvolvimento. Todavia, são listados também alguns fatores que limitam o papel que a atividade turística pode trazer ao desenvolvimento econômico. Entre eles, a literatura aponta os custos incorridos pelo governo e a sobrecarga que o turismo traz para a infraestrutura local.

Em se tratando do Brasil, a partir dos anos 1990, a atividade turística tomou maior expressão, em virtude do fortalecimento do aparato institucional e da parceria dos

governos federal e estaduais com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com o intuito de alavancar o turismo, em especial na região Nordeste, uma das mais pobres do País. Para isso, substanciais investimentos vêm sendo planejados e executados para construção ou melhoramento da infraestrutura turística. Os resultados desses investimentos se traduziram em uma significativa ampliação do turismo internacional e doméstico no Brasil, destacadamente na região Nordeste, com um aumento expressivo na movimentação dos aeroportos das capitais nordestinas.

O objetivo do presente ensaio foi fazer uma explanação teórica sobre os fatores que contribuem para a expansão do turismo, levando em conta algumas abordagens teóricas que definem a atividade turística como um instrumento de desenvolvimento econômico. Ademais, foi feita uma exposição sobre o desenvolvimento recente do turismo no Brasil.

Além da introdução, este ensaio se compõe de mais cinco seções. A primeira versa sobre os fatores explicativos da expansão do turismo; a segunda faz referência às interpretações teóricas sobre turismo e desenvolvimento econômico; a terceira discorre sobre as perspectivas e restrições do turismo ao desenvolvimento econômico; a quarta faz uma explanação sobre o turismo no Brasil e a quinta seção traz as considerações finais do ensaio.

2 Fatores Explicativos da Expansão do Turismo

O destaque que a atividade turística vem adquirindo como um instrumento gerador de emprego e renda para as economias desenvolvidas ou em processo de desenvolvimento está associado a alguns fatores. O primeiro deles, como aponta Giaoutzi e Nijkamp (2006), relaciona-se às mudanças ligadas ao lazer e à recreação.

Os autores destacam que a sociedade moderna passou por transformações que resultaram no aumento da renda e do tempo disponível. E isto possibilitou uma alteração na cesta de consumo, em que as atividades de lazer e recreação (incluindo o turismo) tiveram sua demanda aumentada.

O segundo fator que explica a expansão do turismo no mundo é a mobilidade crescente de pessoas, devido à redução da distância e acesso facilitado a novos destinos, proporcionados pelo desenvolvimento tecnológico no setor de transportes, sendo esta uma das pré-condições para o aumento dos fluxos. Nesse sentido, o avanço e o barateamento de diferentes modalidades de transporte (aéreo, ferroviário etc.) têm contribuído de forma decisiva para o aumento do número de turistas (Giaoutzi e Nijkamp, 2006).

Contudo, simultaneamente ao aumento da demanda, a oferta dos serviços de apoio ao turismo vem crescendo e se sofisticando de maneira permanente, devido à crescente internacionalização na área de informação e aos avanços no setor de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC). Com isso, destaca-se a melhoria dos serviços de hotelaria, alimentação, comunicações e comércio especializado. Ademais, a criação de políticas públicas orientadas ao turismo assumiu um papel fundamental na promoção da atividade turística como instrumento de desenvolvimento econômico.

Em termos regionais, a Europa é o grande destaque como exemplo de região onde a política de incentivo ao turismo é usada como forma de consolidar a atividade. E isso se reflete na sua posição como principal destino turístico do mundo.

A mais recente política de apoio ao turismo adotada por essa região foi a denominada “Renovada Política do Turismo” que, de acordo com a *Commission of the European Communities* (2006), possui um enfoque baseado na parceria entre os estados-membros e os demais agentes interessados na atividade. O objetivo é aumentar a competição externa, a demanda dos consumidores por mais turismo especializado, o desenvolvimento de práticas ambientalmente sustentáveis e melhorar a educação da mão de obra.

Em relação ao financiamento desse tipo de política, três instituições podem ser citadas: o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (Feder), o Fundo Social Europeu (FSE) e o Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (Feader). Ao Feder, cabe financiar o patrimônio cultural e natural; melhorar a acessibilidade; criar infraestruturas relacionadas à mobilidade; promover Tecnologias da

Informação e Comunicação (TIC), assim como Pequenas e Médias Empresas (PME) inovadoras, redes e viveiros de empresas, serviços de maior valor agregado; promover o intercâmbio inter-regional de experiências e infraestruturas ambientais e de transportes.

O FSE, entre outras atividades, cofinancia projetos que apoiam programas de educação e formação da mão de obra, com o intuito de aumentar a produtividade e a qualidade do emprego e dos serviços no setor de turismo. E, para o turismo rural, o Feader incentiva a atividade como elemento de diversificação e financia estudos ligados à manutenção, restauração e modernização do patrimônio cultural.

Embora a Europa seja a principal região de destino do mundo, a Ásia vem adquirindo crescente destaque, como se observou no ensaio anterior. Este comportamento está atrelado, entre outros fatores, às políticas de incentivo à atividade, que tornaram o turismo asiático mais competitivo.

Um relatório das Nações Unidas e da *Economic and Social Commission for Asia and the Pacific*, intitulado *Study on the Role of Tourism in Socio-economic Development*, elaborado no ano de 2007 para os países da Ásia e Pacifico, salienta que em 1999 estas regiões adotaram o primeiro *Plan of Action for Sustainable Tourism Development in Asia and the Pacific* (PASTA fase I).

O PASTA fase I propôs ações para o desenvolvimento do turismo sustentável em esferas nacional e regional. Sua implementação foi apoiada por secretarias regionais, sub-regionais e nacionais. Com isso, muitos países adotaram o conceito de turismo sustentável e incentivaram os demais países vizinhos a cooperarem.

Estes países passaram a incentivar os programas ligados ao desenvolvimento dos recursos humanos destinados ao setor de turismo. No ano de 1997, criou-se o *Asia-Pacific Education and Training Institutions in Tourism* (APETIT) com o objetivo de promover a cooperação regional, fortalecer o link institucional entre os institutos de treinamento de turismo e servir como uma plataforma para a troca de informações e expertises dos recursos humanos para o desenvolvimento do setor de turismo.

A *Economic and Social Commission for Asia and the Pacific* reconheceu a importância que o PASTA fase I teve no desenvolvimento do turismo nestas regiões e resolveu implementar o PASTA fase II, abrangendo o período de 2006 a 2012.

Em termos de infraestrutura, Parnwell (2008) evidencia a importância que as alianças estabelecidas entre os empreendedores, as organizações não governamentais, os atores industriais e transnacionais dos países asiáticos trouxeram para o fortalecimento da atividade turística. A partir dessas alianças, o Banco de Desenvolvimento da Ásia (BDA) financiou os projetos de infraestrutura, que são considerados indispensáveis para o desenvolvimento do turismo.

Sofield (2008) ressalta que, em 2001, os ministros do Reino do Camboja, República Popular da China, República Democrática Popular do Laos (Laos PDR), União de Mianmar, Reino da Tailândia e República Socialista do Vietnã adotaram uma estratégia para fortalecer a cooperação regional que também incluíam projetos de infraestrutura turística, tal como melhoramento de aeroportos, estradas e sistema de água e esgoto.

Para além da infraestrutura, o mesmo autor destaca que a cooperação sub-regional teve como objetivo harmonizar as estatísticas de turismo; facilitar o fluxo de turistas entre fronteiras; melhorar os postos de controle de fronteira; desenvolver o *marketing* do turismo nacional e promover a relação entre o setor público e privado; estabelecer um único sistema regional de classificação de hotéis; planejar o turismo regional e incentivar a cooperação com *join ventures* de turismo.

No que diz respeito à América Latina, o incentivo para a atividade turística por meio de políticas públicas ainda é precário. Isso se deve, entre outros fatores, às fragilidades políticas, econômicas e sociais que caracterizaram essa região até a década de 1980.

Tomando-se como referência a América do Sul, Santana (2001) destaca que as influências da atividade turística nessa região começaram a ser sentidas somente depois da Segunda Guerra Mundial, e o seu processo de desenvolvimento se caracterizou pela distância dos principais países emissores e receptores de

turistas. Além disso, as condições econômicas de muitos países da América do Sul, afetados por problemas crônicos, prejudicaram o turismo, limitando seu crescimento. Soma-se a isto a reduzida renda disponível dos seus habitantes, que se refletia em poucas viagens entre e intra-regiões.

No entanto, na década de 1960, o turismo na América do Sul teve um *boom*, mas atraiu pouco interesse do mercado internacional por causa da situação social, econômica e política da região naquele período. Este *boom* foi um reflexo da consolidação do turismo de massa, que se consolidou entre 1950 e 1970 e esteve atrelado, principalmente, ao melhoramento do transporte aéreo e da expansão das redes internacionais de hotéis (GENTA, 2006).

Os anos de 1980 foram sombrios para a região, em virtude das sérias disputas políticas e sociais, aliadas à alta inflação, aos conflitos armados, às guerrilhas, aos golpes militares, às tensões e às desigualdades sociais, ao terrorismo, aos desastres naturais e aos assuntos relacionados à saúde.

Esses fatores contribuíram para criar a reputação que definiu a América do Sul, para muitos países, como uma região de instabilidade econômica e política e, por conseguinte, um lugar relativamente inseguro para se fazer uma viagem. Como consequência, o investimento no turismo nos anos seguintes foi extremamente baixo (SANTANA, 2001).

O quadro mudou no fim dos anos 1980 e início dos 1990, quando ocorreu um fortalecimento da democracia e o início de uma reforma econômica, resultando na consolidação de blocos econômicos e melhoria do comércio com os maiores mercados, o que se refletiu de forma positiva na indústria do turismo.

No entanto, ainda existem muitos gargalos de infraestrutura turística, que têm atrasado o desenvolvimento da atividade na região. E a ampla demanda por infraestrutura básica, que caracteriza os países em desenvolvimento, tal como saúde, educação e segurança, impede que se possa pensar uma política que priorize apenas uma atividade produtiva. Além disso, diferente dos demais setores econômicos, o turismo é uma atividade peculiar, por se apresentar de forma fragmentada e diversa, dificultando a adoção de uma política única que o impulsione.

Como destaca Santana (2001), um crescimento continuado da atividade turística depende de um compromisso governamental que possibilite uma competição baseada não somente nas atrações e diversificações, mas na qualidade dos serviços, infraestrutura e inovação. Para isso, é necessário o envolvimento dos governos na construção de uma infraestrutura nacional, como ocorre na Europa.

3 Interpretações Teóricas sobre Turismo e Desenvolvimento Econômico

Apesar do crescente destaque que a atividade turística adquiriu, nas últimas décadas, em regiões ricas e pobres do mundo, as relações teóricas entre desenvolvimento econômico e turismo ainda não foram bem estabelecidas. E, embora as teorias do desenvolvimento econômico e do turismo tenham evoluído simultaneamente desde a Segunda Guerra Mundial, pouco tem sido escrito sobre turismo na literatura de desenvolvimento socioeconômico.

Contudo, existem algumas tentativas de explicar teoricamente o turismo. A primeira delas se dá por meio dos denominados paradigmas do desenvolvimento, propostos por Pearce (1989), que são o paradigma da Modernização, da Dependência, do Neoliberalismo e do Desenvolvimento Alternativo.

O paradigma da Modernização caracteriza-se por um desenvolvimento socioeconômico que permite uma trajetória evolucionária da sociedade tradicional para a sociedade moderna, com um movimento da agricultura para a indústria, do rural para o urbano. Nesse processo, o mercado monetário assume um papel central (SCHMIDT, 1989). Por meio desse paradigma, acredita-se que essa atividade possa transferir tecnologia, aumentar o emprego, gerar divisas, aumentar o PIB, atrair capital e promover uma moderna forma de vida (BRITTON, 1982; CATER, 1987; MATHIESON e WALL, 1982; HARRISON, 1992). Nesse paradigma, os agentes do desenvolvimento do turismo são públicos e privados. Mas, para os países em desenvolvimento, defende-se a atuação do Estado na atração de investimento estrangeiro, devido à fraqueza e ineficiência do setor privado (JENKINS, 1980).

O paradigma da modernização surgiu depois da Segunda Guerra Mundial e está atrelado à teoria da modernização, que se tornou popular na década de 1950. Tal teoria estabelece que as sociedades modernas são mais produtivas, pois têm mais educação e têm, também, uma diferenciação estrutural particular, que é uma definição clara das funções e papéis políticos das instituições (REYES, ?)

Os principais pressupostos da teoria da modernização se baseiam na concepção de que a modernização se realiza por meio de etapas, em conformidade com a teoria do desenvolvimento de Rostow, em que uma sociedade se processa em cinco etapas: (i) a sociedade tradicional; (ii) a precondição para o arranque; (iii) o processo de arranque;(iv) o caminho para a maturidade; e (v) uma sociedade de alto consumo em massa (REYES, ?).

Esta teoria foi duramente atacada na década de 1960 e 1970. Entre as principais criticas destacam-se, primeiro, a ideia de que o desenvolvimento não é unidimensional; segundo, o fato de a perspectiva da modernização mostrar somente um modelo de desenvolvimento. Outra crítica a esta teoria se refere à necessidade de eliminar os valores tradicionais. Os países em desenvolvimento não têm um grupo de valores tradicionais homogêneos, são sistemas de valores heterogêneos (REYES, ?).

O paradigma da Dependência, que ganhou proeminência nos anos 1960 como uma crítica ao paradigma da Modernização, defende que a existência da divisão internacional do trabalho separa as regiões em centrais e periféricas, sendo esta divisão um importante obstáculo ao desenvolvimento, pois o excedente da periferia move-se para o centro e, enquanto este se desenvolve, a periferia permanece em subdesenvolvimento.

A ligação do turismo com o paradigma da Dependência se deve ao fato de os países em desenvolvimento adaptarem-se a um sistema de *marketing* organizado nos países desenvolvidos, associando-se a corporações multinacionais para gerar infraestrutura turística (BRITTON, 1982).

Além disso, ressalta-se, nesse paradigma, a contínua necessidade que os países em desenvolvimento têm de importar insumos, dada a incapacidade dos setores da agricultura e manufatura garantirem a qualidade e a continuidade da oferta

para o setor de turismo, reforçando a dependência e a vulnerabilidade desses países.

O paradigma do Neoliberalismo surgiu como uma reação contra as políticas de forte intervenção do Estado, incluindo aquelas promovidas pelos teóricos estrutural-desenvolvimentistas, e ganhou popularidade com a crise do petróleo nos anos 1970 e a subsequente reestruturação do capitalismo internacional, levando a uma redefinição do papel do Estado. Este paradigma enfatiza a necessidade de promover a competitividade das exportações, com o uso de *Structural Adjustment Lending Programmes* (SALPs) no setor de turismo. Essa competitividade turística poderia ser financiada por agências internacionais, promovendo fundos para o planejamento de infraestrutura turística.

Vale ressaltar que tais propostas começaram a se difundir nos anos de 1960 (DIAMOND, 1977). Esse paradigma recorre também às *Structural Adjustment Policies* (SAPs), com o fim de reduzir a influência do setor estatal e destacar a importância estratégica do setor privado no desenvolvimento do turismo. Contudo, o Estado ainda assume importantes funções de capacitação e operacionalização do setor turístico (DIEKE, 1995).

E, por fim, tem-se o paradigma do Desenvolvimento Alternativo, que se originou a partir de críticas às estratégias de desenvolvimento *top-down* (de cima para baixo), difundidas desde o período pós-guerra (BROHMAN, 1996). Para esse paradigma, o conceito de desenvolvimento deve levar em conta a sustentabilidade do ambiente, dado que os recursos ambientais são escassos e que estes estão cada vez mais sendo considerados como parte do sistema econômico (LOENING, 1990; REDCLIFT, 1987). Nesse paradigma, prioriza-se o turismo sustentável, como por exemplo, o ecoturismo, em que se enfatizam as relações dessa atividade com as comunidades e culturas locais, e questiona-se, dentre outros fatores, a responsabilidade do empresariado na condução desse tipo de turismo (BROHMAN, 1995; CEBALLOS-LASCURÁIN, 1996; FENNELL, 2003).

Uma segunda tentativa teórica para explicar o papel do turismo no desenvolvimento econômico, que não é uma teoria do turismo propriamente dita,

mas abarca o setor de serviços de uma forma geral, foi desenvolvida por Markusen (2007) e defende a superação da tradicional Teoria da Base de Exportação pela Teoria da Base do Consumo. Essa teoria fundamenta-se no fato de que, nos anos 1980, os estudiosos do desenvolvimento começaram a expandir a concepção de base econômica para incluir o setor de serviços, em virtude do seu substancial crescimento. Nessa visão, a cultura e as atividades criativas teriam um papel central para o desenvolvimento regional e para o fortalecimento da cidadania e da inclusão social.

Outro desenho teórico se deu com o debate acerca da capacidade do turismo em tornar crescente sua contribuição ao PIB. Frequentemente, esse debate fundamenta-se na concepção de ciclo de vida do produto, ou seja, parte da proporção capital-produto, que está baseada no montante de capital necessário para produzir uma unidade de produto na economia.

No contexto específico do turismo, a análise de capital-produto está focada na comparação entre a taxa de capital-produto da atividade turística e a taxa equivalente para a economia como um todo.

O desenvolvimento do turismo se divide em três estágios, de acordo com sua contribuição para o crescimento da economia local. Durante o primeiro estágio, o desenvolvimento do turismo é espontâneo e não tem apoio de política de desenvolvimento ou investimento intensivo em capital (KRIPPENDORF, 1999). Nesse estágio, o que ocorre é somente a visitação a lugares atrativos, onde os turistas (pioneiros) geram alguns gastos e, em resposta, a economia local, sem os benefícios de uma construção turística de infra e superestrutura, improvisam na tentativa de satisfazer as necessidades desses turistas. No primeiro estágio, a média da proporção capital-produto no turismo é baixa e bem menor que a média da economia como um todo.

Com o crescimento do número de turistas, aumentam-se as oportunidades de negócios turísticos e, assim, os destinos entram em um segundo estágio de desenvolvimento. Neste ponto, a super e a infraestrutura turística são promovidas e financiadas e, com isso, significativos níveis de investimento em capital são necessários. A proporção média capital-produto para o turismo aumenta e torna-

se maior que a proporção média da economia como um todo. Dessa forma, durante o segundo estágio, o aumento da proporção capital-produto no turismo também faz crescer a média da proporção capital-produto da economia, diminuindo a velocidade da taxa de crescimento médio da economia. Entretanto, é durante esse estágio que emergem os benefícios da promoção do turismo, tais como o melhoramento da qualidade de vida da região receptora, em virtude das novas infraestruturas, do intercâmbio cultural e do efeito multiplicador advindos do turismo (MIHALIC, 2002).

Já o terceiro estágio é atingido quando a média da proporção capital-produto cai abaixo da proporção média capital-produto da economia como um todo, pois, nessa fase, os benefícios dos investimentos já realizados e as inovações e melhoramentos na qualidade dos produtos turísticos impulsionam maiores níveis de consumo turístico, contribuindo para o crescimento da economia local. Assim, a proporção capital-produto marginal é baixa e pouco investimento em capital adicional será necessário para um aumento adicional nos ganhos do turismo (MIHALIC, 2002).

4 Perspectivas e Restrições do Turismo ao Desenvolvimento Econômico

De acordo com Sharpley e Telfer (2002), o turismo é normalmente considerado uma atividade de lazer que está associada a uma fuga de curto prazo da rotina. É entendido como uma atividade bastante dinâmica, porque envolve uma diversa, fragmentada e multissetorial indústria, e depende, fortemente, dos atributos históricos, físicos, culturais e sociais do destino. Além de ser, também, um fenômeno ecológico, na medida em que não demanda somente atratividade e ambiente diferente, mas interações e impactos com esse meio ambiente.

Os autores destacam que, entre os países desenvolvidos, o turismo está sendo tido com um meio de geração de emprego e renda, além de ofertar uma gama de serviços fundamentais para o bem-estar da população. Dentro dos países e regiões menos desenvolvidos, ele tem sido visto como uma oportunidade de

desenvolvimento econômico, catalisando mudanças estruturais favoráveis à economia nacional e local.

Ademais, a atividade turística contribuiria com o balanço de pagamentos, pois o turismo internacional representa uma importante fonte de divisas. Além de fornecer divisas, Sharpley e Telfer (2002) apontam outras características que tornam o turismo um meio de desenvolvimento econômico, entre as quais se destacam a inexistência de barreiras ao comércio; em alguns casos, utiliza recursos naturais e, com isso, tem uma infraestrutura livre; tem uma ligação para trás com outros setores, proporcionando assim um efeito multiplicador na economia nacional e local.

No que se refere à inexistência de barreiras ao comércio do turismo, os autores ressaltam que, diferente de muitas outras formas de comércio internacional, o turismo normalmente não impõe barreiras, ou seja, frequentemente, não existem restrições aos cidadãos quanto aos seus direitos de ir e vir dentro e entre os países.

Em relação à utilização dos recursos naturais, tais como terra, praia, clima, montanhas etc., o turismo faz da natureza uma infraestrutura “livre”, o que reduz o custo do investimento despendido pela indústria da atividade turística e, consequentemente, impulsiona o crescimento.

As ligações para trás estão associadas ao fato de que o turismo requer uma variedade de bens e serviços nos destinos, incluindo acomodações, comidas, bebidas, entretenimento, serviços de transportes locais, artesanatos etc., e isso proporciona, em princípio, mais oportunidades de ligações para trás em toda a economia local, tanto quanto com outras indústrias.

O efeito multiplicador gerado pelo turismo faz com que autores como Ribeiro e Vareiro (2006) vejam a atividade como um elemento estruturante da economia, pois implica uma rede complexa de atividades econômicas envolvidas no fornecimento dos bens e serviços acima citados. Sugere-se, também, que o turismo pode encorajar o empreendedorismo e o desenvolvimento de pequenos novos negócios, em particular entre grupos que podem não ter acesso fácil ao mercado de trabalho formal, como serviços de passeios e guias, artesanatos etc.

Toda a dinâmica esperada e vivida pela atividade do turismo vem fazendo com que as regiões, principalmente as periféricas, passem por diversas transformações econômicas, culturais, sociais e políticas. Essas mudanças geram dilemas que, para Brown e Hall (1999), resultam em dois paradoxos.

O primeiro se refere aos atributos, inicialmente vistos como desvantagens, que se transformaram em oportunidades, como isolamento e distância, e representam paz, diferença e exotismo. Essas características, ao mesmo tempo em que atraem alguns turistas, afastam outros, em virtude do difícil acesso.

O segundo paradoxo está associado ao fato de que, se a sedução da distância for administrada de forma inadequada, os destinos que estão começando a prosperar economicamente podem tornar-se superlotados, ambientalmente degradados ou sujeitos à pressão (tanto interna quanto externa) para se modernizarem e mudarem, perdendo, dessa forma, as características que encorajaram seu sucesso.

O desenvolvimento da atividade turística deve tentar levar em consideração, portanto, esses fatores que englobam aspectos que vão além do espectro econômico, pois, como salienta González (2006), a natureza multidimensional do turismo conduz à identificação de dois relevantes contextos: o lugar de origem e o lugar de destino. Para que a discussão seja significativa, um mínimo de condições sociais precisa estar presente em ambos os lugares. Em primeiro lugar, precisam existir indivíduos na sociedade de origem que tenham tempo livre para viajar e poder de compra suficiente para se permitir viajar. Segundo, a indústria da cultura precisa favorecer as motivações que levam os indivíduos a quererem usar o seu tempo livre e gastar o seu dinheiro em viagens.

De maneira paralela, as sociedades receptoras precisam também ter recursos (ou atrações turísticas) que correspondam às motivações dos viajantes das cidades de origem. Além disso, exige-se uma infraestrutura própria para transportes, acomodações e permanência do visitante.

As possibilidades de ganhos econômicos oriundos dessa atividade a têm evidenciado como um meio de desenvolvimento, principalmente para as regiões menos dinâmicas. Como destaca Santana (2001), para muitos países pouco

desenvolvidos, o turismo representa um potencial de desenvolvimento não realizado. E, para os países desenvolvidos, esse é um meio de aumentar seus níveis gerais de prosperidade.

A possibilidade de manter e/ou obter crescimento e desenvolvimento econômico utilizando o turismo o tem eleito como um instrumento capaz de reduzir as assimetrias regionais de desenvolvimento entre países e dentro do próprio país.

Por outro lado, o turismo impõe alguns custos ao governo, como, por exemplo, o *marketing* e a propaganda do país como um destino, além dos custos associados ao desenvolvimento e manutenção da infraestrutura turística. Existem, também, os custos adicionais associados aos incentivos que o governo precisa fornecer para atrair investimentos do setor privado (WOOD, 1996).

Além disso, se o turismo basear-se em bens e serviços importados, existe um risco de que a produção local seja substituída ou tenha seu desenvolvimento reduzido. Outro fato relevante, em termos de custo, é a variabilidade das receitas do turismo, fruto da sazonalidade da demanda que, embora previsível, pode criar ineficiências em termos de utilização de recursos.

Ademais, o turismo em massa pode sobrecarregar a infraestrutura local de água, eletricidade, provisão de esgotos e ligações de transportes. E, no que se refere ao meio ambiente, um grande influxo de turistas em certos destinos tem provocado efeitos adversos, sendo, portanto, consenso a necessidade de manter um conceito compreensivo e multidimensional de desenvolvimento turístico.

Embora a literatura aponte alguns custos trazidos pelo desenvolvimento do turismo, a aposta nessa atividade como um instrumento de desenvolvimento regional tem ganhado destaque. No caso do Brasil, a partir dos anos 1990, a criação de parcerias entre os governos estaduais, federal e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) canalizou esforços para a implantação de políticas de investimentos voltadas à alavancagem da atividade turística no País, tendo como destaque a região Nordeste. E o resultado dessa política foi uma expressiva ampliação no turismo doméstico e internacional brasileiro em anos recentes, como será observado a seguir.

5 Panorama do Desenvolvimento Recente do Turismo no Brasil

Como ressaltam Giaoutzi e Nijkamp (2006), o incentivo ao turismo tem se tornado uma das principais tendências de política em direção ao desenvolvimento regional, em especial em áreas periféricas, com recursos para o estímulo da atividade, tais como qualidade do ambiente, clima, transporte etc.

Tendo em vista o uso potencial atribuído à atividade turística como um instrumento de desenvolvimento regional e local, o Brasil, com seus atributos naturais e culturais, vem também apostando no turismo como uma forma de alcançar esse desenvolvimento. É importante dizer que o País é citado por Santana (2001) como um exemplo na América Latina que passou por transformações bem-sucedidas para a atividade turística ao longo da década de 1990.

Embora a atividade turística tenha ganhado maior destaque somente a partir dos anos 1990, seu aparato institucional começa a tomar forma da década de 1960, mais especificamente em 1966, com a criação da Empresa Brasileira de Turismo (Embratur) e do Conselho Nacional do Turismo, e a definição da Política Nacional de Turismo (PNT), que é reformulada em 1967.

Ainda que tenha ocorrido um fortalecimento do turismo, por meio dos incentivos e do aparato institucional, com o intuito de torná-lo um possível instrumento de desenvolvimento das regiões menos desenvolvidas (Norte e Nordeste), Cruz (1999) ressalta que a atividade foi tida como “menos importante” dentro do conjunto das atividades produtivas do País. E a sua condução transferida de um para outro órgão da administração pública, em função da atuação de grupos ligados à atividade, e de sua respectiva articulação com as diversas esferas do poder público.

Essas especificidades restringiam a atuação da PNT, que até a década de 1990 limitou-se, na prática, à ampliação e melhoria da infraestrutura hoteleira. A falta de abrangência da PNT aos demais setores que compõem a atividade turística ou a ausência de outras políticas públicas que viessem a suprir as carências

infraestruturais que a PNT não atingisse foi um fator impeditivo de um melhor desempenho do turismo.

Na década de 1970, criou-se o Fundo Geral do Turismo (FUNGETUR) com o objetivo de prover recursos para o financiamento de empreendimentos, obras e serviços de finalidade ou interesses turísticos. Assim, definiram-se as zonas prioritárias para o desenvolvimento do turismo e foram criados o Fundo de Investimento do Nordeste – FINOR, o FINAM (da Amazônia) e o FISET (setorial).

Em 1979, lançou-se a ideia dos portões de entrada em Manaus, Recife, Fortaleza, Belém e Salvador. Começaram-se, então, os pacotes para o Norte e Nordeste e, na década de 1980, o turismo internacional foi incentivado com a abertura de linha de crédito para financiar o turismo norte-americano e com a implantação de tarifa ponto a ponto, que incluía 11 cidades europeias com desconto de 40% nas tarifas. Nesse mesmo período, o Departamento de Aviação Civil (DAC) autorizou as empresas aéreas a praticarem tarifas especiais, com a divisão das classes: primeira, executiva e econômica. O turismo doméstico também foi promovido com a criação dos albergues da juventude (EDRA, 2005).

No ano de 1991, ocorreu uma reestruturação da EMBRATUR e, no ano seguinte, foi criado o Plano Nacional do Turismo – PLANTUR. Este último era um plano detalhado de ações a serem deflagradas pelo poder público federal, no sentido de efetivar os programas da PNT, instituídos entre 1996 e 1999 (CRUZ, 1999). Entre estes programas, pode-se citar: o Programa Nacional de Financiamento do Turismo; o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT); Fortalecimento dos Órgãos Delegados da EMBRATUR e Desenvolvimento da Malha Aérea. Além disso, em 1994, criou-se o Comitê Executivo Nacional do Turismo.

A consolidação do planejamento e a efetivação da PNT marcaram uma nova fase para o turismo brasileiro, pois se adota uma outra forma de pensar o desenvolvimento da atividade, pautada em decisões de baixo para cima, em que o município passa a ter um papel fundamental na proposta. E, mediante a portaria do então Ministério da Indústria, Comércio e Turismo, criou-se o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT).

Nos anos 2000, observou-se a continuidade do fortalecimento do aparato institucional da atividade, principalmente com a criação do Ministério do Turismo em 2003.

Além disso, outro fator preponderante ocorrido nas décadas de 1990 e 2000, para o desenvolvimento da atividade turística brasileira, foi a parceria firmada entre o governo federal e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em que foram gastos US$ 6 bilhões em investimentos privados para novos projetos turísticos, além de mais de US$ 2 bilhões em obras de infraestrutura básica e turística por todo o País.

Essa parceria deu origem aos programas regionais PRODETUR/NE e PROECOTUR – Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste e Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal, respectivamente.

No que se refere ao turismo internacional, o fortalecimento institucional aliado aos investimentos que têm sido feitos no setor resultaram em uma maior captação de turistas internacionais. Isso pode ser corroborado observando-se a Tabela 1, que apresenta os desembarques internacionais e nacionais no período que vai de 1995 a 2006.

TABELA 1 – Desembarques Internacionais e Nacionais (Em Milhões de Pessoas)

	Anos											
Desembarques	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Internacional	3,40	4,90	5,50	5,50	5,00	5,20	5,00	4,60	5,40	6,10	6,80	6,40
Nacional	17,00	20,00	21,00	27,00	28,00	29,00	33,00	33,00	31,00	37,00	43,00	46,00
Total	**20,40**	**24,90**	**26,50**	**32,50**	**33,00**	**34,20**	**38,00**	**37,60**	**36,40**	**43,10**	**49,80**	**52,40**
% Intern/Total	16,67	19,68	20,75	16,92	15,15	15,20	13,16	12,23	14,84	14,15	13,65	12,21
% Nac/Total	83,33	80,32	79,25	83,08	84,85	84,80	86,84	87,77	85,16	85,85	86,35	87,79

Fonte: Plano Nacional do Turismo 2007/2010 - Ministério do Turismo. Elabração Própria, 2010.

Contudo, a demanda internacional ainda tem uma participação pequena na demanda total de turismo brasileiro (em 1995, de um total de 20,40 milhões de pessoas desembarcadas, somente 3,40 milhões eram desembarques internacionais, o que equivale a 16% do total de desembarques). Ademais, esse

tipo de demanda é bastante sensível às mudanças no contexto econômico e político mundial.

Analisando mais detidamente a Tabela 1, observou-se que os desembarques internacionais no Brasil seguiram uma trajetória crescente nos três primeiros anos da série. No entanto, no ano de 1998 tem-se uma estagnação, seguida de um declínio em 1999. E quando ocorreu uma leve recuperação no ano seguinte, os principais emissores de turistas internacionais[10] para o Brasil passaram por duas graves crises: a crise econômica vivenciada pela Argentina e, a segunda, o ataque terrorista do 11 de setembro aos Estados Unidos.

É somente quando a economia argentina começa a se recuperar e os efeitos do ataque aos Estados Unidos se amenizam que os desembarques internacionais brasileiros apresentam uma recuperação. No entanto, em 2006, a contribuição dos desembarques internacionais ao total dos desembarques brasileiros ficou em cerca de 12%, representando uma queda em relação aos anos anteriores.

Percebe-se, portanto, que o turismo internacional é sensível às adversidades econômicas, políticas e sociais. E, no caso do Brasil, outros fatores, apontados por Casimiro Filho (1999), contribuem para dificultar a ampliação desse tipo de turismo. Entre eles, podem ser destacados: falta de infraestrutura completa de serviços turísticos; nível de segurança ao turista ainda insatisfatório; inadequada infraestrutura de transportes aos turistas; necessidade de investimento na divulgação do país no exterior e internamente.

Todavia, a execução de programas como o PRODETUR, iniciada na década de 1990, teve por objetivo amenizar a carência de infraestrutura apresentada como impeditivo a um melhor desempenho da atividade turística. Aliada a isso, destaca-se também a desregulamentação do transporte aéreo brasileiro que, como ressalta Lima (2005), seguiu o modelo norte-americano de baixo custo e baixa tarifa, iniciado na década de 1970. Com isso, a entrada de novas empresas no mercado barateou o deslocamento do turista dentro do Brasil. Ademais, teve-se a

[10] Ver Tabela I no Anexo: Ensaio 2 com principais países emissores.

criação de mais voos internacionais, destacadamente na região Nordeste, pela sua proximidade com a Europa.

Todos esses fatores possibilitaram uma melhora no turismo internacional que pode ser notada pela receita cambial turística. Ao longo do período que vai de 1995 a 2006, conforme a Tabela 2, houve um aumento dessa receita que chega a ser quatro vezes superior quando se compara o ano inicial com o final (saindo de US$ 0,97 bilhão, em 1995, para US$ 4,32 bilhões, em 2006).

TABELA 2 – Receita Cambial Turística (Em Bilhões de US$)

	Anos											
Receita Cambial	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Turística	0,97	0,84	1,07	1,59	1,63	1,81	1,73	2,00	2,48	3,22	3,86	4,32

Fonte: Plano Nacional do Turismo 2007/2010 - Ministério do Turismo. Elaboração Própria, 2010.

Denota-se, portanto, que, mesmo de forma limitada, o turismo internacional brasileiro vem se consolidando e isto é corroborado pela Organização Mundial Turismo em publicação sobre o *ranking* de ingresso de turistas estrangeiros no Brasil, quando o País passou do 41º lugar, em 1996, para o 28º, em 2000.

No entanto, é o turismo doméstico que possui a maior representatividade no turismo brasileiro. E todos os investimentos feitos na atividade, aliados ao fortalecimento institucional ocorridos nos anos 1990 e 2000, traduziram-se em um aumento significativo dessa categoria de turismo.

Como pode ser visto na Tabela 1, houve um crescimento de cerca de 170%, saindo de 17 milhões de desembarques, em 1995 (isto representou cerca de 83% dos desembarques totais ocorridos no Brasil), para 46 milhões, em 2006 (esse número correspondeu a 87% do total de desembarques brasileiros).

Os resultados positivos que o turismo brasileiro apresentou nas duas últimas décadas dão base à proposta de usá-lo como um instrumento redutor das desigualdades regionais brasileiras. Dentro desse contexto, o Nordeste continua sendo a região que mais obtém subsídio para a atividade turística.

A título de ilustração, podem-se observar, por meio de dados do Ministério do Turismo, os investimentos que se pretendiam realizar em meios de hospedagem por região entre o período entre 2007 e 2009. Na distribuição desses investimentos, a região Nordeste ficaria com mais de 50%, seguida da região Sudeste, com cerca de 30% (ver Tabela 3).

TABELA 3 – Investimentos em Meios de Hospedagem Por Região – Início da Operação 2007 a 2009

Região	Investimento Estimado		Empreendimento		Unidades Hoteleiras	
	Valor (R$ Milhões)	Part (%)	Quantidade	Part (%)	Quantidade	Part (%)
Centro-Oeste	210	5,80	11	8,00	2.422	9,20
Nordeste	1.954	53,80	54	39,10	10.964	41,70
Norte	225	6,20	16	11,60	2.251	8,60
Sudeste	1.109	30,50	51	37,00	9.797	37,20
Sul	134	3,70	6	4,30	890	3,40
Total	**3.632**	**100,00**	**138**	**100,00**	**26.324**	**100,00**

Fonte: Plano Nacional do Turismo 2007/2010 - Ministério do Turismo. Elaboração Própria, 2010.

Observando a movimentação nos aeroportos brasileiros por região (Tabela 4 e 5), constata-se que o Nordeste ficou em segundo lugar dentre as regiões que apresentaram a maior movimentação, tanto em turismo internacional quanto doméstico entre os anos de 2003 e 2005, com média de 8%. Entretanto, deve-se destacar que é a região Sudeste que concentra mais de 85% da movimentação do turismo internacional e cerca de 50% da movimentação do turismo doméstico.

TABELA 4 – Movimentação Internacional de Passageiros em Aeroportos do Brasil (em Número de Passageiros)

Regiões	2003		2004		2005	
	Embarque	Desembarque	Embarque	Desembarque	Embarque	Desembarque
Norte	42.723	45.060	40.031	48.035	53.952	52.133
Nordeste	276.049	265.971	442.994	450.385	488.681	475.212
Sudeste	4.109.848	4.892.936	4.319.144	5.412.718	4.998.639	6.041.577
Sul	140.136	169.391	218.505	257.856	246.500	198.852
Centro-Oeste	2.854	1.992	11.275	16.216	19.293	20.459
Total	**4.571.610**	**5.375.350**	**5.031.949**	**6.185.210**	**5.807.065**	**6.788.323**

Fonte: Plano Nacional do Turismo 2007/2010 - Ministério do Turismo. Elaboração Própria, 2010.

TABELA 5 – Movimentação Nacional de Passageiros em Aeroportos do Brasil (em Número de Passageiros)

Regiões	2003		2004		2005	
	Embarque	Desembarque	Embarque	Desembarque	Embarque	Desembarque
Norte	1.723.193	1.774.947	2.009.053	2.083.696	53.952	52.133
Nordeste	4.931.449	5.476.384	5.674.684	6.367.090	488.681	475.212
Sudeste	15.061.023	15.151.615	16.213.435	17.368.484	4.998.639	6.041.577
Sul	3.725.266	3.744.159	4.155.245	4.286.249	246.500	198.852
Centro-Oeste	4.185.358	4.594.952	5.661.010	6.449.006	19.293	20.459
Total	**29.626.289**	**30.742.057**	**33.713.427**	**36.554.525**	**5.807.065**	**6.788.233**

Fonte: Plano Nacional do Turismo 2007/2010 - Ministério do Turismo. Elabração Própria, 2010.

As inversões que vêm ocorrendo na atividade turística certamente foram um dos fatores que permitiram a maior dinamização da atividade na região Nordeste, principalmente aquelas feitas em infraestrutura básica e urbana. É esse tipo de investimento que vem sendo implantado na região com o Programa de Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR[11], com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento em parceria com os governos federal e estaduais.

O perfil de investimentos priorizados pelo PRODETUR fez dele um programa cuja dimensão ultrapassou a atividade turística propriamente dita. Como será visto no quarto ensaio, que analisa os impactos econômicos do Programa, a infraestrutura criada pelo PRODETUR afetaria direta e indiretamente outros setores, como por exemplo a *Construção Civil*. Ademais, os investimentos que seriam feitos em saneamento e obras de urbanização favoreceriam a economia como um todo. Dessa forma, o PRODETUR tem sido classificado como um programa de investimento que, de certa forma, supriria as obrigações de uma política urbana, como destaca Cruz (1999).

Em se tratando unicamente da atividade turística, fica clara a importância que o PRODETUR exerceu para essa atividade na região Nordeste quando se observam os indicadores sobre o turismo disponíveis em relatórios oficiais do Banco do Nordeste do Brasil (BNB).

[11] Vale ressaltar que os investimentos do PRODETUR não se limitaram à região Nordeste, e atualmente o programa abrange todo o País, com a criação do PRODETUR Nacional.

Programas como o PRODETUR, seguramente, desempenham um papel fundamental quando se percebe o crescimento que o turismo brasileiro vem mostrando em anos recentes. Até mesmo pela característica infraestrutural que este programa apresenta.

No entanto, ainda que o PRODETUR/NE seja de grande relevância para o Nordeste, acredita-se que a aposta na atividade turística como um meio de desenvolvimento para a região seja limitada, em virtude das especificidades que caracterizam essa atividade, tais como a mão de obra barata e pouco qualificada e a heterogeneidade de segmentos que compõem as Atividades que Caracterizam o Turismo (ACTs) . Sendo assim, faz-se necessária uma análise mais detalhada, do ponto de vista econômico, para delinear como essas especificidades podem restringir o papel que tem sido atribuído ao turismo como um instrumento de desenvolvimento regional, como será explicitado no próximo ensaio.

6 Considerações Finais

Embora o número de visitantes no mundo tenha aumentado, em virtude das inovações tecnológicas, do aumento da renda e do tempo disponível, e tenham surgido políticas específicas para a alavancagem do turismo, ainda são poucas as abordagens teóricas que analisam a contribuição que a atividade turística traz para as economias.

Pode-se dizer que o tratamento do tema dentro do escopo da teoria econômica é recente e poucas ainda são as teorias que analisam a importância do turismo dentro da abordagem do desenvolvimento econômico. Poucos, também, são os países que construíram sua Conta Satélite do Turismo, como é o caso do Brasil, que tem atribuído uma relevância significativa para a atividade como um meio de desenvolver a região Nordeste, mas ainda não tem uma base de dados regionalizada, tornando, portanto, difícil uma análise econômica mais consistente sobre a atividade.

Dessa forma, dada a crescente importância que tem sido atribuída ao turismo, é ampla a necessidade de visões teóricas que busquem explicar se, de fato, a atividade turística pode ser um instrumento de desenvolvimento econômico.

Sabe-se que esta atividade possui várias peculiaridades, pois tem características sazonais. Quando se configura em turismo de lazer, necessita fazer uso de atributos ambientais, culturais e geográficos para existir, além de ser vulnerável a crises sociais, políticas e econômicas. E supõe-se que o comportamento de algumas das atividades que compõem o turismo difere sobremaneira dos demais setores de atividade econômica. Todos esses aspectos precisam ser considerados para que se tenha uma real dimensão das restrições que a atividade possui como um catalisador do desenvolvimento econômico de uma região.

Em termos econômicos, supõe-se que algumas atividades que compõem o turismo possuem uma produtividade menor que os demais setores de atividade econômica e, para testar esta suposição, aplicou-se o construto teórico do *Cost Disease*, que será apresentado no próximo ensaio. Para isso, foi tomada como referência a região Nordeste do Brasil em contraposição ao restante do País.

Referências

BRASIL Ministério do Turismo. *Plano Nacional de Turismo 2007/ 2010: Uma Viagem de Inclusão.* Brasília, 2006.

BRASIL Ministério do Turismo. *Análise Comparativa de Produtos Turísticos Internacionais.* Brasília, 2006.

BRITTON, S. The Political Economy of Tourism in the Third World. Amsterdam: Elsevier. *Annals of Tourism Research*, 1982, 9 (3), p. 331-358.

BROHMAN, J. Economism and critical silences in development studies: a theoretical critique of neoliberalism. London: *Third World Quarterly*, 1995, 16(2), p. 297-318.

BROHMAN, J. New directions in tourism for Third World development, Amsterdam: Elsevier. *Annals of Tourism Research.* 1996, 23(1), p. 48-70.

BROWN, F; HALL, D. *Tourism in Peripheral Areas: Case Studies.* Bristol: Channel View Publications, 2000. 281p.

CATER, E.A. Tourism in the least developed countries. Amsterdam: Elsevier. *Annals of Tourism Research.* 1987, 14(2), p.202-225.

CEBALLOS-LASCURÁIN, H. *Tourism, Ecotourism and Protected Areas: the state of nature-based tourism around the world and guidelines for its development.* Gland, Switzerland: IUCN, 1996. 301p.

COMMISSION OF THE EUROPEAN COMMUNITIES. *A Renewed UE Tourism Policy: Towards a Stronger Partnership for European Tourism.* Brussels, 2006. COM (2006) 134 final. Disponível em: <http://ec.europa.ue>. Vários acessos, 2008.

COOPER, C. United Kingdom. In: JAFARI, J. et. al. (Eds.) *Encyclopedia of Tourism.* London and New York: Routledge, 2003. p. 611-613.

CRUZ, R. C. A. *Políticas de Turismo e (Re)ordenamento de Territórios no Litoral do Nordeste do Brasil.* 1999, 203p. Tese (Doutorado em Geografia). Departamento de Geografia – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

DE LA TORRE, M. G. M. V.; GUTIÉRREZ, E. M. A.; GUZMÁN, T.J.L.G. The Employment Generated by Rural Tourism in Spain: a Methodological Application. In: 8TH INTERNATIONAL FORUM ON TOURISM STATISTICS: AN INSIGHT INTO TOURISM STATISTICS. Cáceres, Spain, Nov. 2006. *Anais*... 2006. 19p.

DIAMOND, J. Tourism's Role in Economic Development: The Case Reexamined. *Economic Development and Cultural Change.* Chicago: University of Chicago Press, 1977, 25(3), p. 539-53.

DIEKE, P. U. C. Tourism and Structural Adjustment Programmes in the African Economy. *Journal Economic Research.* 1995, 1(1), p. 71-93.

ECONOMIC AND SOCIAL COMMISSION FOR ASIA AND THE PACIFIC. *Study on the Role of Tourism in Socio-economic Development***.** Nações Unidas, Nova York, 2007.

EDRA, F. P. M. *A relação entre turismo e transporte aéreo no Brasil.* Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ, 2005. 109 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Transportes) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.

ENNEW, C. Understanding the Economic Impact of Tourism. In: *18TH SOM NATH CHIB MEMORIAL LECTURE.* New Delhi. *Anais* … 2003. 14p.

FAYOS-SOLÁ, E. Spain. In: JAFARI, J. et. al. (Eds.) *Encyclopedia of Tourism.* London and New York: Routledge, 2003. p. 549 – 552.

FENNELL, D.A. *Ecotourism: An Introduction.* 2a Ed. New York: Routledge, 2003. 233p.

GENTA, M. M. P. *A Contabilidade Ambiental como Instrumento da Gestão Turística: O Caso da Hotelaria de Caxias do Sul*. 2006, 128p. Dissertação

(Mestrado em Desenvolvimento Regional do Turismo) – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2006.

GIAOUTZI, M.; NIJKAMP, P. *Tourism and Regional Development: New Pathways.* United Kingdom: Ashgate Publishing Ltda, 2006. 311p.

GONZÁLEZ, P.R. Tourism and Society in Andalusia. In: 8TH INTERNATIONAL FORUM ON TOURISM STATISTICS: AN INSIGHT INTO TOURISM STATISTICS. Cáceres, Spain, Nov. 2006. *Anais*... 2006. 24p.

HARRISON, D. Tourism to less developed countries: the social consequences. In: HARRISON, D. (Org.) *Tourism and the less developed countries.* Wiley, Chichester, 1992. p. 19–34.

JENKINS, C.L. Tourism policies in developing countries: a critique. *International Journal of Tourism Management.* Amsterdam: Elsevier. 1980, 1(1), p.22-9.

KRIPPENDORF, J. *The Holliday Makers: Understanding the Impact of Leasure and Travel.* Oxford: Butterworth-heineman, 1999. 160p.

LIMA, J.S.C.A.P. Desregulamentação do Transporte Aéreo e Surgimento das Empresas Aéreas de Baixo Custo. In: TRIGO, L.G.G. et. al (Eds), *Análises Regionais e Globais do Turismo Brasileiro.* São Paulo: Roca, 2005.

LOENING, U. The ecological challenges to growth. *Development Journal of SID.* Rome, Italy. 1990, 3(4), p.48-54.

LEW, A.A; LAWRENCE, Y.; AP. J.; GUANGRUI, Z. *Tourism in China.* London and New York: Routledge, 2002. 354p.

LIANSHENG, Z. China. In: JAFARI, J. et. al. (Eds.) *Encyclopedia of Tourism.* London and New York: Routledge, 2003. p. 78-79.

MARKUSEN, A. A Consumption Base Theory of Development: An Application to the Rural Cultural Economy. *Agricultural and Resource Economic Review.* 36(1). 2007. p. 9-23.

MATHIESON, A.; WALL, G. *Tourism: Economic, Physical and Social Impacts.* London: Longman, 1982. 208p.

MIHALIC, T. Tourism and Economic Development Issues. In: SHARPLEY, R.; TELFER, D.J. (Eds.) *Tourism and Development: Concepts and Issues.* Channel View Publication, 2002. p. 81-110.

MUNJAL, P.; SIDDIQUI, K.A; SHUKLA, R. The Economic Value of Tourism in India. In: 8TH INTERNATIONAL FORUM ON TOURISM STATISTICS: AN INSIGHT INTO TOURISM STATISTICS**.** Cáceres, Spain, Nov. 2006. *Anais* ... 2006. 17p.

PARNWELL, M. The Politics and Policies of Tourism Asian. In: COCHRANE, J. (Ed.) *Asian Tourism Growth and Change*. Amsterdam: Elsevier, 2008. p. 9-12.

PEARCE, D. *Tourist Development.* 2a ed., Harlow: Longman and New York: Wiley, 1989. p. 341.

REDCLIFT, M. R. *Sustainable development: exploring the contradictions.* Londres: Methuen, 1987. 250p.

REYES, G. E. Principales Teorias sobre El Desarrollo Económico y Social. *Revista Crítica de Ciencia Sociales y Jurídicas*. Disponível em:< http//www.ucn.es>.

RIBEIRO, J.C.; VAREIRO, L.C. Turismo e Desenvolvimento Regional: o espaço rural como destino turístico. In: PRIMEIRO CONGRESSO INTERNACIONAL CASA NOBRE. Arcos de Valdevez, Portugal, 2006. *Anais*... Arcos de Valdevez: CASA NOBRE, 2006. p. 470-486.

SANTANA, G. *Tourism in the South American.* London and New York: Routledge, 2001. 192p

SCHMIDT, H. *What Makes Development. Development and Cooperation.* In: SHARPLEY, R.; TELFER, D.J. (Eds.) *Tourism and Development: Concepts and Issues.* Channel View Publication, 2002. 1989, p. 19-26.

SESSA, A. Italy. In: JAFARI, J. et. al. (Eds). *Encyclopedia of Tourism*. London and New York: Routledge, 2003. p. 333-335.

SHARPLEY, R.; TELFER, D.J. *Tourism and Development: concepts and issues.* Bristol: Channel View Publication, 2002. 312p.

SMITH,G; EDGELL, D. L.; ELLIS, T. United States. In: JAFARI, J. et. al. (Eds). *Encyclopedia of Tourism*. London and New York: Routledge, 2003. p. 613-615.

SOFIELD, T.H.B. The Role of Tourism in Transition Economies of the Greater Mekong Subregions. In: COCHRANE, J. (Ed.) *Asian Tourism Growth and Change.* Amsterdam: Elsevier, 2008. p. 39-54.

VELLAS, F.; BÊCHEREL, L. France. In: JAFARI, J. et. al. (Eds). *Encyclopedia of Tourism*. London and New York: Routledge, 2003. p. 238-240.

WALL, G. The Asian Regional Market: Flows and Collaboration. In: COCHRANE, J. (Ed.). *Asian Tourism Growth and Change*. Amsterdam: Elsevier, 2008. p. 27-37.

WOOD, R. C. The Last Feather-Beded Industry? Government, politics and the hospitality Industry during and after 1992 General Election. *Journal Tourism Management.* Amsterdam: Elsevier 1996, vol. 12, p. 64-95.

ANEXO I: ENSAIO II

TABELA I – Ranking dos Dez Principais Emissores de Turistas Internacionais no Ano de 2005

País de Origem	Receptivo Brasileiro
Argentina	1
Estados Unidos	2
Portugal	3
Uruguai	4
Alemanha	5
Itália	6
França	7
Paraguai	8
Espanha	9
Chile	10

Fonte: Análise Comparativa de Produtos Turisticos Internacionais - Ministério do Turismo, 2006

ENSAIO 3: APLICAÇÃO DA CONSTRUÇÃO TEÓRICA DO *COST DISEASE* À ATIVIDADE DE ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO: REGIÃO NORDESTE E BRASIL

Resumo

Este ensaio objetivou testar a hipótese de que a atividade turística tem um *gap* de produtividade em relação aos demais setores da atividade econômica, pelo fato de apresentar uma limitada capacidade de absorver melhoras tecnológicas. Para isso, aplicou-se a construção teórica do *Cost Disease* à atividade de *Alojamento e Alimentação*, usada como *proxy* para a atividade turística. Tomando como referência a região Nordeste em contraposição ao Brasil, utilizaram-se dados sobre emprego, remuneração e Produto Interno Bruto (PIB), da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), para os cinco grandes setores de atividade econômica (*Agropecuária, Indústria, Serviços, Construção Civil e Comércio*), classificados pelo IBGE, e para a atividade de *Alojamento e Alimentação,* e calcularam-se as suas produtividades para o período de 1994 a 2007. Os resultados mostram que, de fato, a atividade de *Alojamento e Alimentação* possui um *gap* de produtividade e renda, em relação aos grandes setores da atividade econômica, confirmando a hipótese de que a construção teórica do *Cost Disease* caberia à atividade turística. Foi constatada, assim, a restrição que essa atividade possui em ser utilizada como um instrumento de desenvolvimento econômico.

Palavras-Chave: Atividade de *Alojamento e Alimentação*; Produtividade; Cost Disease.

Abstract

This trial aimed to test the hypothesis that tourism has a productivity gap toward to other sectors of economic activity because this has a limited capacity to absorb technological improvements. For this, we applied the theoretical construction of the Cost Disease activity room and board, used as a proxy for tourism. Taking as reference the Northeast as opposed to Brazil, we used data on employment, wages and gross domestic product (GDP) from the Annual Social Information (RAIS) and the Institute of Applied Economic Research (IPEA) for five major sectors economic activity (agriculture, industry, services, construction and trade) classified by IBGE and the activity room and board and we calculated their productivity for the period 1994 to 2007. The results showed that, in fact, the activity of Accommodation and Food has a gap in productivity and income in relation to major sectors of economic activity has to be used as an instrument of economic development.

Keywords: Housing Activity and Food; Productivity; Cost Disease.

1 Introdução

A atividade turística tem trazido grandes transformações para o Nordeste brasileiro. Transformações essas que advieram, principalmente, da implantação de grandes projetos financiados por agências de fomento nacionais e internacionais. Tudo isso resultou na valorização e redirecionamento do espaço urbano e litorâneo nordestino para o turismo, desencadeando o fenômeno que Coriolano (2004) denominou “turistificação”.

Esse fenômeno se acelerou e internacionalizou toda a região Nordeste, que passou a receber grandes investimentos hoteleiros. O maior exemplo, como destacam Araújo e Moura (2007), foi o complexo do Sauípe, dando origem aos enclaves turísticos no litoral nordestino, caracterizados pelo uso compartilhado de grupos estrangeiros.

No início da década de 1990, o governo federal, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, deu maior substância a esse processo de valorização da região Nordeste, com a elaboração do PRODETUR – Programa para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste. O objetivo foi o de dotar a região de infraestrutura básica para atrair investimentos privados e turistas internacionais, criando, assim, condições para inserir o Nordeste no mercado turístico internacional.

À luz das transformações que tais investimentos levaram ao Nordeste, é notória a aposta no turismo como um instrumento de desenvolvimento dessa região. No entanto, sendo esta uma atividade que se caracteriza por uma série de especificidades e inter-relações que a faz diferente dos demais setores econômicos, torna-se relevante questionar se o turismo, realmente, adquirirá suficiente autonomia para contribuir de forma sustentada para o desenvolvimento dessa região.

Tal questionamento surge do fato de que, a despeito dos investimentos que têm sido realizados no turismo do Nordeste, a contribuição da principal atividade que caracteriza o turismo (*Alojamento e Alimentação*) ao PIB da região Nordeste caiu. Supõe-se que a causa desse comportamento esteja associada à baixa

capacidade que esse tipo de atividade possui em absorver inovações tecnológicas, resultando em uma produtividade estacionária ou com taxa de crescimento menor do que a apresentada pelos demais setores da economia. Sendo assim, isso geraria uma tendência ao aumento dos custos, ocasionando um constante *gap* de renda.

Os argumentos acima fazem parte da construção teórica do *Cost Disease*, e o presente ensaio se propôs a verificar se tal construção se aplica à atividade de *Alojamento e Alimentação*, usada como *proxy* para o turismo.

Os resultados mostraram que, embora o emprego e a massa salarial na atividade de *Alojamento e Alimentação* tenham apresentado um expressivo aumento, em relação aos grandes setores de atividade econômica, seu PIB caiu ao longo de todo o período analisado, corroborando a suposição da existência do *gap* de produtividade.

Em termos de renda média por trabalhador (medida em número de salários-mínimos), os dados mostraram que o aumento da massa salarial apresentado pela atividade de *Alojamento e Alimentação* não evitou a permanência de um *gap* entre o número de salários pagos nessa atividade e nos grandes setores de atividade econômica. Ressalta-se que o número de salários-mínimos pagos na atividade de *Alojamento e Alimentação* é comparável ao que é pago no setor da Agropecuária.

Além dessa introdução, o presente ensaio se divide em mais cinco seções. A primeira expõe a construção teórica do *Cost Disease,* como uma justificativa ao comportamento das atividades características do turismo; a segunda descreve a fonte dos dados e as variáveis usadas para verificar se a referida construção se aplica à atividade de *Alojamento e Alimentação*; a terceira faz uma contextualização da região Nordeste frente ao Brasil, utilizando os dados coletados; a quarta propõe uma análise comparativa da produtividade e rendimentos da atividade de *Alojamento e Alimentação* com os demais setores de atividade econômica para o Nordeste e o Brasil; e a quinta traz as considerações finais.

2 – O Construto Teórico do *Cost Disease* como uma explicação ao comportamento das atividades características do turismo

A preocupação em testar uma construção teórica para o turismo advém da destacada importância que esta atividade vem ganhando como um instrumento de desenvolvimento econômico para o Nordeste brasileiro. Os primeiros programas de financiamento ao turismo na região remontem aos anos 1970, quando se definiu o Nordeste como zona prioritária para o financiamento de empreendimentos turísticos e criou-se o Fundo de Investimento do Nordeste – FINOR. Entretanto, somente nos anos 1990 e 2000 avultaram-se os investimentos turísticos na região, passando o financiamento dessa atividade a ser conduzido não apenas pelas entidades públicas nacionais, mas, também, por agências multilaterais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

Como se observou no ensaio anterior, dos investimentos em meios de hospedagem pretendidos no Brasil, no período entre 2007 e 2009, mais de 50% destinar-se-iam à região Nordeste. E, embora os recentes estudos publicados pelo IBGE relativos à mensuração dos impactos do turismo sobre os agregados macroeconômicos estejam agregados para a economia brasileira como um todo (ver Ensaio I), alguns indicadores próprios dessa atividade, publicados em relatórios do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), revelaram os resultados trazidos pelos investimentos realizados ao longo dos anos 1990 e 2000 por programas como o PRODETUR/NE. Dentre eles, podem-se citar: a ampliação dos aeroportos, o aumento do número de desembarques, da oferta hoteleira, do fluxo turístico, da receita turística e da renda gerada em relação ao PIB da região. Todas estas variáveis apresentaram um aumento significativo entre os anos de 1990 e 2000[12].

Atendo-se aos principais segmentos que caracterizam o turismo no Nordeste, relatórios oficiais do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) apontaram um aumento expressivo no número de estabelecimentos em todos os segmentos, sendo esse crescimento relativamente maior que o ocorrido no Brasil (vide Tabela 1).

---

[12] As tabelas com esses indicadores estão disponíveis no Anexo deste Ensaio.

TABELA 1 – Número de Estabelecimentos nas Atividades Características Principais do Turismo no Nordeste

	Nordeste			Brasil		
Segmentos	1994	2003	Var (%)	1994	2003	Var (%)
Alojamento	1.935	6.697	246,10	12.646	31.373	148,10
Alimentação	4.944	30.871	524,40	61.381	325.893	430,90
Agências	580	3.374	481,70	5.068	19.142	277,70
Transporte Aéreo	90	229	154,40	918	1.698	85,00
Transporte Rodoviário	589	3.828	549,90	4.219	30.670	626,90
Atividade Recreativa	1.853	12.449	571,80	17.673	96.354	445,20
Locadora de Veículos	193	2.174	1026,40	1.000	7.174	617,40
Total Geral	**10.184**	**59.622**	**485,40**	**102.905**	**512.304**	**397,80**

Fonte: Efeitos Globais do PRODETUR NE I - Enfoque Turístico, 2005. Branco do Nordeste do Brasil, 2010.

Pela Tabela 1, percebe-se que, assim como para o Brasil, o segmento de *Alimentação* é o que possui maior representatividade entre as atividades que caracterizam o turismo no Nordeste, sendo responsável por cerca de 50% do total de estabelecimentos. Em termos de emprego, é interessante notar, como aponta a Tabela 2, que esse segmento adquiriu um considerável peso na participação do total de empregos das atividades que caracterizam o turismo, passando de cerca de 20%, em 1994, para 45%, em 2003.

TABELA 2 – Emprego nas Principais Atividades Características do Turismo

	Nordeste			Brasil			Relação N/B	
Segmentos	1994	2003	Var (%)	1994	2003	Var (%)	1994	2003
Alojamento	26.617	48.906	83,70	161.835	211.371	30,60	16,40	23,10
Alimentação	33.518	96.840	188,90	380.489	740.583	94,60	8,80	13,10
Agências	2.919	5.456	86,90	29.478	39.929	35,50	9,90	13,70
Transporte Aéreo	2.405	2.525	5,00	52.673	36.993	-29,80	4,60	6,80
Transporte Rodoviário	77.474	25.385	-67,20	495.462	163.644	-67,00	15,60	15,50
Atividade Recreativa	24.987	31.532	26,20	211.922	274.478	29,50	11,80	11,50
Locadora de Veículos	975	4.919	404,50	3.168	19.668	20,80	30,80	25,00
Total Geral	168.895	215.563	27,60	1.335.027	1.486.666	11,40	12,70	14,50

Fonte: Efeitos Globais do PRODETUR NE I - Enfoque Turístico, 2005. Banco do Nordeste do Brasil, 2010.

Todavia, a despeito do notável crescimento que a atividade turística vem apresentando na região Nordeste, os seus dois principais segmentos, *Alojamento* e *Alimentação*, têm mostrado uma queda significativa no que se refere à sua contribuição ao PIB da região, como pode ser observado na Tabela 3.

TABELA 3 – Representatividade da Atividade de *Alojamento* e *Alimentação* no PIB dos Estados do Nordeste (%)

Estados	1996	2002	Var (%)
Maranhão	1,96	1,00	-49,00
Piauí	2,23	0,90	-59,00
Ceará	2,52	2,70	7,10
Rio Grande do Norte	2,90	1,30	-55,20
Paraíba	1,61	0,60	-62,70
Pernambuco	4,02	2,40	-40,30
Alagoas	2,65	1,10	-58,50
Sergipe	2,28	0,70	-69,30
Bahia	2,46	1,70	-30,90

Fonte: Efeitos Globais do PRODETUR NE I - Enfoque Turístico, 2005. Banco do Nordeste do Brasil, 2010.

Para uma melhor compreensão do comportamento do PIB da atividade de *Alojamento* e *Alimentação*, calculou-se a composição do PIB do Nordeste levando em consideração os cinco grandes setores de atividade econômica (*Indústria, Construção Civil, Comércio, Serviços* e *Agropecuária*).

Pela Tabela 4, observa-se que, no período de 1994 a 2007, o setor de *Serviços* foi o que mais contribuiu com o PIB nordestino, e esta contribuição foi crescente na maior parte do período analisado, passando de 39,57%, em 1994, para 51,54%, em 2007. Entre 1994 a 1998, houve um perceptível aumento na participação desse setor no PIB regional (subindo de 39,57%, em 1994, para 45,46%, em 1998). Entre 1999 e 2001, ocorreu uma queda nessa participação, voltando a subir em 2002, quando chega ao máximo de 53,01%. No restante do período, esta contribuição variou entre 50,45% e 51,77%.

Por outro lado, a atividade de *Alojamento* e *Alimentação* apresentou uma participação decrescente entre o período de 1994 a 1997, saindo de 2,89% para 2,61%. Em 1998, esta contribuição passou a ser de 2,72%, no entanto, a partir de 1999, apresentou novamente uma tendência de queda, chegando a 2001 com uma participação de 1,94%. Em 2007, último ano da série, tal participação foi de 2,18% (inferior à apresentada no ano de 1994).

TABELA 4 – Composição Setorial do PIB da Região Nordeste (1994 a 2007)

Setores de Atividade	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Indústria	23,25	20,71	20,26	20,46	20,58	23,30	24,04	26,44	17,95	19,30	19,99	19,56	19,29	18,03
Construção Civil	10,96	11,15	11,01	13,51	14,01	12,44	11,51	10,35	6,51	5,42	6,01	6,31	5,96	6,24
Comércio	10,15	10,58	9,14	8,82	8,27	8,34	8,55	8,56	11,77	12,10	12,46	12,94	12,98	14,23
*Serviços**	39,57	41,92	44,56	44,20	45,46	45,05	44,48	43,54	53,01	51,77	50,45	50,95	51,75	51,54
Alojamento e Alimentação	2,89	2,83	2,72	2,61	2,72	2,08	1,98	1,94	1,99	1,77	1,87	2,16	2,09	2,18
Agropecuária	13,18	12,81	12,31	10,40	8,96	8,79	9,44	9,17	8,77	9,64	9,22	8,09	7,93	7,79
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) - Elaboração Própria, 2010.

*Setor *Serviços* sem a atividade de *Alojamento e Alimentação* .

TABELA 5 – Participação da Atividade de Alojamento e Alimentação no Setor de Serviços da Região Nordeste (1994 a 2007)

Setor de Atividade	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Alojamento e Alimentação	6,81	6,33	5,76	5,57	5,64	4,42	4,25	4,26	3,62	3,30	3,58	4,06	3,88	4,06

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) - Elaboração Própria, 2010.

*Setor *Serviços* sem a atividade de *Alojamento e Alimentação.*

A Tabela 5 mostra a participação do PIB da atividade de *Alojamento e Alimentação* no PIB do setor de *Serviços*. Percebe-se que houve um comportamento semelhante ao observado na Tabela 4, quando se analisou a composição setorial do PIB da região Nordeste. Ou seja, a atividade de *Alojamento e Alimentação* apresentou uma contribuição decrescente para o PIB do setor de *Serviços* ao longo de quase todo o período. Em 1994, esta contribuição era de 6,81% e, em 2007, caiu para 4,06%.

A explicação fornecida pelo relatório sobre os Efeitos Globais do PRODETUR/NE I para este comportamento está relacionada a uma provável insuficiência na produção de informações turísticas, que não estariam adequadas aos procedimentos metodológicos adotados para a mensuração dos agregados macroeconômicos pelos órgãos responsáveis pelas Contas Regionais. E isto seria resolvido com a implantação da Conta Satélite do Turismo (CST), no âmbito dos Estados da região. Isto é, uma análise desagregada por Estado que apresentasse os impactos do turismo nos agregados macroeconômicos fazendo uso da CST daria conta de explicar a queda que a contribuição do PIB da atividade de *Alojamento e Alimentação* apresentou tanto para o PIB regional quanto para o PIB do setor de *Serviços*.

Embora se saiba que no Brasil ainda existe uma grande carência de dados que avaliem os impactos da atividade turística nas economias regionais (pois como se viu no Ensaio 1, os dados existentes estão agregados em âmbito nacional e para um período de tempo bastante curto), acredita-se que o comportamento apresentado pelo PIB da atividade de *Alojamento e Alimentação* estaria associado, em maior medida, às limitações que essa atividade possui para absorver inovações tecnológicas e, assim, obter ganhos de produtividade.

Para testar essa suposição, usou-se como referência o construto teórico do trabalho de Baumol e Bowen (1968). E se os argumentos desses autores se aplicarem à atividade de *Alojamento e Alimentação*, principal atividade que caracteriza o turismo, surge, então, o questionamento a respeito do fato de essa atividade se constituir em um instrumento sólido de desenvolvimento da região Nordeste e, portanto, atingir as expectativas que a ela têm sido atribuídas.

Em 1968, William J. Baumol e William G. Bowen publicaram um trabalho intitulado *Performing Arts: The Economic Dilemma*, em que realizaram um estudo sobre o comportamento econômico das atividades relacionadas ao Teatro, à Ópera, à Música e à Dança, e encontraram o que eles chamaram de problemas comuns às artes performáticas.

A proposta central foi explicar os problemas financeiros que permeiam os grupos de artes performáticas e explorar as implicações desses problemas para o futuro destas atividades nos Estados Unidos. Com dados que abrangeram o período de 1843 a 1964, os autores analisaram a estrutura de custos e receitas dos grupos performáticos da *New York Philharmonic* e das *Cincinnati Orchestras*.

Um dos principais achados deste trabalho foi o fornecimento de evidências de que existe uma crescente pressão relacionada ao aumento dos custos desse tipo de atividade, não sendo isso um acidente histórico, mas uma consequência da sua tecnologia de operação, que difere essencialmente da tecnologia dos demais setores da economia.

A peculiaridade da tecnologia utilizada nesse tipo de atividade contribuiria para um crescente *gap* de renda, resultante de uma constante tendência ao aumento dos custos e defasagem dos preços, que estariam associados à hipótese de que os ganhos de produtividade para essa atividade são negligenciáveis ou menores que para os demais setores da economia. E, embora o objeto de estudo dos autores tenha sido as artes performáticas, eles ressaltaram que o diferencial de produtividade apresentado nessa atividade poderia se aplicar às outras atividades que compõem o setor *Serviços*.

Nesse contexto, o fato de o turismo possuir características que lhes são próprias, e estão associadas, por exemplo, à coexistência de segmentos tradicionais e modernos (tal como *Alojamento e Alimentação*, que é considerado um segmento tradicional dentro do setor de *Serviços* e *Transporte aéreo*, que possui maior conteúdo tecnológico), à absorção de uma mão de obra com baixa qualificação (no caso dos segmentos tradicionais) e a presença de pequenas e médias empresas de caráter familiar, como é o caso da atividade de *Alojamento e Alimentação*, além de fatores como cultura, geografia e clima inerentes a uma

dada região, nos leva a supor que a tecnologia de produção de muitas das atividades que o compõem é, assim como para as artes performáticas, diferente da tecnologia de produção dos demais setores da economia.

Sendo assim, haveria nas atividades características do turismo um diferencial de produtividade relacionado a uma limitada capacidade de essas atividades absorverem as mudanças tecnológicas, em comparação aos outros setores da economia. Dessa forma, os argumentos construídos por Baumol e Bowen (1968) de que existe uma tendência a aumentos dos custos nas artes performáticas, por estas não acompanharem o ganho de produtividade dos demais setores, caberiam, também, à atividade de *Alojamento e Alimentação*.

Ciente de que existe uma grande limitação de dados, em virtude da jovialidade do tratamento do tema sob uma perspectiva econômica, o presente trabalho utilizou a atividade de *Alojamento e Alimentação* como *proxy* do turismo para verificar as hipóteses construídas por Baumol e Bowen (1968) e constatar se essa atividade possui a mesma pressão sobre os custos comum às artes performáticas.

Para analisar essa questão, sob a perspectiva da construção teórica do *Cost Disease*, devem-se avaliar as implicações que o diferencial de taxa de crescimento da produtividade dessa atividade acarreta para os custos relativos dos seus insumos. Para tal, supõe-se que, nos demais setores da economia, os trabalhadores percebem as mudanças tecnológicas e lutam por aumento de salários. Assim, a cada ano, a média de salário dos trabalhadores aumenta à mesma taxa da produtividade. Como consequência, o custo por unidade de trabalho (a proporção entre o total do custo de trabalho e o produto total) permanece constante.

Esse processo pode continuar indefinidamente, com os trabalhadores desses setores ganhando mais a cada ano, com os custos por produto permanecendo constante, e com o aumento necessário nos preços desses produtos para manter os lucros das firmas. Se o número de horas trabalhadas não declina, o produto total da economia cresce.

No entanto, para atividades como a de *Alojamento e Alimentação*, que possuem as especificidades destacadas anteriormente, seguindo a hipótese do Cost

Disease, três situações podem ser analisadas. A primeira é um caso extremo, em que se supõe que os salários dos trabalhadores dessa atividade permanecem constantes, enquanto os salários dos trabalhadores dos demais setores aumentam a cada ano. O resultado disso seria uma queda no poder de compra dos primeiros, incentivando-os a migrarem para os demais setores de atividade econômica.

A segunda situação ocorre quando se supõe que o trabalhador da atividade de *Alojamento e Alimentação* obtém um aumento no salário que equipare seu padrão de vida ao dos trabalhadores dos demais setores. Mas, com a produtividade inalterada, o custo direto do trabalho por unidade de produto aumenta na mesma magnitude que o aumento do salário.

E assim, mesmo que os trabalhadores da atividade de *Alojamento e Alimentação* aumentem seus salários na mesma proporção que os trabalhadores dos demais setores de atividade econômica, mantendo sua renda relativa, o aumento dos custos serão inevitáveis.

Na terceira situação, supõe-se que a renda dos trabalhadores da atividade de *Alojamento e Alimentação* cresça a uma taxa menor que a dos demais setores da economia. Contudo, sem que a produtividade também aumente, o resultado será, necessariamente, um aumento dos custos. Dessa forma, os salários e os custos diretos aumentam na mesma proporção, e isso não ocorrerá somente se houver uma redução do emprego, dado que a produtividade nessa atividade é supostamente constante.

3 Descrição das Fontes de Dados e Variáveis de Análise: Problema de Mensuração e Compatibilização

A aplicação do modelo de Baumol e Bowen (1968) requer uma série temporal com dados, principalmente, sobre PIB, emprego e rendimentos. Todavia, como se ressaltou no ensaio anterior, a elaboração das contas do turismo no Brasil é bastante recente, pois as publicações do IBGE que tratam do assunto cobrem apenas o período dos anos 2000, e não é em sua totalidade. Assim sendo, analisar cada uma das atividades que compõem o grupo que caracteriza o

turismo para uma série temporal maior e/ou nível geográfico mais desagregado, é uma tarefa difícil em virtude destas limitações.

No que concerne ao PIB, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) disponibiliza, em âmbito geográfico nacional, regional e estadual, uma série histórica que cobre o período de 1985 a 2007 para as duas atividades acima citadas. Porém, o fez de forma agregada, ou seja, os *Serviços de Alojamento* e os *Serviços de Alimentação* são tratados como uma mesma atividade, denominada *Serviços de Alojamento e Alimentação*[13].

Em relação ao período escolhido para análise, restrições quanto às variáveis emprego e renda delimitaram o início da série ao ano de 1994. Somente a partir de 1994, com a CNAE/1995, é possível obter dados de emprego e remuneração que representam mais diretamente as atividades características do turismo. Nessa classificação, tem-se o agrupamento *Alojamento e Alimentação* na seção CNAE/95 (17 seções), e na categoria mais desagregada, que são as classes CNAE/95, compostas por 614 categorias de atividades econômicas, em que se pode, de forma desassociada, encontrar todas as atividades que compõem o grupo de atividades características do turismo.

Os dados relativos a essas variáveis foram obtidos junto ao Ministério do Trabalho, na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), que trata somente do emprego formal[14]. A base de dados RAIS abrange uma série que cobre o período de 1985 a 2008, no que diz respeito à desagregação geográfico regional, estadual e municipal.

---

[13] Outra atividade que também expressou uma significativa importância para o grupo de atividades características do turismo, como foi visto anteriormente, foram os *Serviços de Transporte*, principalmente o *Transporte Rodoviário*. No entanto, essa atividade não será aqui tratada porque para a variável PIB os dados disponíveis estão agregados, de forma que não é possível discriminar o que é transporte rodoviário, aéreo, aquaviário e metroviário. Ademais, a essa atividade agregou-se também a atividade de comunicação, tornando inviável a análise dessa atividade como característica do turismo.

[14] Na base de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), pode-se obter informações sobre emprego informal. No entanto, para a atividade de *Alojamento e Alimentação*, a disponibilidade de dados cobre somente os anos 2000. No período anterior a este, há dados somente para o setor *Serviços* como um todo.

Contudo, entre 1985 e 1993, a maior desagregação setorial disponível são os subsetores de atividade econômica do IBGE, com 26 categorias. E, destes 26 setores, apenas dois guardam relação direta com as atividades características do turismo: *Transporte e Comunicação* e *Alojamento e Comunicação*. Mas, como se observa pela denominação, no primeiro subsetor, assim como ocorreu com o PIB, além de não haver uma decomposição dos modais de transporte, ocorre a agregação do *Serviço de Transporte* com o de *Comunicação* e, no segundo subsetor, aos *Serviços de Alojamento* estão também agregados os *Serviços de Comunicação.*

Dado que a análise se propõe a levar em conta informações sobre emprego, renda e PIB simultaneamente, e que, para a variável PIB, a maior desagregação setorial disponível é para a atividade agrupada *Alojamento e Alimentação*, foi necessário, portanto, usar a CNAE/95 para emprego e renda, que também considera a referida atividade agrupada.

Uma vez coletados os dados relativos a emprego, PIB e renda da atividade de *Alojamento e Alimentação*, reuniram-se, também, as mesmas variáveis para os grandes setores de atividade econômica, tendo em vista que se objetiva fazer uma comparação entre as produtividades da atividade de *Alojamento e Alimentação* com estes setores, para constatar se existe o diferencial de produtividade apontado no modelo de Baumol e Bowen (1968). Os setores de referência são os cinco grandes setores de atividade econômica classificados pelo IBGE: *Indústria, Construção Civil, Comércio, Serviços e Agropecuária*. Deve-se destacar que o setor *Serviços* está sendo considerado sem a atividade *Alojamento e Alimentação*, que foi deduzida desse setor e tratada de forma isolada[15].

[15] Ressalta-se que, no caso do Emprego e da Renda Média, obtidas da RAIS, foi necessário deduzir do setor *Serviços* apenas a atividade de *Alojamento e Alimentação*, pois o setor de *Comércio*, considerado como *Serviços*, é tratado isoladamente. Porém, no caso do PIB, obtido no banco de dados do IPEA, o *Comércio* está incorporado ao setor de *Serviços*, logo, teve-se que deduzir desse setor, além da atividade de *Alojamento e Alimentação*, o setor de *Comércio*. O mesmo ocorreu com o setor da *Indústria*, que na base de dados do IPEA incorpora o setor da *Construção Civil*. Já o IBGE considera a *Indústria* sem a *Construção Civil*, que já aparece isolada como um grande setor.

Apesar do objeto de estudo desse ensaio ser a região Nordeste, foi feita, também, uma contraposição dos resultados obtidos para essa região ao restante do Brasil, tendo sido necessário, portanto, realizar o mesmo procedimento de coleta de dados para as demais regiões do País.

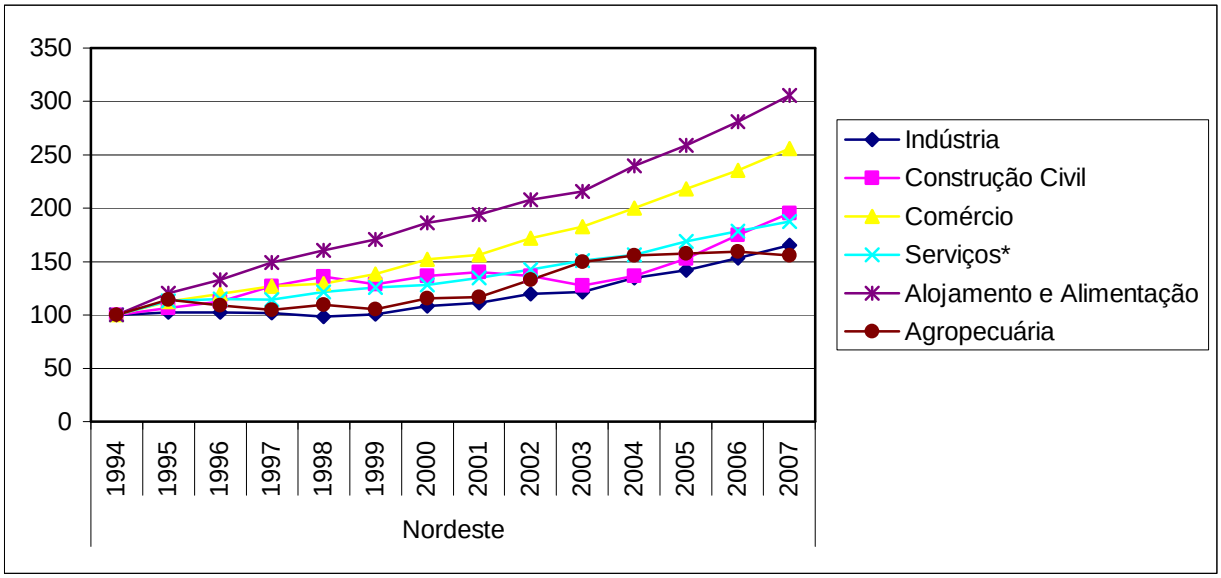
Uma breve explanação sobre os resultados obtidos para as três variáveis em questão será feita, para assim contextualizar a região Nordeste frente ao Brasil no que se refere a essa atividade. Para isso, calculou-se o índice de variação anual dessas variáveis para a região Nordeste e o restante do Brasil, tomando-se como base o ano de 1994.

4 A Atividade de *Alojamento e Alimentação* e os Grandes Setores de Atividade Econômica: A Região Nordeste no Contexto Brasileiro

Os dados obtidos junto a RAIS mostraram que o emprego na atividade de *Alojamento e Alimentação*, na região Nordeste, elevou-se significativamente. Como pode ser observado no Gráfico 1, o índice de variação anual dessa variável foi crescente e superior ao índice dos grandes setores de atividade ao longo de toda a série, chegando ao final do período com uma variação superior aos 200%, destacando-se sobremaneira dos grandes setores de atividade econômica.

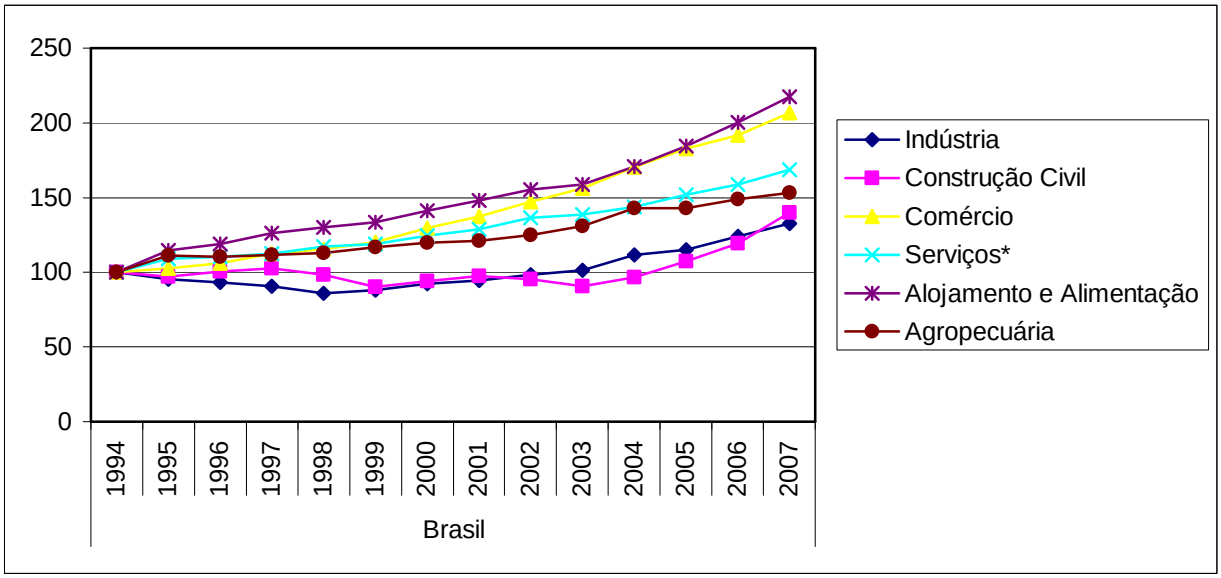
No restante do Brasil, a atividade de *Alojamento e Alimentação* também apresentou um desempenho semelhante ao mostrado pela região Nordeste e, embora a variação do emprego tenha sido menor, comparativamente ao exibido pelo Nordeste (cerca de 120%), na maior parte da série essa atividade destacou-se em relação aos grandes setores de atividade econômica (ver Gráfico 2).

GRÁFICO 1 – Índice de Variação do Emprego para os Grandes Setores de Atividade Econômica e para a Atividade de *Alojamento e Alimentação* para a Região Nordeste (ano-base 1994)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Ministério do Trabalho – Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), 2010.
*Setor Serviços sem a atividade de *Alojamento e Alimentação*

GRÁFICO 2 - Índice de Variação do Emprego para os Grandes Setores de Atividade Econômica e para a Atividade de *Alojamento e Alimentação* para o Brasil (ano-base 1994)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Ministério do Trabalho – Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), 2010.
*Setor Serviços sem a atividade *de Alojamento e Alimentação*.

O melhor desempenho do emprego da atividade de *Alojamento e Alimentação*, em comparação aos demais setores de atividade econômica (incluindo o setor de *Serviços*), está relacionado ao fato de esse tipo de segmento absorver um substancial volume de mão de obra com baixo nível de qualificação e, consequentemente, baixa remuneração.

Como destaca a Pesquisa Anual de Serviços (PAS), em 2009, os *Serviços de Alimentação*, que dentro do segmento *Serviços Prestados às Famílias* respondia por 64,9% do total do número de empresas, 62,10% do pessoal ocupado e gerava 65,00% da receita operacional líquida e 59,7% dos salários, pagava uma renda mensal de cerca de 1,7 salários-mínimos.

Entretanto, quando se analisam outros segmentos do setor de *Serviços*, tais como os *Serviços de Telecomunicações*, a remuneração média, em número de salários-mínimos, foi de 6,9 em 2009. Para os *Serviços de Tecnologia da Informação* esta remuneração é de 5,8 salários-mínimos, em média.

Em termos de produtividade, a PAS 2009 apontou que o segmento *Serviços de Telecomunicações* apresentou uma produtividade de R$ 396,6 mil e os *Serviços de Tecnologia da Informação* exibiram uma produtividade de R$ 78,2 mil. No entanto, no caso dos *Serviços de Alimentação e Alojamento* as produtividades são de, respectivamente, R$ 17,9 mil e R$ 22,8 mil. Depreende-se, portanto, que, pelos dados apresentados, a atividade de *Alojamento e Alimentação* se caracteriza como um dos segmentos dentro do setor de *Serviços* que funciona como um amortecedor para absorver a mão de obra que não é absorvida por outros setores, em virtude de crises econômicas ou pela baixa qualificação apresentada por essa mão de obra.

Como destaca Kon (2004), nos períodos de recessão ou estagnação, a capacidade de ampliação dos serviços representou uma válvula de escape para parte da população liberada de outros setores que, mesmo por muitas vezes permanecendo subempregada, continuou contribuindo para a geração do produto.

Este, portanto, seria um argumento explicativo ao comportamento da atividade de *Alojamento e Alimentação*, no período de 1994 a 2007, dado que neste período, como será exposto adiante, quando da explicação do comportamento do PIB

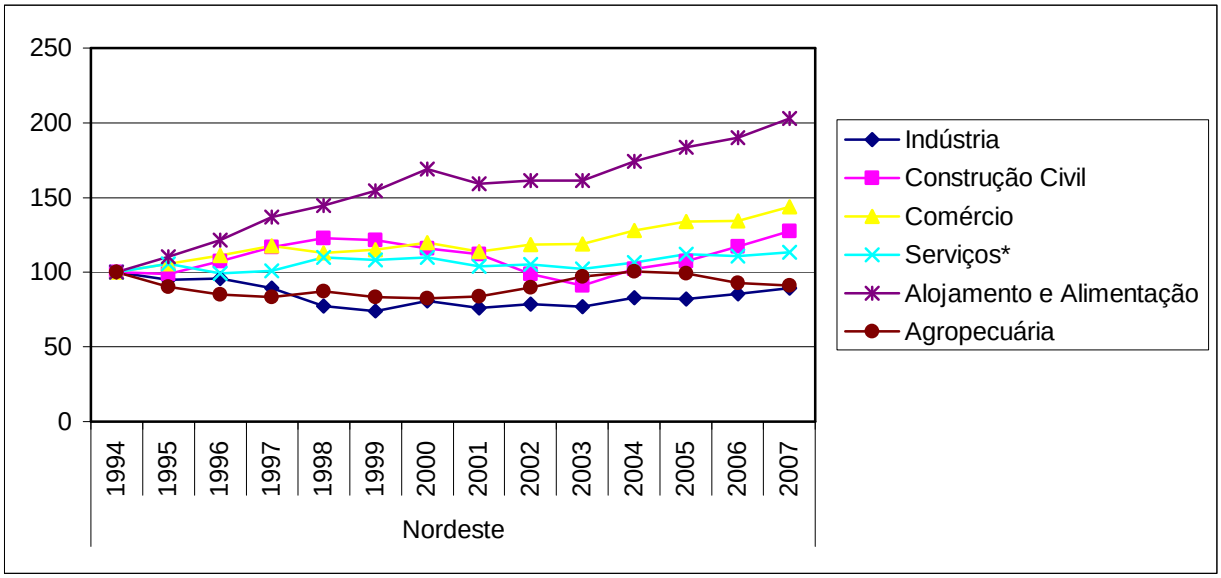
nacional, o país passou por fases conturbadas em virtude, principalmente, de crises econômicas internacionais e da reestruturação do setor produtivo nacional.

No que se refere à massa salarial[16], a atividade de *Alojamento e Alimentação* também foi a que expressou o maior crescimento, em comparação aos grandes setores de atividade no período analisado, tanto para a região Nordeste quanto para o Brasil. Não obstante, o crescimento dessa variável para o Nordeste, assim como o crescimento do emprego, foi bem mais acentuado que para o Brasil (100% para o Nordeste contra 40% para o restante do País, no ano de 2007 – ver Gráficos 3 e 4).

A massa salarial é definida como o número de salários-mínimos acumulados durante o ano para cada setor ou atividade. O seu comportamento de crescimento estaria atrelado, portanto, ao crescimento do volume de emprego gerado pela atividade de *Alojamento e Alimentação* ao longo do período analisado e ao aumento do salário real que ocorreu no período para todos os setores produtivos da economia brasileira.

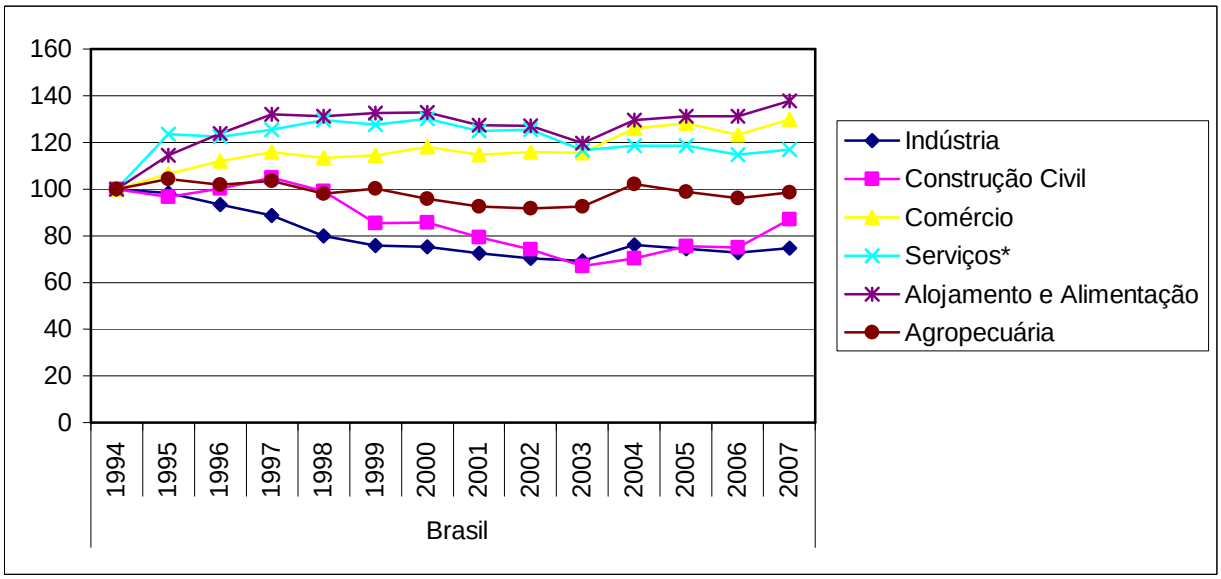
[16] A massa salarial é o número de salários-mínimos acumulados durante o ano para cada setor e/ou atividade, pois de 1985 até o ano de 1999, é somente esse tipo de classificação de renda que está disponível na base de dados da RAIS.

GRÁFICO 3 - Índice de Variação da Massa Salarial para os Grandes Setores de Atividade Econômica e para a Atividade de *Alojamento e Alimentação* para a Região Nordeste (ano-base 1994)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Ministério do Trabalho – Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), 2010.
*Setor Serviços sem a atividade de *Alojamento e Alimentação*.

GRÁFICO 4 – Índice de Variação da Massa Salarial para os Grandes Setores de Atividade Econômica e para a Atividade de *Alojamento e Alimentação* para a Região o Brasil (ano-base 1994)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Ministério do Trabalho – Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), 2010.
*Setor Serviços sem a atividade de *Alojamento e Alimentação*.

Passando para a análise do PIB[17], observa-se que a atividade de *Alojamento e Alimentação*, para a região Nordeste, mostrou uma variação negativa em praticamente toda a série, contrastando com o setor de *Serviços*, que exibiu uma variação positiva do PIB em quase todo o período (somente no ano de 1995 o índice de variação desse setor foi negativo em – 3%).

Ao longo do período de 1994 a 2007, o comportamento da taxa de crescimento do PIB brasileiro foi impactado por diversos fatores. No caso do setor de *Serviços*, o baixo desempenho em 1995 está associado, em parte, como aponta Marques (2006), ao efeito do desaparecimento do ganho inflacionário, que antes contribuía para o grande desenvolvimento de recursos no sistema financeiro.

De 1994 para 1995, o crescimento do nível de atividade da economia brasileira foi negativo. Como destacam Ribeiro et. al (2010), isto foi um reflexo da crise mexicana, que impactou no fluxo de capitais de países emergentes como o Brasil. E em 1996 também ocorreu uma taxa de crescimento negativa em relação a 1995, resultante do déficit nas contas públicas, originado pelo saldo negativo da balança comercial e pelo desemprego.

Os autores salientam que no período de 1997 a 2000 o País passou por duas crises que impactaram diretamente no cenário econômico nacional. A primeira delas foi a crise da Ásia, ocorrida em 1997. No ano seguinte, houve a Crise da Rússia, seguida pela crise brasileira de 1999. Para enfrentar estas crises, o Brasil adotou uma política monetária restritiva, com elevação da taxa de juros para 42%. Mesmo assim, o Real continuou sendo alvo de especulação, o que resultou em uma queda nas reservas cambiais do país, comprometendo fortemente as exportações.

No ano 2000, o Brasil volta a apresentar uma aceleração do crescimento. E tal crescimento esteve atrelado à diminuição da taxa de juros, à estabilização do Real e à recuperação da confiança na economia brasileira, resultado do cumprimento do acordo com o Fundo Monetário Internacional. Entretanto, em 2001, a economia teve seu crescimento novamente comprometido em virtude da

[17] Os dados sobre PIB estão em milhões de Reais constantes de 2000.

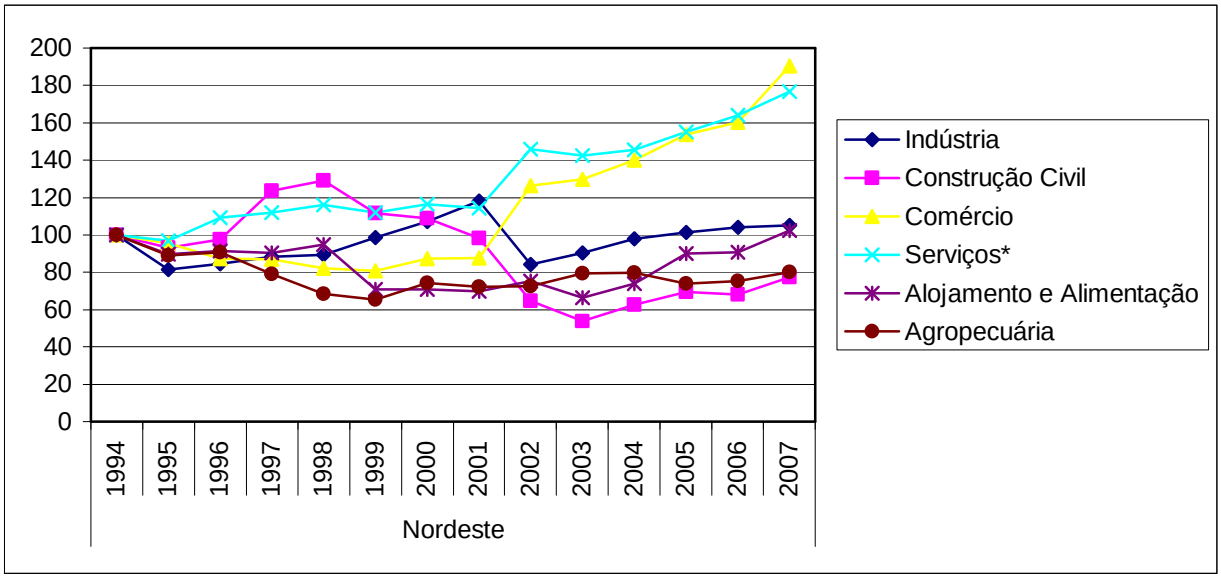
crise da Argentina e dos atentados terroristas aos Estados Unidos (RIBEIRO et. al., 2010).

No ano seguinte, ocorreu um novo aumento da taxa de juros, em resposta a insegurança quanto à política econômica que o novo governo iria adotar. Em 2003, as políticas monetárias e fiscais foram contracionistas, resultando em uma desaceleração do nível de atividade. No ano de 2004, retomou-se o crescimento advindo de uma série de fatores, entre eles, o ambiente externo favorável, aumento do saldo da balança comercial, queda da inflação e redução da meta da taxa de juros pelo BACEN.

Já em 2005, houve uma redução dos investimentos da *Indústria de Transformação* e da *Agropecuária*. E isto se refletiu em um menor crescimento do PIB em relação ao ano anterior. A recuperação do crescimento somente ocorre em 2007, resultado do bom desempenho apresentado pelo agronegócio e pelo aumento no volume de investimentos na economia. Ademais, a *Indústria de Transformação*, a *Construção Civil* e o setor de *Serviços* cresceram. Vale lembrar que o desempenho do setor de *Serviços* foi determinado pelos segmentos de *Intermediações Financeiras*, *Serviços de Informação* e *Comércio* (RIBEIRO et. al., 2010).

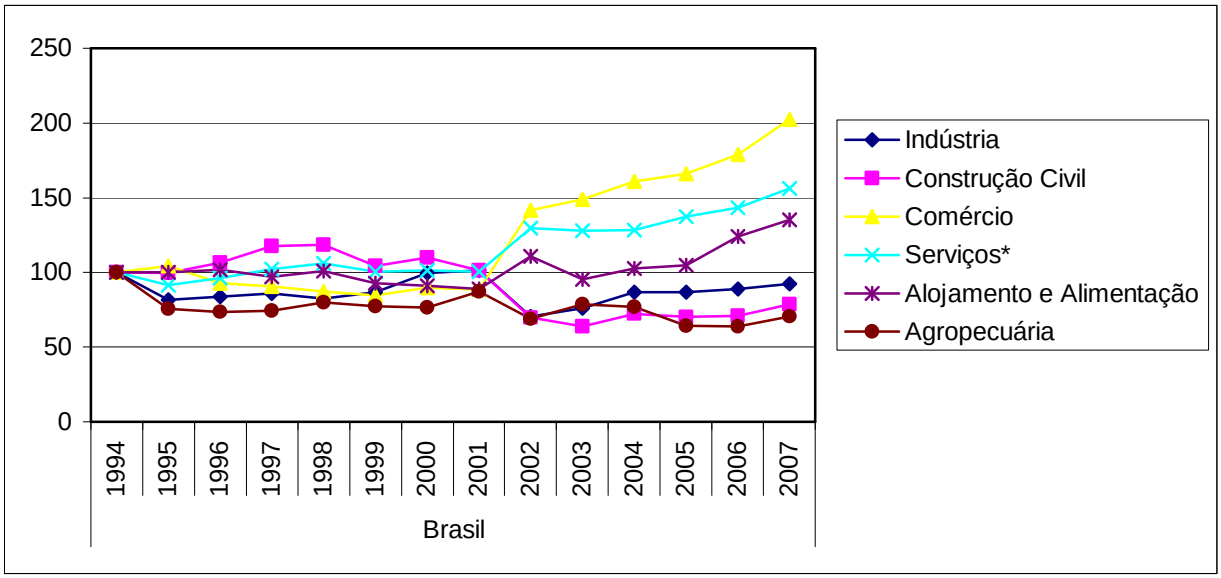
O desempenho do setor de *Serviços*, principalmente a partir dos anos 2000, se reflete na sua crescente participação na composição do PIB nacional, que entre 2000 e 2005 foi superior a 50%. Sobre a expansão desse setor na economia brasileira, Portella (2008) aponta quatro fatores como fundamentais. O primeiro, a aceleração e diversificação industrial observada no País nos últimos 20 anos, criando uma demanda intensiva por serviços especializados na produtividade agregada; o segundo, a expansão das ocupações de alta qualificação que passam a demandar importantes serviços pessoais; o terceiro, a gama de atividades formais e informais que o setor gerou; e o quarto é o fato de o País possuir metrópoles como São Paulo, Rio de Janeiro, entre outras, que demandam e centralizam serviços intensivos em inovações e conhecimento, ou seja, especializados na questão da terceirização.

GRÁFICO 5 – Índice de Variação do PIB para os Grandes Setores de Atividade Econômica e para a Atividade de *Alojamento e Alimentação* para a Região Nordeste (ano-base 1994)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2010.
*Setor *Serviços* sem a atividade de *Alojamento e Alimentação*.

GRÁFICO 6 – Índice de Variação do PIB para os Grandes Setores de Atividade Econômica e para a Atividade de *Alojamento e Alimentação* para o Brasil (ano-base 1994)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2010.
*Setor *Serviços* sem a atividade de *Alojamento e Alimentação*.

Percebe-se, portanto, que os segmentos mais dinâmicos determinaram a expressiva contribuição do setor de *Serviços* ao PIB, ou seja, aqueles com maior conteúdo tecnológico. E isto explicaria o fato de o PIB da atividade de *Alojamento*

e Alimentação não ter apresentado o mesmo comportamento do setor de *Serviços*, principalmente a partir dos anos 2000, como mostram os Gráficos 5 e 6.

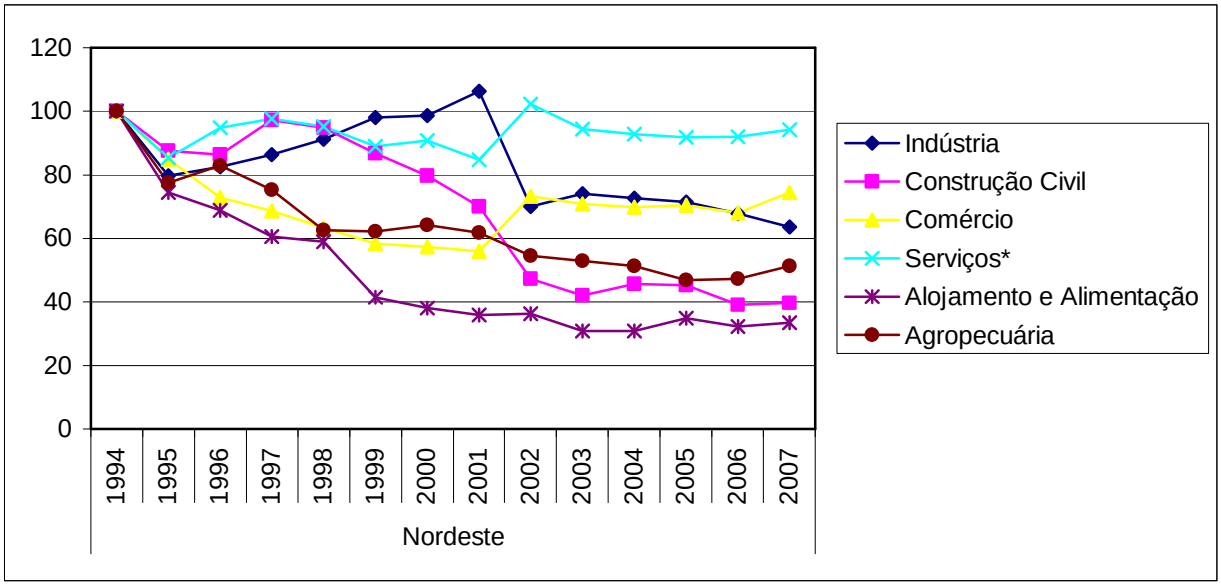
A despeito do desempenho do emprego e da massa salarial, o PIB da atividade de *Alojamento e Alimentação*, tanto para a região Nordeste quanto para o restante do Brasil, não apresentou uma trajetória semelhante àquela exibida pelas duas referidas variáveis. Dado esse comportamento, faz-se necessário, portanto, analisar como a produtividade (dada pelo PIB dividido pelo emprego) se comporta comparativamente aos demais setores da atividade econômica. Para isso, calculou-se o índice de variação anual da produtividade no período em análise.

4.1 Produtividade e Rendimentos: uma comparação entre os grandes setores de atividade econômica e a atividade de *Alojamento e Alimentação*

Pelo cálculo do índice da variação anual das produtividades da atividade de *Alojamento e Alimentação* e dos grandes setores de atividade econômica, observou-se que, ao longo desses quatorze anos, houve uma queda na produtividade de todos os setores, assim como na referida atividade. No entanto, a queda ocorrida nessa atividade foi mais acentuada que para os demais setores.

Chama atenção o fato de que no ano de 2001 os setores de *Serviços e Comércio* apresentaram uma inversão no comportamento das suas produtividades. A partir desse ano, tal indicador passou a mostrar uma taxa de variação menos negativa, o que não ocorreu no caso da atividade de *Alojamento e Alimentação*. Esse comportamento atesta a hipótese de que essa atividade não acompanha a tendência dos demais setores, tampouco a do setor ao qual ela pertence (o setor *Serviços*).

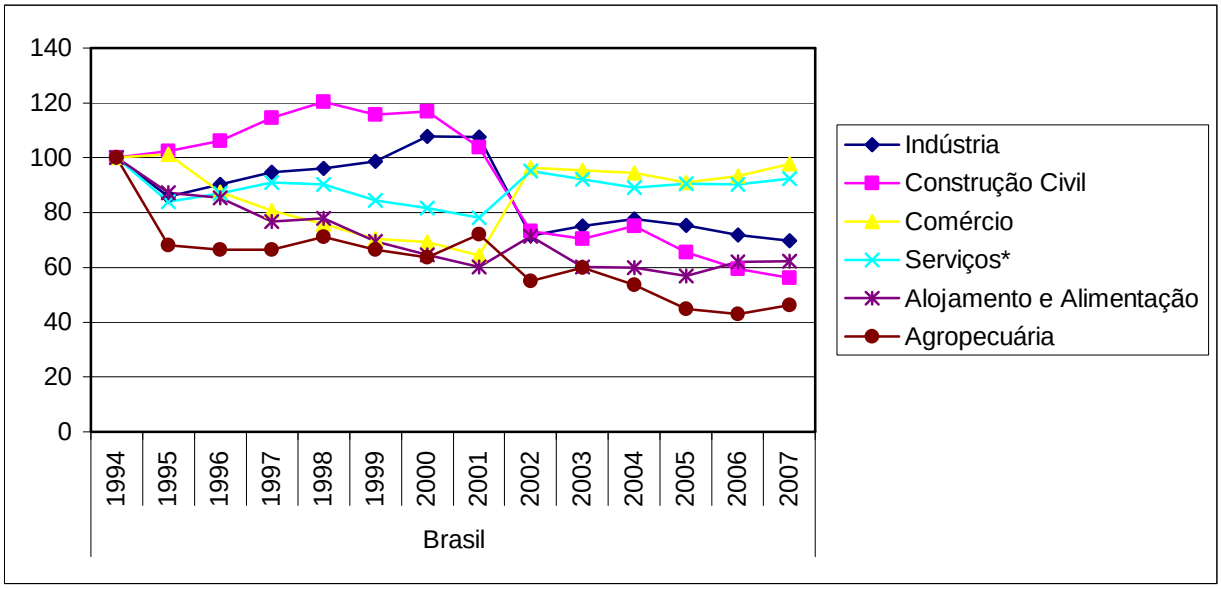
GRÁFICO 7 – Índice de Variação da Produtividade dos Grandes Setores de Atividade Econômica e da Atividade de Alojamento e Alimentação no período de 1994 a 2007 – Região Nordeste



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Ministério do Trabalho, Relação Anual de Informações Sociais – RAIS e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, IPEA, 2010.
*Setor *Serviços* sem a atividade de *Alojamento e Alimentação*.

Isso não foi uma particularidade da região Nordeste. Para o restante do Brasil, o comportamento dos dados foi o mesmo, qual seja, as produtividades dos setores de *Serviços e Comércio* passaram a apresentar taxas de variação menos negativas, e a atividade de *Alojamento e Alimentação*, apesar de esboçar uma leve recuperação em 2002, no restante do período continuou a trajetória de queda da sua produtividade.

GRÁFICO 8 – Índice de Variação da Produtividade dos Grandes Setores de Atividade Econômica e da Atividade de *Alojamento e Alimentação* no período de 1994 a 2007 – Brasil



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Ministério do Trabalho, Relação Anual de Informações Sociais – RAIS e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, IPEA, 2010.
*Setor *Serviços* sem a atividade de *Alojamento e Alimentação*.

Além de exibir uma queda na taxa de variação anual maior que para os demais setores, constatou-se, por meio do cálculo da proporção entre as produtividades desses setores e da atividade de *Alojamento e Alimentação*, um *gap* entre elas, corroborando que essa hipótese da construção teórica de Baumol e Bowen (1968) se aplica a essa atividade. O cálculo dessa proporção se deu pela divisão entre a produtividade de cada setor pela produtividade da atividade de *Alojamento e Alimentação* (ver Tabelas 4 e 5).

Pela Tabela 4, nota-se que os diferenciais de produtividade foram, de um modo geral, maiores para os setores da *Indústria, Construção Civil e Agropecuária.* Entretanto, para os setores *Serviços e Comércio*, esses diferenciais foram menores, sendo esse resultado coerente com a hipótese de Baumol e Bowen (1968) de que o setor *Serviços* tem uma produtividade menor que os demais setores.

TABELA 4 - Proporção da Produtividade dos Grandes Setores e da Atividade de *Alojamento e Alimentação* para o Nordeste

Setores de Atividade	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Indústria	0,83	0,89	1,00	1,18	1,28	1,96	2,16	2,46	1,61	2,00	1,96	1,71	1,75
Construção Civil	1,57	1,84	1,97	2,51	2,52	3,27	3,29	3,06	2,05	2,15	2,32	2,05	1,90
Comércio	0,54	0,61	0,57	0,61	0,58	0,75	0,81	0,84	1,09	1,24	1,22	1,09	1,13
*Serviços**	0,43	0,49	0,59	0,69	0,69	0,92	1,02	1,01	1,21	1,31	1,29	1,13	1,22
Alojamento e Alimentação	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
Agropecuária	1,96	2,04	2,36	2,43	2,07	2,93	3,31	3,37	2,95	3,37	3,25	2,63	2,87

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Instituto de Pesquisa Economica Aplicada (IPEA) e Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), 2010.

* Setor de *Serviços* sem a atividade de *Alojamento e Alimentação.*

TABELA 5 - Proporção da Produtividade dos Grandes Setores e da Atividade de *Alojamento e Alimentação* para o Brasil

Setores de Atividade	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Indústria	1,88	1,85	1,98	2,32	2,32	2,67	3,14	3,36	1,88	2,35	2,43	2,49	2,18	2,10
Construção Civil	2,29	2,69	2,85	3,42	3,54	3,82	4,15	3,95	2,35	2,68	2,86	2,64	2,20	2,07
Comércio	0,84	0,98	0,86	0,88	0,82	0,85	0,90	0,90	1,13	1,33	1,32	1,34	1,27	1,32
*Serviços**	1,35	1,30	1,38	1,60	1,57	1,64	1,71	1,76	1,80	2,07	2,01	2,15	1,97	2,01
Alojamento e Alimentação	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
Agropecuária	3,58	2,80	2,79	3,10	3,27	3,43	3,54	4,29	2,76	3,57	3,21	2,83	2,48	2,66

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) - Elaboração Própria, 2010

*Setor *Serviços* sem a atividade de *Alojamento e Alimentação.*

Para se ter uma visão comparativa, calculou-se a mesma proporção para o Brasil, e pela Tabela 5 observa-se que os diferenciais de produtividade entre a atividade de *Alojamento e Alimentação* e os setores de atividade econômica são menores para o Nordeste do que para o Brasil. E isso não ocorre pelo fato de essa atividade ser mais produtiva no Nordeste, mas porque, na maior parte dos casos, os demais setores na região Nordeste são menos produtivos do que no restante do País, pois a estrutura produtiva daquela região é menos dinâmica em comparação às regiões mais desenvolvidas do País, como será visto no próximo ensaio.

Pela análise dos dados verificou-se, portanto, que existe um diferencial de produtividade da atividade de *Alojamento e Alimentação* em relação aos demais setores da atividade econômica. E a explicação para isso está no fato de ser essa uma atividade que não absorve facilmente as melhoras tecnológicas. Ela é mais intensiva em mão de obra do que em capital, como destaca a Pesquisa Anual de Serviços (PAS), referente aos anos de 1998 e 1999.

A PAS apontou a atividade de *Alojamento e Alimentação* como uma das mais tradicionais, como parte daquelas que estão voltadas à prestação de serviços às famílias. É predominantemente composta por micro e pequenas empresas, com uma grande representatividade de unidades econômicas informais de caráter familiar.

A pesquisa ressaltou, ainda, o predomínio de empresas com até 19 pessoas ocupadas, devendo-se isso ao fato de que, para essa escala de empreendimento, não são necessários nem muito capital para a instalação de uma nova empresa, nem mão de obra muito qualificada para operá-la. São segmentos pouco intensivos em capital, que apresentam baixa qualificação e remuneração da mão de obra e atuam como amortecedores do desemprego em épocas de crise. Neles é relativamente mais fácil a entrada no mercado de novas empresas, assim como de novas unidades econômicas informais.

Em termos de produtividade, como já explicitado anteriormente, a atividade de *Alimentação* foi classificada pela PAS, em 2009, entre as menos produtivas, pois

sua produtividade era R$ 17,9 mil, ficando atrás dos *Serviços Pessoais* e das *Atividades de Ensino Continuado*, ambos com produtividade de R$ 15,7 mil.

Dadas as características da atividade de *Alojamento e Alimentação*, os argumentos de Baumol e Bowen (1968) também podem ser aplicados. Enquanto nos demais setores da economia as melhoras tecnológicas são percebidas pelos trabalhadores, que, por sua vez, lutam por aumentos salariais, compensados por aumentos da produtividade e equilibrando os custos unitários, na atividade de *Alojamento e Alimentação,* um aumento do salário não se traduz em aumento da produtividade. Isso se explica porque as mudanças tecnológicas não são absorvidas substancialmente nessa atividade. Logo, para um nível de produtividade estacionária ter-se-ia apenas um aumento de salário, gerando um aumento dos custos unitários, e a tendência seria apenas a ampliação desses custos.

O ponto central do argumento é que, na atividade de *Alojamento e Alimentação*, em que a produtividade é estacionária ou seu crescimento é menor do que em outros setores da economia, qualquer aumento no salário monetário seria traduzido automaticamente em um aumento equivalente nos custos por unidade de trabalho – não existindo um aumento compensatório no produto por homem-hora.

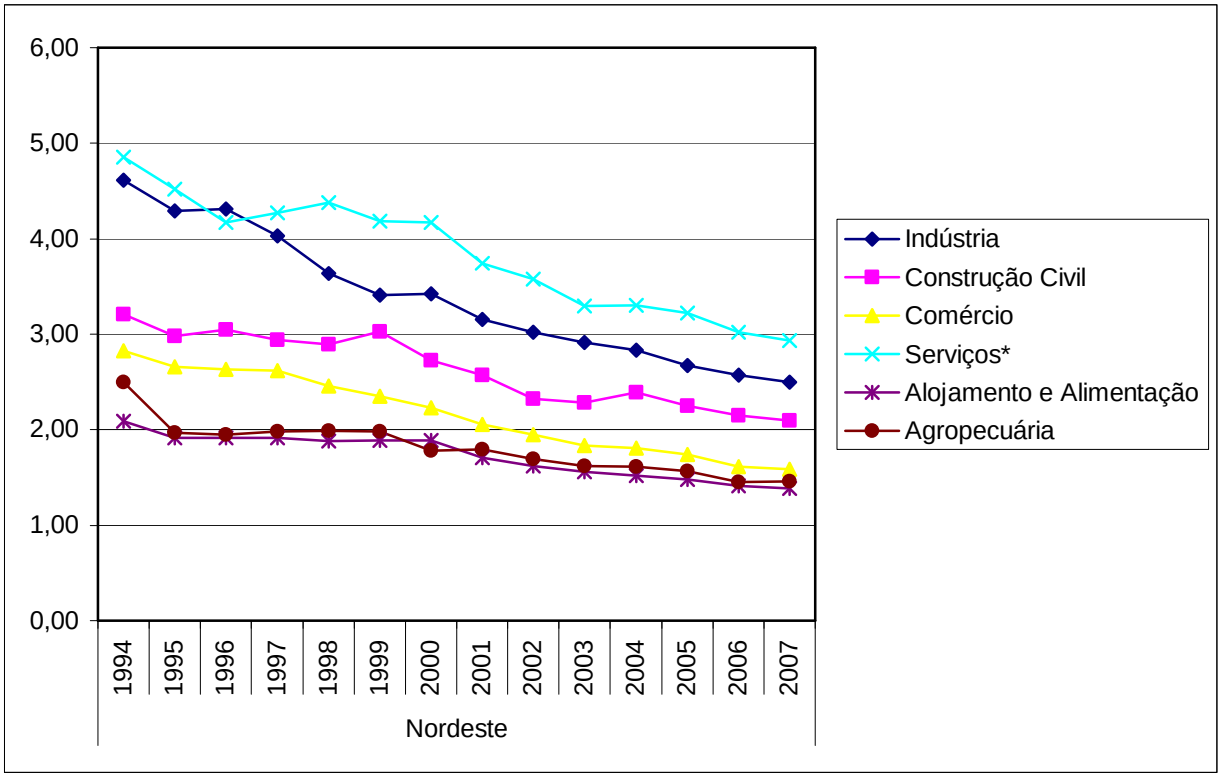
Assim sendo, o corolário estabelecido por Baumol e Bowen (1968) para as artes performáticas se aplica também à atividade de *Alojamento e Alimentação*, qual seja: o grau de aumento dos custos relativos nas atividades em que a produtividade é estacionária varia diretamente com a taxa de crescimento do produto por homem-hora da economia como um todo. Quanto mais rápido o ritmo de avanço tecnológico, maior será o aumento do nível de salário geral, e maior será a pressão para cima nos custos daquela indústria que não aproveita o aumento da produtividade.

Destaca-se também que, em termos de rendimentos, os autores constataram que os salários dos trabalhadores das artes performáticas são proporcionalmente menores que os salários dos trabalhadores dos demais setores de atividade. No caso da atividade de *Alojamento e Alimentação*, embora a massa salarial tenha

apresentado um desempenho satisfatório, faz-se necessário analisar o significado desse desempenho no rendimento por trabalhador. Sendo assim, calculou-se a renda média, em salários-mínimos por trabalhador (dada pela divisão entre a massa salarial e o número de trabalhadores) para se ter uma visão mais clara do comportamento dos rendimentos dessa atividade, em comparação aos grandes setores da atividade econômica e verificar se ocorre o *gap* de renda, encontrado por Baumol e Bowen (1968) para as artes performáticas.

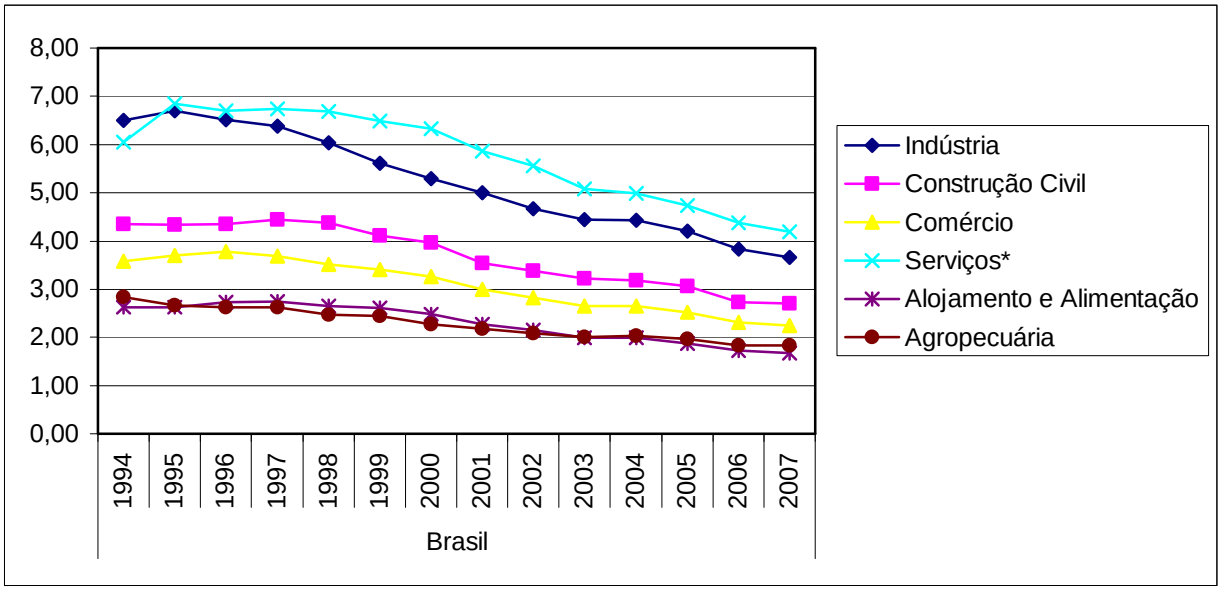
Os gráficos a seguir mostram que, ao longo do período analisado, a renda média em salários-mínimos paga nos grandes setores de atividade econômica, assim como na atividade de *Alojamento e Alimentação*, decresceu tanto para a região Nordeste quanto para o Brasil. Todavia, os menores números de salários-mínimos estão na atividade de *Alojamento e Alimentação* e no setor da *Agropecuária*.

GRÁFICO 9 - Índice da Renda Média por Trabalhador (em salários-mínimos) dos Grandes Setores de Atividade Econômica e da Atividade de *Alojamento e Alimentação* do Nordeste no período de 1994 a 2007



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Ministério do Trabalho – Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, 2010.
*Setor *Serviços* sem a atividade de *Alojamento e Alimentação*.

GRÁFICO 10 - Índice da Renda Média por Trabalhador (em salários-mínimos) dos Grandes Setores de Atividade Econômica e da Atividade de *Alojamento e Alimentação* do Brasil no período de 1994 a 2007

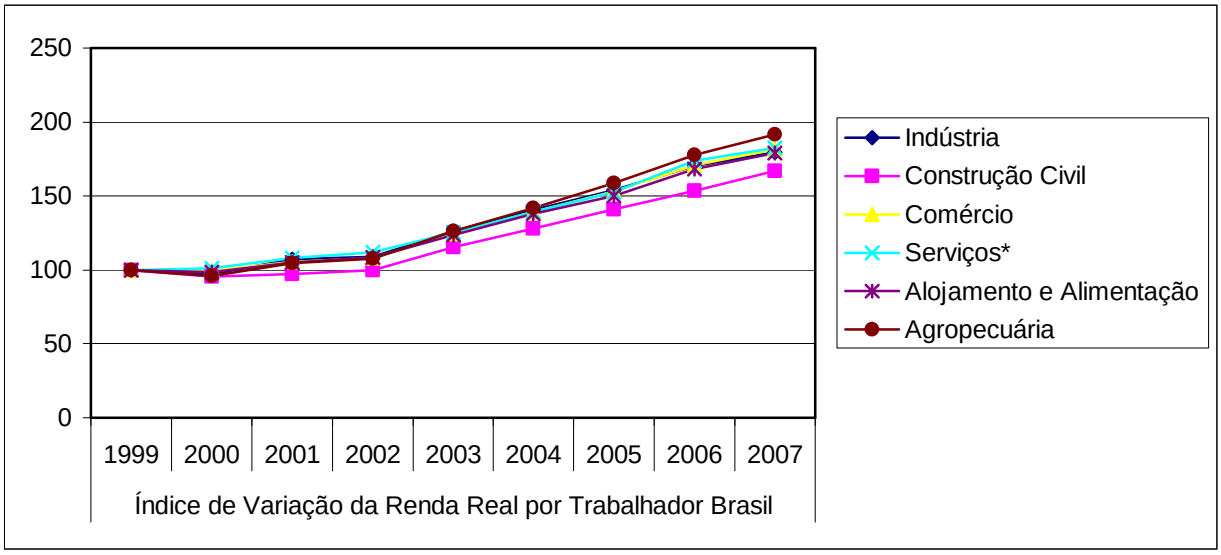


Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Ministério do Trabalho – Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, 2010.
*Setor *Serviços* sem a atividade de *Alojamento e Alimentação.*

Deve-se salientar que essa queda no número de salários-mínimos está relacionada ao substancial aumento em seu valor. Analisando o índice de variação do salário real para o período de 1999 a 2007, observou-se que, para o Brasil, a menor variação ficou com o setor da *Construção Civil*, no entanto, tal aumento foi de cerca de 70%. A atividade de *Alojamento e Alimentação* exibiu uma variação de 80% (ver Gráfico 11).

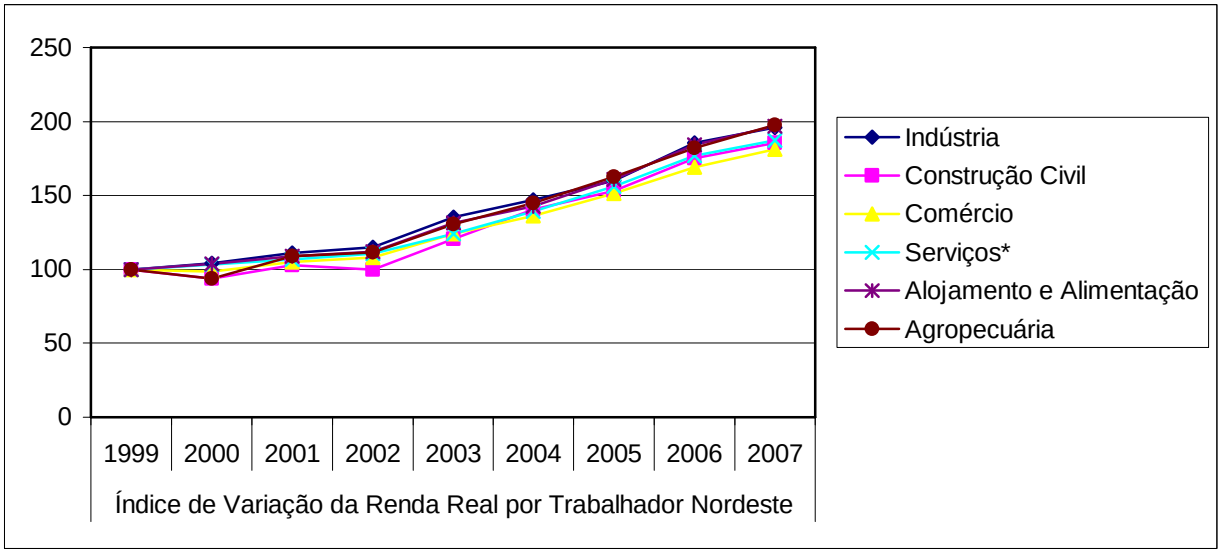
A região Nordeste seguiu a mesma tendência do Brasil, porém, em todos os setores de atividade, assim como na atividade de *Alojamento e Alimentação*, o índice de variação do salário real para essa região foi superior ao apresentado pelo Brasil, e na atividade de *Alojamento e Alimentação* o salário real mostrou um crescimento de cerca de 100% ao longo do período (ver Gráfico 12).

GRÁFICO 11 – Índice de Variação do Salário Real por Trabalhador dos Grandes Setores de Atividade Econômica e da Atividade de *Alojamento e Alimentação* do Brasil no período de 1999 a 2007



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Ministério do Trabalho – Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, 2010.
*Setor *Serviços* sem a atividade de *Alojamento e Alimentação*.

GRÁFICO 12 - Índice de Variação do Salário Real por Trabalhador dos Grandes Setores de Atividade Econômica e da Atividade de *Alojamento e Alimentação* do Nordeste no período de 1999 a 2007



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Ministério do Trabalho – Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, 2010.
*Setor de *Serviços* sem a atividade de *Alojamento e Alimentação*.

Como destaca Antigo (2010), houve uma política de valorização do salário-mínimo. E com o estabelecimento de um piso, o salário-mínimo protege as categorias de trabalhadores mais vulneráveis (mão de obra não qualificada e não sindicalizada), cujos rendimentos são referenciados neste piso, tendendo, assim, a atenuar os diferenciais de salário entre os trabalhadores de categorias com diferente poder de barganha nas negociações coletivas.

Entretanto, mesmo com esse acentuado crescimento do salário real, para todos os grandes setores de atividade econômica e para a atividade de *Alojamento e Alimentação*, o *gap* de renda entre esta última atividade e os grandes setores é constatado quando se calcula a proporção entre o número de salários-mínimos da atividade de *Alojamento e Alimentação* e os grandes setores de atividade, como mostram as Tabelas 6 e 7

.

TABELA 6 - Proporção do Salário-mínimo dos Grandes Setores e da Atividade de *Alojamento e Alimentação* Região Nordeste (1994 a 2007)

Setores de Atividade	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Indústria	2,21	2,24	2,26	2,11	1,93	1,80	1,81	1,85	1,86	1,87	1,87	1,80	1,82	1,80
Construção Civil	1,54	1,56	1,59	1,54	1,54	1,60	1,44	1,50	1,43	1,47	1,58	1,52	1,52	1,51
Comércio	1,36	1,39	1,38	1,37	1,31	1,24	1,18	1,20	1,20	1,18	1,19	1,17	1,14	1,15
*Serviços**	2,33	2,36	2,18	2,23	2,33	2,22	2,21	2,19	2,20	2,11	2,17	2,17	2,14	2,12
Alojamento e Alimentação	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
Agropecuária	1,20	1,03	1,02	1,03	1,06	1,05	0,94	1,05	1,04	1,04	1,06	1,06	1,03	1,05

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e Relação Anual de Informações Sociais - Elaboração Própria, 2010.
*Setor de *Serviços* sem a atividade de *Alojamento e Alimentação.*

TABELA 7 - Proporção do Salário-mínimo dos Grandes Setores e da Atividade de *Alojamento e Alimentação* do Brasil (1994 a 2007)

Setores de Atividade	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Indústria	2,47	2,55	2,38	2,32	2,27	2,14	2,14	2,21	2,16	2,24	2,22	2,24	2,22	2,19
Construção Civil	1,65	1,65	1,59	1,61	1,65	1,57	1,60	1,57	1,57	1,62	1,59	1,64	1,58	1,62
Comércio	1,36	1,41	1,38	1,34	1,32	1,30	1,32	1,32	1,31	1,34	1,33	1,35	1,34	1,35
*Serviços**	2,30	2,61	2,45	2,45	2,51	2,48	2,55	2,59	2,58	2,56	2,50	2,53	2,54	2,51
Alojamento e Alimentação	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
Agropecuária	1,08	1,02	0,96	0,96	0,93	0,93	0,92	0,96	0,97	1,01	1,02	1,05	1,06	1,10

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e Relação Anual de Informações Sociais - Elaboração Prórpia, 2010.
*Setor de *Serviços* sem a atividade de *Alojamento e Alimentação*

Os resultados apresentados pelos dados apontam que, das três situações supostas por Baumol e Bowen (1968), para a atividade de *Alojamento e Alimentação*, prevaleceu a segunda situação, ou seja, aquela em que o salário cresceria a uma mesma taxa que os demais setores de atividade. Embora exista um *gap* de renda, o salário real dessa atividade cresceu a uma taxa semelhante àquela apresentada pelos demais setores.

No entanto, com o *gap* de produtividade, em relação aos demais setores de atividade, o custo direto do trabalho, por unidade de produto, aumenta na mesma magnitude que o aumento do salário. E assim, mesmo que os trabalhadores da atividade de *Alojamento e Alimentação* aumentem seus salários na mesma proporção que os trabalhadores dos demais setores de atividade econômica, mantendo sua renda relativa, o aumento dos custos serão inevitáveis.

Pode-se concluir, pelos resultados apresentados para a produtividade e para os rendimentos, que as hipóteses da construção teórica de Baumol e Bowen (1968) se aplicam à atividade de *Alojamento e Alimentação*, que é a principal atividade que caracteriza o turismo. Pode-se, assim, dizer que existe um problema de custos inerente a essa atividade, que está associado à sua tecnologia de produção.

4 Considerações Finais

Embora a série analisada tenha abrangido um curto período de tempo, em virtude de restrições de dados, e não se tenha um índice de preços específico para as atividades características do turismo, nem uma estrutura de custos que possa ser analisada, os resultados apresentados tanto para a produtividade quanto para os rendimentos da atividade de *Alojamento e Alimentação*, denotaram que esta atividade manifesta uma relação crítica entre produtividade e custos, que pode ser explicada pela construção teórica do *Cost Disease* proposta por Baumol e Bowen (1968) para as atividades performáticas.

Assim, tendo em vista as limitações de ganhos de produtividade na atividade que possui maior peso dentre aquelas que caracterizam o turismo (*Alojamento e*

Alimentação) ficam claras, portanto, as restrições quanto a tornar essa atividade um instrumento de desenvolvimento econômico para a região Nordeste.

Entretanto, apesar dessa especificidade, as atividades características do turismo têm absorvido uma considerável quantidade de mão de obra na Região, como foi visto nos dados sobre emprego. Sendo este um dos resultados do considerável volume de investimentos em infraestrutura que tem sido feito na região para alavancar esta atividade.

Dessa forma, não se pode negar a importância que o turismo adquiriu na geração de empregos no Nordeste brasileiro. E para que se possa amenizar não apenas o problema do reduzido ganho de produtividade nas atividades que caracterizam o turismo, como também para fortalecer a complexa inter-relação setorial inerente a essa atividade, em uma região cuja estrutura produtiva ainda está aquém da estrutura das regiões mais ricas do País, é necessária a atuação conjunta e continuada dos setores público e privado.

Nesse contexto, o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste – PRODETUR/NE tem desempenhado um importante papel, pois, embora se apresente como uma política de investimento voltada ao turismo, tem configurado-se como um programa essencialmente de infraestrutura, trazendo, portanto, impactos positivos no que se refere à geração de emprego e renda. E é sobre esses impactos que o próximo ensaio tratará.

Referências

ANTIGO, M. F. *Mobilidade de Rendimentos no Brasil: Uma Análise a partir de Dados Cross Section e Longitudinais.* 2010, 134p. Tese (Doutoramento em Economia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional e Urbano – CEDEPLAR – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

ARAÚJO, L. M.; MOURA, F. B. P. A Expansão do Território na Zona Costeira Nordestina: Crescimento Econômico, Degradação Ambiental e Erosão Cultural. In: CORIOLANA, L. N. M. T.; VASCONCELOS, F. P. (Org.). *O Turismo e a Relação Sociedade-Natureza: realidades, conflitos e resistências.* Ed. UECE, 2007.

BAUMOL, W.J. BOWEN, W.G. *Performing Arts The Economic Dilemma. A Study of Problems Common to Theater, Opera, Music and Dance. A Twentieth Century*

Fund Study. The M.I.T Press, Cambridge, Massachusetts and London, England, 1968.

BRASIL Banco do Nordeste do Brasil**.** *Efeitos Globais do PRODETUR/NE I. Enfoque Turístico.* Fortaleza, outubro de 2005.

BRASIL Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa Anual dos Serviços 1998 e 1999.* Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica>. Vários acessos.

BRASIL Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa Anual dos Serviços 2009.* Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica>. Vários acessos.

BRASIL Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Contas Nacionais.* Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata>. Vários acessos.

BRASIL Ministério do Trabalho e Emprego. *Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).* Disponível em: <http://www.mte.gov.br> .Vários acessos.

CORIOLANO, L.N.M.T. *Turismo, territórios e sujeitos nos discursos e práticas políticas.* 2004. Tese (Doutorado) – Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, 2004.

GLOBAL PRODUCTIVITY REPORT. *A world of unrealized opportunities.* Proudfoot Consulting, 2008.

KON, A. *A Produção Terciária*. São Paulo: Nobel, 1992.

MARQUES, R. M. *Economia Brasileira*. 3. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2006.

PORTELA, F. *A Contribuição do Setor de Serviços ao Produto Interno Bruto Brasileiro*. 2008. Monografia (Graduação) – Faculdade de Economia da Fundação Armando Álvares Penteado, São Paulo, 2008.

RIBEIRO, F.C.S; TELEGINSKI, J.; SOUZA, J. H.; GUGELMIN, R.M. A Evolução do Produto Interno Brasileiro entre 1993 e 2009. *Vitrine da Conjuntura*, v. 3, n. 5, Curitiba, julho de 2010.

ANEXO: ENSAIO 3

TABELA I – Índice de Variação (em %) do Fluxo Turístico no Nordeste (em Mil Pessoas)

Estados	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Bahia	2.880	3.041	3.753	4.037	4.150	4.137	4.427	4.709	5.180
Índice (%)	**100,00**	**105,60**	**130,30**	**140,20**	**144,10**	**143,60**	**153,70**	**163,50**	**179,80**
Pernambuco	1.330	1.574	1.904	2.311	2.654	3.217	3.277	3.313	3.352
Índice (%)	**100,00**	**118,30**	**143,20**	**173,80**	**199,50**	**241,90**	**246,40**	**249,10**	**252,00**
Ceará	989	1.241	1.578	1.752	2.000	2.947	2.685	2.396	2.806
Índice (%)	**100,00**	**125,50**	**159,60**	**177,20**	**202,20**	**298,00**	**271,50**	**242,30**	**283,70**
Rio Grande do Norte	563	857	1.052	1.142	1.280	1.420	1.424	1.452	1.783
Índice (%)	**100,00**	**152,20**	**186,90**	**202,80**	**227,40**	**252,20**	**252,90**	**257,90**	**316,70**
Alagoas	495	724	929	1.071	1.015	1.251	1.334	1.519	1.428
Índice (%)	**100,00**	**146,20**	**187,60**	**216,40**	**205,10**	**252,70**	**269,50**	**306,90**	**288,50**
Maranhão	604	607	841	764	696	733	840	1.092	1.013
Índice (%)	**100,00**	**100,50**	**139,20**	**126,50**	**115,20**	**121,40**	**139,10**	**180,80**	**167,70**
Sergipe	320	218	382	383	409	551	578	526	783
Índice (%)	**100,00**	**68,10**	**119,40**	**119,70**	**127,80**	**172,20**	**180,60**	**164,40**	**244,70**
Paraíba	560	521	756	633	762	833	909	759	949
Índice (%)	**100,00**	**93,00**	**135,00**	**113,00**	**136,10**	**148,80**	**162,30**	**135,50**	**169,50**
Piauí	108	123	280	310	500	600	621	498	484
Índice (%)	**100,00**	**113,60**	**258,60**	**286,30**	**461,70**	**554,00**	**573,10**	**459,50**	**447,10**
Total	7.849	8.906	11.475	12.403	13.466	15.689	16.095	16.264	17.778
Índice (%)	**100,00**	**113,50**	**146,20**	**158,00**	**171,50**	**199,90**	**205,00**	**207,20**	**226,50**

Fonte: Efeitos Globais do Prodetur NE I. Enfoque Turístico, 2010.

TABELA II – Fluxo Turístico no Nordeste (em Mil Pessoas)

Capitais	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	Período	Anual
Salvador	681.894	815.680	1.038.324	1.045.332	1.165.613	1.298.240	1.346.784	1.569.264	1.949.221	185,90	14,00
Índice %	100,00	119,60	152,30	153,30	170,90	190,40	197,50	230,10	285,90		
Recife	805.905	886.365	1.134.416	1.124.294	1.133.598	1.261.783	1.309.789	1.190.826	1.433.045	77,80	7,50
Índice (%)	100,00	110,00	140,80	139,50	140,70	156,60	162,50	147,80	177,80		
Fortaleza	594.553	656.897	844.478	826.227	927.097	1.036.968	1.017.146	907.513	1.119.109	88,20	8,20
Índice (%)	100,00	110,50	142,00	139,00	155,90	174,40	171,10	152,60	188,20		
Natal	269.238	299.330	367.139	417.172	447.311	475.924	469.322	431.691	554.634	106,00	9,50
Índice (%)	100,00	111,20	136,40	154,90	166,10	176,80	174,30	160,30	206,00		
Maceió	208.845	201.245	253.233	287.160	307.020	307.073	280.884	265.860	323.117	54,70	5,60
Índice (%)	100,00	96,40	121,30	137,50	147,00	147,00	134,50	127,30	154,70		
São Luís	107.481	108.813	139.334	129.039	129.857	151.377	144.785	193.885	254.943	137,20	11,40
Índice (%)	100,00	101,20	129,60	120,10	120,80	140,80	134,70	180,40	237,20		
Aracaju	111.720	120.454	146.273	136.031	149.449	169.972	174.167	150.392	155.925	39,60	4,30
Índice (%)	100,00	107,80	130,90	121,80	133,80	152,10	155,90	134,60	139,60		
João Pessoa	81.692	82.325	93.906	96.472	126.502	139.496	128.909	121.042	114.396	40,00	4,30
Índice (%)	100,00	100,80	115,00	118,10	154,90	170,80	157,80	148,20	140,00		
Teresina	88.278	100.062	121.911	113.523	123.036	135.647	130.985	104.985	121.043	37,10	4,00
Índice (%)	100,00	113,30	138,10	128,60	139,40	153,70	148,30	118,90	137,10		
Total	**2.949.606**	**3.271.171**	**4.139.014**	**4.175.250**	**4.509.483**	**4.976.480**	**5.002.771**	**4.935.458**	**6.025.433**	**104,30**	**9,30**
Brasil	**24,40**	**26,80**	**32,00**	**31,70**	**33,70**	**37,60**	**37,60**	**36,10**	**42,70**	**75,00**	**7,20**
Capitais/Brasil (%)	12,10%	12,20%	12,90%	13,20%	13,40%	13,20%	13,30%	13,70%	14,10%	0,20	0,00

Fonte: Efeitos Globais do Prodetur NE I. Enfoque Turístico, 2010.

TABELA III – Aeroportos das Capitais do Nordeste Beneficiados pelo PRODETUR I Capacidade (Milhões Pax/Ano)

UF	Descrição	Situação Anterior	Com o Prodetur I	Ano da Ampliação
Ceará	Aeroporto Pinto Martins	1,00	2,50	1998
Maranhão	Aeroporto Cunha Machado	0,60	1,00	1998
Bahia	Aeroporto Luis Eduardo Guimarães	2,00	6,00	2002
Pernambuco	Aeroporto dos Guararapes	1,50	1,50	2001
Rio G. do Norte	Aeroporto Augusto Severo	0,50	1,20	1998
Sergipe	Aeroporto Santa Maria	0,50	0,80	1998
Total		**6,10**	**13,00**	

Fonte: Efeitos Globais do Prodetur NE I. Enfoque Turístico, 2010.

TABELA IV – Evolução dos Desembarques de Passageiros (1996-2004)

Capitais	1996	2004	Variação
Salvador	943.817	1.949.221	106,50
Fortaleza	594.553	2.551.091	329,10
Natal	269.238	554.634	106,00
Recife	805.905	1.433.045	77,80
São LuÍs	163.039	254.943	56,40
João Pessoa	81.692	114.396	40,00
Maceió	208.845	323.117	54,70
Aracaju	111.720	155.925	39,60
Teresina	88.278	121.043	37,10

Fonte: Efeitos Globais do Prodetur NE I. Enfoque Turístico, 2010.

TABELA V – Evolução das Taxas de Ocupações na Hotelaria das Capitais do Nordeste (%) (1996-2004)

Anos	Salvador	Fortaleza	Natal	Recife	São Luís	J. Pessoa	Maceió	Teresina	Aracaju	NE
1996	49,60	47,10	47,10	45,50	52,30	54,90	50,50	34,20	47,40	47,70
1997	50,20	51,30	48,40	55,00	54,50	56,00	45,40	35,00	55,70	50,20
1998	51,90	59,40	51,30	57,70	53,90	57,00	56,50	37,20	53,40	53,10
1999	59,60	57,50	51,00	61,10	52,10	52,20	64,70	35,50	46,60	53,40
2000	65,60	58,70	52,60	64,20	53,20	56,70	69,20	39,70	50,20	56,70
2001	61,90	57,70	49,50	65,20	48,40	55,00	68,50	44,00	54,40	56,10
2002	54,40	52,00	46,60	64,50	46,50	56,70	57,00	38,70	53,30	52,20
2003	62,30	51,60	49,10	62,60	49,00	51,50	54,30	37,10	55,80	52,60
2004	66,40	59,30	56,10	62,00	51,50	56,30	62,20	39,90	53,70	56,40

Fonte: Efeitos Globais do Prodetur NE I. Enfoque Turístico, 2010.

TABELA VI – Evolução da Oferta Hoteleira nas Capitais do Nordeste: 1996-2004

Capitais	Uhs (Em Unidades)		Permanência (Em dias)		Taxa de Ocupação	
	1996	2004	1996	2004	1996	2004
Aracaju	2.329	3.579	2,80		47,40	53,70
Fortaleza	5.945	10.251	5,00	4,50	47,10	59,30
João Pessoa	2.259	2.367	2,70	2,70	54,90	56,30
Maceió	1.558	5.325	4,00	3,70	50,50	62,20
Natal	4.894	7.653	3,00	3,50	47,90	56,10
Recife	3.806	5.214	3,90	3,50	45,50	62,00
São Luís	774	946	3,50	3,60	52,30	53,20
Salvador	8.427	10.841	3,50		49,60	66,40
Teresina	950	1.510	3,50		27,80	39,30
Nordeste	**30.942**	**47.686**	**3,50**	**3,60**	**47,00**	**56,50**

Fonte: Efeitos Globais do Prodetur NE I. Enfoque Turístico, 2010.

TABELA VII – Fluxo Global e Receita Gerada pelo Turismo no Nordeste em 2004

Capitais	Receita Turística		PIB Turístico	
	Per capita (Em R$)	Estado (Em Milhões de R$)	Estado (Em Milhões de R$)	% PIB Estadual
Aracaju	710	556	1.001	7,9
Fortaleza	997	2.798	5.036	15,9
João Pessoa	710	673	1.211	7,7
Maceió	726	1.037	1.867	15,8
Natal	770	1.515	2.727	17,5
Recife	718	2.407	4.333	9,1
São Luís	710	719	1.294	8,2
Salvador	737	2.955	5.319	6,5
Teresina	310	150	270	3,2
Nordeste	**678**	**12.810**	**23.058**	**10,6**

Fonte: Efeitos Globais do Prodetur NE I. Enfoque Turístico, 2010.

ENSAIO 4. PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO NORDESTE – PRODETUR/NE

Resumo

Fazendo uso de um modelo de Equilíbrio Geral Computável (EGC), o presente ensaio teve por objetivo simular os impactos da segunda fase do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste – PRODETUR/NE II. O modelo EGC utilizado foi o Integrated Multi-Regional Applied General Equilibrium Model for Brazil (IMAGEM-B), desenvolvido pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR) para analisar aspectos como políticas de planejamento econômico, investimento em infraestrutura, comércio e questões ambientais. Os resultados obtidos por meio das simulações mostraram que o PRODETUR/NE II traria resultados positivos tanto no que se refere ao Produto Interno Bruto quanto ao Emprego da região Nordeste.

Palavras-Chave: Equilíbrio Geral Computável; IMAGEM-B; PRODETUR/NE II

Abstract

Making use of a Computable General Equilibrium Model (CGE), this test aimed to simulate the impacts of the second topic of the Development of Tourism in Northeast – PRODETUR / NE II. The EGC model used was the integrated Multi-Regional Applied General Equilibrium Model for Brazil (IMAGEM-B), by the Center for Development and Planning (CEDEPLAR) to analyze political issues such as economic planning, infrastructure investment, trade and environmental issues. The results obtained by means of simulation showed that the PRODETUR / NE II would bring positive results in relation to GDP and Employment in the Northeast.

Keywords: Computable General Equilibrium; IMAGEM-B; Prodetur / NE II

1 Introdução

No início dos anos 1990, mais precisamente em 1992, uma iniciativa da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) apoiada pela Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) criou o Programa de Desenvolvimento do Turismo para o Nordeste – PRODETUR/NE. Sua elaboração e execução foram resultado de um estudo realizado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), cujo objetivo era constatar a viabilidade de investimento turístico na região Nordeste.

Após o referido estudo, alguns municípios, reconhecidamente turísticos e/ou com potencial turístico[18], tiveram esta atividade financiada com investimentos da ordem de US$ 670 milhões, sendo US$ 400 milhões do BID e US$ 270 milhões dos Estados e da União por meio do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), dando início, assim, à implementação da primeira fase do Programa, denominada PRODETUR/NE I.

O objetivo principal do PRODETUR/NE era prover a Região de uma infraestrutura turística que abarcasse o fortalecimento institucional, a construção de obras múltiplas de infraestrutura básica e serviços públicos, que incluíam saneamento; administração de resíduos sólidos; proteção e recuperação ambiental; transporte; recuperação do patrimônio histórico; melhoramento e ampliação de aeroportos.

Os resultados da realização do PRODETUR/NE I se manifestaram, como apontam os relatórios oficiais do BNB, na melhora das variáveis que tipicamente caracterizam o turismo (tais como: número de desembarques, número de unidades hoteleiras etc.). Ademais, a natureza infraestrutural do Programa potencializou seus resultados, possibilitando a implantação do PRODETUR/NE II nos anos 2000.

---

[18] Partindo da classificação feita pela EMBRATUR, municípios turísticos são aqueles consolidados, determinantes de um turismo efetivo, capazes de gerar deslocamentos e estadas de fluxos permanentes. E os municípios com potencial turístico são aqueles possuidores de recursos naturais e que encontram no turismo diretrizes para o desenvolvimento socioeconômico do município.

As negociações do PRODETUR/NE II começaram em 1999, e os investimentos iniciais disponibilizados totalizaram US$ 400 milhões, sendo US$ 240 milhões do BID e US$ 160 milhões dos Estados e da União. Esses desembolsos foram realizados a partir de 2007 e o prazo para amortização será até 2027.

Embora os relatórios oficiais tenham referenciado os impactos positivos que o PRODETUR/NE trouxe para a Região, poucos ainda são os estudos que tratam esses impactos sob uma perspectiva econômica. Dentro desse contexto, o presente ensaio, fazendo uso de um modelo de Equilíbrio Geral Computável (EGC), se propôs a analisar os impactos econômicos que os investimentos do PRODETUR/NE II trariam para a região Nordeste.

Além dessa introdução, o ensaio se divide em mais três seções. A primeira faz uma explanação sobre a metodologia utilizada para analisar os impactos do PRODETUR/NE II, descrevendo o modelo de Equilíbrio Geral Computável (EGC) utilizado. A segunda explica a construção dos choques e analisa os resultados das simulações. E, por fim, a terceira seção destina-se às considerações finais do ensaio.

2 Equilíbrio Geral Computável (EGC) como uma metodologia para análise de projeção dos impactos do PRODETUR/NE II

Os modelos de EGC vêm sendo amplamente utilizados para a avaliação de políticas públicas no exterior e no Brasil. Por meio de simulações, que respeitam algumas hipóteses, esse instrumental possibilita a captação de resultados gerais (agregados) e específicos (setoriais) que essas políticas trariam, tanto na fase em que os investimentos estivessem sendo implantados (fase de construção) quanto na fase em que tais investimentos tivessem sido executados (fase de operação).

No âmbito agregado, com o uso dessa modelagem, podem ser estimados os impactos da política de investimentos sobre, por exemplo, o Produto Interno Bruto (PIB), o nível de emprego, a balança de pagamentos, o investimento e o consumo. E, em termos específicos, podem ser também estimados os impactos que esses investimentos trariam para os setores produtivos que compõem a economia.

Em termos das experiências internacionais, usando modelos de EGC, pode-se destacar o estudo de Kweka (2004), que examinou os impactos econômicos do turismo na economia da Tanzânia; e o trabalho de Bohlmann e Heerden (2005), que analisou os impactos da Copa do Mundo de 2010 na África do Sul. Além do estudo de Blake (2005), o qual avaliou os impactos das Olimpíadas de 2012 para Londres.

Outro trabalho que pode ser citado foi realizado pelo Centro de Análise Econômica Regional (CREA), da Universidade da Tasmânia, em parceria com a *New South Wales Treasury*, para estimar os impactos dos jogos de Sidney em *New South Wales* e na economia da Austrália (MADDEN; CROWE, 2007).

Em termos nacionais, a experiência mais recente foi um relatório publicado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), no qual se analisaram os impactos do PRODETUR nacional no estado do Rio de Janeiro (FIPE, 2010). Tendo como referência essas experiências, os modelos de EGC parecem ser os mais adequados para uma análise do impacto econômico do PRODETUR/NE II. Sendo assim, a seguir será descrito o modelo EGC utilizado nesse ensaio.

2.1 Descrição do Modelo de Equilíbrio Geral Utilizado

O presente trabalho fará uso do modelo Integrated Multi-Regional Applied General Equilibrium Model for Brazil (IMAGEM-B) ou Modelo Integrado Multirregional de Equilíbrio Geral para o Brasil, desenvolvido pelo CEDEPLAR, para analisar aspectos como políticas de planejamento econômico, investimento em infraestrutura, comércio e questões ambientais.

Este modelo tem sua estrutura teórica similar ao modelo TERM, desenvolvido por pesquisadores australianos da CoPS-Monash University. É um acrônimo em inglês para The Enormous Regional Model (HORRIDGE, MADDEN e WITTWER, 2005). Segue a linha de modelos EGC australiana, sendo resultado do desenvolvimento do modelo original ORANI (DIXON et. al, 1982) e de sua versão genérica, o ORANI-G (HORRIDGE, 2000).

Para que o modelo IMAGEM-B se adequasse à economia brasileira, os pesquisadores o calibraram por meio de uma ampla variedade de dados oriundos de diversas fontes, tendo como base o ano de 2003. A estrutura teórica do modelo também foi modificada para que assim as especificidades estruturais da economia brasileira fossem levadas em consideração

O IMAGEM-B, que foi implementado no *software* GEMPACK, segue a tradição australiana de modelagem do tipo Johansen (equações linearizadas). Nesse tipo de solução, a estrutura matemática é representada por um conjunto de equações linearizadas e as soluções são obtidas na forma de taxas de crescimento (o detalhamento das equações e variáveis do IMAGEM-B está no Anexo II: Ensaio 4).

Para tratar dos erros de linearização inerentes a essa abordagem, este método requer o particionamento dos choques e aproximações lineares para gerar as respostas das variáveis endógenas. Para isso, utilizou-se a técnica conhecida como método de Euler, que é uma das mais simples opções em técnicas de integração numérica – processo de uso de equações diferenciais para se mover de uma solução para outra.

Para uma aproximação em três passos, o erro de linearização é sensivelmente menor, aproximando-se da solução exata. Quanto maior o número de passos, melhor a aproximação. O presente trabalho utilizou o método de Euler para uma aproximação em três passos nas simulações da fase de construção e oito passos para as simulações da fase de operação. É importante dizer que existem outros dois métodos alternativos para obter soluções, também disponíveis no GEMPACK: o Gragg e o Midpoint.

O modelo IMAGEM-B caracteriza-se por ter uma estrutura multirregional em que os resultados nacionais são agregações de resultados estaduais, a esta estrutura chamados de *bottom-up*. O modelo consegue captar impactos de preços específicos por Estado, além de levar em conta a mobilidade regional dos fatores, tanto em termos de região quanto de setores. Além disso, o modelo possui uma estrutura *top-down* de decomposição microrregional, como será visto adiante.

Uma especificidade do IMAGEM-B é que a sua estrutura torna possível lidar com margem de transporte e comercialização de forma diferenciada para as regiões, fazendo com que o horizonte de análise para políticas direcionadas à infraestrutura de transporte seja mais detalhado. Ademais, nesse modelo é possível, no âmbito computacional, trabalhar com um grande número de regiões e setores, a partir de uma base de dados mais simples e compacta.

Isso se tornou viável em virtude de hipóteses simplificadoras para o comércio multirregional, em que se assume que os usuários de uma dada região utilizam proporções fixas para as origens das demais regiões. Essa suposição elimina a necessidade de alimentação da base de dados com informações de origem por usos específicos no destino, superando, assim, as limitações de dados regionais do fluxo de bens, como é o caso da economia brasileira.

Para melhor entendimento da implementação e da estrutura teórica do modelo IMAGEM-B, a seguir será apresentado o detalhamento das suas principais características no que se refere à estrutura teórica, que englobam fatores como a composição da demanda, a produção, as famílias, as exportações e o governo.

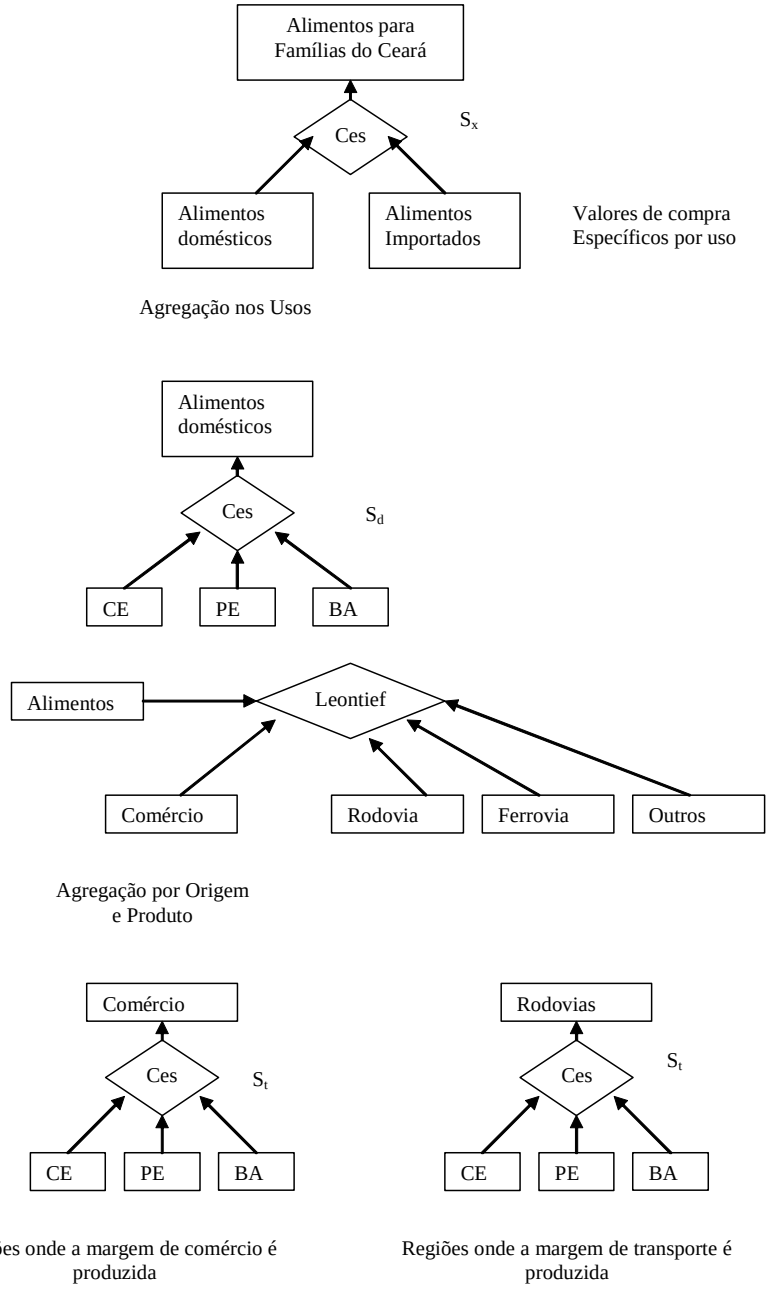
Composição da Demanda

Em relação à composição por origem das demandas regionais, a visualização da Figura 1 facilita a compreensão dessas estruturas que podem ser divididas em quatro níveis. Partindo do topo para a base, tem-se que, no primeiro nível, o usuário, fazendo uso de uma especificação CES (a qual se baseia na hipótese de Armington, em que os bens ou fatores são substitutos imperfeitos), opta por alimentos domésticos ou importados de outro país, respeitando uma elasticidade de substituição dada por S_x. Nesse nível, as demandas estão relacionadas aos valores de compra específicos por uso.

No segundo nível, tem-se a descrição da origem do composto doméstico que novamente segue uma especificação CES, cuja elasticidade é dada por S_d. Supõe-se que uma vez que o usuário opte por alimentos domésticos, estes alimentos se originarão da Bahia, Pernambuco, e dos demais estados, inclusive do próprio Ceará.

Destaca-se que, pela especificação CES, as quedas nos custos relativos nas regiões de origem implicam em maiores participações de mercado destas nas regiões de destino. Isso ocorre em virtude do mecanismo de substituição se basear em preços de entrega, ou seja, inclui margem de comércio e de transporte. Logo, mesmo com preços de produção fixos, qualquer variação nos custos de transporte afetará o *market-share* das regiões.

FIGURA 1 – Mecanismo de Decomposição da Demanda no Modelo IMAGEM-B



Fonte: Adaptado de Domingues et. al (2009).

Ressalta-se, também, a respeito desse nível, que a decisão é tomada com base em todos os usos, e não há um uso específico, portanto, não ocorre diferenciação entre usuários finais e não finais, pois todos decidem a origem dos alimentos importados de outras regiões. Esta característica está de acordo com o banco de

dados disponível para o comércio interestadual brasileiro, que não especifica o uso dos fluxos por Estado de destino.

O nível III mostra como os alimentos, por exemplo, da Bahia, “entregues” no Ceará, são compostos pelos valores básicos e margens de comércio e transporte rodoviário, ferroviário e outros.

A especificação para a participação de cada componente no preço de entrega usada é uma função do tipo Leontief, cujas participações são fixas. Isso se faz necessário para eliminar a hipótese de ocorrer substituição entre margens de comércio e de transporte dos diversos modais. A participação de cada margem no preço de entrega é uma combinação de origem, destino, bem e fonte. Espera-se, portanto, que a participação dos custos de transporte no preço de entrega seja elevada entre duas regiões distantes, ou para bens com elevada participação dos custos de transporte em seu preço.

Por fim, o quarto nível retrata como as margens são especificadas. Os alimentos que saem de uma região para outra, por exemplo, da Bahia para o Ceará, podem ser produzidos em diferentes regiões. No que se refere às margens de transportes, espera-se que estas sejam distribuídas de forma relativamente equitativa entre origem e destino, ou entre regiões intermediárias, no caso de transporte entre regiões mais distantes. O possível grau de substituição nos fornecedores de margens é dado pela elasticidade S_t.

Produção

Em relação à tecnologia de produção, esta é especificada de forma que cada setor regional possa produzir mais de um produto utilizando os insumos trabalho e capital doméstico ou importado. A função de produção genérica divide-se em dois blocos: um para a produção setorial e outro para a utilização de insumos, e se ligam por meio do nível de atividade setorial.

Consumo das Famílias

Do lado das famílias, supõe-se que exista um conjunto de famílias representativas em cada região, que consome bens domésticos (das regiões da economia

nacional) e bens importados. A especificação da demanda das famílias é baseada num sistema combinado de preferências CES/Klein-Rubin.

Essas famílias são otimizadoras, maximizam suas funções de utilidade seguindo uma trajetória hierarquizada. Em um primeiro nível, elas escolhem entre bens domésticos e importados respeitando uma substituição CES. No nível II ocorre uma agregação Klein-Rubin dos bens compostos; assim a utilidade derivada do consumo é maximizada segundo essa função de utilidade. Essa especificação dá origem ao sistema linear de gastos (LES), no qual a participação do gasto acima do nível de subsistência, para cada bem, representa uma proporção constante do gasto total de subsistência de cada família.

Investimento

No que se refere aos investidores, eles são tratados no modelo como uma categoria de uso da demanda final, responsáveis pela produção de novas unidades de capital. Eles passam também por um processo de otimização em que os custos são minimizados e sujeitos a uma estrutura de tecnologia hierarquizada similar à de produção, mas com algumas adaptações para a categoria especificada, como por exemplo o horizonte temporal, a mobilidade do capital e a lucratividade do setor.

Exportações, Governo e Estoques

Para finalizar o conjunto de demanda, tem-se a demanda por exportações, a demanda do governo e os estoques. A primeira representa a saída de bens compostos que deixam o país por uma determinada região (porto). No modelo IMAGEM-B esta etapa é tratada por meio de um vetor de elasticidades (diferenciado por produto, mas não por região de origem), representando a resposta da demanda externa a alterações no preço FOB das exportações.

Usando a mesma especificação de composição por origem da demanda, o modelo pode captar os custos de transporte de, por exemplo, exportações de produtos do Ceará pelo porto de Recife (Pernambuco). Esta característica distinta do modelo permite diferenciar o local de produção do bem exportado e seu ponto (região) de exportação.

No caso do governo, sua demanda não é modelada explicitamente, mas a demanda do governo regional representa a soma das demandas das três esferas de governo (federal, estadual e municipal). O modelo possui termos de deslocamento que permitem variações de componentes específicos da demanda do governo (por bem ou região), que podem acomodar dispêndios específicos associados a cenários macroeconômicos.

No que se refere à variação de estoques, a especificação dada liga essa variação ao nível de produção do setor regional. Assim, o volume de estoques, doméstico ou importado, de cada setor, varia de acordo com a produção setorial. Mas esta também pode ser considerada fixa.

Mercado de trabalho

Após a apresentação dos componentes da demanda e do seu tratamento no modelo, passa-se, a seguir, a apresentar o tratamento dado ao mercado de trabalho no referido modelo.

Inicialmente, destaca-se que o modelo não possui uma teoria para a oferta de trabalho, por isso duas opções podem ser utilizadas. A primeira supõe que o emprego seja exógeno com salários se ajustando endogenamente para equilibrar o mercado de trabalho regional; ou que o salário real (ou nominal) seja fixo e o emprego determinado pelo lado da demanda no mercado de trabalho.

Na configuração padrão da fase de construção, todos os salários estão indexados ao índice de preços da demanda final na região, ou então indexados a um índice nacional de preços. Na configuração típica da fase de operação, o emprego nacional é exógeno, implicando na resposta endógena do salário médio, com diferenças de salários setoriais e regionais fixos. Assim, há mobilidade intersetorial e regional de trabalho.

Equilíbrio de mercados

Supõe-se que o mercado de bens atinge o equilíbrio para bens consumidos localmente, tanto domésticos como importados. E que os preços de compra para cada um dos grupos de uso (produtores, investidores, famílias, exportadores e

governo) são a soma dos valores básicos, impostos (diretos e indiretos) sobre vendas e margens. Os impostos sobre vendas são tratados como taxas *ad valorem* sobre os fluxos básicos.

Módulo de decomposição microrregional

Em relação à decomposição microrregional, esta é uma extensão ao conjunto de equações do modelo *botton-up*, e decompõe os resultados estaduais para microrregiões que constituem cada unidade da federação. A especificação desse módulo garante que os resultados microrregionais sejam consistentes tanto com os resultados estaduais como setoriais ou nacionais. A especificação teórica do módulo microrregional segue a extensão ORES do modelo ORANI (DIXON et al., 1982). O sistema de equações parte da classificação dos setores em duas categorias: “microrregional” e “estadual”.

Um setor “microrregional” é aquele cuja dinâmica (crescimento) na microrregião segue as variações da demanda local (microrregião). Um setor “estadual” cresce à mesma taxa em todas as microrregiões do respectivo Estado, de forma que sua dinâmica está conectada ao nível de atividade do setor estadual. Neste caso, não há alteração da participação do setor microrregional na economia do Estado. Formalmente, para setores “estaduais”, a decomposição *top-down* se processa assumindo que a variação percentual da produção (e também no emprego) do setor j na microrregião r, x(j,r), seja igual à mudança percentual do setor estadual, x(j), isto é:

$X(j,r) = X(j)$, para todas as microrregiões num Estado (1)

Sujeita à restrição:

$\sum S(j,r)X(j,r) = X(j)$, para todos os setores “estaduais” (2)

$S(j,r)$ representa a parcela da região r na produção nacional do setor j. Assim, garante-se que a soma ponderada das variações setoriais microrregionais seja igual à variação do setor estadual.

Para os setores denominados “microrregionais”, a decomposição baseia-se na variação da demanda na microrregião, calculada via participação das microrregiões no consumo das famílias. Assim, apenas o comportamento do consumo das famílias é distinto entre as microrregiões de um Estado. Logo, o efeito diferencial na demanda local, que gera a alteração na demanda dos setores “microrregionais”, não é influenciado por outros componentes da demanda final (investimento, gastos do governo e exportações).

Formalmente, tem-se que:

$X(j,r) = Y(r)$, para os setores “microrregionais” (3)

Em que y(r) representa a mudança percentual da demanda da microrregião r. Desta forma, no caso dos setores definidos como “microrregionais”, há alteração da participação do setor na economia do Estado, gerando um efeito multiplicador diferenciado no território. Sete setores foram definidos como “microrregionais”: *Água e Saneamento*, *Construção Civil*, *Comércio*, *Serviços Prestados às Famílias*, *Serviços Prestados às Empresas*, *Aluguel de Imóveis e Serviços Privados Não Mercantis*. Os demais 29 setores[19] foram definidos como “estaduais”.

Como referenciado anteriormente, para o Brasil, o IMAGEM-B foi utilizado na avaliação de impactos de políticas públicas, mas, no caso específico da região Nordeste, dois trabalhos podem ser citados. O primeiro foi uma aplicação do modelo por Domingues et al. (2007), em que se obtiveram resultados que indicaram o impacto dos projetos de infraestrutura para uma etapa de crescimento acelerado da economia brasileira, com a redução das disparidades regionais.

Nesse trabalho, projetou-se o impacto de um conjunto de programas de infraestrutura (Saneamento, Habitação, Recursos Hídricos, Transportes, Energia Elétrica etc.) no Nordeste. Os resultados indicaram o impacto potencial desses projetos para a região, como elevação do nível de atividade e diminuição da desigualdade regional.

---

[19] A lista dos 36 setores considerados no modelo está na Tabela V, Anexo I: Ensaio 4.

O segundo foi elaborado por Faria e Magalhães (2008), também usando como base o IMAGEM-B integrado a um modelo de transporte. Os autores avaliaram os impactos econômicos regionais do projeto de investimento rodoviário do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) na BR-101 no Nordeste. O trecho desta rodovia contemplado com o investimento está entre Feira de Santana (BA) e Natal (RN).

Os resultados encontrados nesse trabalho indicaram o impacto potencial sobre alguns estados do Nordeste (aqueles que recebem diretamente os investimentos) e sobre a economia nacional. Com relação aos Estados, teve-se uma elevação na magnitude do nível de atividade e emprego nos dois fechamentos (fase de construção e fase de operação). O mesmo resultado foi estendido para o Brasil.

Voltando ao escopo do presente ensaio, na seção seguinte serão explicados e analisados os procedimentos e resultados da aplicação do modelo IMAGEM-B para avaliar os impactos do PRODETUR/NE II na economia nordestina.

2.2 Simulação do PRODETUR/NE II com o Modelo IMAGEM-B

Uma simulação com um modelo de equilíbrio geral é interpretada da seguinte forma: partir de um equilíbrio inicial da economia (*benchmarking*) e chegar a um outro equilíbrio após uma perturbação exógena. A essa perturbação denomina-se choque. Os resultados da simulação referem-se a comparações entre os dois equilíbrios, antes e depois do choque.

No presente trabalho, a construção dos choques se deu com base na composição da carteira de investimentos do PRODETUR/NE II. Para isso, foram coletados dados referentes ao montante monetário dos investimentos feito por microrregião, disponíveis em relatórios oficiais no site do BNB (ver Tabela I, Anexo: Ensaio 4).

O volume de investimentos foi distribuído em quatro grupos classificados pelo BNB: *Saneamento*; *Transportes*; *Patrimônio Histórico e Cultural* e *Obras de Urbanização*. Contudo, foi feita uma reclassificação para uma melhor adequação

à base de dados do modelo, passando, portanto, a cinco grupos: *Saneamento*; *Obras de Urbanização*; *Rodovias*; *Estrutura Turística* e *Logística* [20].

Após a reclassificação nos grupos supracitados, os valores monetários foram deflacionados para o ano de 2003 (período para o qual está calibrado o modelo) e convertidos em moeda nacional. Tais investimentos estavam distribuídos por município e, uma vez reclassificados e padronizados, estes municípios foram agregados para se chegar ao volume de investimentos por microrregião e Estados.

Vale destacar que nem sempre o recorte geográfico se deu por município, pois houve casos em que o investimento foi aplicado em vilas e lugarejos, sendo necessário, portanto, identificar em qual município eles se localizavam. Feitos esses ajustes, chegou-se ao volume total de investimentos que, como pode ser visto na Tabela 1, alcançou cerca de R$ 2,4 bilhões[21].

TABELA 1 - Carteira de Investimentos do PRODETUR/NE II (em bilhões de R$ de 2003)

Estados	*Saneamento*	*Rodovia*	*Obras de Urbanização*	*Estrutura Turística*	*Logística*	Total
Alagoas	–	–	–	–	–	–
Bahia	0,30	0,57	0,12	0,19	0,17	1,35
Ceará	0,04	0,03	0,02	0,01	0,01	0,10
Maranhão	–	–	–	–	–	–
Paraíba	0,03	0,00	0,02	0,03	0,00	0,07
Pernambuco	0,16	0,16	0,01	0,10	0,02	0,45
Piauí	0,07	0,00	0,09	0,02	0,02	0,21
Rio G. Norte	0,05	0,03	0,01	0,01	0,00	0,10
Sergipe	0,04	0,04	0,00	0,01	0,01	0,11
Total	0,69	0,83	0,28	0,37	0,23	2,39

Fonte: Banco do Nordeste do Brasil - Plano de Desenvolvimento Integrado do Tursimo Sustentável (PDITS) - Elaboração Própria, 2010.

Para cada grupo de investimento, descrito na Tabela 1, foi realizada uma simulação, que resultou em outras cinco. Deve-se destacar que o modelo

[20] Nessa categoria estão os investimentos, principalmente, em aeroportos.

[21] O detalhamento das categorias de investimentos tanto na classificação do BNB quanto na classificação usada neste trabalho está na Tabela VII (Anexo I: Ensaio 4).

IMAGEM-B apresenta um número maior de variáveis que de equações. Para utilizar o modelo em exercícios de simulação, o número de variáveis endógenas deve ser igual ao número de equações. Para isso, tomou-se um conjunto de variáveis como exógenas.

Em modelos de equilíbrio geral, a escolha do conjunto de variáveis endógenas e exógenas define o modo de operação do modelo numa simulação, referido na literatura como o “fechamento” do modelo. Este fechamento representa hipóteses de operacionalização do modelo, associadas ao horizonte temporal hipotético das simulações, que se relaciona ao tempo necessário para a alteração das variáveis endógenas rumo a um novo equilíbrio, como por exemplo o ajustamento do mercado de fatores primários, capital e trabalho. A esse horizonte temporal estão associadas duas fases: a de construção e a de operação.

A fase de construção tem um fechamento associado ao período no qual os investimentos estão sendo realizados. As hipóteses para esse fechamento seguiram o padrão em modelos de equilíbrio geral, mas levaram em conta algumas especificidades da economia brasileira e do problema em estudo.

No que se refere ao mercado de fatores, supôs-se que, na fase de construção, a oferta de terra e capital estivesse fixa, tanto nacional quanto regionalmente e entre os setores, exceção feita ao setor de *Construção Civil*, que se tornou endógeno ao modelo, sendo fixo nacionalmente, mas móvel entre as regiões. Essa hipótese possibilitou que a implementação dos investimentos simulados movesse o estoque de capital inter-regionalmente nesse setor.

Outra modificação em relação ao fechamento original da fase de construção do modelo IMAGEM-B foi sobre o consumo das famílias, que se ajustava endogenamente para acomodar as necessidades de investimentos, e passou a ser considerado fixo no âmbito nacional, variando apenas em termos regionais.

Supôs-se que os investimentos do PRODETUR/NE II não foram financiados pelo consumo das famílias, mas exclusivamente por um corte programado nos gastos

do governo. Com isso, um possível efeito negativo da queda do consumo das famílias deixou de existir. E assim, com o aumento do emprego e da renda trazidos pelos investimentos do Programa, o consumo das famílias aumentaria na Região.

Ademais, o investimento nacional passou a variar de acordo com os investimentos do Programa. E com base na suposição de que o corte nos gastos do governo foi programado, o impacto no orçamento governamental foi nulo, e, com isso, o consumo do governo pôde ser considerado constante. Feitas essas modificações, seguiu-se ao fechamento automático (padrão) considerando como exógenas as variáveis oferta de trabalho, terra e capital, assim como a remuneração dos fatores.

No mercado de trabalho, considerou-se o emprego nacional e regional como sendo endógenos, respondendo a variações no salário real regional, que se supôs fixo. Já o salário nominal foi indexado ao IPC. Em relação ao saldo comercial externo, assumiu-se que este era endógeno.

A construção dos choques (obtida em variação percentual) considerou o período implícito de quatro anos nas simulações, referente ao tempo necessário para que os investimentos sejam implementados. Considerou-se também que ocorreria elevação da demanda final no valor do investimento, deflacionado para o ano-base do modelo (2003). A variação percentual correspondente ao investimento é calculada com base na matriz de investimentos do modelo.

Salienta-se que o choque deve ser dado em um setor específico, e pela Tabela 1 nota-se que dentre os grupos de investimentos classificados, o grupo *Rodovias* seria aquele para a qual se destinaria a maior parte dos investimentos do PRODETUR/NE II (cerca de 35%). No entanto, o modelo não possui um setor *Construção de Rodovias*, sendo assim, assume-se que a composição do investimento é intensiva em *Construção Civil*, utilizando-se um setor do modelo para representar o estímulo sobre o investimento nos Estados. Nesse caso, o

setor escolhido foi o de *Aluguel de Imóveis*, cujo vetor de investimento é concentrado em *Construção Civil* (90%) e *Máquinas e Equipamentos*.

A interpretação dos resultados da fase de construção é realizada em termos de taxas de variação percentual. Os números obtidos refletem a variação em relação a uma trajetória tendencial da economia, representando apenas o efeito adicional do referido investimento.

A magnitude percentual do choque (variação percentual dos investimentos) ocorrido em cada Estado (d), para cada grupo de investimento (p), na fase de construção, foi obtida por meio da expressão que segue:

$$\Delta\%Invest_{(d)} = 100 \cdot \sum\{p, \Pr ojetos[[\{INVPRODETUR(d,p) / INVBASE(d,p)]]\} \qquad (4)$$

Em que $\Delta\%Invest_{(d)}$ é a variação percentual do investimento para cada estado que recebeu os investimentos do PRODETUR/NE II (Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe). O termo $INVPRODETUR(p,d)$ são os investimentos do PRODETUR/NE II por Estado (d) e grupo de investimentos (p) (*Saneamento*, *Rodovias*, *Obras de Urbanização*, *Estrutura Turística* e *Logística*). E $INVBASE(p,d)$ é a matriz de investimentos para cada Estado (d) e categoria de investimento (p) no ano de referência, ou ano-base do modelo (2003).

Assim, o valor percentual do choque, por Estado, será a soma dos cinco grupos de investimentos que compõem a carteira do PRODETUR/NE II (p) para o Estado (d) dividida pela soma dos cinco grupos de investimentos para o Estado (d) no ano-base.

Em termos nacionais, a variação percentual (choque) no investimento em virtude dos investimentos do PRODETUR/NE II é dada pela expressão que segue:

$$\Delta\%INVNACIONAL = 100 \cdot [\sum\{d, Estados, \sum\{INVPRODETUR(d,p) / INVNACIONAL(p)\}\}]$$

(5)

Ou seja, é a soma, para todos os Estados, de todas as cinco categorias de investimento, $INVPRODETUR(d, p)$, dividida pelo nível de investimento agregado nacional para cada categoria de investimento (p), $INVNACIONAL(p)$. Mais especificamente é a soma total da carteira de investimentos em relação à matriz de investimento nacional, multiplicada por 100.

Por fim, a magnitude do corte nos gastos do governo, que financiou o Programa, é dada por:

$$\Delta\%Gastos = -SHARECUT \cdot [\sum\{d, Estados, \sum\{p, \text{Projetos}, [INVPRODETUR(d, p)]\}\}] \quad (6)$$

Em que $SHARECUT$ é um parâmetro que mede a participação do governo no financiamento dos investimentos do Programa. Nesse caso, $SHARECUT$ é igual a 100%. E o corte nos gastos seria exatamente igual ao volume de investimentos do Programa (ou seja, é a soma de todos os grupos de investimento (p) para todos os Estados (d)).

2.2.1 Análise dos Resultados das Simulações da Fase de Construção

Nesta fase, os resultados foram construídos considerando-se os efeitos diretos dos investimentos realizados em cada Estado que recebeu os investimentos do PRODETUR/NE II. As simulações produziram um grande número de resultados, no entanto, o foco de análise do presente trabalho foi o PIB e o emprego estadual, além dos impactos setoriais mais relevantes, e dos resultados agregados regional e nacional. Estes últimos podem ser observados na Tabela 2.

TABELA 2 - Impacto Total da Carteira de Investimentos para o Nordeste e Brasil na Fase de Construção (Variação % anual)

Variáveis	Nordeste (%)	Brasil (%)
Consumo das Famílias	0,03175	0,00000
Investimento	1,34980	0,21605
Consumo do Governo	0,00000	0,00000
Exportações Regionais	-0,06403	-0,06313
Importações Regionais	0,16173	0,08445
PIB Real	0,08938	0,01750
Emprego	0,06125	0,03413
Estoque de Capital	0,13800	0,00000
Deflator do PIB	0,17643	0,11830
IPC	0,06715	0,04780
Preço das Exportações	0,05943	0,05575

Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados das Simulações, 2010

Como pode ser observado, a variável investimento seria diretamente afetada pelo choque. No caso do Nordeste, a ampliação dos investimentos, levando em conta a soma dos cinco grupos considerados, resultaria em uma expansão anual de 1,35% dessa variável, e para o Brasil o impacto seria de 0,21% ao ano.

A ampliação dos investimentos, na Região, desencadearia um aumento do emprego e do PIB da ordem de 0,06% e 0,09%, respectivamente. E, pela hipótese imposta ao consumo das famílias (de que não financiaria o Programa), este variaria positivamente como resultado do aumento do emprego.

No que se refere ao saldo comercial, observou-se que ocorreria uma queda nas exportações e um aumento das importações. Isso se deveria ao fato de o investimento ampliar a demanda por máquinas e equipamentos, fazendo com que as importações superassem as exportações. Ademais, na fase de construção, a expansão dos investimentos pressionaria o nível de preços para cima, como pode ser observado pelo aumento do IPC.

Os impactos nacionais, para PIB e emprego, seriam também positivos porque os Estados que receberam investimentos tanto afetariam os demais via efeitos de vazamento, como seriam afetados via efeitos *spillover*. Por outro lado, o consumo e o estoque de capital nessa fase foram considerados fixos, não havendo, portanto, mudanças nessas duas variáveis. Seguindo a tendência regional, as exportações cairiam (pois o aumento no nível de atividade faria com que parte do

que seria vendido no exterior passasse a ser consumido internamente) e as importações aumentariam (pela maior aquisição de máquinas e equipamentos).

Os resultados estaduais para o PIB estão expressos na Tabela 3. Percebe-se que os Estados onde se observariam os maiores impactos seriam o Piauí (0,19%), seguido da Bahia (0,16%) e Pernambuco (0,07%). E para o Maranhão e Alagoas, estados em que os Planos de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS)[22] ainda estavam em elaboração, não tendo, portanto, dados disponíveis sobre o volume de recursos aplicados, haveria também impacto em virtude do transbordamento desses investimentos.

TABELA 3 - Impacto da Carteira sobre o PIB Estadual na Fase de Construção (Variação % anual)

Estados	*Logística*	*Rodovias*	*Estrutura Turística*	*Saneamento*	*Urbanização*	Impacto Total
Maranhão	0,00053	0,00150	0,00085	0,00230	0,00115	0,00633
Piauí	0,03033	-0,00163	0,02980	0,00295	0,13363	0,19508
Ceará	0,00195	0,01090	0,00363	0,00518	0,00743	0,02908
Rio Grande do Norte	0,00058	0,01228	0,00620	0,00255	0,00525	0,02685
Paraíba	-0,00005	0,00273	0,01595	0,00298	0,01178	0,03338
Pernambuco	0,00413	0,03970	0,02318	0,00428	0,00398	0,07525
Alagoas	0,00073	0,00298	0,00100	0,00163	0,00030	0,00663
Sergipe	0,00333	0,01303	0,00355	0,00068	0,00080	0,02138
Bahia	0,02615	0,08900	0,02880	0,00423	0,01783	0,16600
Nordeste	**0,01148**	**0,04200**	**0,01790**	**0,00405**	**0,01395**	**0,08938**
Brasil	**0,00178**	**0,00640**	**0,00280**	**0,00440**	**0,00213**	**0,01750**

Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados das Simulações, 2010.

Contudo, um resultado que merece destaque seria aquele apresentado pelo Piauí. Nesse Estado, o impacto sobre o PIB seria o mais expressivo, ainda que os investimentos alocados tenham sido bastante inferiores àqueles destinados a estados como Bahia e Pernambuco. Tal resultado pode ser explicado por meio de uma breve análise sobre a estrutura da economia nordestina.

[22] Os PDITS são definidos pelo BNB como os planos de referência para o desenvolvimento do turismo estadual. Esses documentos fazem um levantamento geral sobre o turismo em cada Estado da região Nordeste. Estão disponíveis para *download* somente os que foram aprovados pelo BNB e Ministério do Turismo.

Tomando como referência o ano de 2003, para o qual a base de dados do modelo foi construída, teve-se que a contribuição do PIB do Nordeste ao PIB do Brasil foi de 13,71%. E analisando a participação do PIB estadual no PIB da região, nota-se que os estados da Bahia, Pernambuco e Ceará, em conjunto, possuíam mais de 65% dessa participação. Os Estados com menor contribuição foram o Piauí (3,4%), Alagoas (4,8%) e Sergipe (5,41%), como mostra a Tabela 4.

TABELA 4 – PIB Estadual da Região Nordeste e Participação do PIB Estadual no PIB Regional (2003)

Estados	PIB (em Bilhões de R$)	% do PIB Estadual no PIB Regional
Maranhão	13,74	6,44
Piauí	7,21	3,38
Ceará	28,57	13,39
Rio Grande do Norte	13,40	6,28
Paraíba	13,44	6,30
Pernambuco	42,05	19,71
Alagoas	10,35	4,85
Sergipe	11,54	5,41
Bahia	73,01	34,23
Nordeste	**213,32**	**100,00**
Brasil	**1555,74**	
(%) Nordeste/ Brasil	**13,71**	

Fonte: Banco de dados do IMAGEM-B

A Tabela 4 explica os resultados que seriam observados para o Piauí. Tendo este Estado a menor participação no PIB regional, o PRODETUR/NE II apresentaria um impacto maior na sua economia, pois a relação entre os investimentos do Programa e o PIB desse Estado foi maior que para os Estados relativamente mais dinâmicos (Bahia, Ceará e Pernambuco – ver Tabela 5)[23].

Apesar de a Bahia e Pernambuco, em conjunto, terem concentrado cerca de 70% dos investimentos do PRODETUR/NE II (Tabela IV: Anexo I), esses investimentos representaram, respectivamente, apenas 1,80% e 1,07% do PIB desses Estados. Por outro lado, para o estado do Piauí tal proporção foi da ordem de 3,00%.

[23] A proporção da carteira de investimento em relação ao PIB microrregional pode ser vista na Tabela I (Anexo I: Ensaio 4).

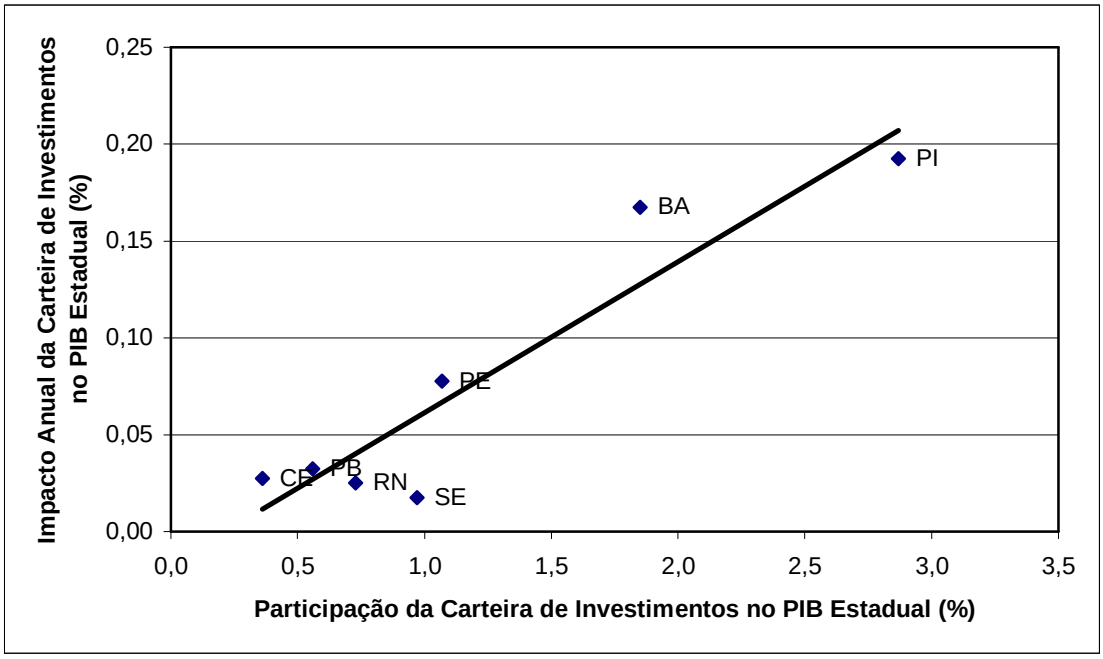
TABELA 5 - Proporção (%) da Carteira de Investimentos sobre o PIB Estadual (Em Milhões de R$)

Estados	PIB	Investimentos	Investimentos/PIB	Investimento Estadual/ Total dos Investimentos
Maranhão	13,74	0,00	0,00	0,00
Piauí	7,21	0,21	2,87	8,63
Ceará	28,57	0,10	0,36	4,35
Rio Grande do Norte	13,40	0,10	0,73	4,06
Paraíba	13,44	0,07	0,56	3,12
Pernambuco	42,04	0,45	1,07	18,78
Alagoas	10,35	0,00	0,00	0,00
Sergipe	11,54	0,11	0,97	4,67
Bahia	73,01	1,35	1,85	56,40
Nordeste	**213,32**	**2,39**	**1,12**	**100,00**

Fonte: Base de dados do IMAGEM-B e Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) - BNB

A relação entre o impacto dos investimentos no PIB estadual e a proporção desses investimentos em comparação ao PIB pode ser visualizada por meio do Gráfico 1, no qual se percebe a destacada importância que o Programa traria para a economia do Piauí.

GRÁFICO 1 – Relação entre o Impacto Total da Carteira de Investimentos e a Participação da Carteira de Investimentos no PIB Estadual (%)



Fonte: Elaboração Própria a partir dos Resultados das Simulações e do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) – BNB

Todavia, quando se transformam os impactos percentuais do Programa sobre o PIB estadual em valores monetários, constata-se que, embora o impacto percentual fosse mais significativo para o estado do Piauí, os maiores ganhos monetários, como pode ser visto na Tabela 6, ficariam com os estados da Bahia e Pernambuco (R$ 121 milhões e R$ 31 milhões, respectivamente). O ganho do Piauí seria somente de cerca de R$ 14 milhões.

Em termos de participação, o estado da Bahia ficaria com 65% do ganho total da região Nordeste, seguido do estado de Pernambuco, com 17%; já o ganho do estado do Piauí seria de 7,5%. É possível observar, também, que do total do impacto monetário (região Nordeste mais restante do Brasil), o Nordeste ficaria com 68% desse total, configurando o fato de a região Nordeste não conseguir internalizar plenamente todos os investimentos.

TABELA 6 – Valores Monetários do Impacto Anual sobre o PIB Estadual

Estados	*Logística*	*Rodovia*	*Estrutura Turística*	*Saneamento*	*Urbanização*	Ganhos	% no Total Ganho
Maranhão	0,07	0,21	0,12	0,32	0,16	0,87	0,46
Piauí	2,19	-0,12	2,15	0,21	9,64	14,07	7,51
Ceará	0,56	3,11	1,04	1,48	2,12	8,31	4,43
Rio G. Norte	0,08	1,64	0,83	0,34	0,70	3,60	1,92
Paraíba	-0,01	0,37	2,14	0,40	1,58	4,49	2,40
Pernambuco	1,73	16,69	9,74	1,80	1,67	31,64	16,89
Alagoas	0,08	0,31	0,10	0,17	0,03	0,69	0,37
Sergipe	0,38	1,50	0,41	0,08	0,09	2,47	1,32
Bahia	19,09	64,98	21,03	3,08	13,01	121,20	64,70
Nordeste	**24,17**	**88,70**	**37,56**	**7,88**	**29,01**	**187,32**	
Resto do Brasil	**3,44**	**10,87**	**6,00**	**60,57**	**4,05**	**84,93**	
Brasil	**27,61**	**99,57**	**43,56**	**68,45**	**33,06**	**272,25**	

Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados das simulações, 2010.

Em termos setoriais, o maior impacto ocorreria no setor da *Construção Civil* e, mais uma vez, o Piauí se destacaria como o Estado no qual esse impacto seria relativamente maior. Outros setores que sofreriam um impacto significativo na fase de implantação do Programa seriam: *Produtos Minero-Metalúrgicos*; *Material Elétrico*; *Outros Metalúrgicos* e *Máquinas e Equipamentos.*

TABELA 7 – Impactos Setoriais da Carteira de Investimentos por Estado (%)

Setores	MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	SE	BA
Construção Civil	0,0729	2,4852	0,2233	0,5469	0,5741	0,6916	0,1390	1,0859	1,9490
Produtos Minero-Metalúrgicos	0,2128	0,4785	0,1830	0,2062	0,1694	0,2015	0,1438	0,2200	0,3852
Material Elétrico	0,0709	0,1647	0,0634	0,0637	0,0725	0,0739	0,0550	0,0623	0,1267
Outros Metalúrgicos	0,1202	0,1979	0,1104	0,1255	0,0802	0,0975	0,0662	0,0122	0,0899
Máquinas e Equipamentos	0,0981	0,1314	0,1138	0,0980	0,1094	0,1012	0,1067	0,1254	0,0680

Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados das simulações, 2010.

Os estados do Maranhão e de Alagoas, embora não façam parte da carteira de investimento do PRODETUR/NE II, obteriam impactos positivos também nesses setores, porque a implantação do Programa dinamizaria toda a Região, e isso faria com que essas economias vendessem mais para os demais Estados.

2.2.2 Análise dos Resultados das Simulações da Fase de Operação

A fase de operação busca simular os impactos do PRODETUR/NE II após sua construção, portanto, a partir do momento em que investimentos passariam efetivamente a operar dentro de cada economia regional e na economia nacional. O fechamento do modelo nessa fase segue as hipóteses tradicionais em modelos EGC inter-regionais.

No mercado de fatores, a oferta de capital torna-se elástica em todos os setores e regiões, com taxas de retorno fixa; no mercado de trabalho, considera-se o emprego nacional como exógeno e o salário real nacional endógeno; admite-se mobilidade interestadual do fator trabalho, movida pelos diferenciais de salário real entre os Estados; o investimento nacional é endógeno, obtido pela soma dos investimentos setoriais estaduais. O consumo e o investimento real nacional variam, os gastos reais do governo são endógenos e se movem na proporção do crescimento estadual da população (variação do emprego). Por fim, o saldo comercial externo tornou-se exógeno.

Para essa fase, a construção dos choques buscou levar em conta o impacto que o PRODETUR/NE II traria sobre os setores do modelo IMAGEM-B que estariam diretamente ligados à atividade turística, a saber: *Transporte Rodoviário* e

Serviços Prestados às Famílias. Ademais, destaca-se que a escolha pelo setor *Transporte Rodoviário* se deu porque a maior parte dos investimentos do PRODETUR/NE II destinou-se à categoria *Rodovias* (como referido anteriormente).

Para o setor *Transporte Rodoviário*, construiu-se um choque que levou em conta a taxa de retorno dos investimentos destinados à categoria *Rodovias*. A essa categoria de investimentos aplicou-se uma taxa de retorno de 13%[24], obtendo-se assim o retorno monetário dos investimentos para cada Estado. O retorno monetário dos investimentos foi dividido pelo valor do estoque de capital, CAP (i,d), do setor *Transporte Rodoviário* em cada Estado. Esse resultado, multiplicado por 100 (cem), fornece a magnitude percentual do choque aplicado à variável estoque de capital.

O valor do estoque de capital para o setor (i), no Estado (d), é obtido com base na expressão abaixo:

$$CAP(i,d) = pcap(i,d) \cdot xcap(i,d) \qquad (7)$$

Em que $pcap(i,d)$ é o preço do capital no setor i para o Estado d, $xcap(i,d)$ é o estoque de capital do setor i, para o Estado d. No presente caso, i é setor *Transporte Rodoviário* e d são os Estados que receberam investimentos do PRODETUR/NE II (Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe). As Tabelas 8 e 9 mostram o procedimento de cálculo do choque.

[24] Taxa utilizada em outros trabalhos que aplicaram o modelo IMAGEM-B em suas simulações da fase de operação.

TABELA 8 – Retorno Monetário dos Investimentos do PRODETUR/NE II na Categoria *Rodovias*

Estados	Investimento do PRODETUR/NE II em Rodovias (em Milhões de R$)	Taxa de Retorno	Retorno Monetário dos Investimentos (em Milhões de R$)
Bahia	567,85	13%	73,25
Ceará	28,10	13%	3,62
Paraíba	4,65	13%	0,60
Pernambuco	163,60	13%	21,10
Piauí	0,00	13%	0,00
Rio G. do Norte	25,49	13%	3,29
Sergipe	44,28	13%	5,71

Fonte: Anuário Estatístico EMBRATUR e Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável, 2010.

TABELA 9 – Choque (em %) no Estoque de Capital na Categoria *Rodovias*

Estados	Retorno Monetário dos Investimentos do PRODETUR/NE II em Rodovias (em Milhões de R$)	Valor do Estoque de Capital (CAP) Transporte Rodoviário	Choque 1 (%) 100*Retorno Monetário/CAP
Bahia	73,25	95,82	76,45
Ceará	3,62	49,09	7,38
Paraíba	0,60	15,18	3,95
Pernambuco	21,10	57,17	36,92
Piauí	0,00	16,00	0,00
Rio G. do Norte	3,29	7,15	45,98
Sergipe	5,71	10,09	56,61

Fonte: Anuário Estatístico EMBRATUR (2003-2004) e Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (2008)

Para o setor *Serviços Prestados às Famílias*, construiu-se dois choques (choques 2A e 2B), que foram aplicados às variáveis exportações nacionais e estoque de capital desse setor. A construção de ambos se deu com base na receita turística de 2003 (ano-base do modelo), estimada por meio do número de passageiros nacionais e estrangeiros que desembarcaram nos aeroportos dos Estados nordestinos, do gasto diário médio e da permanência média desses passageiros em cada Estado.

Os dados referentes aos desembarques nacionais e internacionais foram obtidos junto ao Ministério do Turismo, mais especificamente no Anuário Estatístico da EMBRATUR para o período 2003-2004. Já os gastos diários médios e a permanência média diária por Estado e categoria de turista (doméstico e internacional) foram obtidos por meio de relatório oficial do BNB.

Contudo, deve-se ressaltar que apenas para a Bahia, o Ceará e Pernambuco os dados disponíveis obedeciam à categorização entre doméstico e internacional. Para os demais Estados, tanto os gastos diários médios quanto a permanência média, levavam em consideração o turista em geral. Dessa forma, para esses Estados, utilizou-se a média ponderada para estimar os valores dessas variáveis. Os gastos médios diários para a Bahia, o Ceará e Pernambuco referiam-se ao ano de 2001. Logo, foi necessário trazer esses valores para o ano de 2003. Para isso, o índice utilizado foi o IPCA.

A Tabela 10 mostra como se estimou a receita turística por Estado. Na coluna A, tem-se o número de turistas nacionais e estrangeiros que desembarcaram em cada Estado da região Nordeste. Na coluna B, tem-se o gasto médio diário do turista nacional e estrangeiro e, na coluna C a permanência média diária desses turistas. A receita turística foi obtida multiplicando-se as colunas A, B e C.

TABELA 10 – Receita Turística para os Estados do Nordeste (ano-base 2003)

	Número de Turistas (2003)		Gasto Diário Médio (em R$)		Permanência Média (em dias)		Receita Turística (em R$)	
	A		B		C		ABC	
Estados	Nacional (Mil)	Estrangeiro (Mil)	Nacional	Estrangeiro	Nacional	Estrangeiro	Nacional (Mil)	Estrangeiro (Mil)
Bahia	1.874,14	64,53	84,60	149,11	7,79	8,50	1.235	81,79
Ceará	865,64	79,05	91,67	150,86	9,00	13,01	714	155,14
Pernambuco	1.456,29	59,59	8,.63	142,05	9,63	12,07	1.145	102,17
Rio G. do Norte	391,54	50,90	86.17	147,44	8,87	11,53	299	86,53
Alagoas	255,66	11,60	86,17	147,44	8,87	11,53	195	19,72
Maranhão	226,45	0,08	86.17	147,44	8,87	11,53	173	0,00
Piauí	105,02	0,06	86,17	147,44	8,87	11,53	80	0,00
Paraíba	134,76	0,01	86,17	147,44	8,87	11,53	103	0,00
Sergipe	166,86	0,16	86,17	147,44	8,87	11,53	128	0,00

Fonte: Anuário Estatístico Embratur (2003 -2004) e Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (2008)

A receita turística estimada foi multiplicada pela taxa de crescimento anual dos desembarques nos aeroportos das capitais nordestinas no período de 1996 a 2004 (disponíveis em relatório oficial do BNB). Supondo que o PRODETUR/NE II possibilitaria a continuidade dessa taxa de crescimento, o resultado da multiplicação referida acima é interpretado como a receita turística adicional que os Estados nordestinos obteriam com a implantação do Programa.

A magnitude do choque aplicado às exportações nacionais do setor de *Serviços Prestados às Famílias*, $x\exp_sd(c)$, foi obtida dividindo-se a receita turística adicional pelo valor da demanda final das exportações brasileiras do referido setor, que é dado por:

$$E_x\exp_sd(c) = \sum\{d, Estado, PUR_S(c, EXP, d)\} \cdot xesp_sd(c) \quad (8)$$

Em que $E_x\exp_sd(c)$ é o valor da demanda final das exportações nacionais da *commoditie* c (que no presente caso é o setor *Serviços Prestados às Famílias*), $x\exp_sd(c)$, é a quantidade exportada pelo setor *Serviços Prestados às Famílias* e $PUR_S(c,d)$ é o preço das exportações do referido setor para cada Estado (d). O procedimento para obtenção do choque 2A está disposto na Tabela 11.

TABELA 11 – Construção do Choque 2A

Estados	Receita Turística (2003) (em Milhões de R$) A	Crescimento Anual dos Desembarques nos Aeroportos das Capitais B	AB	Exportações Brasileiras do Setor Serviços Prestados às Famílias C	Choque 2A (%) AB/C
Bahia	1,31691	14%	0,18437	7289,39	0,0025293
Ceará	0,86928	8%	0,06954	7289,39	0,0009540
Paraíba	0,10305	4%	0,00412	7289,39	0,0000565
Pernambuco	1,24695	8%	0,09976	7289,39	0,0013685
Piauí	0,08040	4%	0,00322	7289,39	0,0000441
Rio G. do Norte	0,38590	10%	0,03859	7289,39	0,0005294
Sergipe	0,12785	4%	0,00511	7289,39	0,0000702

Elaboração própria a partir do Anuário Estatístico da Embratur 2003 e 2004; Efeitos Globais do Prodetur NE I
Base de Dados do IMAGEM-B

TABELA 12 – Construção do Choque 2B

Estados	Receita Turística Adicional (em Milhões de R$) A	Taxa de Retorno dos Investimentos B	Retornos Monetários da Receita Turística Adicional (em Milhões de R$) AB	Valor do Estoque de Capital C	Choque 2B (%) AB/C
Bahia	0,18437	13%	0,02397	202,39	0,01184
Ceará	0,06954	13%	0,00904	103,69	0,00872
Paraíba	0,00412	13%	0,00054	32,07	0,00167
Pernambuco	0,09976	13%	0,01297	162,40	0,00799
Piauí	0,00322	13%	0,00042	0,02	2,09040
Rio G. do Norte	0,03859	13%	0,00502	28,70	0,01748
Sergipe	0,00511	13%	0,00066	21,31	0,00312

Elaboração própria a partir do Anuário Estatístico da Embratur 2003 e 2004; Efeitos Globais do Prodetur NE I e Base de Dados do IMAGEM-B

O choque 2B foi aplicado à variável estoque de capital do setor *Serviços Prestados às Famílias*. Como pode ser notado pela Tabela 12, esse choque foi obtido multiplicando-se a receita turística adicional estimada para o ano de 2003 pela taxa de retorno dos investimentos, resultando no retorno monetário da receita turística.

O retorno monetário da receita turística adicional foi dividido pelo valor do estoque de capital do setor *Serviços Prestados às Famílias*, obtendo-se, assim a magnitude percentual do choque. O valor do estoque de capital para qualquer um dos setores do modelo IMAGEM-B é dado pela expressão $CAP(i,d) = pcap(i,d) \cdot xcap(i,d)$, descrita anteriormente. Contudo, para o presente caso, i será o setor *Serviços Prestados às Famílias*. A Tabela 12 mostra o procedimento para a construção desse choque.

E, por fim, construiu-se um choque, em que foi simulado o aumento que os investimentos do PRODETUR/NE II trariam sobre a produtividade dos fatores primários da economia nordestina. Tais fatores são terra, trabalho e capital e a variável representativa de aumentos na produtividade desses fatores é denominada $aprim$.

A magnitude percentual do choque é expressa pela equação que define $aprim$, sendo escrita como segue:

$$aprim = -[100 \cdot \sum \{p, \text{Pr}ojeto, SHR(i,d,p) \cdot (PRODETUR(d,p))\}] \quad (9)$$

$SHR(i,d,t)$ é a participação, para cada categoria de investimento (p), dos fatores primários de cada indústria (i), no total dos fatores primários de todas as indústrias em cada Estado (d). Sendo dado pela expressão:

$$SHR(i,d,p) = PRIM(i,d) / \sum_i PRIM(i,d) \quad (10)$$

$PRIM(i,d)$ é a soma dos insumos (trabalho, terra e capital), ou fatores primários, para cada indústria de cada Estado, dado por:

$$PRIM(i,d) = LAB_O(i,d) + CAP(i,d) + LND(i,d) \quad (11)$$

$SHR(i,d,p)$ é ponderada por um coeficiente que distribui os investimentos entre os setores denominados $INDWGT(i,d,t)$, que no modelo assume o valor unitário para os 36 setores. No entanto, tendo em vista que os investimentos do PRODETUR/NE II trariam aumentos de produtividade para o setor de transportes, modificou-se, *ad hoc*, a ponderação desse setor para 3 (três) nos seus quatro modais (rodoviário, ferroviário, aquaviário e aéreo).

Na elaboração desse choque, considerou-se a soma da distribuição dos investimentos do PRODETUR/NE II nas categorias *Logística*, *Estrutura Turística*, *Saneamento* e *Obras de Urbanização*[25] para cada Estado. Tal soma foi multiplicada pela taxa de retorno (13%), e o resultado foi ponderado pelo peso que cada setor tem na distribuição regional dos investimentos.

Como pode ser visto na expressão 9, o choque de produtividade é negativo. Isto significa que o aumento da produtividade dos fatores primários advindos dos investimentos do PRODETUR/NE II faria com que seja necessário contratar menos desses fatores primários.

Resultados das Simulações da Fase de Operação

Como destacado anteriormente, as simulações na fase de operação buscam captar os impactos que os investimentos do Programa trariam após a construção dos projetos, ou seja, a partir do momento em que estes passassem efetivamente a operar dentro da economia.

Destaca-se que, para esta fase foram realizadas 20 simulações[26], pois, para os sete Estados que receberam os investimentos do PRODETUR/NE II, aplicaram-se os choques construídos. Com isso, um grande número de resultados foi obtido. Contudo, a análise se concentrará nos resultados das variáveis PIB e emprego.

---

[25] A categoria de investimento *Rodovias* foi desconsiderada nesse conjunto de simulações porque na construção do primeiro choque essa categoria foi a única que se levou em conta.

[26] Não houve investimento na categoria *Rodovias*, no Estado do Piauí, por isso totalizaram-se 20 simulações.

Em termos de PIB e emprego, a Tabela 13 mostra que o choque no estoque de capital do setor *Transporte Rodoviário* resultaria em um aumento do PIB e do emprego da região Nordeste da ordem de 0,60%. Já o choque no estoque de capital e exportações nacionais do setor *Serviços Prestados às Famílias* resultaria em uma ampliação do PIB e emprego regional de 0,39% e 0,46%, respectivamente.

A característica do PRODETUR/NE como um programa essencialmente de infraestrutura, com a maior proporção dos investimentos alocados na categoria *Rodovias*, explicaria o menor impacto nos resultados do setor *Serviços Prestados às Famílias*, em detrimento aos resultados apresentados para o setor de *Transporte Rodoviário*.

O choque na produtividade dos fatores primários (terra, trabalho e capital) resultaria em um aumento de 0,26% no PIB e 0,09% no emprego da região Nordeste. O resultado total que o PRODETUR/NE II traria para a região Nordeste, seria de 1,26% para o PIB e 1,15% para o emprego, como pode ser visto na Tabela 13.

TABELA 13 – Impactos dos Choques no Estoque de Capital e Exportações Nacionais sobre o PIB e o Emprego da Região Nordeste (%)

Choques	PIB	Emprego
Choque no setor Transporte Rodoviário	0,60	0,59
Choque no setor Serviços Prestados às Famílias	0,39	0,46
Choque na Produtividade dos Fatores Primários	0,26	0,09
Total	**1,26**	**1,15**

Fonte: Elaboração própria a partir dos Resultados das Simulações

No que se refere ao PIB estadual, a Tabela 14 mostra que os maiores impactos se apresentariam nos estados da Bahia, Pernambuco e Piauí. Contudo, destaca-se que para o estado do Piauí, o maior impacto estaria quase que inteiramente relacionado ao aumento de produtividade dos fatores primários.

TABELA 14 – Impactos dos Choques sobre o PIB por Estado (%)

Estados	Choque no setor Transporte Rodoviário	Choque no setor Serviços Prestados às Famílias	Choque da Produtividade dos Fatores Primários	Total
Piauí		0,0736	0,8334	0,9070
Ceará	0,1626	0,5579	0,0899	0,8104
R. G. Norte	0,2945	0,3941	0,1915	0,8801
Paraíba	0,0405	0,0369	0,1458	0,2232
Pernambuco	0,6299	0,5249	0,2325	1,3873
Sergipe	0,5314	0,0597	0,1788	0,7699
Bahia	1,3131	0,5532	0,3901	2,2564

Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados das simulações

Ainda que se tenha tomado como referência apenas a segunda fase do PRODETUR/NE, quando se observa a taxa média de crescimento anual do PIB estadual entre o período 1998 a 2007, das economias nas quais o Programa foi aplicado, nota-se que aquelas mais pobres vêm apresentando um considerável crescimento dessa variável (vide Tabela 15). Os estados de Sergipe, Rio Grande do Norte e Piauí apresentaram as maiores taxas médias de crescimento do PIB.

TABELA 15 – Taxa Média de Crescimento Anual do PIB Estadual (1998/2007) e Impacto Total do PRODETUR/NE II

Estados	1998/2007 (%)	Impacto Total (%)
Piauí	6,11	1,06
Bahia	5,06	1,03
Pernambuco	2,48	1,02
Rio Grande do Norte	6,35	1,01
Ceará	3,49	1,01
Sergipe	6,96	1,01
Paraíba	4,49	1,00

Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados das simulações

Observando o impacto total do PRODETUR/NE II (fase de construção e operação), tem-se que este ficou em cerca de 1% para cada Estado. Sendo assim, pode-se inferir que dos resultados apresentados pelo PIB, o PRODETUR/NE II poderia ser responsável por cerca de 1% do desempenho dessa variável.

3 Considerações Finais

A continuidade do PRODETUR/NE denota a relevância que o Programa trouxe para a dinâmica das economias nordestinas. Todavia, enquanto um programa de infraestrutura, seu caráter pontual e concentrador – abrangendo um pequeno número de municípios (cerca de 100) que, em sua maioria, localizam-se na região litorânea do Nordeste[27] – o torna insuficiente para atender à histórica demanda que caracteriza a Região.

Contudo, deve-se ter em mente que a proposta central do Programa era apenas alavancar o turismo na Região e, como destaca Shiki (2007), analisando a primeira fase do PRODETUR/NE, a falta de sincronia ou inexistência de uma política urbana, social e macro limitaram os benefícios oriundos da implantação do Programa. Cruz (1999) estende o argumento dizendo que o PRODETUR/NE fez às vezes de uma política urbana, ultrapassando os objetivos que lhe competiam.

Vale ressaltar que a questão do desenvolvimento da região Nordeste começou a ganhar destaque na década de 1950, mais especificamente em 1956, quando se criou o documento *Uma política de desenvolvimento para o Nordeste*, elaborado pelo Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), sob a direção de Celso Furtado.

Tal documento atribuía o atraso econômico do Nordeste em relação a região mais rica do País (o Centro-Sul) não apenas às recorrentes estiagens, mas, também, em grande medida, à política de desenvolvimento nacional proposta pelo Programa de Substituição de Importações (PSI) que privilegiava o Centro-Sul em detrimento ao Nordeste.

A política de desenvolvimento nacional adotada nesse período aprofundou o hiato de desenvolvimento existente entre o Nordeste e o Centro-Sul em virtude da

[27] A distribuição dos recursos entre as microrregiões contempladas pelo Programa, assim como os municípios que compõem essas microrregiões estão disponíveis nas Tabelas 1 e 2 do Anexo I: Ensaio 4.

política cambial e da política de importações seletivas, que faziam com que o Nordeste adquirisse a preços maiores no Centro-Sul que no exterior, parte dos produtos que faziam parte da sua pauta de importação.

Para reduzir o hiato de crescimento entre estas duas regiões, o GTDN propôs um plano de ação que se estruturou em torno de quatro diretrizes básicas: a) intensificação dos investimentos industriais; b) transformação da economia agrícola da faixa úmida; c) elevação da produtividade da economia das zonas semiáridas; d) deslocamento da fronteira agrícola do Nordeste.

A necessidade de reduzir as assimetrias de crescimento econômico entre o Nordeste e o Centro-Sul ficou evidenciada, também, pela criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em 1959, ainda no governo JK. Como ressaltam Souza *et al.* (2008), essa administração foi marcada pela ideia de que havia a necessidade de se promover um grande desenvolvimento no Brasil. Além disso, existia uma preocupação das elites no poder com o aumento das disparidades sociais, e o Nordeste era considerado uma região explosiva.

Contudo, apesar da criação de todo este aparato institucional, o hiato de desenvolvimento entre a região Nordeste e a região economicamente mais dinâmica (Sudeste) não conseguiu ser suplantado. Os motivos vão desde a mudança política trazida pelo regime militar, instalado no País na década de 1960, até os problemas estruturais que caracterizaram a economia brasileira na segunda metade do século XX. Na década de 1980, por exemplo, quando a tentativa de combater a inflação se tornou a prioridade do governo federal à questão regional foi deixada de lado.

Na década de 1990, as políticas desenvolvimentistas continuaram a perder fôlego com a falência do PSI, dando espaço para o predomínio de uma nova forma de pensar o desenvolvimento, baseada na ideia da eficiência produtiva com intervenção mínima do Estado. É nesse período que se tem uma ampla abertura comercial e financeira da economia brasileira, o que torna ainda mais complexa a superação das assimetrias de desenvolvimento regionais existentes no País.

Nesse contexto, torna-se relevante a implantação de políticas de investimentos como o PRODETUR que, em sua segunda fase, continua sendo usada para suprir as deficiências e/ou ausência de política urbana voltada para a Região, pois os investimentos do Programa se concentraram em infraestrutura relacionada a saneamento básico e acesso.

No entanto, mesmo levando em conta que a falta de associação do PRODETUR/NE a outras políticas urbanas restringe a obtenção de resultados mais expressivos em termos de emprego e renda, e que esses investimentos estão longe de cobrir as deficiências infraestruturais que assolam a região, deve-se reconhecer que é fundamental a continuidade de políticas que busquem amenizar essas deficiências. Vale ressaltar que disso depende não apenas o desenvolvimento da atividade turística quanto os demais setores de atividade.

No que se refere ao turismo especificamente, viu-se, no ensaio anterior, que a atividade de *Alojamento e Alimentação* (principal atividade que caracteriza o turismo no Brasil) possui características que lhe são peculiares, e sua baixa capacidade de absorver as inovações tecnológicas restringem sua produtividade, fazendo com que esta última seja menor em comparação aos demais setores da economia.

Sendo assim, a aposta no turismo como um instrumento que contribua de forma efetiva para o desenvolvimento econômico da região Nordeste é limitada, não apenas pela, ainda, falta de infraestrutura que dê suporte à complexa inter-relação setorial da atividade turística, como também pelas limitações de produtividade que caracterizam o turismo.

Referências

BRASIL Banco do Nordeste do Brasil. *Planos de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável*. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/prodetur>. Vários acessos, 2008.

BRASIL Banco do Nordeste do Brasil. *Efeitos Globais do PRODETUR/NE I. Enfoque Turístico.* Fortaleza, outubro de 2005.

BLAKE, A. *The Economic Impact of the London 2012 Olympics.* Nottingham: Nottingham University Business School, 2005. 72p.

BOLHMANN, H. R; HEERDEN, J. H. Van. The Impact of Hosting a Major Sport Event on the South African Economy. *Working Paper Series*. University of Pretoria, nov. 2005.

BRASIL Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *PIB Municipal*. Disponível em: <http:www.ibge.gov.br>. Vários acessos, 2009.

BRASIL Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Contas Nacionais.* Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata>.

BRASIL Ministério do Turismo. *Anuário Estatístico Embratur 2003-2004.* Volume 32, Brasília, 2005.

BRASIL Ministério do Turismo. *Anuário Estatístico Embratur 2004-2005.* Volume 33, Brasília, 2006.

DIXON, P.B. et al. *Orani, a multi-setorial model of the Australian Economy.* Amsterdan: North-Holland, Pub. Co. 1982.

DOMINGUES, E. P. *Dimensão Regional e Setorial da Integração Brasileira na Área de Livre Comércio das Américas.* 2002. 228p. Tese (Doutorado em Economia). Departamento de Economia/Instituto de Pesquisas Econômicas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

DOMINGUES, et al. Investimentos em infraestrutura no Nordeste: projeções de impacto e perspectivas de desenvolvimento. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS REGIONAIS E URBANOS, 5. Recife. *Anais*... Recife: ABER, 2007.

DOMINGUES, et al. Infraestrutura, Crescimento e Desigualdade Regional: Uma Projeção dos Impactos dos Investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em Minas Gerais. *Revista Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 39. n.1. abril de 2009.

FARIA, W. R. *Efeitos Regionais em Infraestrutura de Transporte Rodoviário. Universidade Federal de Minas Gerais.* 2009. 143p. Dissertação (Mestrado em Economia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

FARIA, W.R.; MAGALHÃES, A.S. Impactos dos Investimentos Rodoviários na BR 101. Efeitos sobre Crescimento e Produtividade**.** In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS REGIONAIS E URBANOS, 6. Aracaju. *Anais* … Aracaju, ABER, 2008. 25p.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS. *Estudo de Impactos Socioeconômicos Potenciais dos Investimentos do Prodetur Nacional.* Rio de Janeiro. São Paulo, março de 2010.

FURTADO, C. Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste (GTDN) (1959). In: O Nordeste e a saga da SUDENE. Arquivos Celso Furtado (1958-1964). *Arquivos Celso Furtado, n. 3*. Centro Internacional de Políticas para o Desenvolvimento, Rio de Janeiro, Contraponto, 2009.

HADDAD, E. A. *Retornos Crescentes, Custos de Transporte e Crescimento Regional.* 2007. 207p. Tese (Livre-docência em Economia) – FEA, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

HORRIDGE, M. ORANI-G: a general equilibrium model of the Australian economy. Australia: Centre of Policy Studies, Monash University, *Working Paper*, 2000. 93p.

HORRIDGE, M.; MADDEN, J.; WITTWER, G. The impact of the 2002-2003 drought on Australia. *Journal of Policy Modeling,* New York. Abr. 2005, 27, (3), p. 285-308.

KWEKA, J. Tourism and Economy of Tanzania. A CGE Analysis. In: CONFERENCE ON GROWTH, POVERTY REDUCTION AND HUMAN DEVELOPMENT IN AFRICA. Mar, 2004, Oxford. *Anais*… Oxford. 18p.

MADDEN, J.R.; CROWE, M. *Estimating the Economic Impact of the Sidney Olympic Games.* Center for Regional Economic Analysis. Tasmania, Australia, 2007. 27p.

MAGALHÃES, A.S. *O Comércio por Vias Internas e seu Papel sobre Crescimento e Desigualdade Regional no Brasil.* 2009, 134p. Dissertação (Mestrado em Economia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

NEW SOUTH WALES TREASURY; CENTRE FOR REGIONAL ECONOMIC ANALYSIS UNIVERSITY OF TASMANIA. The Economic Impact of the Sidney Olympics Games. *Research & Information Paper - Final Report*, Tasmania, nov. 2007. 94p.

SHIKI, S.F.N. *Estado, Políticas Públicas e Desenvolvimento Local: Sustentabilidade do Turismo no Nordeste Brasileiro.* 2007. 361p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília. Distrito Federal, 2007.

SOUZA, D.D; MAIA, F. PIRES, F. LIMA, L. J. de; NETTO; M. S. C.; LINDORFER, M. E.; COSTA, R. *O Nordeste e a SUDENE*. In: LIMA, M.C.; DAVID, M.D. (Org.). A Atualidade do Pensamento de Celso Furtado. Verbena, Goiás, 2008.

TOURINHO, O. A. F.; KUME, H.; PEDROSO, A. C. S. Elasticidades de Armington para o Brasil - 1986-2002: novas estimativas. IPEA, *Texto para Discussão Interna.* Rio de Janeiro, n. 974, 22p, ago. 2003.

ANEXOS: ENSAIO 4

Anexo 1 – Tabelas

TABELA I – Carteira de Investimentos do PRODETUR/NE II e PIB Microrregional – 2003 (em Milhões de R$), Composição Microrregional da Carteira e Relação Carteira/PIB

Código	Microrregião	Investimento (Inv.)	PIB	Inv/Inv Tota	Inv/PIB
22002	Litoral Piauiense	105,8	355,3	4,25	29,8
22003	Teresina	114,9	3470,4	4,61	3,3
23001	Litoral de Camocim e Acaraú	26,7	319,9	1,07	8,4
23002	Ibiapaba	3,5	77,3	0,14	4,6
23008	Itapipoca	12,7	310,8	0,51	4,1
23009	Baixo Curu	10,7	209,7	0,43	5,1
23016	Fortaleza	38	14038,9	1,52	0,3
24016	Litoral Nordeste	14,2	107,9	0,57	13,2
24017	Macaíba	31,4	232,4	1,26	13,5
24018	Natal	65,9	5666,1	2,65	1,2
24019	Litoral Sul	34,9	175,1	1,4	20
25022	João Pessoa	6,3	4891,4	0,25	0,1
25023	Litoral Sul	79,7	40,8	3,2	195,1
26013	Mata Setentrional Pernambucana	18	521,9	0,72	3,5
26015	Mata Meridional Pernambucana	61,4	463,5	2,47	13,3
26016	Itamaracá	87,5	1084,5	3,51	8,1
26017	Recife	267,4	18269	10,74	1,5
26018	Suape	33	6083,2	1,33	0,5
26019	Fernando de Noronha	14,2	8,4	0,57	169
28010	Baixo Cotinguiba	7,1	435,5	0,29	1,6
28011	Aracaju	83,7	4731,8	3,36	1,8
28013	Estância	43,3	921,4	1,74	4,7
29008	Senhor do Bonfim	20,5	222,6	0,82	9,2
29009	Irecê	4,6	30,4	0,18	15,1
29010	Jacobina	59,2	379,6	2,38	15,6
29011	Itaberaba	4,4	27	0,18	16,3
29018	Entre Rios	42,1	482,6	1,69	8,7
29019	Catu	15,3	127,3	0,62	12
29020	Santo Antônio de Jesus	33,5	431,1	1,35	7,8
29021	Salvador	198,5	33600,2	7,97	0,6
29023	Seabra	161,8	523,5	6,5	30,9
29030	Valença	143,6	515,6	5,77	27,9
29031	Ilhéus	296,1	1952,7	11,89	15,2
29032	Porto Seguro	349,5	1921,6	14,04	18,2

Fonte: Elaboração própria a partir de dados dos Planos de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) e Instituto Brasilieiro de Geografia e Estatística

TABELA II – Municípios Abrangidos pelo PRODETUR/NE II por Estado

Continua

Alagoas	Paraíba	Maranhão	Piauí	Rio Grande do Norte	Sergipe
Costa dos Corais	**Costa das Piscinas**	**São Luís e Entorno**	**Costa do Delta**	**Costa das Dunas**	**Costa dos Coqueirais**
São Luís do Quitunde	Mamanguape	Alcântara	Ilha de Santa Isabel	Pedra Grande	N. Sra do Socorro
Matriz de Camaragibe	Mataraca	São Luís	Parnaíba	S. M. do Gostoso	Brejo Grande
Porto Calvo	Baía da Traição	Paço do Luniar	Cajueiro da Praia	Touros	Pacatuba
Japaratinga	Marcação	S. J. do Ribamar	Luís Correia	Rio do Fogo	Pirambu
Maragogi	Rio Tinto	Raposa	Teresina	Maxaranguape	S. Amaro das Brotas
Porto de Pedras	Lucena			Ceará-Mirim	Barra dos Coqueirais
S. M. dos Milagres	Cabedelo			Extremoz	Laranjeiras
Passo de Camaragibe	João Pessoa			Natal	Aracaju
Barra de Sto Antonio	Conde			Sem. G. Avelino	S. Cristovao
Pariqueira	Pitimbú			Tibau do Sul	Itaporanga D'Ajuda
Maceió	Santa Rita			Baia Formosa	Estancia
	Bayeux			Canguaretama	Sta Luzia do Itanhy
				Arez	Indiaroba
				Nísia Floresta	
				Parnamirim	
				S. José do Mipibu	
				S. G. do Amarante	
				Macaíba	

Fonte: Elaboração própria a partir de dados dos Planos de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) - BNB

TABELA III – Municípios Abrangidos pelo PRODETUR/NE II por Estado

Continuação

Bahia					Ceará	Pernambuco
Descobrimento	**Chapada Diamantina**		**Litoral Sul**	**Salvador e Entorno**	**Costa do Sol**	**Costa dos Arrecifes**
Belmonte	Campo Formoso	Rio do Pires	Valença	Cachoeira	Cruz	Itapissuma
Santa Cruz Cabrália	Saúde	Pietã	Cairu	Sto Amaro	Acaraú	Goaina
Porto Seguro	Caem	Mucugê	Taperoá	S. Fco do Conde	Itarema	Itamaraca
Prado	Jacobina	Seabra	Nilo Peçanha	Entre Rios	Amontada	Igarassu
Alcobaça	Miguel Calmon	Palmeiras	Ituberá	Esplanada	Trairi	Paulista
Caravelas	Piritiba	Iraquara	Igrapiúna	Conde	Paraipaba	Olinda
Nova Viçosa	Utinga	Bonito	Camamu	Jandaira	Fortaleza	Recife
Mucuri	Wagner	Morro do Chapéu	Itacará	Mata de S. Joao	S. G. do Amarante	J. dos Guararapes
	Lençóis	Ourolândia	Ilhéus	Camaçari	Caucaia	C. de S. Agostinho
	Andarai		Canavieiras	Lauro de Freitas	Aquiraz	Sirinhaém
	Nova Redenção		Sta Luzia	Salvador	Paracuru	Rio Formoso
	Itaetê		Uma	Madre de Deus	Itapipoca	Barreiros
	Ibicoara		Uruçuca	Itaparica	Viçosa do Ceara	Tamandaré
	Jussiape		Maraú	Vera Cruz	Jericoacoara	S.J. da Coroa Grande
	Rio de Contas			Jaguaribe	Granja	Fernando de Noronha
	Livramento de N. Sra			Salinas da Margarida	Chaval	
	Abaira			Nazaré	Barroquinha	
	Érico Cardoso			Maragogipe	Camocim	
	Paramirim			São Felix		
				Saubara		

Fonte: Elaboração própria a partir de dados dos Planos de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) - BNB

TABELA IV - Composição da Carteira de Investimentos do PRODETUR/NE II por Categoria de Investimento (em %)

Categorias	Valores em R$ Milhões	Composição
Saneamento	0,69	29,00
Rodovias	0,83	35,00
Obras de Urbanização	0,28	12,00
Estrutura Turística	0,37	15,00
Logística	0,23	10,00
Total	2,39	100,00

Fonte: Elaboração própria a partir de dados dos Planos de Desenvolvimento Integrado do Turismo no Nordeste - BNB

TABELA V – Participação Estadual na Carteira de Investimentos do PRODETUR/NE II

Estado	Valores	Participação (%)
Bahia	1,35	56,49
Ceará	0,10	4,18
Paraíba	0,07	2,93
Pernambuco	0,45	18,83
Piauí	0,21	8,79
Rio Grande do Norte	0,10	4,18
Sergipe	0,11	4,60
Total	2,39	100,00

Fonte: Elaboração própria a partir de dados dos Planos de Desenvolvimento Integrado do Turismo no Nordeste - BNB

TABELA VI – Setores do Modelo IMAGEM-B

Setores	Descrição	Setores	Descrição
S1	Agropecuária	S19	Indústria Alimentícia, Bebidas e Fumos
S2	Extrativa Mineral	S20	Madeira, Mobiliário e Diversas
S3	Petróleo e Gás	S21	Energia Elétrica
S4	Minerais Não Metálicos	S22	Gás Natural Encanado
S5	Metalurgia Básica	S23	Água e Saneamento
S6	Outros Metalúrgicos	S24	Construção Civil
S7	Máquinas e Equipamentos	S25	Comércio
S8	Material Elétrico	S26	Transporte Rodoviário
S9	Equipamentos Eletrônicos	S27	Transporte Ferroviário
S10	Automóveis, Caminhões e Ônibus	S28	Transporte Aéreo
S11	Autopeças e Outros Veículos	S29	Transporte Outros
S12	Celulose, Papel e Gráfica	S30	Comunicações
S13	Produtos de Borracha e Artigos Plásticos	S31	Instituições Financeiras
S14	Elementos Químicos, Farmacêuticos e Veterinários	S32	Serviços Prestados às Famílias
S15	Refino de Petróleo e Biocombustíveis	S33	Serviços Prestados às Empresas
S16	Têxtil	S34	Aluguel de Imóveis
S17	Vestuário	S35	Administração Pública
S18	Calçados	S36	Serviços Privados Não Mercantis

Fonte: IMAGEM-B

TABELA VII -– Classificação do Banco do Nordeste do Brasil e Reclassifcação para o IMAGEM-B

Saneamento	**Saneamento**
Água	Água
Esgoto	Esgoto
Drenagem	Drenagem
Resíduos sólidos	Resíduos sólidos
Aterros sanitários	Aterros sanitários
Transporte	**Rodovias**
Ampliação e recuperação de rodovias	Ampliação e recuperação de rodovias
Pavimentação, ampliação de vias e acessos estaduais.	Pavimentação, ampliação de vias e acessos estaduais
Atracadouros e obras complementares	Atracadouros e obras complementares
Patrimônio Histórico Cultural	**Obras de Urbanização**
Recuperação e ampliação de museus e centros históricos	Urbanização de praias, rios, lagoas, avenidas e bairros históricos
Recuperação de imóveis, parques e praças	Urbanização e recuperação paisagística
Sinalização turística	Arborização
Obras de Urbanização	**Estrutura Turística**
Urbanização de praias, rios, lagoas, avenidas e bairros históricos.	Recuperação e ampliação de museus e centros históricos
Urbanização e recuperação paisagística	Recuperação de imóveis, parques e praças
Arborização	Sinalização turística
Elaboração e execução de projetos de desenvolvimento urbano	
Outros Investimentos	**Logística**
Portos	Portos
Aeroportos	Aeroportos

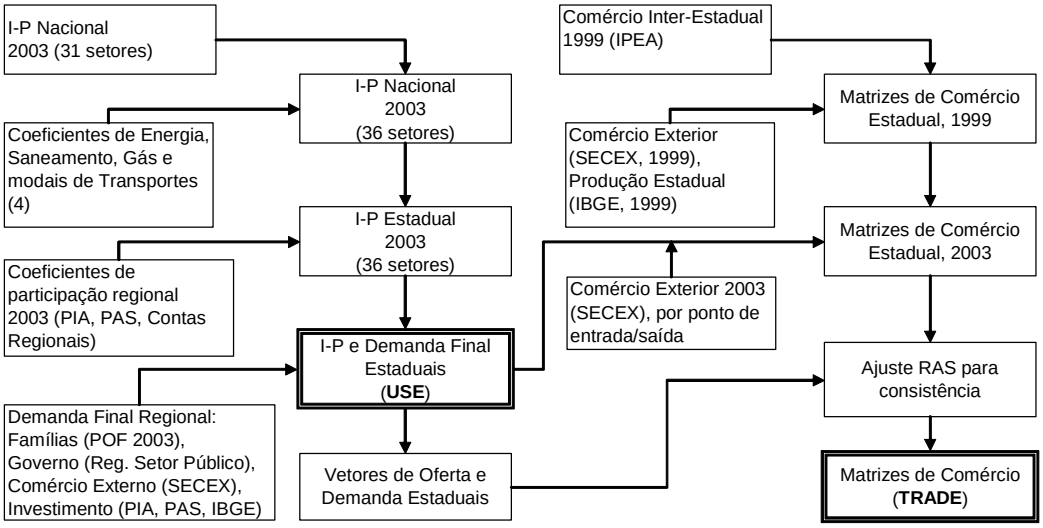
Fonte: Elaboração própria a partir de dados dos Planos de Desenvolvimento Integrado do Turismo no Nordeste - BNB

Anexo 2 - Equações comportamentais do IMAGEM-B

As fontes e base de dados que alimentaram o modelo, assim como suas articulações, podem ser vistas na figura abaixo. Observa-se que o núcleo do modelo apresenta dois blocos de matrizes que estão em destaque na figura, são elas: USE e TRADE. No bloco USE, têm-se as relações de uso dos produtos (domésticos e importados) para 40 usuários em cada um dos 27 Estados: 36 setores e 4 demandantes finais (famílias, investimento, exportações, governo).

O conjunto TRADE representa o fluxo de comércio entre os Estados para cada um dos 36 produtos do modelo, nas duas origens (doméstica e importada). Nesse conjunto, o fluxo doméstico origem-destino de um determinado produto representa o fluxo monetário entre dois Estados, para todos os usos no Estado de origem, inclusive as exportações.

FIGURA I – Construção da Base de Dados do Modelo IMAGEM-B



Fonte: Magalhães (2009).

Como já descrito anteriormente, utilizou-se uma ampla variedade de fontes de dados para a construção do modelo (PIA, PAS, Contas Regionais, POF, SECEX, IBGE, IPEA, RAS e outros).

Relativamente aos parâmetros do modelo foram utilizadas estimativas correntes, além de estimativas calculadas pelo grupo responsável pela adaptação do modelo à economia brasileira.

Dentre estes parâmetros destacam-se o de Frish, que reflete o grau do consumo de luxo das famílias (quanto maior esse parâmetro, em módulo, menor o grau de consumo de luxo e maior o consumo de subsistência). E o parâmetro que mede a elasticidade de substituição entre margens de transporte rodoviária e ferroviária, controlando a possibilidade de alteração no modal de transportes de bens.

Quanto às elasticidades de Armington, entre doméstico e importado, utilizaram-se as elasticidades estimadas em Tourinho, Kume e Pedroso (2003). Para as elasticidades de Armington entre Estados, adotou-se a hipótese de elasticidades moderadas, como apontado em Haddad (2004).

A elasticidade-preço das exportações segue as estimativas utilizadas no modelo SPARTA (Domingues, 2002), atualizados em alguns casos com informações recentes da FUNCEX, para variação de quantidade e preço das exportações.

O padrão na literatura é a hipótese da produção das margens na origem, mas no modelo IMAGEM-B a produção de margem foi atribuída proporcionalmente aos fluxos de comércio origem-destino. Assim, diversas regiões podem participar na produção da margem de transporte em uma rota específica, sendo esta uma hipótese mais realista. Uma especificação CES permite que ocorra substituição entre as regiões produtoras de margem, para cada modal e fluxo específico de comércio. Como inexistem informações ou parâmetros para este tipo de substituição, foi adotada uma elasticidade comum igual a 0.5 para todos os modais.

A especificação teórica do módulo microrregional segue a extensão ORES do modelo ORANI (Dixon et al, 1982). Os dados utilizados na calibragem da extensão microrregional são as participações de cada microrregião nos setores do modelo. Portanto, o módulo requer uma matriz de dimensão 558 x 36, representando a participação de cada microrregião nos 36 setores do modelo. Uma matriz de mapeamento 558 X 27, das microrregiões para os Estados, também é necessária para relacionar a microrregião ao respectivo Estado. Os dados para a construção dessas matrizes foram o PIB municipal-setorial do IBGE, dados setoriais-microrregionais de emprego da RAIS, e o mapeamento de Estados, microrregiões e municípios, também do IBGE (todos referentes a 2003).

Todo o procedimento de geração do banco de dados do modelo e teste de consistência foi implementado no software GEMPACK, de forma que sua atualização para novas informações (*e.g*. Contas Regionais, Censo Agropecuário e Contas Nacionais) pode ser facilmente realizada.

O conjunto de variáveis que compõe o modelo está descrito na tabela abaixo.

TABELA I - Variáveis do Modelo IMAGEM-B

Índice	Conjunto	Descrição	Dimensão
s	SRC	Origem doméstica ou importada (ROW)	2
c	COM	Bens	36
m	MAR	Margens (comércio e transportes)	4
i	IND	Setores	36
d	DST	Regiões de uso (Destinos)	27
r	ORG	Regiões de origem	28
p	PRD	Regiões de produção de margens	27
f	FINDEM	Demandantes finais (HOU, INV, GOV, EXP)	4
u	USER	Usuários = IND + FINDEM	40

Fonte: IMAGEM-B

Destaca-se que todas as equações estão apresentadas em nível, contudo, o modelo é codificado no GEMPACK como equações linearizadas.

Escolha dos usuários entre produtos nacionais e importados

A demanda intermediária dos produtores do setor i, de origem s com destino à região d, $XINT(c,s,i,d)$, é proporcional ao total de bens compostos c demandados pelo setor i com destino a d, $XINT_S(c,i,d)$, e por um termo de preço elevado às elasticidades de substituição entre produtos nacionais e bens importados do bem c, $SIGMADOMIMP(c)$. O termo de preço é relativo aos preços de compra do bem c com destino a d, $PPUR(c,s,i,d)$, e aos preços médios de compra na origem, $PPUR_S(c,i,d)$. Mudanças nos preços relativos dos produtos nacionais e importados induzem à substituição em favor de bens relativamente mais baratos.

$$\frac{XINT(c,s,i,d)}{XINT_S(c,i,d)} = \left[PPUR(c,s,i,d) / PPUR_S(c,i,d)\right]^{-[SIGMADOMIMP(c)]} \quad (1)$$

Os preços médios de compra ao longo de todas as fontes, $PPUR_S(c,i,d)$, multiplicados pela quantidade composta do bem c pelo setor i em d, $XINT_S(c,i,d)$ iguala o valor da soma ao longo das fontes de $PPUR(c,s,i,d)$ multiplicada por $XINT(c,s,i,d)$.

$$PPUR_S(c,i,d) \cdot XINT_S(c,i,d) = \sum \left\{s, SRC, PPUR(c,s,i,d) \cdot XINT(c,s,i,d)\right\} \quad (2)$$

Da mesma forma, a demanda por produtos domésticos e importados das famílias na região d, $XHOU(c,s,d)$, é proporcional ao total de bens compostos c demandados pelas famílias na região d, $XHOU_S(c,d)$, e ao termo de preço elevado às elasticidades de substituição entre bens domésticos e importados, $SIGMADOMIMP(c)$ $PPUR(c,s,"Hou",d)$. O termo de preço é o preço relativo de compra do bem c demandado pelas famílias com origem s na região de destino d, $PPUR(c,s,"Hou",d)$, e o preço do bem c ao consumidor em d é $PHOU(c,d)$.

$$\frac{XHOU(c,s,d)}{XHOU_S(c,d)} = \left[PPUR(c,s,"HOU",d) / PHOU(c,d)\right]^{-[SIGMADOMIMP(c)]} \quad (3)$$

Do mesmo modo, o termo de preço $PPUR_S(c,"Hou",d)$ multiplicado pela quantidade composta do bem c das famílias em d, $XHOU_S(c,d)$, é igual à soma ao longo das fontes de $PPUR(c,s,"Hou",d)$, multiplicado por $XINT(c,s,"Hou",d)$.

$$PPUR_S(c,"hou",d) \cdot XHOU_S(c,d) = \sum \left\{s, SRC, PPUR(c,s,"hou",d) \cdot XHOU(c,s,d)\right\} \quad (4)$$

A demanda por produtos domésticos e importados dos investidores na região d, $XINV(c,s,d)$, é proporcional à demanda composta de bens dos investidores totais, $XINV_S(c,d)$, e ao preço elevado às elasticidades de substituição entre produtos domésticos e importados do bem c, $SIGMADOMIMP(c)$. O termo de preço é o preço de compra por origem dos bens de investimento.

$$\frac{XINV(c,s,d)}{XINV_S(c,d)} = \left[PPUR(c,s,"INV",d) / PINVEST(c,d)\right]^{-[SIGMADOMIMP(c)]} \quad (5)$$

O preço agregado do bem c no setor de $PPUR_S(c,"inv",d)$, multiplicado pela quantidade de investimento composto, $XINV_S(c,d)$, é igual à soma das origens de $PPUR(c,s,"inv",d)$, multiplicado por $XINV(c,s,"inv"d)$.

$$PPUR_S(c,"inv",d) \cdot XINV_S(c,d) = \sum\left\{s, SRC, PPUR(c,s,"inv",d) \cdot XINV(c,s,d)\right\} \quad (6)$$

Composição do trabalho por tipo

A composição que minimiza os custos do fator trabalho é representada pelas equações que determinam sua demanda na indústria i empregando diferentes ocupações, $XLAB(i,o,d)$, e os salários por indústria, ocupação e região, $PLAB(i,o,d)$.

$XLAB(i,o,d)$ é proporcional ao insumo trabalho efetivo, $XLAB_O(c,i,d)$, e um termo de salário elevado às elasticidades de substituição entre o trabalho em cada indústria i, $SIGMALAB(i)$. O termo salário é composto de taxas de salário, $PLAB(i,o,d)$, em relação ao preço composto do trabalho, $PLAB_O(i,d)$. Mudanças nos preços relativos dos diferentes tipos de trabalho induzem substituição em favor de ocupações relativamente mais baratas.

$$\frac{XLAB(i,o,d)}{XLAB_O(i,d)} = \left[PLAB(i,o,d) / PLAB_O(i,d)\right]^{-[SIGMALAB(i)]} \quad (7)$$

Obtém-se a solução dos salários a partir da equação salarial, que representa o rendimento composto do trabalho, $PLAB_O(i,d)$.

$$PLAB_O(i,d) \cdot XLAB_O(i,d) = \sum\left\{o, OCC, PLAB(i,o,d) \cdot XLAB(i,o,d)\right\} \quad (8)$$

Demanda por fatores primários

As demandas por fatores primários são explicadas pela combinação que minimiza os custos de trabalho efetivo, capital e terra numa função CES. $XLAB_O$ é proporcional à demanda global por fatores primários, $XPRIM(i,d)$, e ao termo de

preço elevado à elasticidade de substituição desses fatores, $SIGMAPRIM(i)$. Dividiu-se também a quantidade e multiplicou-se o preço pelo termo de mudança tecnológica no trabalho, $ALAB_O(i,d)$, para obter a demanda por trabalho efetivo. O termo de preço é composto pelo preço relativo do trabalho, $PLAB_O(i,d)$, e pelo preço dos fatores compostos, $PPRIM(i,d)$. Mudanças nos termos de preços induzem substituição em favor dos fatores relativamente mais baratos.

$$\frac{XLAB_O(i,d)}{\left[XPRIM(i,d)\cdot ALAB_O(i,d)\right]} = \left[PLAB_O(i,d)\cdot ALAB_O(i,d)\right] / PPRIM(i,d)^{-[SIGMAPRIM(i)]} \tag{9}$$

As mesmas equações de otimização se aplicam à demanda por capital, $XCAP(i,d)$, e à demanda por terra, $XLND(i,d)$.

$$\frac{XCAP(i,d)}{\left[XPRIM(i,d)\cdot ACAP(i,d)\right]} = \left[\left[PCA(i,d)\cdot ACAP(i,d)\right] / PPRIM(i,d)\right]^{-[SIGMAPRIM(i)]} \tag{10}$$

$$\frac{XLND(i,d)}{\left[XPRIM(i,d)\cdot ALND(i,d)\right]} = \left[\left[PLND(i,d)\cdot ALND(i,d)\right] / PPRIM(i,d)\right]^{-[SIGMAPRIM(i)]} \tag{11}$$

Os preços dos fatores primários são determinados pela soma do valor dos componentes. Isso resolve para o preço dos fatores compostos, PPRIM(i,d).

$$PPRIM(i,d)\cdot XPRIM(i,d) = PLAB_O(i,d)\cdot XLAB_O(i,d) + PCAP(i,d) + PLND\cdot XLND(i,d) \tag{12}$$

Demanda por fatores primários agregados e insumos intermediários

A combinação de insumos primários, $XPRIM(i,d)$, e de bens intermédios, $XINT_S(c,i,d)$, com uma tecnologia Leontief (tecnologia de proporções constantes), resulta no produto. A demanda da indústria pelos fatores primários agregados é proporcional à produção total e aos termos de mudança tecnológica $(ATOT(i,d)eAPRIM(i,d))$.

$$XPRIM(i,d) = XTOT(i,d)\cdot ATOT(i,d)\cdot APRIM(i,d). \tag{13}$$

A demanda por bens compostos $XINT_S(c,i,d)$ também é proporcional à produção total e aos termos tecnológicos, multiplicada pelos preços relativos $[PPUR_S(c,i,d)/PINT(i,d)]$ elevado a um parâmetro CES. Existem três diferentes termos tecnológicos: $ATOT(i,d), APRIM(i,d), eAINT_S(c,i,d)$. A mudança tecnológica implica mudança no insumo requerido por unidade de produto. Quando estes termos tecnológicos mudam (*i.e*., queda de magnitude), o mesmo nível de produção é produzido utilizando menos fatores primários, $XPRIM(i,d)$, ou intermediários $XINT_S(c,i,d)$.

$$XINT_S(c,i,d) = [ATOT(i,d) \cdot AINT_S(c,i,d) \cdot XTOT(i,d) \cdot PPUR_S(C,I,D) \cdot AINT_XS(C,ID) / PINT(i,d)]^{-[SIGINT(i,d)]} \quad (14)$$

A condição de equilíbrio de mercado é tal que as receitas totais (valorado ao preço de produção), $PCST(i,d)$, multiplicado pela quantidade $XTOT(i,d)$, é igual ao total do custo de produção.

$$PCST(i,d) \cdot XTOT(i,d) = \sum\{c, COM, PPUR_S(c,i,d) \cdot XINT_S(c,i,d)\} + \sum\{o, OCC, PLAB(i,o,d) \cdot XLAB(i,o,d)\} + PCAP(i,d) \cdot XCAP(i,d) + PLND(i,d) \quad (15)$$

Impostos de produção

Os custos setoriais incluem impostos de produção e os impostos diretos. Os $PTX(i,d)$ são calculados com uma alíquota $PTXRATE(i,d)$ multiplicada pelo valor da produção $(PCST(i,d) \cdot XTOT(i,d))$.

$$PTX(i,d) = PTXRATE(i,d) \cdot PCST(i,d) \cdot XTOT(i,d) \quad (16)$$

E os preços do produto da indústria, $PTOT(i,d)$ são dados por:

$$PTOT(i,d) \cdot XTOT(i,d) = PCST(i,d)[1 + PTXRATE(i,d)] \cdot XTOT(i,d) \quad (17)$$

A matriz multiprodutos

Os bens ofertados c do setor i na região d, $XMAKE(c,i,d)$ são proporcionais a $XTOT(i,d)$ e ao termo de preço elevado a $SIGMOUT(i)$ multiplicado pelo termo

tecnológico, $AMAKE(c,i,d)$. Um termo de preço é composto pelo preço-base dos bens domésticos em relação ao preço do produto da indústria. Como $SIGMOUT(i)$ tem um sinal positivo, induz indústrias a produzirem mais de um bem quando seu preço aumenta em relação ao preço composto do setor. Esta equação não é efetivamente atuante no IMAGEM-B, uma vez que cada indústria produz uma única mercadoria, resultando em uma matriz MAKE, em que todos os elementos fora da diagonal principal são iguais a zero.

$$XMAKE(c,i,d) = AMAKE \cdot XTOT(i,d) \cdot \left\{ \left[PDOM(c,d) / PTOT(i,d) \right]^{SIGMAOUT(i)} \right\} \qquad (18)$$

O valor do produto de um setor em d $(PTOT(i,d) \cdot XTOT(i,d))$ é igual à soma do valor dos bens ofertados pelo setor, calculado com os preços domésticos do bem c em d, $PDOM(c,d)$.

$$PTOT(i,d) \cdot XTOT(i,d) = \sum \left\{ c, COM, PDOM(c,d) \cdot XMAKE(c,i,d) \right\} \qquad (19)$$

Preços de importação

Assumiu-se que a oferta de importações é infinitamente elástica. Assim, o preço das importações do bem c da região de origem r, $PIMP(c,r)$, é simplesmente determinado pelos preços estrangeiros de importação $PFIMP(c,r)$ multiplicado pela taxa de câmbio nominal PHI.

$$PIMP(c,r) = PFIMP(c,r) \cdot PHI \qquad (20)$$

Demanda das famílias

Definem-se os preços dos bens para famílias em d, $PHOU(c,d)$, como a composição por origem dos preços de compra das famílias, $PPURS_s(c,"hou",d)$.

$$PHOU(c,d) = PPUR_S(c,"hou",d) \qquad (21)$$

O nível agregado de gastos de subsistência das famílias, $WSUBSIST(d)$, é o produto do número de famílias, $NHOU(d)$, e a soma dos preços dos bens,

$PHOU(c,d)$, multiplicado pela quantidade de famílias que gastam apenas com bens de subsistência $XSUBSIST(c,d)$.

$$WSUBSIST(d) = \sum \{c, COM, PHOU(c,d) \cdot NHOU(d) XSUBSIST(c,d)\} \quad (22)$$

A demanda total das famílias por bens compostos, $XHOU_S(c,d)$, é proporcional à participação marginal no orçamento, $BEM(c,d)$, multiplicada pelo gasto de não subsistência ou de luxo (*i.e.*, total menos gasto de subsistência das famílias), dada por $[WHOUTOT(d) - WSUBSIST(d)]$.

$$XHOU_S(c,d) \cdot PHOU(c,d) = MBS(c,d) \cdot [WHOUTOT(d) - WSUBSIST(d)] \quad (23)$$

A despesa nominal das famílias $WHOUTOT(d)$ é o preço correspondente multiplicado pelos termos de gasto real das famílias.

$$WHOUTOT(d) = PHOUTOT(d) \cdot XHOUTOT(d) \quad (24)$$

O índice de preços ao consumidor, $PHOUTOT(d)$, é a soma do produto dos preços ao consumidor e as participações no orçamento, $BUDGSHR(c,d)$.

$$PHOUTOT(d) = \sum \{c, COM, BUDGSHR(c,d) \cdot PHOU(c,d)\} \quad (25)$$

Demanda por investimento e índices

A quantidade do bem c demandado pelo setor i na região d, $XINVI(c,i,d)$, é proporcional ao nível de investimento pelo setor i, $XINVITOT(i,d)$, multiplicado pelo termo tecnológico $AINVI(c,i,d)$.

$$XINVI(c,i,d) = AINVI(c,i,d) \cdot XINTITOT(i,d) \quad (26)$$

O preço de compra do bem c para o investimento em d, $PINVEST(c,d)$, é definido como o preço de compra do investidor, $PPUR_S(c,"INV",d)$.

$$PINVEST(c,d) = PPUR_S(c,"INV",d) \quad (27)$$

Em seguida, o índice de preço do investimento do setor i $PINVTOT(i,d)$ é calculado quando se multiplica $PINVTOT(i,d)$ pelo investimento do setor, que é a soma dos investimentos para todos os produtos.

$$PINVITOT(i,d)\cdot XINVITOT(i,d)=\sum\{c,COM,PINVEST(c,d)\cdot XINVI(c,i,d)\} \quad (28)$$

A última equação, por sua vez, mostra a demanda de investimento por compostos domésticos e importados, $XINV_S(c,d)$, como a soma das demandas de todos os setores por bens de investimento, $XINVI(c,i,d)$.

$$XINV_S(c,d)=\sum\{i,IND,XINVI(c,i,d)\} \quad (29)$$

Demandas por investimento de setores específicos

Em relação às demandas por investimento de setores específicos, a taxa de retorno bruta, $GRET(i,d)$, é determinada como a razão entre a rentabilidade do capital (aluguel) e o índice de preço do investimento no setor (preço de novas unidades de capital na abordagem de estática comparativa determinada pelo modelo).

$$GRET(i,d)=\frac{PCAP(i,d)}{PINVITOT(i,d)} \quad (30)$$

A taxa de crescimento bruto de capital, $GGRO(i,d)$, por sua vez, é uma razão entre o investimento pelo setor, $XINVTOT(i,d)$, e o uso ou estoque de capital, $XCAP(i,d)$.

$$GGRO(i,d)=\frac{XINVITOT(i,d)}{XCAP(i,d)} \quad (31)$$

$GGRO(i,d)$ é determinado pela regra de investimento proposta em Dixon et al. (1982).

$$GGRO(i,d)=FINV1(i,d)\cdot\left[\{GRET(i,d)^2\}/INVSLACK\right]^{0.33} \quad (32)$$

Demanda por exportações do governo e estoques

A demanda do governo é independente de preços e proporcional a termos de deslocamento, que consiste no deslocamento da função de demanda em diferentes dimensões: por d, termo de deslocamento da demanda total do governo, $FGOVTOT(d)$; por c e d, termo de deslocamento da demanda agregada do governo, $FGOV_S(c,d)$; e por c, d e s, termo de deslocamento da demanda do governo, $FGOV(c,s,d)$.

$$XGOV(c,s,d) = FGOVTOT(d) \cdot FGOV(c,s,d) \cdot FGOV_S(c,d) \tag{33}$$

A demanda por bens de exportação, $XEXP(c,s,d)$, é proporcional a uma variável de deslocamento de quantidade exportada, $FQEXP(c,s)$, multiplicada pelo termo de preço elevado à elasticidade de demanda por exportação $EXP_ELAST(c)$. O termo de preço é composto pelos preços de exportação, $PPUR(c,s,"EXP",d)$, pela variável de deslocamento do preço de exportação, $FPEXP(c,s)$, e pela taxa de câmbio, PHI.

$$\frac{XEXP(c,s,d)}{FQEXP(c,s)} = \left[PPUR(c,s,"EXP",d) / \left[FPEXP(c,s) / PHI\right]\right]^{-[EXP_ELAST(c)]} \tag{34}$$

E, por fim, a demanda por estoques, $XSTOCKS(i,d)$, é proporcional à produção do setor i, $XTOT(i,d)$, multiplicado pelo termo de deslocamento $FSTOCKS(i,d)$.

$$XSTOCKS(i,d) = FSTOCKS(i,d) \cdot XTOT(i,d) \tag{35}$$

Demanda por margens

No que se refere à demanda por margens, (TRADMAR), primeiramente, somam-se as demandas por região. Pela notação, $XTRAD_R(c,s,d)$, a demanda total pelo bem (c,s) em d, é a soma através das origens r de $XTRAD(c,s,r,d)$, variável que fornece o detalhamento da especificação da origem de cada um dos usos: intermediário, $XINT(c,s,i,d)$; investimento, $XINV(c,s,d)$; governo, $XGOV(c,s,d)$; e exportação $XEXP(c,s,d)$. O pressuposto de origem comum, independente do uso, permite que se omita a dimensão do usuário de $XTRAD(c,s,r,d)$. Assim, a

demanda total pelo composto regional (c,s) em d, $XTRAD_R(c,s,d)$, é uma soma da demanda de todos os usos.

$$XTRAD_R(c,s,d) = \sum\{i, IND, XINT(c,s,i,d)\} + XHOU(c,s,d) + XINV(c,s,d) + XGOV(c,s,d) + XEXP(c,sd) \quad (36)$$

Depois, tem-se a utilização de demandas por margens que facilitam o fluxo de mercadorias provenientes da região de origem r com destino a d. Utilizando uma função de Leontief, a demanda por margens, $XTRADMAR(c,s,m,r,d)$, é uma proporção de $XTRAD(c,s,r,d)$ multiplicada por um termo de mudança tecnológica no uso da margem, $ATRADEMAR(c,s,m,r,d)$.

$$XTRADMAR(c,s,m,r,d) = ATRADMAR(c,s,m,r,d) \cdot XTRAD(c,s,r,d) \quad (37)$$

O preço de entrega a todos os usuários do bem c, s de r para d, $PDELIVRD(c,s,r,d)$, é determinado usando a equação (38). O lado direito da equação é composto pelos preços básicos acrescidos das margens utilizadas.

$$PDELIVRD(c,s,r,d) \cdot XTRAD(c,s,r,d) = PBASIC(c,s,r) \cdot XTRAD(c,s,r,d) + \sum\{m, MAR, PSUPPMAR_P(m,r,d) \cdot XTRADMAR(c,s,m,r,d)\} \quad (38)$$

A seguir, o preço de entrega do bem regional composto c, de origem s, com destino d, $PUSE(c,s,d)$, é detalhado. Para cada bem e região de destino, o usuário escolhe um recurso regional baseado nos preços de entrega, $PDELIVRD(c,s,r,d)$, e no valor $[PDELIVRD(c,s,r,d) \cdot XTRAD(c,s,r,d)]$. O valor de entrega $[PUSE(c,s,d) \cdot XTRAD_R(c,s,d)]$ é igual à soma através das origens do valor dos bens entregues.

$$PUSE(c,s,d) \cdot XTRAD_R(c,s,d) = \sum\{r, ORG, PDELIVRD(c,s,r,d) \cdot XTRAD(c,s,r,d)\} \quad (39)$$

A demanda do bem c, doméstico e importado, da região de origem r para a de destino d, $XTRAD(c,s,r,d)$, através da multiplicação de $XTRAD_R(c,s,d)$, é determinada pela participação no comércio, $STRAD(c,s,r,d)$, e pelo termo de

preço relativo $[PDELIVRD(c,s,r,d)/PUSE(c,s,d)]$ elevado ao parâmetro CES, $SIGMADOMDOM(c)$, elasticidade de substituição entre origens.

$$XTRAD(c,s,r,d) = STRAD(c,sr,d)\cdot XTRAD_R(c,s,d)\cdot \left[PDELIVRD(c,s,r,d)/PUSE(c,s,d)\right]^{-[SIGMADOMDOM(c)]} \quad (40)$$

Fontes regionais das margens

A demanda pela margem m, produzida em p nos bens de r para d, $XSUPPMAR_P(m,r,d)$, é a soma para todos os produtos e fontes de margens m do bem c, fonte s da região r para d, $XTRADMAR(c,s,m,r,d)$.

$$XSUPPMAR_P(m,r,d) = \sum\left\{c,COM,\sum\left\{s,SRC,XTRADMAR(c,s,m,r,d\right\}\right\} \quad (41)$$

Similarmente, o preço da margem composta m, dos bens de r para d, $PSUPPMAR_P(m,r,d)$, multiplicado por $XSUPPMAR_P(m,r,d)$, é calculado com a soma de todos os fornecedores p das margens $XSUPPMAR(m,r,p,d)$ multiplicado pelo seu preço, $PDOM(m,p)$.

$$XSUPPMAR_P(m,r,d)\cdot PSUPPMAR_P(m,r,d) = \sum\left\{p,PRD,XSUPPMAR(m,r,d,p)\right\}\cdot PDOM(m,p) \quad (42)$$

Além disso, a demanda pela margem m (produzida em p) nos bens de r para d, $XSUPPMAR(m,r,p,d)$, é proporcional a $XSUPPMAR_P(m,r,d)$ multiplicado pelo termo correspondente ao preço. O termo de preço é a razão entre $PDOM(m,p)$ e $PSUPPMAR_P(m,r,d)$ elevado à elasticidade de substituição entre as origens da margem m, $SIGMAMAR(m)$.

$$XSUPPMAR(m,r,d,p) = XSUPPMAR_P(m,r,d)\cdot \left[PDOM(m,p)/PSUPPMAR_P(m,r,d)\right]^{-[SIGMAMAR(m)]} \quad (43)$$

Feito isto, pode-se determinar $XSUPPMAR_D(m,r,p)$ e $XSUPPMAR_DR(m,p)$ por meio de $XSUPPMAR(m,r,p,d)$ somada sobre o destino e a origem, respectivamente.

$$XSUPPMAR_D(m,r,p) = \sum \{d, DST, XSUPPMAR(m,r,d,p)\} \quad (44)$$

$$XSUPPMAR_RD(m,p) = \sum \{r, ORG, XSUPPMAR_D(m,r,p)\} \quad (45)$$

Equações de demanda e oferta

A demanda total pelo bem (c,s) consumido em r é igual à demanda total de (c,s) em r de todas as origens d.

$$TOTDEM(c,s,r) = \sum \{d, DST, XTRAD(c,s,r,d)\} \quad (46)$$

Especificamente para fontes domésticas, esta demanda $TOTDEM(c,"dom",r)$ é igual à oferta de bens não margens $XCOM(c,r)$.

$$XCOM(c,r) = TOTDEM(c,"dom",r) \quad (47)$$

As margens de serviços, $XCOM(m,p)$, são um composto de demandas diretas por bens produzidos domesticamente em p, $TOTDEM(m,"dom",p)$, acrescido da demanda por margens produzido em p, $XSUPPMAR_RD(m,p)$.

$$XCOM(m,p) = TOTDEM(m,"dom",p) + XSUPPMAR_RD(m,p) \quad (48)$$

A equação de preços mostra que $PBASC(c,"dom",r)$ e $PDOM(c,r)$ são idênticos:

$$PBASIC(c,"dom",r) = PDOM(c,r) \quad (49)$$

Para importações, $PBASIC(c,"imp",r)$ é igual à PIMP(c,r).

$$PBASIC(c,"imp",r) = PIMP(c,r) \quad (50)$$

Então, $PPUR(c,s,u,d)$ é calculado através do produto de $PUSE(c,s,d)$ pelo "poder" dos impostos sobre produtos $TUSER(c,s,u,d)$.

$$PPUR(c,s,u,d) = PUSE(c,s,d) \cdot TUSER(c,s,u,d) \quad (51)$$

A receita com imposto sobre produtos em d, $COMTAXREV(d)$, é obtida a partir do valor total dos bens utilizados multiplicado pela taxa de imposto do produto, sendo que esta taxa é definida como $TAX(c,s,u,d)/USE(c,s,u,d)$ ou $TUSER(c,s,i,d)^{-1}$.

$$COMTAXREV(d) = sum\{c, COM, sum\{s, SRC, sum\{i, IND, [TUSER(c,s,i,d)-1]\cdot PUSE(c,s,d)\cdot XINT(c,s,i,d) + [TUSER(c,s,"hou",d)-1]\cdot PUSE(c,s,d)\cdot XHOU(c,s,d) + \begin{bmatrix} [TUSER(c,s,"gov",d)-1]\cdot PUSE(c,s,d)\cdot XGOV(c,s,d) + \\ [TUSER(c,s,"inv",d)-1 \end{bmatrix}\cdot PUSE(c,s,d)\cdot XINV(c,s,d) + [TUSER(c,s,"exp",d)-1]\cdot PUSE(c,s,d)\cdot XEXP(c,s,d)\}\} \quad (52).$$

5 CONCLUSÃO

Os dados do *World Travel & Tourism Council* (WTTC) mostraram que, das regiões selecionadas para análise, a América Latina é aquela que menos contribuiu com o PIB e o emprego da Indústria Direta de Viagens e Turismo do mundo em 2007 (3,30% para o PIB e 5,30% para o emprego). E embora tenha havido um ganho de participação do número de turistas *overnight* entre 1988 e 2007, esse ganho para a América Latina também foi pouco expressivo quando comparado, por exemplo, à Ásia.

Pode-se dizer que, em parte, esses resultados estão associados aos fatores apontados por Santana (2001), quando fez referência à América do Sul, ressaltando que a instabilidade econômica e/ou política dos anos 1980 fizeram com que essa região fosse tida por outros países como um lugar inseguro para se fazer uma viagem, o que resultou em um baixo nível de investimento na atividade em anos subsequentes.

Os dados do WTTC também mostraram que o Brasil é o país que tem a maior participação no PIB e emprego da Indústria Direta de Viagens e Turismo, assim como no número de visitantes *overnight* da América Latina. No entanto, diferente dos demais setores selecionados, o índice de variação do emprego foi negativo ao longo de quase toda a série.

Deve-se destacar que a base de dados estimada e projetada pelo WTTC não especifica os segmentos que compõem essa indústria. No caso do Brasil, os esforços do IBGE e do Ministério do Turismo em calcular a contribuição do turismo à economia brasileira, ainda que tenha abrangido um curto período de tempo, levaram em conta a segmentação dessa atividade, obtendo dados para dez atividades tidas como características do turismo. E, entre elas, a atividade de *Alojamento e Alimentação* foi a que teve maior participação em todas as variáveis nas contas consideradas. Entretanto, ressalta-se que ainda não se tem essa base de dados no âmbito regional e estadual.

Nota-se, pois, que embora a atividade turística no Brasil tenha ganhado destaque como um possível instrumento de desenvolvimento econômico, são esparsos,

tanto em termos teóricos quanto empíricos, os estudos que analisam o comportamento econômico das dez atividades que caracterizam o turismo brasileiro.

Para o Nordeste brasileiro, desde meados da década de 1990, o volume de investimentos destinados à promoção da atividade turística tem se intensificado, em razão do PRODETUR/NE. E o resultado desses investimentos foi uma substancial melhora nos indicadores que representam o turismo.

No entanto, a despeito dessa melhora, a atividade de *Alojamento e Alimentação* apresentou uma queda na sua contribuição ao PIB da região Nordeste. Dentro desse contexto, o presente trabalho objetivou responder: por que a atividade de *Alojamento e Alimentação*, embora venha gerando um expressivo volume de emprego, apresentou uma queda na participação do PIB da região Nordeste?

A hipótese levantada para explicar esta questão é a de que este seria um problema que estaria associado à baixa capacidade que esse tipo de atividade possui em absorver melhoras tecnológicas, em relação aos demais setores de atividade econômica. E isto foi constatado pela aplicação da construção teórica do *Cost Disease*.

Ressalta-se que, por limitações de base de dados, não foi possível tratar as demais atividades que caracterizam o turismo. Além disso, não se tem uma classificação da demanda entre turistas e não turistas para essas atividades. No caso do Nordeste, objeto maior de estudo desse trabalho, grande parte dos dados disponíveis limitam-se a apenas três Estados (Bahia, Ceará e Pernambuco).

Apesar dessas limitações, a constatação do problema de produtividade da atividade de *Alojamento e Alimentação* tornou clara a restrita capacidade que o turismo tem em ser um instrumento de desenvolvimento regional, sendo necessária, portanto, uma constante atuação das instituições públicas e privadas no planejamento e execução de políticas que visem amenizar o referido problema. Analisou-se que o desempenho da Europa no *ranking* mundial do turismo está, em parte, atrelado às políticas de incentivo à atividade, assim como o expressivo destaque que a Ásia vem apresentando está, também, associado às políticas de incentivo.

Para o Brasil, em especial para a região Nordeste, essas políticas tornam-se essenciais, em virtude do tipo de turismo que ocorre na região: o turismo de lazer (sol e praia), que se apresenta mais vulnerável a crises econômicas e políticas. Dentro desse contexto, políticas PRODETUR/NE são de grande importância para a atividade turística.

Dessa forma, a melhora que ocorreu no desempenho das variáveis que caracterizam o turismo no Nordeste está associada, em grande parte, à implantação do PRODETUR/NE. No entanto, como foi analisado no quarto ensaio, esse Programa foi além de uma política especificamente voltada ao turismo, pois seu escopo esteve relacionado a investimentos em infraestrutura, que deram substância não apenas ao turismo, mas possibilitaram a dinamização da economia como um todo.

Pode-se concluir que, dado o tipo de turismo que predomina no Nordeste brasileiro, e o problema de produtividade que caracteriza a principal atividade que o compõe, a aposta nessa atividade como um instrumento de desenvolvimento é limitada e sujeita à continuidade de investimentos da natureza do PRODETUR/NE, além de outras políticas que garantam a continuidade da melhora das variáveis que caracterizam o turismo, tais como políticas públicas de segurança e treinamento da mão de obra.

No caso do Nordeste brasileiro, em especial, as políticas de investimento continuadas são essenciais. É importante salientar que, embora o Nordeste tenha apresentado mudanças em sua estrutura produtiva, o seu atraso relativo ainda é um desafio a ser enfrentado. Como destaca Carleial (2009), a participação do PIB regional no conjunto do País mostra que o peso econômico da região em 2006 é o mesmo da época do GTDN.

Nos anos 2000, desenhou-se um cenário positivo para a economia brasileira consubstanciado na ampliação do nível de investimentos, na recuperação do crédito e do salário-mínimo. Contudo, os efeitos deste cenário na economia do Nordeste são pequenos em relação às regiões mais ricas do País. Tomando como referência o mais recente programa nacional de investimentos (Programa de Aceleração do Crescimento – PAC), estudos mostraram que seus impactos

territoriais de curto prazo ocorreriam nas regiões Sul e Sudeste, ainda que os grandes investimentos estejam sendo feitos nas regiões Norte e Nordeste. De acordo com Carleial (2009), isso acontece porque a estrutura produtiva efetiva daquilo que se vai precisar para implementar o PAC está no Sudeste e não no Nordeste.

Todavia, apesar do baixo impacto relativo que o PAC trará para o Nordeste, deve-se destacar que programas dessa natureza têm uma significativa relevância na criação de oportunidades que possam fortalecer a estrutura produtiva da região, principalmente quando se leva em conta que durante os anos 2000 foram implantados outros tipos de investimento especificamente voltados à região, como o PRODETUR–NE.

Ainda que estes investimentos não sejam suficientes para suplantar o hiato de desenvolvimento intra e inter-regional do Nordeste, suas implantações abrem caminho para o melhor aproveitamento das possíveis vantagens apresentadas pelos setores produtivos da região. Nesse sentido, o setor de *Serviços* é um exemplo, pela destacada importância econômica que vem adquirindo no Nordeste, e tem se beneficiado dos programas específicos de investimento para o aproveitamento destas vantagens.

No caso do Nordeste brasileiro, o considerável aumento da absorção de mão de obra apresentado por segmentos como os que compõem o turismo fez do setor de *Serviços* uma possível ferramenta a ser usada na busca do desenvolvimento regional. No entanto, esta é uma tarefa complexa que deve levar em conta as especificidades do setor, assim como os diferenciais de desenvolvimento existentes dentro da região.

Como destacou Celso Furtado, no texto *O Nordeste: reflexões sobre uma política alternativa de desenvolvimento*:

> "*A indústria em sentido lato é o setor produtivo em que cresce mais rapidamente a produtividade, portanto é ela que lidera a elevação dos salários e produz o excedente que alimenta a acumulação e gera novos empregos, ainda que estes se situem em outros setores produtivos. O terciário moderno também apresenta as mesmas características, mas ele supõe o prévio desenvolvimento do setor industrial*".

Fica evidente que, dadas as peculiaridades e a heterogeneidade do setor de *Serviços*, assim como os diferentes níveis de desenvolvimento de cada estado do Nordeste (que, ademais, apresentam um setor industrial pouco fortalecido), o setor de *Serviços* é um instrumento limitado no que se refere ao desenvolvimento da região como um todo.

Furtado salienta ainda que:

> "*Uma adequada estrutura agrária é pré-requisito para o desenvolvimento, mas o impulso dinâmico deste terá que vir da complexificação do sistema produtivo em seu conjunto, e isso, numa região vasta como o Nordeste, somente se torna possível mediante industrialização*".

Apesar de não haver uma estrutura produtiva nacional homogênea e sólida, o fato é que a economia brasileira passou por expressivas transformações desde o final dos anos 1980, oriundas da sua abertura econômica, e do fim do ciclo desenvolvimentista nacional, que marcou completamente a divisão regional do trabalho comandada pela homogeneização monopolística do espaço econômico nacional e financiada pelos incentivos fiscais (Oliveira, 2006). A partir daí, foi instalado um movimento marcado pelo progressivo abandono por parte do Estado no que tange às políticas regionais consistentes.

No que se refere ao Nordeste, o autor sublinha que apenas a Bahia logrou consolidar uma nova posição na acumulação à dominância financeira, com a consolidação de um polo petroquímico e a instalação da fábrica da Ford em Camaçari. Os estados do Nordeste Oriental – Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Sergipe – tiveram suas taxas de crescimento declinantes caracterizadas por uma longa estagnação.

Nos anos 2000, o setor de *Serviços* (mais especificamente voltados para a atividade turística) surge como um importante instrumento na busca pela dinamização destas economias. A aposta nesse segmento como instrumento de desenvolvimento regional se deu em virtude das características geográficas e climáticas que favorecem o turismo de sol e praia. E, para fortalecer esta

atividade, o governo federal, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), implantou o PRODETUR.

Embora a atividade turística detenha boa parte da mão de obra absorvida pelo setor de *Serviços*, alguns estudiosos, como Oliveira (2006), chamam a atenção para o fato de ser esse um turismo destinado às classes médias, sobretudo do Centro-Sul, com dispêndios pouco expressivos nos locais de destino. É um turismo de praias exóticas, de *resorts* sofisticados, de isolamento, em que o turista mal conhecerá as cidades em que aporta. Foram criados muitos empregos nos últimos anos, a grande maioria de baixo nível de remuneração, sendo enquadrados, na maior parte dos casos, como atividades informais. Nesse sentido, são restritas as capacidades de estabelecer efeitos de encadeamento que estimulem novas atividades à jusante e à montante, daí que seus resultados são pouco expressivos na melhoria do nível de emprego e na distribuição da renda local.

Hoje em dia, como ressalta Araújo (2009), para enfrentar a questão regional no Nordeste é preciso distribuir dois ativos importantes: terra e educação. E, resgatando as análises de Furtado, ainda é necessário o fortalecimento do setor industrial, de modo que haja um vínculo com o mercado regional, refletindo as condições socioeconômicas da região.

Uma política de desenvolvimento para o Nordeste, de acordo com Oliveira (2006), não pode se basear nos recursos naturais locais, nas chamadas “vocações” regionais. Mais do que isso, ela tem que combinar investimentos em ciência básica e alta tecnologia; renovar radicalmente e modernizar as universidades públicas com a criação de institutos especializados; criar instrumentos financeiros altamente diferenciadores; fazer uso discriminatório dos incentivos governamentais, nos quais se incluem os recursos do BNDES e do BNB; e atrair empresas de nova geração, que sejam os novos núcleos de irradiação.

Tem-se, portanto, uma ampla agenda de pesquisa sobre os desafios que a região Nordeste enfrenta em busca de um maior nível de desenvolvimento, principalmente fazendo uso do setor de *Serviços*, mais especificamente, a atividade turística. As especificidades e inter-relações dessa atividade, dentro do

escopo da teoria econômica, necessitam de análises aprofundadas, sendo de grande valia estudos que busquem interpretar as inter-relações, limitações e potencialidades inerentes à atividade turística.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. V. O Setor de Serviços no Brasil: A dualidade revisitada (1981/1990). (Dissertação de Mestrado). Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais, 1994.

ANTIGO, M. F. *Mobilidade de Rendimentos no Brasil: Uma Análise a partir de Dados Cross Section e Longitudinais.* 2010, 134p. Tese (Doutoramento em Economia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional e Urbano – CEDEPLAR – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

ARAÚJO, T. B. de. Desenvolvimento Regional no Brasil. In: *O Pensamento de Celso Furtado e o Nordeste Hoje*. FURTADO *et al*. Centro Internacional de Políticas para o Desenvolvimento: Banco do Nordeste do Brasil, Rio de Janeiro, Contraponto, 2009.

ARAÚJO, L. M.; MOURA, F. B. P. A Expansão do Território na Zona Costeira Nordestina: Crescimento Econômico, Degradação Ambiental e Erosão Cultural. In: CORIOLANA, L. N. M. T.; VASCONCELOS, F. P. (Org.). *O Turismo e a Relação Sociedade-Natureza: realidades, conflitos e resistências.* Ed. UECE, 2007.

BAUMOL, W. J. BOWEN, W. G. *Performing Arts The Economic Dilemma. A Study of Problems Common to Theater, Opera, Music and Dance. A Twentieth Century Fund Study.* The M.I.T Press, Cambridge, Massachusetts, and London, England, 1968.

BLAKE, A. *The Economic Impact of the London 2012 Olympics.* Nottingham: Nottingham University Business School, 2005. 72p.

BOLHMANN, H. R; HEERDEN, J. H. Van. The Impact of Hosting a Major Sport Event on the South African Economy. *Working Paper Series*. University of Pretoria, Nov. 2005.

BRASIL Banco do Nordeste do Brasil**.** *Efeitos Globais do Prodetur/NE I. Enfoque Turístico.* Fortaleza, Outubro de 2005.

BRASIL Banco do Nordeste do Brasil. *Planos de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável*. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/prodetur>. Vários acessos, 2008.

BRASIL Empresa Brasileira de Turismo. *Metodologia de Hierarquização do Processo de Identificação de Municípios Prioritários para o Desenvolvimento do Turismo no Brasil.* s/d. (mimeo).

BRASIL Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa Anual dos Serviços 1998-1999.* Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica>. Vários acessos.

BRASIL Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa Anual dos Serviços 2009.* Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica>. Vários acessos.

BRASIL Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Economia do Turismo: Análise das Atividades Características do Turismo 2003. *Estudos & Pesquisas, Informação Econômica*, n. 5. Rio de Janeiro, 2007.

BRASIL Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Economia do Turismo: Uma Perspectiva Macroeconômica (2003-2007). *Estudos & Pesquisas, Informação Econômica*, n. 12*.* Rio de Janeiro, 2009.

BRASIL Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Economia do Turismo: Uma Perspectiva Macroeconômica (2000-2005). *Estudos & Pesquisas, Informação Econômica*, n. 7. Rio de Janeiro, 2009.

BRASIL Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *PIB Municipal*. Disponível em: <http:www.ibge.gov.br>. Vários acessos, 2009.

BRASIL Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Contas Nacionais.* Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata>. Vários acessos.

BRASIL Ministério do Trabalho e Emprego. *Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).* Disponível em: <http://www.mte.gov.br>. Vários acessos.

BRASIL Ministério do Turismo. *Anuário Estatístico Embratur 2003-2004.* Volume 32, Brasília, 2005.

BRASIL Ministério do Turismo. *Anuário Estatístico Embratur 2004-2005.* Volume 33, Brasília, 2006.

BRASIL Ministério do Turismo. *Plano Nacional de Turismo 2007-2010: Uma Viagem de Inclusão.* Brasília, 2006.

BRASIL Ministério do Turismo. *Plano Nacional de Turismo 2007-2010: Uma Viagem de Inclusão.* Brasília, 2006.

BRASIL Ministério do Turismo. *Análise Comparativa de Produtos Turísticos Internacionais.* Brasília, 2006.

BRITTON, S. The Political Economy of Tourism in the Third World. Amsterdam: Elsevier. *Annals of Tourism Research*, 1982, 9 (3), p. 331-358.

BROHMAN, J. Economism and critical silences in development studies: a theoretical critique of neoliberalism. London: *Third World Quarterly*, 1995, 16(2), p. 297-318.

BROHMAN, J. New directions in tourism for Third World development, Amsterdam: Elsevier. *Annals of Tourism Research.* 1996, 23(1), p. 48-70.

BROWN, F; HALL, D. *Tourism in Peripheral Areas: Case Studies.* Bristol: Channel View Publications, 2000. 281p.

CASIMIRO FILHO, F. *Contribuição do Turismo à Economia Brasileira.* Piracicaba: ESALQ/USP, 2002, 220p. Tese (Doutorado em Economia Aplicada). Universidade de São Paulo, 2002.

CARLEIAL. L. M. F. Celso Furtado e a questão regional. In: *O pensamento de Celso Furtado e o Nordeste hoje*. FURTADO *et al*. Centro Internacional de Políticas para o Desenvolvimento: Banco do Nordeste do Brasil, Rio de Janeiro, Contraponto, 2009.

CATER, E. A. Tourism in the least developed countries. Amsterdam: Elsevier. *Annals of Tourism Research.* 1987, 14(2), p. 202-225.

CEBALLOS-LASCURÁIN, H. *Tourism, Ecotourism and Protected Areas: the state of nature-based tourism around the world and guidelines for its development.* Gland, Switzerland: IUCN, 1996. 301p.

COELHO, M. H. P. Ocupação do Setor de Turismo no Brasil: Análise da Ocupação nas Principais ACTs nos Estados, Regiões e Brasil. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, *Texto para Discussão*, n. 1580, Brasília, fevereiro de 2011.

COMMISSION OF THE EUROPEAN COMMUNITIES. *A Renewed UE Tourism Policy: Towards a Stronger Partnership for European Tourism.* Brussels, 2006. COM (2006) 134 final. Disponível em: <http://ec.europa.ue>. Vários acessos, 2008.

COOPER, C. United Kingdom. In: JAFARI, J. et. al. (Eds.) *Encyclopedia of Tourism.* London and New York: Routledge, 2003. p. 611-613.

CORIOLANO, L. N. M. T. *Turismo, territórios e sujeitos nos discursos e práticas políticas.* 2004. Tese (Doutorado) – Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, 2004.

CRUZ, R. C. A. *Políticas de Turismo e (Re)ordenamento de Territórios no Litoral do Nordeste do Brasil.* 1999, 203p. Tese (Doutorado em Geografia). Departamento de Geografia – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

DE LA TORRE, M. G. M. V.; GUTIÉRREZ, E. M. A.; GUZMÁN, T. J. L. G. The Employment Generated by Rural Tourism in Spain: a Methodological Application. In: 8TH INTERNATIONAL FORUM ON TOURISM STATISTICS: AN INSIGHT INTO TOURISM STATISTICS. Caceres, Spain, nov. 2006. *Anais*... 2006. 19p.

DIAMOND, J. Tourism's Role in Economic Development: The Case Reexamined. *Economic Development and Cultural Change.* Chicago: University of Chicago Press, 1977, 25(3), p. 539-53.

DIEKE, P. U. C. Tourism and Structural Adjustment Programmes in the African Economy. *Journal Economic Research.* 1995, 1(1), p. 71-93.

DIXON, P.B. et al. *Orani, a multisectoral model of the Australian Economy.* Amsterdan: North-Holland, Pub. Co. 1982.

DOMINGUES, E. P. *Dimensão Regional e Setorial da Integração Brasileira na Área de Livre Comércio das Américas.* 2002. 228p. Tese (Doutorado em Economia). Departamento de Economia/Instituto de Pesquisas Econômicas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

DOMINGUES, et al. Investimentos em infraestrutura no Nordeste: projeções de impacto e perspectivas de desenvolvimento. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS REGIONAIS E URBANOS, 5. Recife. *Anais*... Recife: ABER, 2007.

DOMINGUES, et al. Infraestrutura, Crescimento e Desigualdade Regional: Uma Projeção dos Impactos dos Investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em Minas Gerais. *Revista Pesquisa e Planejamento Econômico* , v. 39. n. 1. abril de 2009.

ECONOMIC AND SOCIAL COMMISSION FOR ASIA AND THE PACIFIC. *Study on the Role of Tourism in Socio-economic Development***.** Nações Unidas, Nova York, 2007.

EDRA, F. P. M. *A relação entre turismo e transporte aéreo no Brasil.* Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ, 2005. 109 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Transportes) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.

ENNEW, C. Understanding the Economic Impact of Tourism. In: *18TH SOM NATH CHIB MEMORIAL LECTURE.* New Delhi. *Anais* … 2003. 14p.

FAYOS-SOLÁ, E. Spain. In: JAFARI, J. et. al. (Eds.) *Encyclopedia of Tourism.* London and New York: Routledge, 2003. p. 549-552.

FARIA, W. R. *Efeitos Regionais em Infraestrutura de Transporte Rodoviário. Universidade Federal de Minas Gerais.* 2009. 143p. Dissertação (Mestrado em Economia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

FARIA, W. R.; MAGALHÃES, A. S. Impactos dos Investimentos Rodoviários na BR 101. Efeitos sobre Crescimento e Produtividade**.** In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS REGIONAIS E URBANOS, 6. Aracaju. *Anais* … Aracaju, ABER, 2008. 25p.

FENNELL, D. A. *Ecotourism: An Introduction.* 2. Ed. New York: Routledge, 2003. 233p.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONOMICAS. *Estudo de Impactos Socioeconômicos Potenciais dos Investimentos do Prodetur Nacional.* Rio de Janeiro. São Paulo, março de 2010.

FURTADO, C. Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste (GTDN) (1959). In: O Nordeste e a saga da SUDENE. Arquivos Celso Furtado (1958-1964). *Arquivos Celso Furtado, n. 3*. Centro Internacional de Políticas para o Desenvolvimento, Rio de Janeiro, Contraponto, 2009.

FURTADO, C. O Nordeste: reflexões sobre uma política alternativa de desenvolvimento. In: *O pensamento de Celso Furtado e o Nordeste hoje.* FURTADO *et al*. Centro Internacional de Políticas para o Desenvolvimento: Banco do Nordeste do Brasil, Rio de Janeiro, Contraponto, 2009.

GENTA, M. M. P. *A Contabilidade Ambiental como Instrumento da Gestão Turística: O Caso da Hotelaria de Caxias do Sul*. 2006, 128p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional do Turismo) – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2006.

GIAOUTZI, M.; NIJKAMP, P. *Tourism and Regional Development: New Pathways.* United Kingdom: Ashgate Publishing Ltda. 2006. 311p.

GONZÁLEZ, P. R. Tourism and Society in Andalusia. In: 8TH INTERNATIONAL FORUM ON TOURISM STATISTICS: AN INSIGHT INTO TOURISM STATISTICS. Caceres, Spain, nov. 2006. *Anais*... 2006. 24p.

GLOBAL PRODUCTIVITY REPORT. *A world of unrealized opportunities.* Proudfoot Consulting, 2008.

HADDAD, E. A. *Retornos Crescentes, Custos de Transporte e Crescimento Regional.* 2007. 207p. Tese (Livre-docência em Economia) – FEA, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

HARRISON, D. Tourism to less developed countries: the social consequences. In: HARRISON, D. (Org.) *Tourism and the less developed countries.* Wiley, Chichester, 1992. p. 19-34.

HORRIDGE, M. ORANI-G: a general equilibrium model of the Australian economy. Australia: Centre of Policy Studies, Monash University, *Working Paper*, 2000. 93p.

HORRIDGE, M.; MADDEN, J.; WITTWER, G. The impact of the 2002-2003 drought on Australia. *Journal of Policy Modeling,* New York. abr. 2005, 27, (3), p. 285-308.

JENKINS, C.L. Tourism policies in developing countries: a critique. *International Journal of Tourism Management.* Amsterdam: Elsevier. 1980, 1(1), p. 22-9.

KRIPPENDORF, J. *The Holliday Makers: Understanding the Impact of Leasure and Travel.* Oxford: Butterworth-heineman, 1999. 160p.

KON, A. *A Produção Terciária*. São Paulo: Nobel, 1992.

KWEKA, J. Tourism and Economy of Tanzania. A CGE Analysis. In: CONFERENCE ON GROWTH, POVERTY REDUCTION AND HUMAN DEVELOPMENT IN AFRICA. Mar, 2004, Oxford. *Anais*… Oxford. 18p.

Lao PDR Tourism Strategy 2006-2020. Tradução não oficial. Disponível em: <http: //www.tourismlaos.org>.

LIMA, J. S. C. A. P. Desregulamentação do Transporte Aéreo e Surgimento das Empresas Aéreas de Baixo Custo. In: TRIGO, L. G. G. et. al (Eds), A*nálises Regionais e Globais do Turismo Brasileiro.* São Paulo: Roca, 2005.

LOENING, U. The ecological challenges to growth. *Development Journal of SID.* Rome, Italy. 1990, 3(4), p.48-54.

LEW, A.A; LAWRENCE, Y.; AP. J.; GUANGRUI, Z. *Tourism in China.* London and New York: Routledge, 2002. 354p.

LIANSHENG, Z. China. In: JAFARI, J. et. al. (Eds.) *Encyclopedia of Tourism.* London and New York: Routledge, 2003. p 78-79.

MADDEN, J.R.; CROWE, M. *Estimating the Economic Impact of the Sidney Olympic Games.* Center for Regional Economic Analysis. Tasmania, Australia, 2007. 27p.

MAGALHÃES, A. S. *O Comércio por Vias Internas e seu Papel sobre Crescimento e Desigualdade Regional no Brasil.* 2009, 134p. Dissertação (Mestrado em Economia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

MARQUES, R. M. *Economia Brasileira*. 3. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2006.

MARKUSEN, A. A Consumption Base Theory of Development: An Application to the Rural Cultural Economy. *Agricultural and Resource Economic Review.* 36(1). 2007. p. 9-23.

MATHIESON, A.; WALL, G. *Tourism: Economic, Physical and Social Impacts.* London: Longman, 1982. 208p.

MÉIS, S. Toward a manual for Tourism Satellite Account: a discussion document. In: 8TH INTERNATIONAL FORUM ON TOURISM STATISTICS: AN INSIGHT INTO TOURISM STATISTICS. Cáceres, Spain, nov. 2006. *Anais*... 2006. 16p.

MELO, H. P; ROCHA, C. F. L; FERRAZ, G.; SABBATO, A.; DWECK, R. H. É Possível uma Política para o Setor de Serviços? Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, *Texto para Discussão*, n. 457, Rio de Janeiro, 1997.

MIHALIC, T. Tourism and Economic Development Issues. In: SHARPLEY, R.; TELFER, D.J. (Eds.) *Tourism and Development: Concepts and Issues.* Channel View Publication, 2002. p. 81-110.

MUNJAL, P.; SIDDIQUI, K.A; SHUKLA, R. The Economic Value of Tourism in Índia. In: 8TH INTERNATIONAL FORUM ON TOURISM STATISTICS: AN INSIGHT INTO TOURISM STATISTICS**.** Caceres, Spain, nov. 2006. *Anais* ... 2006. 17p.

NEW SOUTH WALES TREASURY; CENTRE FOR REGIONAL ECONOMIC ANALYSIS UNIVERSITY OF TASMANIA. The Economic Impact of the Sidney Olympics Games. *Research & Information Paper - Final Report*, Tasmania, nov. 2007. 94p.

OLIVEIRA, F. de. As contradições do ao: globalização, nação, região, metropolização. In: DINIZ, C. C.; CROCCO, M. (Org.). *Economia Regional e Urbana: Contribuições Teóricas Recentes*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2006.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. *Facts & Figures*. Madri. Disponível em: <http://www.unwto.org>. Vários acessos, 2009.

PARNWELL, M. The Politics and Policies of Tourism Asian. In: COCHRANE, J. (Ed.) *Asian Tourism Growth and Change*. Amsterdam: Elsevier, 2008. p. 9-12.

PEARCE, D. *Tourist Development.* 2. ed., Harlow: Longman and New York: Wiley, 1989. p. 341.

POPULATION REFERENCE BUREAU. *World Population Data Sheet.* Washington, USA. Disponível em: <http://www.prb.org/Publications/Datasheets>. Acesso em: 5 de julho de 2009.

PORTELA, F. *A Contribuição do Setor de Serviços ao Produto Interno Bruto Brasileiro*. 2008. Monografia (Graduação) – Faculdade de Economia da Fundação Armando Álvares Penteado, São Paulo, 2008.

REDCLIFT, M. R. *Sustainable development: exploring the contradictions.* Londres: Methuen, 1987. 250p.

REYES, G. E. Principales Teorias sobre El Desarrollo Económico y Social. *Revista Crítica de Ciencia Sociales y Jurídicas*. Disponível em:< http//www.ucn.es>.

RIBEIRO, F. C. S.; TELEGINSKI, J.; SOUZA, J. H.; GUGELMIN, R. M. A Evolução do Produto Interno Brasileiro entre 1993 e 2009. *Vitrine da Conjuntura*, v. 3, n. 5, Curitiba, julho de 2010.

RIBEIRO, J. C.; VAREIRO, L. C. Turismo e Desenvolvimento Regional: o espaço rural como destino turístico. In: PRIMEIRO CONGRESSO INTERNACIONAL CASA NOBRE. Arcos de Valdevez, Portugal, 2006. *Anais*... Arcos de Valdevez: CASA NOBRE, 2006 p. 470-486.

SANTANA, G. *Tourism in the South American.* London and New York: Routledge, 2001. 192p

SCHMIDT, H. *What Makes Development. Development and Cooperation.* In: SHARPLEY, R.; TELFER, D.J. (Eds.) *Tourism and Development: Concepts and Issues.* Channel View Publication, 2002. 1989, p. 19-26.

SESSA, A. Italy. In: JAFARI, J. et. al. (Eds). *Encyclopedia of Tourism*. London and New York: Routledge, 2003. p. 333-335.

SHARPLEY, R.; TELFER, D.J. *Tourism and Development: concepts and issues.* Bristol: Channel View Publication, 2002. 312p.

SHIKI, S. F. N. *Estado, Políticas Públicas e Desenvolvimento Local: Sustentabilidade do Turismo no Nordeste Brasileiro.* 2007. 361p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília. Distrito Federal, 2007.

SMITH, G.; EDGELL, D. L.; ELLIS, T. United States. In: JAFARI, J. et. al. (Eds). *Encyclopedia of Tourism*. London and New York: Routledge, 2003. p. 613-615.

SOFIELD, T. H. B. The Role of Tourism in Transition Economies of the Greater Mekong Sub regions. In: COCHRANE, J. (Ed.) *Asian Tourism Growth and Change.* Amsterdam: Elsevier, 2008. p. 39-54.

SOUZA, D. D.; MAIA, F. PIRES, F. LIMA, L. J. de; NETTO; M. S. C.; LINDORFER, M. E.; COSTA, R. *O Nordeste e a SUDENE*. In: LIMA, M. C.; DAVID, M. D. (Org.). A Atualidade do Pensamento de Celso Furtado. Verbena, Goiás, 2008.

TOURINHO, O. A. F.; KUME, H.; PEDROSO, A. C. S. Elasticidades de Armington para o Brasil - 1986-2002: novas estimativas. IPEA, *Texto para Discussão Interna.* Rio de Janeiro, n. 974, 22p, ago. 2003

TOURISM SATELLITE ACCOUNT: RECOMMENDED METHODOLOGICAL FRAMEWORK 2008 *(TSA: RMF 2008)*. ONU; UNWTO; EUROSTAT; OECD. Luxembourg, Madrid, New York, Paris, 2008.

VELLAS, F.; BÊCHEREL, L. France. In: JAFARI, J. et. al. (Eds). *Encyclopedia of Tourism*. London and New York: Routledge, 2003. p. 238-240.

WALL, G. The Asian Regional Market: Flows and Collaboration. In: COCHRANE, J. (Ed.). *Asian Tourism Growth and Change*. Amsterdam: Elsevier, 2008. p. 27-37.

WOOD, R. C. The Last Feather-Beded Industry? Government, politics and the hospitality Industry during and after 1992 General Election. *Journal Tourism Management.* Amsterdam: Elsevier 1996, v. 12, p. 64-95.

WORLD TRAVEL AND TOURISM COUNCIL (WTTC) *Tourism Impact Data and Forecast Tool*. London. Disponível em: <http://www.wttc.org>. Vários acessos, 2009.

WORLD TRAVEL & TOURISM COUNCIL AND OXFORD ECONOMICS *Methodology for Producing the 2010 WTTC OE TRAVEL & TOURISM Economic Impact Research.* Mar, 2010.